FRANCO NOGUEIRA

UM POLÍTICO CONFESSA-SE

(Diário: 1960-1968)

LIVRARIA EDITORA
Civilização
Rua Alberto Aires de Gouveia, 27 – 4000 PORTO

DO AUTOR:

Jornal de Crítica Literária — 1954
A Luta pelo Oriente — 1957, 2.ª ed. 1962
As Nações Unidas e Portugal — 1961, 2.ª ed. 1962
Política Externa Portuguesa — 1964
Terceiro Mundo — 1967, 2.ª ed. 1969
Debate Singular — 1970
As Crises e os Homens — 1971
O Vento e as Grades (poemas) — 1975 (fora do mercado)
Salazar — Volume I — *A Mocidade e os Princípios (1889-1928)* — 1977, 2.ª ed. 1986
Salazar — Volume II — *Os Tempos Áureos (1928-1936)* — 1977
Salazar — Volume III — *As Grandes Crises (1936-1945)* — 1978, 2.ª ed. 1983, 3.ª ed. 1985, 4.ª ed. 1986
Diálogos Interditos — Volume I — 1979
Diálogos Interditos — Volume II — 1979
Salazar — Volume IV — *O Ataque (1945-1958)* — 1980, 2.ª ed. 1985, 3.ª ed. 1986
A actualidade de Camões e a consciência nacional (conferência) — 1980
História de Portugal (1933-1974) — 1981
A crise de 1383-1385 e a independência nacional (conferência) — 1983
Salazar — Volume V — *A Resistência (1958-1964)* — 1984, 2.ª ed. 1985
Debate sobre Portugal (conferência) — 1984
Salazar — Volume VI — *O Último Combate (1964-1970)* — 1985, 2.ª ed. 1985
De Aljubarrota à Actualidade (conferência) — 1985
A Aliança com a Inglaterra: O Tratado de Windsor de 1386 (conferência) — 1985
Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968) — 1986

A seguir:

— *Manuel Ribeiro de Pavia: o homem e o pintor*
— *Patologia do Iberismo*
— *Regressos* (páginas de crítica literária)

Composto e Impresso
na Companhia Editora do Minho, S.A.R.L.
Barcelos, 1986

Porquê? Para quê?

Por anos — entre 1960 e 1968 — anotei em sucessivos cadernos quanto me pareceu significativo. Registei episódios e minúcias, e julgo que fui rigoroso. Destinava esses apontamentos a futuras memórias; mas desinteressei-me destas; e não as escreverei. Nem isso importa. No estado moral do país, seria mesmo grotesco tentar fazê-lo: há por aí alguém que se interesse, no plano propriamente nacional, seja pelo que for? Não excedem decerto a mão cheia os curiosos por estes transes da crónica portuguesa (como por quaisquer outros, aliás) e sobretudo pelos dares e tomares em que fui envolvido; e para esses serão alimento bastante estes tópicos. Transcrevo-os quase como os alinhavei, afora um passo ou outro que cortei por demasiado cru, ou por alguma lima que apliquei aqui ou ali para corrigir atropelos de uma prosa lançada ao papel com excessiva rapidez, na lufa-lufa de um quotidiano infernal. Dou assim um testemunho, e faço-o porque alguém tem de o dar, neste crepúsculo nacional, que bem pode preludiar uma noite definitiva. Não há por aí tal que prefere ser europeu a ser português, sem se aperceber de que os demais europeus não querem deixar de ser os nacionais que são e de que, se deixar de ser português, não será mais coisa que valha? Não abundam por aí uns quidams para quem a nacionalidade deve ser enterrada entre urzes e giestas? Esses são os de mentalidade muito evoluída e muito sofisticada, que têm as teses dos outros mas ignoram tudo de nós, e que sorriem compassivos e superiores perante o que lhes parece velharia afonsina. No que me respeita, porém, nada mais escreverei sobre esse tempo que foi. Esta é a minha parte da verdade. Quem quiser acredita e quem não quiser não acredita. Por uma atitude ou outra, não vem mal ao mundo, nem a mim.

Lisboa, 1986.

I

1960

Paris, 4 de Outubro — Jantar oficial no Quai d'Orsay, em honra de Marcello Mathias. Luzes, flores, cristais e loiças de preço e tradição, homens esmagados por condecorações, mulheres a quem os decotes muito descidos apenas envelhecem. Couve de Murville, ministro francês dos Estrangeiros, muito hirto; Pierre Messmer, ministro das Forças Armadas, muito sólido; o Prof. Valéry-Radot, muito convencido; Louis Joxe, ministro da Educação, muito «*brave type*». Reinaldo dos Santos e Azeredo Perdigão são estrelas do lado português. Ao todo, umas cinquenta pessoas. Fiquei entre a Sr.ª Messmer e a Sr.ª Valéry-Radot. A primeira, que vai em breve a Portugal, perguntou-me qual a melhor maneira de comer bacalhau em Lisboa, e ficou atónita quando lhe disse que havia por aí umas cem. A segunda falou-me da peça de Françoise Sagan — *Château en Suède* — que acha estupenda. E não se saiu disto — para um lado e para outro.

Paris, 5 de Outubro — Almoço no Eliseu, oferecido pelo general De Gaulle a Mathias. Presente o primeiro-ministro Michel Debré. Fiquei quase em frente a De Gaulle; e pude seguir a conversa. Da sua altura física e da sua eminência histórica, De Gaulle dizia com simplicidade à mulher de Mathias: «*o meu filho passou há pouco em Lisboa e gostou muito*». Depois, interessou-se pela situação no Brasil: qual o candidato que será eleito? Via-se a chuva no parque do palácio: e pela janela entrava melancolia. De Gaulle punha os óculos; se pressentia um fotógrafo, logo os tirava; e sempre muito

tranquilo. Disse a senhora à minha esquerda, em voz ciciada: *«é muito* coquet *e não gosta que o vejam com óculos»*. Depois do almoço, vieram jornalistas e mais fotógrafos. De Gaulle submeteu-se às fotografias com ar de suprema aversão, e de soberano desprezo. Observado sem paixão, De Gaulle transmite a imagem de uma personalidade total: é o chefe; e os seus ombros não vergam ao peso da França.

Paris, 6 de Outubro — Almoço no Château des Champs, oferecido por André Malraux. Aos brindes, curvando-se todo para a frente, sem deixar os seus tiques e esgares, Malraux fez um discurso ressumando graça, espírito, poesia. Disse: *«adoro Portugal porque é o país da irrealidade política»*. Mais: *«Vi em Lisboa admiráveis brinquedos, muito bem feitos e acabados, e pensei quanto era maravilhoso não nos desligarmos da infância»*. Ainda: *«Paris está toda entre os ratos brancos gentis e os quadros da Rive Gauche»*.

Toda a tarde no Quai d'Orsay, a discutir o texto do comunicado. Ponto de desacordo: inclui-se ou não a referência ao convite feito a De Gaulle, para uma visita oficial a Lisboa? Não nos convém a simples anuência de princípio, e porque não fosse possível levar os franceses a uma aceitação nítida, nada se inclui.

Visitei de corrida, com minha mulher, a exposição Gulbenkian, no palacete da Avenida de Iéna. Belos Manets e Corots. Um excelente Franz Hals. No átrio, brilha a *Diana* de Houdon. Tudo vai para Lisboa, para o futuro Museu Gulbenkian. Azeredo Perdigão está mais do que excitadíssimo com a perspectiva, e com razão. Será um belo museu. Em torno de Azeredo, para aproveitar o brilho da Fundação, e ver se sugam os seus fundos, esgravatam uns quantos.

Paris, 7 de Outubro — Ao fim da manhã, e como vou seguir para Nova Iorque, fui ao quarto de Mathias despedir-me. Estava em calças de pijama, nu da cintura para cima, e escanhoava-se com apuro. Contou-me a conversa privada com De Gaulle. Em resumo: De Gaulle está resoluto em prosseguir no caminho da independência da Argélia; mas receia uma revolta do Exército. Depois, Mathias diz-me que sairá do governo nos princípios de 1961. Sibilinamente, disse que no meu regresso de Nova Iorque teríamos de falar

sobre o futuro do Ministério. Que quer isto dizer? Quanto a atribuir-me um posto no estrangeiro — nada.

Nova Iorque, 12 de Outubro — Grande debate na Assembleia Geral das Nações Unidas. Desarmamento é o tema. Muitos dos grandes da terra: Gomulka, Kadar, Gromyko. E Nikita Kruschev. De improviso, Kruschev replica aos ocidentais. É o *mujik* de todas as Rússias a falar: baixo, atarracado, corpulento; cabeça toda calva e assente, quase sem pescoço, entre ombros largos e angulosos; vestido com suprema boçalidade e descaso; e exprimindo-se em torrentes de palavras, com ímpeto, como força da natureza, e numa linguagem que (pelo menos através do intérprete inglês) combina a imagem primária e grosseira com uma astúcia de cigano que sorri ao ludibriar o próximo. Kruschev retoma o seu lugar na carteira da delegação soviética. De repente, enquanto na tribuna se sucedem os oradores, o russo descalça um sapato, e com o salto bate vigorosamente no tampo da mesa. Bate uma, e muitas vezes. E ri-se para os lados, banhado de gozo e desdém. Sentado à sua esquerda, Gromyko mantém-se impassível, com a sua face de cortiça. Pela sala, em toda a vasta abóbada, nas galerias do público, ruge de súbito o tumulto: berros, correrias, delegados que sobem às mesas, jornalistas que se precipitam aos telefones, cenas de quase pugilato. E o presidente, para impor ordem, tanto bate com o martelo de madeira — que o parte. É suspensa a sessão. Kruschev sai entre palmas e insultos, protegido pelos guardas da ONU. Por que fez isto? Explicação mais comum: para desprestigiar e rebaixar a organização. Sob a excitação colectiva da cena na Assembleia Geral, reúne-se o *grupo europeu* para apreciar a candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança. Resolveu dar-nos o seu apoio maciço.

Nova Iorque, 20 de Outubro — Comunistas e afro-asiáticos reagem à nossa candidatura ao Conselho de Segurança. Desencadeiam intensa propaganda de ataque. Se ocidentais e latino-americanos se mantiverem firmes, seremos eleitos apesar de tudo; ou, se o não formos, ninguém será, visto que haverá sempre o terço bloqueador; e seria então a paralisia do Conselho. Mas duvido que haja a Ocidente esse nervo!

Nova Iorque, 2 de Dezembro — Depois de sucessivas votações nulas, os ocidentais fraquejam e, para cortejar o afro-asiático, retiram-nos o seu apoio. Portugal logo retirou também a sua candidatura, porque ficava destinada ao insucesso. Foi escolhida a Libéria, e eleita para um período de um ano, o que quer dizer que os Estados Unidos ficam a dispor de mais um voto no Conselho. A Libéria é havida pela ONU como mais valiosa do que Portugal.

II

1961

Lisboa, 22 de Janeiro — Galvão e uns tantos apoderam-se do *Santa Maria*. Este episódio, se for politizado pelo mundo, vai no futuro ter repercussões. Lisboa fervilha de boatos: remodelação ministerial, Salazar gravemente doente e desavindo com Thomaz, confusão. Uma trapalhada!

Lisboa, 27 de Fevereiro — Marcello Mathias sugeriu que eu poderia ser secretário-geral do Ministério. Sorri-me, e disse-lhe que o lugar de momento não me interessava. Pareceu não gostar da resposta. Do episódio *Santa Maria* sai mal-ferido o regime.

Lisboa, 4 de Março — Chegam notícias de que se projecta novo assalto, desta vez ao *Vera Cruz*. Fui à noite ao S. Luís, para o camarote do embaixador de França, ver uma peça francesa, *La Collection Dressen*. Nada de notável. Estava também o Pedro Theotónio, muito calmo e bem-disposto.

Lisboa, 11 de Março — Inscrita na agenda do Conselho de Segurança, por iniciativa da Libéria, a questão de Angola. Galvão, *Santa Maria*, Angola: há aqui uma ligação, uma cadeia estranha.

Lisboa, 19 de Março — Fernando Castiella, ministro dos Estrangeiros de Espanha, está de visita a Portugal. Castiella é um imperialista espanhol, e esconde-o mal, pelo menos quanto a nós. No Conselho de Segurança foi rejeitada a resolução contra Angola; mas o voto americano foi pela primeira vez hostil a Portugal. Há aqui um qualquer plano dos Estados Unidos, e que tem como objectivo pôr Portugal fora de África; mas os demais ocidentais ainda se não aperceberam disso, e não acompanharam Washington na votação no Conselho de Segurança. *Santa Maria;* Galvão protegido pela marinha de guerra americana; iniciativa da Libéria, que é um feudo dos Estados Unidos; voto hostil do novo presidente americano (Kennedy) — se tudo isto não é uma colossal malha, então não sei que seja. Aliás, na Embaixada de Espanha, e depois de jantar, Elbrick veio ter comigo e foi claro: os Estados Unidos apoiam sem restrições a autodeterminação em África. Internamente, o boato é rei; e tudo parece a ponto de se esbarrondar. Grande crise nacional em perspectiva.

Lisboa, 21 de Março — Marcello Mathias diz-me que vai abandonar o MNE e que se propõe recomendar que eu o substitua. Aceito? Reajo violentamente: não e não. Se os meus serviços como director-geral político são havidos por bons (e de outra forma como se compreenderia aquele convite?), então julgo que tenho direito e peço a embaixada em Copenhaga, que está vaga, ou em Santiago do Chile, que vai vagar. Mathias exalta-se, e diz desabridamente que eu devo ter enlouquecido. Revolto-me: então solicitar uma de duas modestas embaixadas parece-lhe excessivo? Mathias fica furioso e sai do gabinete, sem mais palavras.

Lisboa, 24 de Março — Volta Mathias ao assunto: sim, decerto, eu teria direito a escolher a embaixada que quisesse: mas o problema está em que eu *tenho* de o substituir nos Estrangeiros. Não *tenho* nada, digo eu.

Paris, 11 de Abril — Vim para uma reunião de um comité da NATO sobre África, e ainda antes de esta se efectuar telefona-me Mathias de Lisboa a pedir que eu regresse no primeiro avião. Porquê? Responde: é que precisamos mesmo de si. Entretanto, chegam aqui os rumores mais contraditórios: revolta das Forças Armadas?

Lisboa, 12 de Abril — Ao regressar de Paris, no aeroporto, encontro o jornalista Marques Gastão. Este diz-me: o país está em pé de guerra, fala-se num golpe de Estado, há quem afirme que Salazar seguiu para a Suíça, Thomaz está a negociar com Botelho Moniz, etc., etc. Sigo para o Estoril, para casa de Mathias. Durante horas debatemos o mesmo assunto: que eu o substitua no MNE. Reajo da mesma maneira. É esgotante, e de qualquer modo já me envolveu num clima de exaspero.

Lisboa, 13 de Abril — *«Para Angola, rapidamente e em força»*, foi um grito de Salazar que ressoou pelo país. Parece claro que Botelho Moniz preparava um largo golpe. Corre que Marcello Caetano seria o elemento civil principal. Que estará por detrás de tudo isto? Ramada Curto diz na rádio que não se muda de general no meio da batalha. Clima emocional e de grande tensão.

Lisboa, 14 de Abril — Todo o país está vergastado por um temporal político que deve ser raro na sua história. Compreendem-se agora melhor os tumultos, os morticínios, o terrorismo que lavram no Norte de Angola desde há um mês. Há um propósito internacional claro, deliberado, de fazer ajoelhar o governo de Lisboa e de vergar, pelo medo e pelo desvairo, o povo português. Se esta pressão se mantém, e apesar do gesto de Oliveira Salazar, por quanto tempo será suportável esta atmosfera? Firmeza, tenacidade, espírito de sacrifício e luta são coisas que desconhecemos entre nós.

Lisboa, 15 de Abril — Telefona-me Solari Allegro (1) a dizer-me que o Presidente do Conselho pede para eu passar amanhã pelas três da tarde pela sua residência. Posso? Posso. E de que se trata? Não sabe.

Lisboa, 16 de Abril — É domingo, está um dia de céus baços, húmido e mortiço. Ao começo da tarde, fui à residência da Rua da Imprensa à Estrela. No parque, em torno da casa, tudo estava tranquilo, sem nervos,

(1) Na altura, secretário ou chefe de gabinete de Oliveira Salazar.

sem vibração, numa harmonia adormecida. Haviam estacado no portão o terrorismo de Angola, a angústia dos espíritos, a convulsão do país, o ciclone político que pelo mundo fustiga Portugal. Abriu-me a porta uma empregadinha da província, e deparei com Oliveira Salazar no corredor, a caminho do seu gabinete. Acolheu-me com efusão: dir-se-ia jubiloso por me ver e encantado com a visita de quem fosse um íntimo, querido amigo. Uma inultrapassável capacidade de aliciamento pessoal. Sentámo-nos frente a frente, nos dois cadeirões de couro, já puidos e com manchas. Em torno, estantes com livros. Na secretária e na mesa ao fundo, fotografias com dedicatórias: Pio XII, Franco, o Duque de Kent, Isabel de Inglaterra. A um canto, um grande crucifixo de prata. Não se escutava um som exterior. De toda a casa, numa paz de domingo, somente o silêncio parecia ter densidade e presença física. E Salazar estava sereno, quase jovial, sem preocupações, sem dramas, sem problemas, como se o regime e ele próprio não houvessem estado em jogo há três ou quatro dias. De rosto pálido, mas sadio; aspecto escanhoado, meticuloso, apurado; e apenas os olhos em movimento constante verrumavam com avidez insaciável os ângulos da sala. E pareceu-me ao mesmo tempo o vulto da solidão: alheio ao mundo, para lá dos homens, acima dos caminhos de superfície e dos acontecimentos, em paz com os séculos e a terra antiga. De súbito, sem um gesto, entre duvidoso e afirmativo, numa voz afável e cativante:

— *«Dizem-me que está então disposto a fazer o sacrifício de assumir a responsabilidade dos Negócios Estrangeiros?»*

Atalhei: reconhecia que fora objecto de sondagens e insistências, em especial da parte de Marcello Mathias. Mas haviam sido negativas as minhas reacções. Tinha mil motivos: de saúde, de ordem pessoal, outros mais. Eu não podia compreender como chegara o Presidente do Conselho a um juízo diverso. E Oliveira Salazar não mostra surpresa, nem traço de agastamento, ou de impaciência. E diz, com lentidão compreensiva:

— *«Eu sei, eu sei que não é um salazarista nem é igual à minha a sua formação, e que tem outras ideias sobre governo. Sei que se situa num campo político diferente».*

Interrompo para dizer que efectivamente assim era, sem prejuízo do respeito e admiração pessoal pela figura do chefe do governo. Salazar continua:

— *«Mas eu sei também que é um patriota, e eu não lhe peço compromisso político ou declaração em qualquer sentido. Estamos num momento de crise, e esta é nacional, e por isso apelo para o seu patriotismo. E apenas lhe quero fazer três perguntas. Concorda com a política ultramarina defini-*

da desde há anos e reiterada nos últimos dias? Em sua opinião, julga que dispomos dos meios suficientes para executar essa política? E um último ponto: pensa que vale a pena fazer um esforço para defender os valores que estão em causa? É só isto que eu quero saber».

Salazar calou-se, observa-me com um olhar agudo e intenso, sem um gesto, sem alterar a expressão do rosto. Respondi às perguntas. Não tinha dúvidas no meu espírito de que a política ultramarina era correcta, e a que mais convinha aos interesses nacionais; se bem usados, com tenacidade, frieza, lucidez, os nossos meios deveriam ser bastantes para a vitória, ainda que a longo prazo; e também não tinha dúvidas de que, perante valores tão imensos e tão vitais, todo o esforço valia a pena. Não devíamos em nenhum caso render-nos sem luta. E Salazar logo cortou:

— *«Sendo assim, não vejo como pode recusar a sua colaboração. Sim, eu compreendo a sua repugnância e a sua fadiga. Mas creia que também estou fazendo um sacrifício por vezes insuportável. E sabe? Estou sempre número um para tomar o rápido para Coimbra e Santa Comba. E também estou cansado. Mas logo que me sinto cansado, paro, e descanso, e depois posso trabalhar melhor. Faça o mesmo, lembre-se do meu exemplo quando estiver exausto. E vamos ver, vamos tentar. Quanto tempo duraremos? Não sei. Três meses? Seis meses? Sobre a política não tenho dúvidas ou hesitações; mas até onde poderemos ir? Veremos. Mas isto é só para nós. Para a opinião pública, para o país, só temos certezas e confiança. Quando encontrarmos um obstáculo intransponível, então reconsideraremos. Mas temos de partir do princípio de que venceremos todos os obstáculos».*

Houve uma pausa. Eu, em desespero, recorro a todos os argumentos, e deixo cair: *«nem mesmo pertenço à União Nacional»*. Comenta Salazar com rápida vivacidade: *«ah! nem pertença, nem pertença!»* Salazar faz então um exame da situação internacional, uma avaliação das forças em presença, um resumo das críticas que a oposição lhe dirige. Depois:

— *«E no fundo de que me acusam? Alegam que o ambiente internacional nos é desfavorável. Pois é, isso é. Mas que culpa tem o governo? Vendo bem, estão a acusar-me de ter perdido as eleições no Brasil e nos Estados Unidos* (1). *Mas então, porque nos é hostil num dado momento a atmos-*

(1) Oliveira Salazar queria referir-se às eleições de Jânio Quadros no Brasil e de John Kennedy nos Estados Unidos. Ambos haviam iniciado uma política hostil a Portugal.

fera internacional, nós vamos mudar a nossa política? Então os interesses portugueses estão dependentes de quem manda no Rio ou em Washington? Não pode ser. Olhe: sentado nessa cadeira, aí onde o senhor está, o general Botelho Moniz dizia-me que tínhamos de ceder, ou ao menos fingir que cedíamos, em face das pressões americanas ou outras, e ao menos pintar a fachada das cores que eles quisessem. Como se os outros se deixassem convencer com fingimentos! Histórias! Não podemos ser ingénuos, nem julgar que os outros o são. E quanto ao Ministério dos Estrangeiros, nada lhe digo: o senhor conhece os serviços e o trabalho como ninguém».

Era claro que no espírito de Salazar estava solucionado o problema. Ainda ponderei alguns motivos pessoais, e pedi que não se surpreendesse nem magoasse se eu dentro de meses solicitasse a minha substituição.

— *«Jesus! De modo nenhum. Compreenderia perfeitamente. Isso faz-me lembrar que já tivemos um Ministro dos Estrangeiros só durante um mês. Houve que o mandar embora, mas por outra razão: é que fez tantos disparates que não podia continuar. Foi o Trindade Coelho. Mas vai ver que resiste. Descanse, tome umas férias. E lembre-se de mim».*

Salazar levantou-se, acompanhou-me pelos corredores até à porta. E considerando-me já cúmplice em segredos, diz-me em voz baixa:

— *«Por enquanto não diga nada. Estou ainda fazendo uns ajustamentos, umas sondagens, e só dentro de quinze ou vinte dias poderei remodelar o governo. Peço-lhe toda a confidência».*

Lisboa, 18 de Abril — Voltei à minha rotina na Direcção-Geral, mas já sinto as grilhetas da futura função e o peso das responsabilidades. Nada é mais igual: nem as pessoas nem as coisas.

Lisboa, 4 de Maio — Tomei posse do cargo de Ministro dos Estrangeiros.

Oslo, 8 de Maio — Por ser a vez de Portugal, presidi à sessão do Conselho do Pacto do Atlântico. Pressenti olhos críticos cravados em mim: de que espécie é este novo ministro e que vale? Estou seguro de que em nada

me perturbei. Há que reconhecer não ser inútil a longa experiência de reuniões internacionais. Numa meia tarde disponível, percorri a cidade de Oslo. Um burgo pitoresco, sadio, com ar feliz mas pequenino, de província mortiça. Numa praça, o meu cicerone aponta uma larga parede ao fundo, e diz: *«ali fuzilaram os nazis muitos noruegueses patriotas»*.

Lisboa, 10 de Setembro — Falando-se da nossa política com a Santa Sé e do caso do Bispo do Porto, disse Salazar: *«a culpa é desse velho Tardini* (1). *Está à espera que eu morra. Eu estou à espera que ele morra. Mas o velho é teimoso»*. Outras afirmações do chefe do governo: *«Em Conselho de Ministros não revele segredos. Os ministros não merecem confiança. É o que me diz a experienciazinha. O que disser ao Conselho é só para autenticar o que se souber publicamente»*. Mais: *«O mundo está tão cheio de contradições, dizem-se tantas loucuras, proferem-se tantos disparates, que às vezes tenho receio de que tudo isso me transtorne e me dê volta à cabeça»*. Ainda: *«Escreva ao Theotónio* (2). *Às vezes desanima, e é preciso encorajá-lo. Eu não preciso: tenho às vezes dificuldades em encontrar o caminho, mas desde que encontrado não preciso de ninguém no mundo para me apoiar e manter o moral»*. Por fim: *«Não gosto que os ministros viajem. Deixam-se entusiasmar e fazem promessas que depois não se podem ou são difíceis de cumprir»*.

Nova Iorque, 15 de Novembro — Semanas de actividade esgotante: conferência na Universidade de Harvard, palestra no *Council on Foreign Relations*, entrevistas à Rádio, Televisão, Imprensa, à *National Review*, à *Nation Française*, etc. Encontros com alguns grandes do mundo. Com Dean Rusk (3): homem sólido, que parece de boa-fé e de princípios; e, se pudesse, gostaria de concordar com a política portuguesa muito mais do que diz. Afonso Arinos (4): inteligente, sem dúvida, e vaidoso até ali; julga ter um papel no Brasil e no mundo; tudo nele é expresso de forma emproada e em

(1) Então Cardeal Secretário de Estado do Vaticano.
(2) Acabava de ser nomeado embaixador em Washington.
(3) Secretário de Estado dos Estados Unidos.
(4) Chanceler do Brasil e depois representante permanente na ONU.

alto nível; sente-se um intelectual e arrasta a sua intelectualidade com absoluta convicção; e procura fazer-nos acreditar em que só por dever para com o destino implacável se deixa vergar e sacrificar à fatalidade penosa de ser um homem de génio. Paul-Henri Spaak (1): astuto, rápido, afirmando-se sempre apegado a princípios, para melhor ser oportunista; e se vitoriado e aplaudido pela assistência toma um ar modesto e humilde de quem nada merece porque cumpre apenas um simples dever. Adlai Stevenson (2): tão brilhante como inteligente, tão ingénuo como sincero, com a audácia da ignorância e a confiança da inexperiência. Estes homens têm largas fatias na direcção e no destino dos povos. É temeroso.

Madrid, 26 de Novembro — Cinco dias maciços com o Presidente Thomaz de visita oficial a Espanha. Do Palácio do Oriente ao Palácio da Moncloa, do Museu do Prado ao Escorial, do Vale dos Caídos ao Alcazar de Toledo — por toda a parte está impresso, estampado, exibido, soberbamente afirmado o sentimento espanhol de grandeza. Está presente na sumptuosidade dos salões, na riqueza dos museus, nos séculos que se adivinham nas muralhas, na lenda já gravada nas ruínas do Alcazar ou nas estruturas rudes do Vale dos Caídos; e a nostalgia de Carlos V, Filipe II, da *Invencível Armada,* de Cervantes, dos Conquistadores, paira em todos os ambientes, quase se *vê,* quase se *ouve.* Continua imperial a Espanha, e militarista, e de ânimo dominador; e sofre por não poder regressar pelo menos a Filipe II. A seu lado, ao lado da Espanha, nós portugueses parecemos uns simples, uns cândidos, uns paisanos, por vezes provincianamente fascinados, e não nos apercebemos de que, desta banda da fronteira, nos espreitam sempre, sempre, um conde-duque de Olivares, um José Carvajal, um Floridablanca, um Godoy, um Afonso XIII, e todos, todos os mais, com continuadores tenazes nos nossos dias. Não se pode deixar de admirar a Espanha — mas não se pode deixar de recear a Espanha. O generalíssimo Franco? Um homem sobre o baixo, mesmo atarracado, de feições arredondadas, já calvo, com barriga proeminente a abaular o seu grande uniforme ou o seu capote comprido até quase aos pés; um ar muito tímido, doce,

(1) Ministro dos Estrangeiros da Bélgica e de reputação internacional.

(2) Elemento influente no Partido Democrático, antigo candidato à Presidência dos Estados Unidos, e representante permanente na ONU.

suave, muito calmo, pisando e falando sumido; mas para lá do exterior está o galego astuto e raposa velha, com manha e ronha que ressumam de cada olhar, de cada murmúrio, de cada gesto; e tudo temperado por décadas de governo autoritário, em que o hábito de mandar se tornou tão natural como o de respirar e, se lhe emprestou serenidade, não o marcou com o timbre de grande senhor. Fernando Castiella? Homem de boa presença, biscainho esperto até ali, e que em cada frase põe uma mentira ou uma cilada. E então amigo dos portugueses! É verdadeiramente de comover. O capitão-general Muñoz-Grandes? Um militar de quatro costados, probo, íntegro, caninamente leal a Franco, mas sobretudo um homem pão-pão, queijo-queijo. O Vale dos Caídos? Um monumento só possível em Espanha — para perpetuar a memória de Franco, o espanhol de todos os espanhóis. E através de tudo, os almirantes, os generais, os grandes de Espanha, e a duquesa de Pastrana, e o conde de Mayalde, e a marquesa de Viana, e Pilar Primo de Rivera — e tudo por entre Goyas, e Grecos, e Zurbarans, e Moros. Fui ver ao hospital de Talavera um belo quadro, que os espanhóis dizem ser um retrato de D. João II (e parece de facto ser) mas cujo pintor não conseguem identificar. No interior das ruínas do Alcazar de Toledo, estão conservados os velhos aparelhos de rádio que foram usados para comunicar com o Rádio Clube Português; e numa parede do gabinete do general Moscardó estão gravadas as palavras do diálogo com seu filho, minutos antes do fuzilamento deste pelos governamentais. Na partida do comboio presidencial de regresso a Lisboa, chovia — e a última impressão é a de uma Madrid subitamente triste sob uma chuva triste.

Paris, 14 de Dezembro — Convicto como estou de que Nehru, no fundo um tortuoso agressor, está forjando e vai brandir o seu gládio contra Goa, como remate do processo que desencadeou há anos, aproveito a sessão da NATO para assediar os ministros aqui presentes. Antes de mais, o inglês, Lord Home, que é patrício dos antigos, partidário da aliança luso-britânica e amigo de Portugal, diz-me que o governo britânico está a fazer quanto pode em Nova Deli — mas pode muito pouco. Dean Rusk, o americano, ainda está confiante em que Nehru não ataque; e à minha frente manda telegrafar para Nova Iorque, a Stevenson, para que intervenha junto do secretário-geral da ONU no sentido de este parar Nehru. Quando digo aos ministros, falando na sessão, que julgo estar por pouco a agressão indiana, leio nos olhos de todos a incredulidade. Serão ingénuos — ou convém-lhes

dizer que não acreditam para assim não terem que tomar posição quanto ao fundo do problema?

Lisboa, 17 de Dezembro — Pelas quatro horas da manhã, acordo Salazar, ao telefone. Parece desperto e repousado, como se fossem horas normais do dia. Submeto-lhe o texto de uma nota a entregar ao Conselho de Segurança, em Nova Iorque, a denunciar a agressão iminente por parte da União Indiana contra Goa. É brutal o texto; e Salazar aprova-o. Dir-se-ia que Salazar ainda tem esperanças num recuo de Nehru. Mando seguir a nota para Vasco Garin (1). No vasto casarão do ministério, tudo está vazio, e em escuridão e silêncio; e apenas o serviço da cifra está iluminado e em trabalho febril. E fico no meu gabinete, só, a ouvir correr o tempo no trabalhar forte do grande relógio de caixa alta, junto da parede ao fundo. Desfiam-se as horas, aproxima-se a madrugada. Nas costas do Índico, a Roma do Oriente, a cidade de Albuquerque, está em jogo: às suas portas estão cinquenta mil soldados inimigos: e nas suas águas cruza a esquadra da União Indiana. E os seiscentos mil goeses, que na sua esmagadora maioria não querem ser indianos, enfrentam o risco de se verem esmagados e absorvidos entre os milhões, as centenas de milhões de indianos. Há quase um mês — para já não falar de quanto se tem feito no decurso de anos — que travamos uma intensa campanha mundial para salvar Goa. Haverá mais qualquer coisa a fazer que não me ocorra?

Nova Iorque, 18 de Dezembro — Desencadeado o ataque indiano, parti apressadamente para Nova Iorque, a fim de participar no Conselho de Segurança, cuja reunião urgente solicitámos. Viagem demorada, porque seguiu por Londres e Escócia o único avião disponível.

No aeroporto, à chegada, espera-me Vasco Garin, que sem ambages me diz: a reunião do Conselho já findou, a União Soviética opôs o seu veto à resolução que condenava Nehru, as forças portuguesas renderam-se em Goa quase sem combate, está tudo consumado. Por momentos, fico desorganizado de estupefacção. Como é possível?

(1) Representante permanente de Portugal junto das Nações Unidas.

Lisboa, 25 de Dezembro — E pronto: uma nova crise nacional por virtude do que aconteceu em Goa. Oh! o feitio português e as suas contradições! Uns dizem: deveria ter-se enviado muito mais tropas. Outros: parece impossível, sacrificaram-se tropas. Terceiros: se se tivesse negociado e conversado com Nehru, não teríamos perdido Goa. Ainda: para quê tentar manter Goa? Mais: o que nos perdeu foi a intransigência de Salazar. Ou: a culpa foi de Lisboa, que não forneceu armamento e munições bastantes, e a tempo; a culpa foi do comando local, em particular Vassalo e Silva, que se não bateu como devia; o comando local fez lindamente em não se bater, porque eram nenhumas as possibilidades de sucesso; e se se sabia que não era viável resistir com sucesso, por que motivo se quis resistir? Mas ninguém, absolutamente ninguém (que eu saiba) responde às seguintes perguntas: uma vez que Nehru *queria* Goa, a *posse* de Goa, a *integração* de Goa na Índia, *que* ficava para negociar e *como* é que uma negociação salvava Goa se era precisamente Goa que Nehru queria? Que outra política além de obrigar Nehru a ter de fazer a guerra (o que contrariava o seu apregoado pacifismo), poderia ter salvo Goa? Finalmente, porque se corre o risco de perder uma coisa ou de que uma coisa nos seja roubada, vamos logo tomar a iniciativa de nos desfazer dessa coisa ou entregá-la ao ladrão?

Lisboa, 30 de Dezembro — Toda a tarde, das seis às nove, Salazar, o ministro do Ultramar e eu examinámos, palavra a palavra, o discurso que, sobre os acontecimentos de Goa, o chefe do governo vai proferir a 3 de Janeiro na Assembleia Nacional. Está duro, está áspero. «*Veja lá*», diz-me Salazar, «*isto é muito forte, e depois é o senhor que sofre as consequências*». Um ponto se discutiu muito: saímos ou não das Nações Unidas? Resolveu-se fazer uma ameaça, bastante clara, mas não abandonar por ora a organização. Sobre a excitação que continua no país por causa de Goa, Salazar comentou: «*Querem-me pegar fogo. Está bem. Mas deixem-me primeiro explicar as coisas como se passaram. E depois peguem-me fogo*».

III

1962

Lisboa, 3 de Janeiro — Discurso de Salazar na Assembleia Nacional. Salazar, rouco pelas emoções sofridas nas últimas semanas, entrega o texto a Mário de Figueiredo, e é este que o lê à Câmara. Ambiente na sala é de grande excitação: os deputados, os membros do governo, o público que transborda nas galerias, os jornalistas, os grandes projectores de televisão e cinema — tudo criou uma atmosfera irreal, um cenário de drama, um vasto palco em que os personagens se aprestam a invocar com euforia o que foi e é uma tragédia, política e humana. Há ovação e vivas a Salazar, há morras a Nehru, aos americanos, e outros brados que se chocam e se cruzam e se anulam, e não se percebe quem é vitoriado ou vaiado. Mas as palavras de Salazar são depois escutadas com emoção sincera, com gravidade recolhida, e as interrupções foram genuínas no apoio ou na indignação que exprimiam. Tudo adensado pelo peso dos acontecimentos de Beja (1) e pela morte do subsecretário do Exército Jaime da Fonseca.

Lisboa, 25 de Janeiro — Referindo-se aos americanos, Salazar disse-me: «*Que queiram deitar-me a terra, compreendo; mas irrita-me que me tomem por tolo*». Entretanto, Kennedy fez uma declaração pública acentuando a importância da base dos Açores.

---

(1) Referência à tentativa de assalto ao quartel de Beja, efectuada na madrugada de 1 de Janeiro de 1962.

Lisboa, 8 de Fevereiro — Salazar exprimiu um conceito curioso: *«A ordem pública é um mistério. Como se mantém? Por que se mantém? Sem boa administração e sem justiça não há ordem, não pode haver ordem. A ordem repousa sobre fios de seda: quando estes se quebram, não há força que mantenha a ordem».*

Lisboa, 20 de Fevereiro — Trabalho com Salazar. De registar algumas afirmações suas, feitas em tom de abandono: *«Não há dúvida de que estamos perante uma viragem, e eu estou preso às ideias do passado».* Mais: *«É por isso que eu estou com pressa de me ir embora porque não me dou com a nova mentalidade. Isto é só para safados».* Depois: *«Os outros não obedecem a princípios e vão ganhando, e nós perdendo. Estamos talvez a jogar com as cartas falsas e sem valor».* Não fiquei persuadido de que Salazar acreditasse inteiramente nas suas próprias palavras.

Lisboa, 24 de Fevereiro — Conselho de Ministros concluiu hoje debate sobre a proposta de lei de colonização agrária, elaborada e defendida por Mota Campos. Discussão acalorada, por vezes mesmo vigorosa. Conselho dividido em ala direita e ala esquerda; e Salazar e Pinto Barbosa são os moderadores do centro. À noite, jantar em casa de Reinaldo dos Santos. Gente vária: Fernanda Ferro, ex-rei de Itália, Natércia Freire, outros mais. Cantadores de fado divertiram-nos.

Lisboa, 10 de Março — Notícia de algumas manifestações no Porto por causa do que se supõe ser um atraso propositado no repatriamento dos nossos militares de Goa. Eu compreendo a impaciência das famílias. Mas o curioso — e significativo — é que os manifestantes não são recrutados entre os que têm parentes em Goa.

Lisboa, 12 de Março — Como é o português? Homem de entusiasmos eufóricos e de desalentos; capaz de maledicência mas sem sentido crítico nem autonomia mental; crédulo e impressionável, sobretudo perante quanto provenha do estrangeiro; oscilante em face de sucessivas *verdades* que lhe sejam sopradas; improvisador e habilidoso (não hábil); esperto, sim, mas

para tomar sempre a opção mais fácil, arredando quaisquer sacrifícios ainda que se percam valores essenciais. Comentando o nosso carácter, Salazar deixou cair estas frases: *«A nossa gente não aguenta a nossa política. Se em lugar de governarmos este país, governássemos outro, conseguia-se mais. Neste, a gente puxa, puxa, mas como não dá, temos a tendência para nos nivelarmos à massa».*

Lisboa, 23 de Março — Acompanho Salazar na visita ao Palácio da Ajuda e sua capela. Objectivo: examinar os arranjos feitos para a cerimónia de imposição do chapéu cardinalício ao núncio Giovanni Panico, há pouco elevado à púrpura. Espanto-me sempre: a capacidade de Salazar em observar, em se concentrar, em se interessar pelo mínimo pormenor parece inesgotável. Durante duas horas, para aquele homem nada mais existiu ou importou no mundo senão o aspecto de uma tapeçaria, a posição de uma cadeira, de um móvel, de um quadro, de uma simples jarra. Dois pontos impressionam: o sentido do gosto, da distinção, do muito bom, do aristocratismo; e a obsessão de impressionar bem os estrangeiros, de marcar perante estes uma superioridade nacional. A superioridade de fazer *bem feito* o que há a fazer. É o velho *«talent de bien faire».*

Lisboa, 26 de Março — Cerimónia na Ajuda: em nome do Papa, e cumprindo velha tradição desde os tempos do Senhor D. João V, o Presidente da República impõe o chapéu de cardeal ao novo príncipe da Igreja. Foram algumas horas passadas pelo menos no século XVIII: tudo composto de coros, de música, de oratória, de fâmulos com tocheiros, de púrpuras e carmesins dos prelados, de grandes uniformes, de história contada em condecorações, de vestidos de preço, de baixelas, de cristais, de lumes, de peças da China, da Índia, do Japão e de salões carregados de símbolos de coisas tão antigas que se perderam na memória dos homens comuns. Veio-me à memória um velho soneto do velho Júlio Dantas que retratava uma festa de aristocracia, há dois ou três séculos, e em que se viam ao fundo, *«em derriço junto a uma mesa, o senhor Cardeal e a Senhora Duquesa».* Salazar, de casaca — sem mais arrebique.

Lisboa, 4 de Abril — Estudantes em agitação, e toda a questão universitária é debatida em Conselho de Ministros. Lopes de Almeida hesita, ter-

giversa, titubeia. À queima-roupa, pergunta-lhe Salazar: «*mas o sr. ministro prometeu ou não que seria autorizado o Dia do Estudante?*» Lopes de Almeida mete os pés pelas mãos, fica corado até às orelhas e raiz dos seus poucos cabelos, e com esforço murmura em voz enrouquecida: «*não*». Estava claramente a mentir. Mas Salazar logo tira a conclusão: «*Ah! bem, então o governo está livre de proibir o Dia do Estudante*». E Lopes de Almeida concorda em publicar uma nota oficiosa proibindo o Dia do Estudante.

Lisboa, 5 de Abril — Publicada nota oficiosa. Demite-se Marcello Caetano, reitor da Universidade Clássica de Lisboa. Sensação no país. Atitude de Marcello Caetano é interpretada como de oposição ao governo. Ao que parece, Lopes de Almeida havia-lhe dado a entender que o Dia do Estudante seria autorizado. À noite, estou com Azeredo Perdigão e Marcello Mathias: ambos acentuam a importância e mesmo a gravidade da crise universitária. Desencadeou-se um claro estado de tensão e nervosismo. Luís Teixeira Pinto e André Gonçalves Pereira telefonam-me a acentuá-lo. Fervem boatos de greves universitárias.

Lisboa, 17 de Abril — Agitação estudantil em larga escala, demissão de alguns directores de Faculdades, rumores de tumultos sérios para o primeiro de Maio. Em Conselho de Ministros, Salazar diz: «*muitos vão precisar de injecções de vitaminas*». E analisando a acção que atribui aos comunistas em toda a agitação, comenta: «*se nada fizermos, antes de dez anos eles estão sentados a esta mesa*».

Lisboa, 20 de Abril — Sexta-Feira Santa. Fui ao ministério para receber um emissário secreto de Tschombé (1), acompanhado do brigadeiro Almeida Viana. Que diz o emissário? Que Tschombé se propõe juntar no Catanga uma quantidade suficiente de aviões para destruir as forças da ONU; e que as operações devem ser desencadeadas dentro de 15 dias. Faço per-

(1) Moise Tschombé: como se sabe, chefe da província congolesa do Catanga, cuja secessão proclamou, ascendendo depois à chefia do governo congolês.

guntas técnicas, de quem se deseja informar dos aspectos materiais; mas não comprometo o governo em qualquer auxílio.

Lisboa, 23 de Abril — Anunciado o empréstimo do *Eximbank* para a construção da ponte sobre o Tejo, já adjudicada à *United States Steel.*

Lisboa, 29 de Abril — Ao que deduzo, no país inteiro só há um rumor: no próximo dia 1 de Maio serão desencadeados tumultos gravíssimos de lés a lés. Pelo Ministério do Interior é publicada uma nota oficiosa pondo em guarda a opinião pública. Deu um salto a Santa Comba o chefe do governo.

Lisboa, 2 de Maio — Notícias de algumas correrias em Aljustrel: são de deplorar dois homens mortos, quatro feridos. No mais, o dia 1 de Maio passou sem solavanco especial. Partida para Atenas, a participar numa reunião da NATO.

Atenas, 6 de Maio — Reunião da NATO. Tive longas conversas com os meus colegas estrangeiros: Lord Home, do Reino Unido, grande patrício dos clãs escoceses; Spaak, o belga, o duro socialista de velhos tempos, está mais burguês do que nunca; Luns, da Holanda, com uma exuberância que se diria latina e um bom humor permanente que se diria britânico; Andreotti, italiano até à medula, está sempre à espera de um pretexto para sorrir; e Dean Rusk, que tenta sempre disfarçar que tem por detrás o poder dos Estados Unidos. No intervalo das sessões, revisitei a Acrópole, o Pártenon, e fui ao cabo Soumion, com Gomes de Araújo, ver o templo de Poseidon. Manifestamente, os gregos exageram: não se encontra uma pedra sem que nos digam: «*aqui, Platão costumava sentar-se — e pensar*». São uma espécie de ciganos levantinos, os gregos de hoje.

Lisboa, 7 de Maio — Pelo fim da tarde, vou ainda à residência da Rua da Imprensa e relato a Salazar o que se passou em Atenas. À despedida, Salazar diz-me: «*Informam-me que amanhã haverá tiros por aí, mas como não devem chegar até aqui, apareça às seis para continuarmos*».

Lisboa, 12 de Maio — Jantar em casa de Teixeira Pinto. Está Pinto Barbosa. Fala-se de tumultos nos dias 16, 18, 26 e 28, com assaltos e atentados. Porquê nestes dias? Continua o desassossego dos estudantes.

Lisboa, 14 de Maio—Mais rumores sobre perturbações da ordem pública. Previsto atentado contra o Presidente do Conselho no dia 28, segundo notícia de Genebra. Almoço com Sarmento Rodrigues e Costa Freitas. A propósito de uma notícia sobre os Açores na imprensa dos Estados Unidos, troquei rápidas impresssões com Salazar. Diz: «*se não houver mudança americana, não poderemos negociar; então terá de ser outro governo a fazê-lo*». Exprimo a convicção de que nenhum governo português assinaria um acordo contra os interesses nacionais. Reage Salazar: «*Meu caro senhor, está muito enganado. Há homens que querem ser ministros seja em que circunstâncias for, e para isso estão dispostos a assinar seja o que for, ainda que subordinem, entreguem ou vendam o país. O senhor é muito ingénuo, está muito enganado*».

Lisboa, 16 de Maio — Dia calmo, não se produziram incidentes nem os distúrbios anunciados. Recebo o jornalista americano Constantine Brown: deixou Kennedy escavacado. Chega a Lisboa o general Vassalo e Silva: recebido com o gelo do público e dos meios oficiais. No Conselho de Ministros de ontem, ao comentar um manifesto comunista a propósito dos estudantes, disse o chefe do governo: «*fora com Salazar, é a única coisa que está certa no manifesto*». Jantar na embaixada da Alemanha.

Lisboa, 20 de Maio — De todo o lado, parecem surgir sinais de uma campanha norte-americana anti-europeia. Franco, Salazar, De Gaulle e Adenauer são alvo de violentos ataques; Lippman lança verrinas contra as armas nucleares francesas e o Mercado Comum; e a Inglaterra, como é traço constante da sua história, está no fundo das coisas contrária a uma política continental europeia. Como nós também deveremos ser.

Lisboa, 24 de Maio — Depois de um jantar na embaixada de Itália, vou pela meia-noite ao aeroporto para me avistar com o ministro das Relações

Exteriores do Brasil, Santiago Dantas, de passagem para a Polónia. Muito lúcido, muito amável, muito fugidio, inteiramente falso. Fez um hino à *Aliança para o progresso,* e teceu as mais ásperas críticas aos americanos. Dar para baixo nos americanos está aliás na moda, como no Bey de Tunes, aos tempos de Eça de Queirós.

Lisboa, 26 de Maio — Mais uma corrida ao aeroporto: para a despedida de Sarmento Rodrigues, que regressa a Lourenço Marques. Está um poder de mundo: dir-se-ia que muitos esperam para o almirante um futuro político de consequência. Será?

Almoço no Ministério a quarenta jornalistas americanos, vindos do Ultramar. Mil perguntas sobre os Açores, o Mercado Comum, e assim. Alguns manifestam surpresa por não haverem encontrado em Luanda nada que se compare à Quinta Avenida, nem edifício que se equipare ao Empire State Building. Surpresa e desencanto. Sim, em África há 500 anos, que temos nós feito? Eis o que perguntam e como raciocinam os americanos. E no entanto ninguém pergunta o que havia há 500 anos, portanto em 1462, que nós pudéssemos transportar para África em matéria de Caminhos-de-ferro, estradas, hospitais etc.

Lisboa, 28 de Maio — Grande almoço no Ritz, oferecido pelo embaixador do Líbano. Noto espanto geral entre os portugueses por eu haver escolhido o dia 28 de Maio. Não se esperavam graves tumultos? Diz-me o Protocolo que muitos recusaram — por medo. Afinal, passou-se em todo o país um dia tranquilo.

Lisboa, 30 de Maio — Recebo MacDonald, correspondente diplomático do *Times,* de Londres. Recordámos uma entrevista que teve há anos com Salazar, e a que assisti. Diz-me agora MacDonald: «*Durante muito tempo, e ainda hoje, não se me apagou a impressão que me causou essa conversa*». Recebo também Benjamin Welles, correspondente do *New York Times* em Madrid e em Lisboa. Conheço Welles há anos, e nunca traiu a minha confiança. Digo-lhe alguns segredos, ele confia-me algumas informações. Disse-me: em Espanha, a *Opus Dei* prepara a sucessão de Franco, mas põe reservas à solução monárquica; fala-se no nome de Garcia Valiño;

aumentará o poder político dos sindicatos; haverá um lento afastamento da influência da Igreja; finalmente, quanto a Portugal, a *Opus Dei* é aguerridamente imperialista e iberista. Tenho longa conversa com o embaixador Boislambert, companheiro de De Gaulle de todas as horas e um dos seus homens de confiança. Afirma Boislambert: os americanos procuram intervir no Senegal, há desembarques de material de guerra soviético na República da Guiné, progride a comunização do Mali.

Lisboa, 31 de Maio — Demorada conversa com Jorge Jardim, chegado de Goa. Súmula do que me disse: há em Goa um espírito de resistência ao ocupante; entre a oficialidade portuguesa que esteve em Goa, é hostil ao governo o estado de espírito; entre a população goesa está criado um *sebastianismo* que anseia por um regresso dos portugueses; os oficiais superiores indianos confessaram o seu espanto perante o carácter não-indiano de Goa e o seu elevado grau de autonomia; e o Patriarca José Alvernaz recusou-se a reconhecer a ocupação indiana, mantendo hasteada no seu paço a bandeira portuguesa e negando-se a cumprimentar as autoridades indianas.

Lisboa, 1 de Junho — Recebo o general francês Valluy, que vem acompanhado de Augusto de Castro. Diz-me Valluy: a política portuguesa em África está certa; a sua alteração acarretará a entrega de Angola e Moçambique às forças comunistas; vai a Washington e defenderá os nossos pontos de vista junto de Dean Acheson, Christian Herter, Robert Murphy, outros notáveis americanos.

Lisboa, 5 de Junho — Longa entrevisa com o cardeal D. José da Costa Nunes. É patriota a mais não poder. Elogio o seu aspecto rijo e fero, o porte desempenado dos seus 82 ou 84 anos. Reage o prelado: «*Ah! não, meu caro amigo, já não posso nada. Dantes, andava todos os dias os meus oito ou dez quilómetros a pé. Hoje não consigo fazer mais de cinco*».

Lisboa, 6 de Junho — Uma bomba colocada nas Corporações. Outra no SNI. Mais distúrbios com estudantes. Conselho de Ministros desenrolou-se como de rotina. No plano mundial, adensa-se a tensão entre Estados

Unidos e a França e Alemanha. Elbrick comunicou-me o desejo de Dean Rusk vir a Lisboa nos dias 27 e 28 de Junho. Respondi friamente que — sim.

Lisboa, 9 de Junho — Ida a Pavia, no Alentejo, para a trasladação dos restos mortais de Manuel Ribeiro. Foi o meu maior amigo de sempre, e fomos companheiros de casa durante cinco ou seis anos. Um homem de génio, e um homem frustrado. Estavam meia dúzia de amigos fiéis: Domingos Monteiro, Martins de Carvalho, Júlio Graça, Rogério de Freitas, Armando Vieira Santos, Mário Monteiro, Maria Ângela de Oliveira, Dagmar Damas Mora, muito poucos mais. Domingos Monteiro foi vibrante no que disse junto à campa rasa. Entretanto, Manuel Ribeiro (de Pavia, como passou a assinar os seus trabalhos) é hoje nome muito esquecido. Tinha razão quando dizia: *«já fiz por este país mais do que ele merece»*. Volto a Lisboa, e encontro telegramas do ministério anunciando para breve acontecimentos espectaculares em Portugal que emocionarão a opinião pública do mundo. Que será?

Lisboa, 14 de Junho — Trabalho com o Presidente do Conselho. Mil assuntos: visita de Dean Rusk, questão dos Açores, orientação futura. Hesitações em torno de problemas graves: vamos para uma colonização em grande escala? Abre-se um debate nacional público que, logo influenciado do estrangeiro, levará à perda do Ultramar? Tentam-se alternativas brasileiras? Que riscos futuros? Podem prever-se estes: formação de um exército da ONU; formação de um exército negro; e atentado contra Salazar — por americanos — como meio de resolver em seu favor todos os problemas a curto prazo. Quanto aos Açores, há que encontrar um quadro político que permita negociações; e conseguido esse, há que exigir contrapartidas políticas e compensações económicas. Cunha Leal acaba de publicar um volume — *Pátria em perigo* — donde se deduz que está ignaramente errado quanto o governo faz.

Lisboa, 15 de Junho — Conferência de Imprensa, a primeira das que se realizarão regularmente. Perguntas dos jornalistas serão absolutamente espontâneas. Posso dizer que é trabalho de política externa — efectuado sem rede.

Lisboa, 18 de Junho — Elbrick, acompanhado de Xanthaky, entregou-me uma nota pedindo a renovação do acordo dos Açores. Respondi que não via assunto claro: concedêramos base na presunção de que os E. U. eram amigos e aliados, e não estávamos hoje seguros de que essa presunção ainda fosse válida.

Lisboa, 20 de Junho — Recebi o Dr. Banda, Primeiro-Ministro da Niassalândia. Quer cooperar, quer coexistir connosco, quer dois caminhos-de-ferro, quer empréstimos, quer tudo.

Lisboa, 24 de Junho — Domingo. Que calor! Todo o dia em casa, a ler romances policiais — a melhor literatura.

Lisboa, 25 de Junho — De novo examinei com Salazar o problema dos Açores. Decisão: sem mudança substancial dos americanos e contrapartidas económicas, não se renovará o acordo sobre a base nos Açores, que se manterá a título precário e *de facto*.

Lisboa, 27 de Junho — Visita de Dean Rusk. Da sua comitiva sobressai Charles Bohlen, um dos mais destacados homens do Departamento de Estado. Vieram jornalistas americanos de consequência: o meu velho amigo Benjamin Welles e Elie Abel, entre outros. Jantar nas Necessidades, e depois conversações até além da meia-noite. Tema central: relações russo-americanas. Depois, relações luso-americanas. Rusk é homem cordato e, sem deixar de ser americano, não faz sentir o peso da riqueza e do poderio dos Estados Unidos. E admitiu que Washington não tem sido para nós de grande justiça, nem lealdade, nem sequer habilidade. Há que alterar o actual estado de coisas, sugeriu. Açores? Nem uma palavra, salvo à despedida para dizer que o seu avião faria escala na base. Na entrevista com Salazar, disse Rusk que os satélites-espiões americanos, ao sobrevoarem a Rússia, obtêm fotografias que permitem distinguir um camião de duas toneladas de um de quatro. Fiquei de tudo com a sensação que os Estados Unidos, quanto a nós, não se propõem partir de uma posição de força.

Lisboa, 28 de Junho — Recebo o novo Núncio. É Monsenhor Maximiliano de Furstenberg. Já o conhecia dos meus tempos do Extremo Oriente, em Tóquio, onde o prelado estava como delegado apostólico. Pela sua estatura e porte, pela simplicidade patrícia, pela astúcia tão natural que não é rebuscada — Furstenberg poderia ser um prelado da corte florentina dos Médicis sem embargo da sua ascendência nórdica.

Lisboa, 10 de Julho — Mil tópicos a fixar. Constantino, príncipe herdeiro da Grécia, vem de visita a Portugal, e levo-o a almoçar em Seteais. Prazenteiro, sem dúvida; mas saberá ser rei um dia? No Brasil, não se resolve a crise: o novo chanceler será Arinos ou Santiago Dantas? Nós reconheceremos a independência da Argélia; sobreveio a luta entre Ben Khedda e Ben Bella; vencerá a moderação do primeiro ou o fanatismo revolucionário do segundo? Continua por Lisboa a fala de uma remodelação ministerial para Agosto: será?

Na messe da Força Aérea, conversei longamente com Kaulza de Arriaga, regressado de Angola: são optimistas as suas impressões, desde que se consigam resolver problemas de financiamento e abastecimentos.

Lisboa, 11 de Julho — Decorre o julgamento de Arlindo Vicente. Interessam-se pelo caso a *Comissão Internacional de Juristas* e a *Haldane Society* de Inglaterra; e delegados destas organizações vieram observar o desenrolar das audiências. É evidente que de tudo isto nada resultará. E não posso fugir a recordar-me de há doze ou quinze anos. Era na tertúlia de Ferreira de Castro, numa casa de chá da Avenida da Liberdade: todas as noites se reuniam uns tantos — Assis Esperança, Carlos Amaro, Arlindo, Roberto Nobre, outros eventuais — para ouvir Ferreira de Castro, que mexia o seu chá de tília. Participei com frequência, sem embargo da grande diferença de idade. Arlindo era sempre o *bom tipo* modesto, apagado, médio-burguês, e Ferreira de Castro ou Assis não lhe davam honras de igualdade. E zurzir o governo constituía função obrigatória.

Lisboa, 13 de Julho — Recebi a deputada trabalhista britânica Sr.ª Judith Hart. Confrontámos teses sobre democracia, liberdade, colonialismo, etc. A Sr.ª Hart veio para assistir ao julgamento de Arlindo Vicente.

Disse-me que estava perfeitamente satisfeita com a liberdade do julgamento, a imparcialidade do tribunal, os direitos de defesa do arguido. E que agradecia ao governo português as facilidades que lhe havia concedido.

Lisboa, 15 de Julho — Quase às duas da madrugada, vou ao aeroporto saudar Afonso Arinos, de passagem para o Rio de Janeiro, a assumir o cargo de ministro do Exterior do Brasil, para que acaba de ser nomeado. Conversamos por mais de uma hora. Assistiu Negrão de Lima, sempre correcto, urbano, fidalgo. Quanto a Arinos, impressiona-me sempre pela sua suficiência: exsuda falsidade, arrogância mental, convicção cabotina do seu génio que arrasta pesadamente numa superioridade que por destino fatal lhe é inerente. Recebeu alguns chefes do terrorismo antiportuguês. De que falaram? Apenas discutiram poesia portuguesa, diz-me Arinos. Eu — acreditei.

Lisboa, 20 de Julho — *New York Times* publicou uma «*fuga*» de informação que dei a Benjamin Welles sobre a preparação militar das forças das Nações Unidas contra o Catanga e Tschombé. Não me citou, como prometido. Deve ter causado surpresa, e sobretudo raiva, porque tanto o Departamento de Estado como U Thant se precipitaram a desmentir. Talvez se haja salvo Tschombé de um golpe fatal neste momento, enquanto não lhe chegar todo o material (francês, belga, sul-africano, outro ainda) que, segundo parece, está a caminho.

Lisboa, 23 de Julho — Mostra-se picado o *New York Times:* em editorial, denuncia a «*fábrica de rumores de Lisboa*» como origem das notícias sobre o Catanga: e confessa que tais notícias causaram perturbação. Simplesmente, não eram rumores o que denunciámos — mas factos.

Lisboa, 26 de Julho — Ao Estoril, trabalhar com o Presidente do Conselho. Mostrou-me uma carta que escreveu a Strauss, ministro da Defesa da Alemanha: reafirma a política portuguesa em África e reitera a certeza de que Bona continuará a apoiar uma orientação vital para o Ocidente.

Depois, Salazar diz-me textualmente, aludindo à política interna: «*Há*

para aí umas conversas, umas conspirações com Botelho Moniz, Craveiro Lopes, ainda outros. Sem importância. Querem que me vá embora. É o que todos dizem: que estou velho, que estou no fim, que estou ultrapassado. Farto-me de ouvir a União Nacional, e é sempre a conclusão a que chego».

Observo que há muito Salazar não se dirige à opinião pública interna. Explica:

— *«Sim, é verdade. E sabe porquê? Porque adquiri tal asco à política interna, repugna-me de tal forma, que não tenho coragem para isso».*

Eu insisto em que deve dirigir-se aos portugueses, até porque, se houver de ser feita uma viragem, ou uma reformulação da política ultramarina, ele é a única pessoa em condições de o fazer, dentro da lei e da ordem.

— *«Não creio que tenhamos de o fazer. Não era nenhuma catástrofe a minha partida. Mas se essa viragem tiver de ser feita, outro que a faça. Terá é de cavar o seu crédito político como eu o fiz. E uma coisa é certa: não quero morrer nestas funções. A não ser que me dêem um tiro e me matem. Fora disso, quero sair antes de morrer».*

Disse-lhe que não podia fazer isso: tendo conduzido o país para uma política, só poderia abandonar o governo pela vitória dessa política, ou por morte — e essa vitória não está à vista, nem a morte tão-pouco, esperava eu.

Conclui Salazar: *«Não, não quero morrer nestas funções».*

Lisboa, 5 de Agosto — Novo incidente com o Senegal: as nossas autoridades prenderam o motorista do Consulado senegalês em Bissau. Dacar protesta, fala de agressão e de colonialismo. É sempre o mesmo problema: as nossas autoridades fazem tolices e depois perguntam o que faz o ministério dos Estrangeiros! Há um claro nervosismo da nossa gente na Guiné, e em verdade, segundo a Defesa, a situação ali é de alguma preocupação: foi descoberta uma rede subversiva, houve que tomar algumas precauções. E a Guiné é importante porque constitui apoio a Cabo Verde; e um território e outro são fundamentais para a liberdade e segurança das nossas comunicações norte-sul.

Lisboa, 14 de Agosto — No forte do Estoril com Salazar, assentou-se em abrir negociações com os americanos. Está o chefe do governo fundamente preocupado com a situação em Angola. Segundo D'Estailleur de Chanteraine, que acaba de regressar, há o real perigo de um golpe de *ultras*,

proclamando o separatismo. Salazar considera que os secretários provinciais são socializantes — e pretenderiam uma independência *só branca*.

Lisboa, 17 de Agosto — Há meses, o embaixador de Inglaterra, formal e vitoriano, comunicou-me que o Governo de Sua Majestade não nos venderia mais qualquer armamento, nem uma pistola, nem uma bala. Quando informei Salazar, este comentou: «*Vamos comprando noutros sítios, até o governo de Sua Majestade nos perguntar por que não compramos em Inglaterra*». Hoje, o mesmo embaixador britânico veio anunciar-me que o seu governo está pronto a vender a Portugal quanto armamento quisermos, mesmo para uso em África. Salazar conhece bem a política e o temperamento britânico.

Lisboa, 21 de Agosto — Rebentaram ontem algumas bombas em Espanha. Que quer isto exactamente dizer? Salazar continua preocupadíssimo com a situação em Angola, no plano político interno. De novo fez vivo elogio da minha conferência de imprensa do dia 13. Recebo um velho amigo. É Elko Van Kleffens, antigo ministro dos Estrangeiros da Holanda e antigo embaixador do seu país em Lisboa. Ficou a residir em Portugal, quando abandonou as funções. Van Kleffens diz-me agora: os comunistas estão a infiltrar o movimento trabalhista britânico e este, antes de dez anos, obedecerá a Moscovo. Não será pessimismo a mais?

Lisboa, 22 de Agosto — Agostinho Neto, chefe da União das Populações de Angola, anunciou em Léopoldville que o governo congolês cedera um local para campo de treino e base militar contra Angola. Dizem-me companheiros e colegas de Neto que este, enquanto estudante e depois como médico em Portugal, foi um homem sem escrúpulos, sem seriedade pessoal, e quase sempre embriagado depois de licenciado. Mas este homem é hoje um vulto acarinhado no Mundo por muitos como arauto de ideais nobres.

Lisboa, 25 de Agosto — No Estoril, em meio da conversa, Salazar deixou cair esta frase: «*um país, um povo que tiverem a coragem de ser pobres, são invencíveis*».

Lisboa, 31 de Agosto — Violenta polémica entre nós e o Congo por causa da base militar. Defende o Congo o seu direito a permitir campos de treino para guerrilheiros que ataquem territórios vizinhos. Proclama Portugal o seu direito de legítima defesa e, mais do que isso, o seu direito de perseguir os atacantes até ao seu ponto de origem.

Reunião confidencial com os directores dos jornais diários de Lisboa e representantes de outros do Porto. Faço uma exposição em que não oculto qualquer segredo. Muito atentos Augusto de Castro, Martinho Nobre de Melo, Norberto Lopes, Correia Marques. Alfredo Guisado, da *República,* assiste sempre, e é impecável na sua correcção e lealdade. Recusa-se a ficar para o almoço que se segue à reunião. Digo-lhe que quem oferece o almoço é o Estado — que é tão meu como dele e como de todos os portugueses. Sorri, e mantém a recusa: questão de princípio, ao que suponho.

Lisboa, 5 de Setembro — Em tom muito calmo, no Estoril, Salazar diz-me que a oposição apresentou um memorial exigindo um novo governo. Cunha Leal, Azevedo Gomes, Hélder Ribeiro são os subscritores, entre outros. Novo governo deveria alterar a política ultramarina, aceitar uma «*autodeterminação que não levasse necessariamente à independência*», e «*negociar com as Nações Unidas o assunto*». Não se sabe, perante isto, se se está em face de ingenuidade ou má-fé. Uma autodeterminação que não leve à independência!? Realmente uma coisa tão simples — é que as Nações Unidas, os afro-asiáticos, os soviéticos, estão decerto prontinhos para aceitar. Parece-me o Presidente do Conselho cansado por muito trabalho. E não escondeu o seu pessimismo quanto aos desenvolvimentos futuros. Pela primeira vez comigo, admitiu alguma comparação entre Angola e Argélia. E disse mais. Complicações podem surgir na Guiné e em Moçambique. Nesse caso a situação poderia ser desastrosa. Americanos pretendem à viva força *apossar-se* da África: Cabo Verde e S. Tomé terão para eles grande interesse e, como não podem ser realmente independentes, desejarão «*dá-las*» aos Estados africanos «*comprando*» depois uma ilha para instalarem bases. Política americana é ainda mais imperialista do que a da União Soviética.

Aconselhei o Presidente do Conselho a publicar com urgência uma lei de imprensa e acabar com a censura. Não reagiu desfavoravelmente. Falou, a propósito, de Marcello Caetano. Traçou deste um retrato: «*Um belo*

espírito. Ideias liberais, em princípio, e muito impressionável. Segue sempre a corrente dominante em cada momento, acredita sempre na última verdade que lhe é assoprada. Ah! mas é um belo espírito». Por causa já não sei de quê, deixou cair uma frase: *«as asneiras, como as verdades, também têm a sua lógica, e por isso certas asneiras implicam necessariamente outras asneiras».*

Lisboa, 7 de Setembro — Chegam notícias de mercenários indianos, e de alguns americanos, que se congregam no Congo para ajudarem os terroristas contra Angola. E disporiam de forte armamento. De cinco em cinco minutos recebem-se informações sobre uma catástrofe eminente, de cerco a apertar-se, de cruzada mundial contra nós. É de esfrangalhar os nervos mais sólidos.

Lisboa, 14 de Setembro — Carta de Pedro Theotónio: falou com Elbrick: e este, depois de conversas com Kennedy e Rusk, ficou pessimista quanto ao desenrolar das relações luso-americanas. Também eu.

Mais uma conferência de imprensa no Ministério. Estas minhas reuniões com os jornalistas nacionais e estrangeiros estão a entrar numa espécie de rotina política nacional. Muitos se admiram que eu não mostre receio de qualquer pergunta, seja de portugueses ou de estrangeiros, e que *«trabalhe sem rede».* Em verdade isto significa somente muito treino, muito profissionalismo e, além de mais, seguro conhecimento e estudo dos assuntos. Tópicos que hoje mais prenderam os jornalistas: ONU, relações com Cuba, Açores, Índia e África, próxima Assembleia Geral das Nações Unidas.

Lisboa, 19 de Setembro — Rumor e mais rumor sobre próxima remodelação ministerial. Pedro Theotónio seria convidado para a Defesa; Santos Costa passaria a comandante-chefe em Angola. Alterações também na Educação, nas pastas económicas. Por mim não acredito nestas vozes. De Luanda, chegam novas alarmantes, e a mais notável é: os soldados teriam prendido os oficiais. Quando se trata de inventar um boato, levamos a palma ao mais pintado.

Lisboa, 24 de Setembro — Conselho de Ministros. Tudo corre na rotina. Depois de aprovado um decreto sobre estudantes, há um silêncio, e parecia que estava findo o Conselho. Muito sereno, como que indiferente a tudo, Salazar inclina-se sobre a mesa, e diz tranquilamente: *«temos ainda um ponto a tratar: se o governador-geral de Angola, general Deslandes, deve ou não ser demitido, como sugere o senhor ministro do Ultramar, e se no decreto de demissão se deve fazer o seu elogio»*. Uma tensão espessa e álgida desce sobre os ministros. Todos ficam siderados, com os olhos no papel que tem defronte, e não os despegam. Salazar pede o parecer do Conselho. Santos Júnior, do Interior, não discute as razões da demissão; mas avisa que podem ser graves as consequências para a ordem pública, cuja alteração está preparada para o mês de Outubro. Quintanilha, da Marinha, é claro: Angola, de onde acaba de regressar, está doente; a demissão impõe-se; poderia talvez aguardar-se um pouco. Mário Silva, pelo Exército, é firme: demissão imediata para cortar o mal pela raiz. Arantes e Oliveira, das Obras Públicas, apoia a mesma orientação, e apenas se pergunta se não deveria esperar-se mais uns dias. Gonçalves de Proença, sem se opor, receia somente que o facto possa ser pretexto para conflitos sociais, que estão a ser intensamente preparados. Lopes de Almeida, da Educação, vota a demissão — timidamente, suspiradamente. Correia de Oliveira julga que não há outra solução, e imediata, mas acompanhada de palavras de apreço. Martins de Carvalho, da Saúde, declara-se amigo pessoal de Deslandes, mas isso não obsta a que concorde com a demissão; em segredo ou não, o problema era já do conhecimento do país, e portanto estava politicamente posto; resolvê-lo quanto antes era indispensável. Por mim, disse em súmula: não pensava que se produzissem grandes reacções externas, sobretudo se a demissão de Deslandes fosse apresentada como alteração na estrutura dos governos ultramarinos e não como divergência, porque esse não era o caso, quanto ao facto de o governador trabalhar pelo progresso e desenvolvimento de Angola; e pelo que toca ao momento, talvez a celeridade na acção prevenisse as situações que precisamente se receiam. Correia de Oliveira apoia esta atitude; mas rejeitam-na outros. Salazar resume orientação do Conselho: demissão do governador-geral. No decreto, figuram ou não as usuais palavras de elogio? De modo geral, não há objecção. Mário Silva, em conversa depois do Conselho, diz que mandou um telegrama a Holbeche Fino, como um *balão de oxigénio* para insuflar coragem; mas teme alguma fraqueza de H. F., quando ficar a substituir Deslandes interinamente.

Lisboa, 28 de Setembro — Jornais da manhã de 26 noticiaram a exoneração de Deslandes, *«precedendo resolução do Conselho de Ministros»*. No Estoril, Salazar diz-me: *«não sei ainda se escaparemos sem reacção»*. Entretanto, Deslandes requereu já um Conselho de Guerra. Declara-me o chefe do governo a sua decisão: *«vou indeferir, dar um louvor e condecorar. E também com os elogios que a gente recebe quando cai»*.

Voltam a correr boatos de umas conspiratas em que participaria Craveiro Lopes.

Lisboa, 3 de Outubro — Parto à noite para Nova Iorque. Mais uma vez o inferno das Nações Unidas.

Nova Iorque, 6 de Outubro — Viagem sem história. Sempre o pesadelo do avião. Recordo que há dois dias passou o aniversário do primeiro *Sputnick*, lançado em 4 de Outubro de 1957. Eu estava também em Nova Iorque: lembro-me da atmosfera de desalento, de estupefacção, de raiva, de complexo de inferioridade que se apossou então dos americanos, desde as altas esferas aos porteiros de hotéis e moços de elevadores. Um avanço tecnológico que os americanos não possuíam?! Como era isso possível? Na altura, a América ficou desorganizada como perante um fenómeno sobrenatural cuja explicação se ignora.

Na Assembleia da ONU, no decurso do debate geral, o representante espanhol referiu-se a Portugal: era preferível que tivesse ficado silencioso a nosso respeito.

Nova Iorque, 7 de Outubro — Longa conversa com Dean Rusk no seu apartamento do Waldorf Astoria — o maior e o mais detestável hotel de Nova Iorque. Assistiu Adlai Stevenson, e também Theotónio Pereira e Vasco Garin. Rusk sempre cordato, moderado, compreensivo; e muito consciente das limitações do poder e do carácter efémero das instituições internacionais. Não ostensivamente brilhante; mas é um homem sólido. Brilhante, brilhante é Stevenson: mas perfeitamente alheio às realidades mundiais, aos interesses em conflito, às consequências profundas de actos e mesmo de palavras. Nações Unidas, Cuba, Catanga, relações bilaterais foram tópicos mais abordados. No conjunto, conversa cordial, sem embargo de uma ou outra frechada da minha parte.

Nova Iorque, 8 de Outubro — Presidente Dorticos, de Cuba, discursou no plenário da Assembleia. Ataque cerrado aos Estados Unidos. Protestos iniciais de alguns nas galerias; mas tudo é abafado, e os protestantes são expulsos pelos guardas. Depois, sucedem-se as manifestações de aplauso, nas galerias e entre o próprio pessoal do Secretariado; mas estas não são reprimidas.

Nova Iorque, 9 de Outubro — Longa murmuração de Ben Bella no plenário. Ali estava o chefe da Argélia independente, de fama internacional. Violento é sem dúvida: ataca sem medida a África do Sul, a Rodésia do Sul, o Ocidente, os americanos — e Portugal, é claro. Depois, desce da tribuna e por entre o temor reverencial dos afro-asiáticos, passeia o seu carisma pelo salão dos delegados. Mas não me impressiona a sua personalidade: pareceu-me frouxo, lento, hesitante, sem a irradiação que se espera de um chefe revolucionário, para mais vitorioso. Tem além disso um ar muito pálido, quase efeminado e frágil; mas há tipos assim que são terríveis. Dizem que Ben Bella não é o verdadeiro chefe, mas Ben Khidder. Mistérios árabes.

À noite, grande jantar na sede da ONU, oferecido por U Thant, secretário-geral. Este é o que os ingleses chamam uma *não-identidade;* mas pertence aos afro-asiáticos, e tanto basta para o justificar no cargo. À mesa, fiquei entre Eric Low, da África do Sul, e Rapacki, da Polónia. Eu disse a este que tinha muito prazer em estar sentado ao seu lado, e perguntei se o incomodava a *ele* estar sentado ao *meu* lado. Corou muito; mas desenvencilhou-se bem: tenho muito gosto nas duas coisas, disse. Rapacki é homem muito apurado, sempre lhano, e moderado nas suas intervenções na tribuna. Não me parece típico do mundo soviético. Depois do jantar, longa cavaqueira com os embaixadores dos Camarões e de Madagáscar. Sem pestanejar, afirmam não querer que dêmos a independência a Angola; apenas pretendem um gesto, um pequeno gesto, de aceitação do princípio da autodeterminação. Perguntei se esse pequeno gesto, essa coisa de nada, faria cessar a guerrilha, pararia os ataques da ONU e os satisfaria para o futuro, sem pedirem mais nada. Compreenderam. Riram. E eu também não pestanejei.

Nova Iorque, 11 de Outubro — Tenho uns momentos livres. Vou a pé pela *Quinta Avenida* e por *Park Avenue.* Quando se caminha pelas artérias

de Manhattan, e nos distraímos com lojas e passantes, quase não nos apercebemos dos arranha-céus, nem estes fazem sentir a sua força, o seu peso. Nova Iorque oprime, decerto, quando vista de uma perspectiva que nos permita abarcar um grande conjunto: de um avião que voe baixo, do cimo de um dos grandes arranha-céus como o Empire State, ou do extremo de uma das extensas avenidas que cortam Manhattan de lés a lés. Então Nova Iorque esmaga. Cria uma sensação irresistível de vigor, de poderio desapiedado, de pujança rude, de riqueza crua, de ostentação sem pejo. Parece que o sofrimento físico, a angústia, a infelicidade, a dor humana estão ausentes dessa Nova Iorque feita a régua e esquadro. Nova Iorque surge como o maior monumento ao egoísmo do homem. E todos no entanto sabemos — e o simples passear pelas ruas nos mostra — como em Nova Iorque abundam os falhados, os marginais, os infelizes sem pão, os desgraçados à busca de um tecto. Nova Iorque é a grande sociedade, é a alta-roda do Mundo — e é o enxurro. Tem sortilégio — e fascina todos.

Nova Iorque, 12 de Outubro — Conversa longa e fácil com Balafrej, ministro dos Estrangeiros de Marrocos e homem de confiança do Rei. Quer excelentes relações com Portugal, sem embargo da nossa atitude em África. Mas o ponto curioso é este: está preocupadíssimo com a Argélia independente; Marrocos e Tunísia tudo fizeram para ajudar nesse sentido e Ben Bella, falando pela primeira vez na ONU, não teve uma palavra para um ou outro; já há dificuldades na fronteira; e a paz no Norte de África está longe de assegurada. Conclui Balafrej: pode ser que os argelinos sejam nossos amigos, mas até agora não o sentimos. Começam as desilusões.

Recebo à noite um telefonema de um amigo. Diz-me que em Lisboa corre o boato de que eu e outros estamos a organizar uma *conspirata* contra o Presidente do Conselho. Que inferno!

Nova Iorque, 15 de Outubro — Almoço no *New York Times.* Presentes todos os grandes chefes do jornal, em particular Dryffoos, o patrão-mor da direcção. Tudo organizado pelo dinamismo tenaz de Milton Moniz. Duas horas de debate sobre a política portuguesa e internacional.

Nova Iorque, 18 de Outubro — Pronunciei hoje o discurso do debate geral, para que me havia inscrito. Cerca de uma hora e um quarto. Não

creio que pudesse ser mais forte o ataque à Índia por causa da agressão contra Goa. Defesa da nossa política em África. Durante a minha fala, os delegados indianos não esconderam o seu nervosismo, e deslocaram-se pelas coxias da Assembleia em correrias de clara desorientação. Muito público nas galerias; Assembleia com três quartos dos delegados; nenhuma reacção hostil. Aplausos dos delegados da Espanha, França e Itália. Também aplausos do delegado da Jamaica: não percebeu quem estava a falar nem compreendeu o que dizia quem estava a falar. Mesmo nas Nações Unidas, ainda há homens assim.

À noite, grande jantar no Waldorf Astoria, para duas mil e quinhentas pessoas, oferecido pela Câmara do Comércio de Nova Iorque. Estava a alta-roda da cidade e da ONU. Gostei de falar com o velho Bernard Baruch. Com o seu metro e oitenta ou noventa, e do alto dos seus noventa e um anos, mantém toda a sua vivacidade de espírito. A política portuguesa? Está certa, está correcta, e deve ser mantida para bem de Portugal e do Ocidente; e Portugal não está sendo tratado com «*fair deal*». Política americana? Bem: «*trata-se hoje de um caso em que os doidos se apoderaram da administração do hospital*».

Nova Iorque, 22 de Outubro — Desde manhã, misteriosamente, inexplicavelmente, a cidade parece presa de excitação e nervosismo. Sabe-se que às sete horas da tarde, o presidente John Kennedy proferirá um discurso de consequência. Porquê? Sobre quê? Não se sabe: é espesso o segredo guardado pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado. Chego às Nações Unidas, e pelos corredores e salões lavra a mesma excitação. Avança para mim Araújo e Castro, ministro das Relações Exteriores do Brasil, e pergunta-me se tenho notícia ou informação que valha. Nada. Ele tem? Sim: julga que se trata de declarar o bloqueio de Cuba, ao que o Brasil se opõe. Fico estupefacto, e apreensivo por de mais. Pela meia tarde vou a casa de Bernard Baruch. Sabe alguma novidade de tomo? Não. Falo-lhe na hipótese do bloqueio a Cuba. Baruch não acredita; mas acha que o bloqueio «*seria ineficaz porque o abastecimento se fará pelo ar*». Falámos depois de outros temas. Para Baruch, os seus dois grandes heróis são Woodrow Wilson e Winston Churchill, e magníficos retratos destes dois homens dominam a sala que dá sobre o *Central Park*. Depois, repetiu o seu apoio à política portuguesa, e a sua admiração pelo Presidente do Conselho; não gosta de Rusk e muito menos de Kennedy; os americanos têm medo das Nações Uni-

das porque não têm bom senso; *«não haverá desarmamento enquanto não for resolvida a questão alemã»; «a África está a ser levada no caminho do caos e da confusão»; «o perigo para Portugal está em que, uma vez obtido o acordo sobre a base nos Açores, os Estados Unidos podem voltar à pressão política anterior»;* e para os Estados Unidos *«as primeiras prioridades são o poderio militar e a força económica, tudo o mais sendo secundário».* Perguntei a Baruch quem é que considera velho. Responde: *«quem tiver mais dez anos do que eu».*

Ao fim da tarde, vou à sede da nossa missão junto da ONU, no *Rockefeller Center,* para ouvir o discurso de Kennedy. Pelas sete horas, está o Presidente na televisão. Foi descoberta pelos Estados Unidos, diz Kennedy, a instalação de mísseis russos em Cuba, de carácter ofensivo, e que podem atingir cidades americanas; esses mísseis têm de ser desmantelados e retirados; entretanto a esquadra americana bloqueia Cuba; e será política dos Estados Unidos não permitir que terceiros países disponham no hemisfério ocidental de meios ofensivos que signifiquem um risco para a segurança de qualquer Estado do continente. Discurso curto, incisivo, com linguagem forte. Dois pontos me ocorrem ao ouvir Kennedy: o Presidente está a aplicar, em termos modernos, a velha doutrina de Monroe; e está a pôr em causa a liberdade dos mares, e este último aspecto não deixa de ter para nós muita importância. No mais, e por causa de Cuba, surge de repente uma situação gravíssima, que pode levar a tudo.

Washington, 23 de Outubro — Recebido por Dean Rusk no Departamento de Estado. Ambiente dramático. Do lado americano, estão Alex Johnson, que conheço dos meus anos no Extremo Oriente, e Elbrick, Thyler, Fredericks, outros. Comigo, Theotónio e Meneses Rosa. Fala-se um pouco dos Açores, e depois quase só de Cuba. Rusk desenvolve uma teoria para explicar a intervenção soviética nas Caraíbas: deve estar em curso no Kremlin uma revisão da política russa e ter-se-á querido avaliar a reacção dos Estados Unidos. Depois, passa-se a uma pequena sala para um *«almoço de trabalho».* Atmosfera tétrica. Rusk admite que em 24 horas os Estados Unidos e a União Soviética poderão estar em guerra.

Pelas quatro e meia da tarde, vou à Casa Branca para uma entrevista com Kennedy. Igual ambiente. Cruzo-me nos corredores com funcionários: têm o ar de quem se apresta, com uma convicção séria, a morrer pela pátria. Entro num gabinete relativamente pequeno, modesto, sóbrio.

Kennedy está de pé. É magro, um pouco sobre o alto; cabelo desgrenhado; parece prematuramente envelhecido. Senta-se numa cadeira de balouço; e mexe-se sem cessar, para a frente e para trás. Ao fundo, está um agente da segurança que não despega de mim os olhos. De gabinetes contíguos vem o bulício de secretárias e dactilógrafas. Com Kennedy, passo ao crivo todo o quadro das relações luso-americanas; e depois os problemas de África, da ONU, da autodeterminação, etc. Protesta o Presidente querer melhorar as relações com Portugal. À saída encontro o senador Fullbright; e de uma porta surge MacNamara, o secretário da Defesa, com ar nervoso e sombrio (1). No pensamento de Kennedy, não deve haver espaço senão para o problema de Cuba; mas por acto de vontade quis dar-me a imagem do chefe que nesse transe de drama sabe aguentar a rotina e é capaz de se debruçar sobre assuntos alheios à crise.

Nova Iorque, 27 de Outubro — Na sede da nossa missão, mantenho-me em volta da rádio. São patentes a ansiedade e o nervosismo que se apoderaram dos Estados Unidos. Notícias, de quinze em quinze minutos, são contraditórias: tão depressa se afigura que as *coisas* se compõem, como parece que a guerra está próxima. Kruschev cede, não cede? Fidel de Castro acaba de convidar U Thant para visitar Cuba, e conversar. Da missão americana convidam-me para amanhã, a fim de me informarem dos pormenores da crise.

Nova Iorque, 28 de Outubro — Rádio anuncia que Kruschev declarou a sua disposição de retirar todas as instalações e armas nucleares de Cuba contra a promessa americana de não ser a ilha invadida. A meu ver, se Kennedy aceitar, significa isto uma garantia internacional à manutenção de Castro.

Pela tarde, na missão americana, encontrei grande alegria e satisfação. Nenhum pormenor me foi dito de particular significado. Consideram que Kruschev sofreu uma *«derrota diplomática»*. Perguntei se podiam confirmar a promessa de não invadir a ilha. Confirmaram. Nesse caso, observei,

---

(1) Os relatos oficiais destas conversas reproduzem evidentemente com minúcia os assuntos tratados. Foram publicados pelo autor em *Diálogos Interditos*, 1 volume, págs. 176-183.

os Estados Unidos vão ter o actual regime de Cuba à ilharga durante anos e anos. Pelo sorriso piedoso que suscitou no rosto dos americanos esta observação, senti que foi tomada por incapacidade minha em compreender o que estava acontecendo. De facto, eles possuem muito mais informação e elementos de juízo do que eu.

Nova Iorque, 30 de Outubro — Passeando para cá e para lá no salão dos delegados da ONU, tenho extensa conversa com Afonso Arinos. Está preocupadíssimo com a crise de Cuba. Afirmou que há três ou quatro dias, a invasão da ilha esteve por um fio. Na Florida, 200 000 homens teriam estado preparados. Jantar no *Overseas Press Club*. Estão jornalistas do *New York Times*, da *United Press*, do *Christian Science*, da *Voice of America*, muitos outros. Submeto-me a uma hora de perguntas. A questão da existência de censura à imprensa em Portugal foi tema que suscitou largo interesse. Últimas notícias de Cuba: U Thant partiu para Havana, Conselho de Segurança debate problema. Penso que os americanos devem ter garantido, contra vontade e acaso sem disso se aperceber, a sobrevivência de Fidel de Castro.

Lisboa, 3 de Novembro — Ontem e hoje expus ao chefe do governo, com a minúcia que o seu espírito requer, quanto se passou em Nova Iorque e Washington. Salazar escuta com absoluta concentração, sem interromper ou fazer comentário, salvo para esclarecimento de um ponto ou outro; depois pega no princípio da fieira e faz perguntas suplementares, seguindo rigorosamente a ordem por que abordei os temas. Falou-me muito da situação interna. Considera-a *«instável e mexida»*. Diz que a pergunta que anda na boca de todos é esta: quem sucede ao Presidente do Conselho? E comenta: *«Estou farto de dizer ao Chefe do Estado que me demita, e isso deveria ser feito enquanto eu estivesse ainda válido e numa altura em que tanto o Presidente como a Assembleia Nacional tivessem uns anos de mandato à sua frente. Agora era o momento ideal»*.

Lisboa, 7 de Novembro — Jornal inglês *New Statemen and the Nation* publica um artigo em que, pura e simplesmente, se afirma que eu, com outros, estaríamos preparando uma *«revolução de palácio»* para *«depor o*

Imperador». Tal qual. Não há tertúlia política ou literária em Lisboa que não esteja atulhada de rumores de próxima e ampla remodelação ministerial. A mim, Salazar não me fiou uma palavra. Eu já lhe disse duas vezes, no entanto, que basta me mande prevenir por um secretário com um espaço de meia hora: é quanto preciso para arrumar papéis. Não é necessário que recorra a cartas, bilhetes ou manobras complicadas, como sei que acontece noutros casos.

Lisboa, 10 de Nobembro — Luís Teixeira Pinto procura-me para me dizer que há «*perigos*» que me podem «*ameaçar*». Pergunto quais. Sorri — e não diz.

Lisboa, 13 de Novembro — A propósito de um problema relacionado com estudantes, Salazar diz-me: «*tenho de falar com o ministro da Educação, este ou outro que eu arranje*». É esta a primeira indicação que o chefe do governo me dá de uma crise ministerial.

Lisboa, 17 de Novembro — Estão desavindos entre si vários ministros. Salazar comenta: «*Está tudo doido. Ou rebentam ou endoidecem-nos a nós. Eu quero ver se consigo aguentar-me sem endoidecer*».

Abrimos com os americanos negociações sobre o uso da base dos Açores. Pediremos dinheiro pela base; e mais ainda a título de cooperação económica. Salazar levanta este problema: se aceitamos dinheiro por empréstimo, e depois temos de pagar juros e reembolsar, gastamos esse dinheiro em Angola e Moçambique ou na Metrópole? E se perdemos Angola e Moçambique, ficamos responsáveis por encargos de que não aproveitamos?

Lisboa, 20 de Novembro — Almoço no Ritz em honra de Gilberto Freire. Parece ávido de honrarias, homenagens, elogios de cinco em cinco minutos. Diz-me que concorda inteiramente com a nossa política africana.

Adensam-se em torno os boatos de remodelação ministerial.

Lisboa, 22 de Novembro — Teixeira Pinto diz-me que foi convidado por Luís Supico para ministro da Economia: aceitou com algumas reservas e

fez algumas perguntas. Galvão Teles teria sido convidado para a Educação; Gomes de Araújo tomaria a Defesa Nacional; e Paula Coelho seria subsecretário do Comércio com Teixeira Pinto. Caiu nas nossas mãos há semanas o plano «*mystère*» com todo o esquema de ataque ao Norte de Angola. Chega hoje telegrama de Léopoldville anunciando haver indícios de que os afro-asiáticos estão suspeitosos de que o plano está em nossas mãos. Não há mal nisso, salvo pelo facto de criar grave risco à nossa rede de informações. Recomendei que se procurasse pôr de pé, desde já, uma rede alternativa.

Lisboa, 27 de Novembro — Teixeira Pinto telefona-me para dizer que há grande confusão na crise ministerial prevista: vários convites por várias vias a várias pessoas — para a mesma função.

Lisboa, 2 de Dezembro — Domingo passado em casa. Notícias do Brasil afirmam um próximo «*levantamento*» geral em Portugal, em particular Coimbra e Porto, organizado por Henrique Galvão. Cá dentro, na verdade, toda a última semana se passou em combinações, intrigas, convites, pressões, a propósito da recomposição do governo. Parece que esta será tornada pública amanhã.

Lisboa, 6 de Dezembro — Publicada no dia 3 a lista dos novos ministros. Segundo parece, a remodelação causou no público incerteza e confusão, e é tomada como viragem para a direita. Grande relevo dado pela imprensa internacional. Segundo esta, o regime enfraquece dia a dia, e Salazar entra no ocaso.

Visita do senador americano John Tower. Considera que a política portuguesa em África é do interesse de Portugal — e dos Estados Unidos e do Ocidente em geral. Pede que não a modifiquemos.

Rumores de nova crise no Catanga.

Lisboa, 10 de Dezembro — Por nossa parte, disseminámos novas «*notícias*» quanto à ONU e ao Catanga — e os telegramas portugueses entraram já no circuito internacional. Trabalho com o Presidente do Con-

selho. Fala-se da última remodelação, que considerou uma tortura. Mais conversa sobre a ONU. Diz o chefe do governo: *«Ainda havemos de sobreviver às Nações Unidas. Os Ocidentais não estão de boa-fé em África»*. Recebidas notícias de um plano anglo-americano, concertado em Oxford, para dividir a África em duas fatias: a oriental, para os ingleses; a ocidental, para os americanos. Querem os ingleses sossego em Moçambique para garantir a vida económica das Rodésias. Também se realizariam conversas entre católicos e protestantes para definirem esferas de influência religiosa em África. Sinto dificuldade em acreditá-lo.

Paris, 13 de Dezembro — Reunião do Conselho da NATO. Situação geral e Cuba ocupam os ministros. Falo separadamente com Rusk, Lord Home, Spaak, Green. É pedida a nossa cooperação contra o Catanga e Tschombé. Recuso: não queremos intervir no Congo. Longa, minuciosa conversa com Joseph Luns, da Holanda, velho amigo de Portugal: está a espumar de cólera contra os americanos.

Limito-me ao percurso entre o hotel e a sede da NATO e entre a sede da NATO e o hotel. Paris causa-me sempre duas impressões: constitui um monumento vivo ao militarismo bonapartista; constitui, pela nitidez do seu planeamento e a lucidez da sua execução, a expressão urbanística do cartesianismo que está impresso na mentalidade dos franceses.

Paris, 14 de Dezembro — Conselho da NATO. Sessão da manhã preenchida com uma exposição do general Norstad. Diz o comandante-chefe: está pessimista; são insuficientes os meios à sua disposição; é impossível manter o conceito de *estratégia avançada (forward strategy)*; e ou se aceita a derrota numa área limitada ou se recorre à guerra nuclear geral. MacNamara e Rusk defendem o conceito de ataque global e fazem uma afirmação capital: *a África pertence ao quadrilátero defensivo do Ocidente.* Por mim, condeno a política da ONU no Congo, falo do plano *Mystère*. Spaak fica colérico; e depois temos uma conversa de pazes.

Paris, 16 de Dezembro — Sessão para exame e aprovação do comunicado final. Em duas frases fala-se do apoio à Índia e à ONU. Digo que não posso aceitá-las. Todos os demais ministros, porém, declaram que as apro-

vam, e fazem pressão para que eu as aprove também. Escuto tudo, e depois afirmo com simplicidade: as decisões do Conselho são tomadas por unanimidade, e eu oponho o meu *veto* àquelas frases. Insisto: parecia-me que o Conselho não havia compreendido bem ou eu não fora claro bastante: eu estava opondo o meu *veto. O meu veto.* E pronto: liquidou-se o problema. Durante momentos, é o silêncio. E depois mais nada: passa-se a outro trecho do comunicado.

Noite livre. Com Gomes de Araújo e Vasco da Cunha, vou ao teatro. Escolhemos a peça de Ibsen, *Hedda Gabler.* Com Jean Servais, Claude Dauphin, e Ingrid Bergman. Quando Ingrid entra no palco, sozinha, pressente-se que a assistência fica suspensa e sem fôlego durante alguns segundos. Não parece possível ser-se *mais* actriz e *mais* artista.

Lisboa, 18 de Dezembro — Aprovada na ONU uma moção contra Angola por 57 votos a favor, 14 contra, 18 abstenções. Ausentes 21. Quer dizer: 53 delegações *não aprovaram* a moção; e votaram em nosso favor os Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Canadá, Turquia, Austrália, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Espanha e África do Sul. Politicamente, é uma clara vitória portuguesa. Revolta no Senegal: Mamadou Dia, primeiro-ministro, é preso; e é instituído um regime presidencialista com Léopold Senghor. Numa convulsão interna, Senghor, o autor das *Etiópicas* e dos *Nocturnos,* veste a túnica de *ditador* negro — mais doce, mais poeta, mais intelectual do que outros.

Lisboa, 28 de Dezembro — Que vaga de frio! Ontem, em Conselho de Ministros para Assuntos Económicos, Teixeira Pinto e Correia de Oliveira discutiram com aspereza. Da Indonésia, chegam indícios de ameaças a Timor. Tenhamos calma. E recomeçou a luta entre Catangueses e as forças da ONU. Mortos e feridos causados pelas *forças de manutenção da paz.* Telefono a Elbrick para exprimir a nossa profunda preocupação pelo destino do armamento: segundo as nossas informações, muito desse armamento, fornecido por Washington à ONU, era desviado para os terroristas antiportugueses.

Lisboa, 29 de Dezembro — Plena guerra no Catanga. Intervenção americana nítida: na esperança de substituírem os belgas, os Estados Unidos

pretendem salvaguardar um Congo unido. Perigosa situação, a que nos pode ser criada. Tenho suspeita de que se planeia a divisão de Moçambique em quatro partes: Norte, para o Tanganica; distrito de Niassa para a Niassalândia; região entre o Zambeze e o Save, para a Rodésia do Norte; e o Sul, com o porto de Lourenço Marques, ficaria ambiguamente numa esfera de influência da África do Sul. Últimas notícias sugerem que o Catanga não se estaria aguentando e que Tschombé teria fugido.

Lisboa, 31 de Dezembro — Entreguei ao embaixador dos Estados Unidos uma nota autorizando a continuação da estadia das forças americanas nos Açores, a partir de 1 de Janeiro e por mais um ano, devendo retirar em 31 de Dezembro de 1963. Elbrick considerou insatisfatória a nota. Perguntei se preferia que eu a retirasse. Não; e ficou de consultar Washington. Examinámos a situação do Catanga; critiquei a atitude americana; Elbrick naturalmente defendeu a posição do seu governo, mas não se tolheu de dizer que compreendia a nossa. Tschombé teria estado na Rodésia do Sul para se avistar com Roy Wellensky; e haveria depois partido com destino que se ignora. Tudo isto que se escreve de pena leve processa-se por cima de milhares de cadáveres. Quem cuida disso?

IV

1963

Lisboa, 1 de Janeiro — A Belém, para assinar o livro de cumprimentos ao Chefe de Estado. A S. Bento, para deixar um cartão ao Presidente do Conselho. E pronto: e o mundo parece suspenso.

Lisboa, 2 de Janeiro — No Ritz, depois do jantar oferecido por Gomes de Araújo ao general Norstad, este diz-me: «*o último Conselho da NATO em Paris foi 'disgraceful'*; e «*prestarei a Portugal, nos Estados Unidos, quantos serviços eu puder prestar*». Norstad passa à reserva e deixa o comando da NATO. Tive a sensação de que o general estava permanentemente vigiado pelo embaixador Elbrick.

Lisboa, 4 de Janeiro — Mais uma conferência de imprensa. Mostram interesse crescente os homens da imprensa, portugueses e estrangeiros. Temas que foram objecto de perguntas: Nações Unidas, Açores, Catanga, Congo, Mercado Comum, acordo comercial com Cuba, ameaça de Ben Bella, perigos para a fronteira norte de Angola.

Alguns jornais britânicos e americanos reagem contra a política de Washington no Congo.

Lisboa, 10 de Janeiro — Chega Juscelino Kubitschek. Saúda-o no aeroporto uma quase multidão, e muitos entoavam a *Diamantina*, canção da terra

natal do Presidente e que este adoptou durante a sua campanha. Disse Juscelino: «*os casos de Portugal são os casos do Brasil*». Todo o mundo esperava o antigo chefe do Estado do Brasil: almirantes, generais, Paulo Cunha, Soares da Fonseca, Nuno Simões, ainda outros, ligados também às coisas luso-brasileiras.

Lisboa, 14 de Janeiro — Viagem apoteótica de Juscelino por Belmonte, Covilhã, Abrantes, Braga, Guimarães, Porto. Há no fundo dos portugueses um lastro de amizade pelo Brasil que os brasileiros não têm querido ou sabido aproveitar: é ainda o complexo colonial.

No Togo, é assassinado o presidente Silvannus Olimpio. Conheci-o em Nova Iorque, tempos atrás, quando ele se apresentava na ONU como peticionário, em anos sucessivos, até à independência da antiga Togolândia. Estávamos sempre no mesmo hotel, bem modesto e apagado, e tivemos longas conversas. Recordava uma ascendência de portugueses negros, e ainda falava muitas frases da nossa língua.

Para o jantar desta noite nas Necessidades, em honra de Juscelino, disse ao Protocolo para convidar o marechal Craveiro Lopes. Recusou — polidamente.

Lisboa, 15 de Janeiro — Quase três horas de conversa com Juscelino na embaixada do Brasil. Tema central, o das relações Portugal-Brasil. Juscelino reconhece que estas são essencialmente políticas, e que neste terreno devem ser desenvolvidas para que possam transformar-se em relações de outra espécie. Outros pontos: Juscelino receia o esquerdismo na política interna brasileira; condena a política norte-americana para com a América Latina; espantou-se quando lhe revelei saber da sua possível candidatura à presidência da Assembleia Geral; não aceitou de pronto o convite que lhe dirigi para visitar Angola e Moçambique, e ficou de ponderar. (Percebi que Juscelino teme que um excessivo compromisso com Portugal em África prejudique uma nova e futura carreira política em que ainda sonha.)

Almoço em Belém, oferecido pelo Presidente Thomas. Salazar muito bem-disposto. Juscelino quase lhe mostra uma deferência reverencial.

Ben Bella declarou que constitui sua responsabilidade a libertação de Angola. Assim mesmo: sua responsabilidade.

Lisboa, 16 de Janeiro — Conselho de Ministros. Minha habitual exposição sobre política externa. Tenho sempre a sensação de que os ministros ficam estupefactos com o que digo — tão alheios parecem às coisas internacionais.

Segundo a nossa gente em Léopoldville, os americanos estão procurando furiosamente descobrir as nossas cifras com Salisbury, Elisabethville, etc.

Lisboa, 18 de Janeiro — Assente a nossa atitude quanto no Catanga: não ajudar Tschombé; esperar que este consiga acordo com ONU; aguardar a retirada das forças da ONU; depois ficaremos livres, se a situação o justificar, para auxiliar o Catanga.

Lisboa, 18 de Janeiro — Assente a nossa atitude quanto ao Catanga: debate da nova lei orgânica do Ultramar, que em princípio é muito mais descentralizadora. Discussão viva, quase violenta. Silva Cunha apresenta o projecto, elaborado consoante as conclusões da última sessão magna do Conselho Ultramarino. Correia de Oliveira classifica o texto de monstruoso, de traição à pátria, de incongruente e inoportuno. Antunes Varela considera-o duvidoso nos seus princípios, defeituoso na sua forma. Pedro Soares Martinez afirma-se desgostoso, e não conhece motivos internos ou externos que justifiquem o projecto. Galvão Teles, Quintanilha, Santos Júnior, Carlos Ribeiro, Gonçalves de Proença, assumem uma posição moderada, de meio termo, mas declaram-se em favor da remessa do projecto à Assembleia. Arantes e Oliveira apoia o projecto, e admite a independência de Angola e Moçambique, pois considera irreversível o anticolonialismo. (Salazar neste momento declara muito seriamente que não ouviu bem e pede ao ministro para repetir, o que Arantes e Oliveira faz sem titubear.) Teixeira Pinto e eu considerámos que de momento o problema é só político e, nesse contexto, somos a favor da remessa imediata do texto à Assembleia Nacional. (Nesta altura, Silva Cunha segreda-me que se demitirá se o Conselho rejeitar o texto; procuro dissuadi-lo.) Gomes de Araújo e Luz Cunha, na sua qualidade de ministros militares, mostram-se muito prudentes, e cautelosos, e deixam cair uma palavra sobre eventuais reacções das Forças Armadas. Salazar remata: entende que, com as pequenas alterações sugeridas, o Conselho decidiu enviar o projecto à Câmarra Corporativa e à Assembleia.

Chamei Elbrick e disse-lhe que a presença de tropas indianas mesmo na fronteira de Angola, ainda que integradas nos contingentes da ONU, era para nós insuportável. Quase a considerávamos uma provocação depois do que se passara em Goa. Não nos responsabilizávamos por qualquer incidente: se em Goa éramos poucos e fracos, em Angola estávamos muitos e fortes: e era preciso evitar que nos militares portugueses se instalasse o desejo de aproveitar uma oportunidade de desforra sobre a Índia. Pedíamos aos Estados Unidos, por isso, e em virtude da sua *grande influência* na política da ONU quanto ao Catanga, que obtivessem a retirada urgente dos soldados indianos. Elbrick concordou, classificou de absurda a atitude da ONU, e afirmou que ia agir em conformidade junto de Washington.

Lisboa, 31 de Janeiro — Recebidas notícias mais do que inquietantes quanto à política americana em África: socialização de toda a África como meio de aumentar a sua dependência do exterior; montagem de uma rede de informações sob a capa do *Peace Corps;* não rejeição (embora sem apoio directo) da eventualidade de os grupos terroristas solicitarem a intervenção de forças da ONU. De Gaulle opõe o seu *veto* à entrada da Inglaterra no Mercado Comum: a atitude é sobretudo antiamericana: trata-se de vincar uma oposição à interferência de Washington em África, e na própria Europa.

Lisboa, 8 de Fevereiro — Conferência de imprensa. Resposta a Ben Bella: se entre os atacantes de territórios portugueses forem encontrados argelinos, estes serão sumariamente executados. Iniciadas negociações para a compra, por nós, do caminho-de-ferro da Trans-Zambézia. Por estranho que possa parecer, o meu ataque a Ben Bella foi bem recebido em Brazzaville, Tananarive, Léopoldville, etc. É o ódio ancestral entre o negro e o árabe.

Lisboa, 11 de Fevereiro — Num grande comício em Argel, Ben Bella respondeu-me: «*Sr. M. dos N. E. de Portugal, saiba que nem o Sr. nem o seu governo, nem todos os fascistas do mundo poderão deitar a mão à Argélia*». Pois não. Mas também não consta que queiram. Pelo menos nós certamente não queremos. Quanto aos fascistas do mundo, não sei: se existem, não os conheço, nem tenho deles novas ou mandados.

Lisboa, 15 de Fevereiro — Ontem, li a notícia de que um cargueiro venezuelano foi assaltado no mar das Caraíbas por comunistas, que se proclamam libertadores do seu país. Tal como no *Santa Maria*. Mas estes estão sendo considerados — piratas.

Lisboa, 18 de Fevereiro — Registo palavras de Salazar, conversando hoje sobre política externa: «*Os americanos, ou conseguem matar-me, ou eu morro. Caso contrário, terão de lutar anos para conseguirem deitar-me abaixo*». Ainda: «*O que a gente tem de apurar é se a Inglaterra está combinada com os Estados Unidos ou lhes está subordinada. Não se compreendem os investimentos em Moçambique, se não esperarem que o território vá parar à Niassalândia ou ao Tanganica; mas então não se compreendem os investimentos ingleses em Angola, a não ser que também os americanos tenham prometido Angola aos britânicos. Precisamos de apurar bem isso porque sem isso é difícil prosseguir na nossa política*». Depois, deixa cair frases sobre as suas preocupações de política interna: «*Mário Silva era difícil mas rijo: se houvesse uma revolta, dominava-a. Araújo é um homem sério e de confiança. Não conheço bem o actual secretário de Estado da Aeronáutica, nem sei de que é capaz. Tenho de chamar o ministro do Exército e perguntar-lhe se tem as coisas preparadas para dominar uma revolta*». Sobre o marechal Craveiro Lopes: «*Lá está em Angola. Foi uma imprudência do Araújo deixá-lo ir visitar unidades militares. Mas eu não acredito que ele se revolte com as tropas de África. Lá está com o filho*».

Lisboa, 20 de Fevereiro — Georges Bidault enviou um emissário a Lisboa para dizer que está em contacto com Ben Bella e que este, por seu turno, deseja estabelecer um contacto secretíssimo com Lisboa. Segundo o emissário, a violência das palavras destina-se somente a consumo público e dos afro-asiáticos; e no fundo Ben Bella não quereria hostilizar Portugal. Que haverá por detrás disto? Provavelmente — nada.

Lisboa, 5 de Março — Colóquio no Colégio Universitário Pio XII, a pedido do seu director, padre Joaquim António de Aguiar. Sala repleta. Significativo, e bom, o interesse da juventude pela política externa.

Lisboa, 9 de Março — Visita-me no Ministério Sir Zaffrulla Khan, político paquistanês, e actualmente presidente da Assembleia geral da ONU. Síntese do que me disse: as Nações Unidas geram uma emoção que obscurece os problemas e é perigosa; é incompreensível a política americana, que varia de seis em seis meses; Nehru demonstrou em Goa e demonstra em Caxemira que tem o génio da hipocrisia; o discurso de Salazar sobre a agressão a Goa é o de um «*formidable man*». Tudo isto quadra com quanto Portugal tem expresso ultimamente. Mas o que se passa é o seguinte: Sir Zaffrulla quer o voto português como candidato que é ao Tribunal Internacional da Haia: é só eleiçoeira a sua visita.

Lisboa, 13 de Março — Reunião em casa do Presidente do Conselho, com Gomes de Araújo e Silva Cunha, para discutir o problema dos refugiados no Congo, a atitude a tomar perante os partidos moderados em Angola, e a fuga de um pequeno avião militar português, com o piloto e um civil, de Moçambique para o Tanganica. A propósito de um discurso de um delegado americano na ONU, na *Comissão dos Vinte e Quatro,* o chefe do governo comentou: «*o que me irrita nos americanos é dizerem que com jeito nos levarão a fazer o que eles querem*». Referindo-se à política dos Estados Unidos, afirma com ímpeto emocionado: «*quero este país pobre, se for necessário, mas independente — e não o quero colonizado pelo capital americano*».

Lisboa, 19 de Março — Ontem, durante o jantar com Castiella no Ritz, este não podia ser mais fugidio, mais dúplice, mais fingido, mais ardiloso. Foi o que costuma ser. De minha parte, apenas fingi numa coisa: que acreditava no que me dizia.

Lisboa, 21 de Março — Conselho de Ministros, durante quatro horas, para apreciar o comportamento dos chefes militares em Goa. Sessão deplorável. Houve alguns que defendiam a violência: falaram de Tribunal militar, quase de fuzilamento. Muito bem o Antunes Varela: elevação, bom senso, calma: e confinando tudo ao plano disciplinar e profissional sem tocar no plano moral.

Lisboa, 22 de Março — Recebo um enviado secreto de Tschombé: diz-me que este tem o plano de se tornar primeiro-ministro do Congo, de correr com os americanos, de correr com as Nações Unidas. Tudo muito simples, na verdade.

Lisboa, 26 de Março — A imprensa mundial e a portuguesa noticiam a chegada a Portugal, ontem, de noite, de Georges Bidault, num avião da KLM, vindo de Munich e Zürich. Sensação internacional. Por duas vezes me procurou hoje o embaixador de França: pede que embarquemos Bidault para França. Informo-me junto da polícia: esta não deu pela entrada e perdeu-lhe o rasto, não conseguindo até agora descobrir o paradeiro. De repente, Lisboa rebenta de agentes secretos franceses. Mais uma complicação. Como temos tão poucas!

Lisboa, 28 de Março — Bidault encontrado, ao cabo de trabalhos, numa pensão da Costa do Castelo. Levado pela polícia, é aposentado num hotel de Vale de Lobos. Franceses redobram de diligências, muito nervosas primeiro, depois mais calmas. Conversei com Salazar: não entrega Bidault, concede-lhe asilo político, proíbe-lhe no entanto qualquer actividade política. Concordo; mas pondero que, para evitar a ira de De Gaulle, talvez devêssemos tentar a ida de Bidault para outro país. Sim, diz Salazar, mas apenas se ele quiser. Faço uma diligência junto dos brasileiros, e vou à meia-noite a casa de Donatello Grieco. Por seu turno, Bidault escreveu uma carta a Elbrick pedindo asilo.

Lisboa, 3 de Abril — Despacho com Presidente do Conselho. Falando dos nossos problemas, diz: «*No fundo, não se trata de um conflito entre nações, mas entre princípios, e por isso o diálogo é impossível*». Depois: «*Vamos ver: ou têm força ou não têm; e se não usam a força militar podem procurar destruir as forças políticas internas que apoiam a nossa política. Há muita gente que quer ser ministro, seja em que circunstâncias for. Não podemos ser demasiado optimistas*».

Lisboa, 5 de Abril — Duas horas na Assembleia Nacional a expor a política externa aos deputados e a responder às suas perguntas. Para quê? Não será isto em pura perda?

Lisboa, 8 de Abril — Americanos recusam visto a Bidault, mas os brasileiros concederam-no. Com o seu secretário, o político francês embarcou hoje para o Rio de Janeiro. Procura-me o embaixador de França, De Menthon, para me dizer que De Gaulle admirou a nossa atitude correcta e corajosa.

Lisboa, 10 de Abril — Visita do embaixador de Espanha: propõe um encontro Franco-Salazar, entre 22 e 25 deste mês, em Mérida ou Cidade Rodrigo.

De Nova Iorque: afro-asiáticos querem à viva força convocar o Conselho de Segurança contra Portugal.

Lisboa, 12 de Abril — Questão com o Senegal. Este insite em convocar o Conselho de Segurança. Ao que parece, Léopold Senghor enfrenta dificuldades internas e no plano africano, onde é acusado de ser compreensivo e doce para Portugal. E por isso Senghor sentiria a necessidade de um gesto externo, sem consequências de maior, mas que reafirmaria a respeitabilidade do seu anticolonialismo. Alegar o bombardeamento de uma aldeia senegalesa por forças nossas é fácil, e constitui excelente pretexto.

Lisboa, 17 de Abril — Acabei a leitura da encíclica *Pacem in Terris*. Receio que, ao contrário certamente das intenções do Papa, possa ser interpretada de modo a contribuir para o desarmamento moral, ideológico e dialéctico do Ocidente. Senegal conseguiu a reunião do Conselho de Segurança. A delegação senegalesa já não nos acusa de uma violação da fronteira no dia 9 passado mas no dia 8: diz que foi erro da dactilógrafa. Os Estados Unidos procuram jogar-nos contra a África do Sul e esta contra nós.

Lisboa, 19 de Abril — Convite do governador civil de Coimbra para ali proferir uma *«conferência esclarecedora»*. Longa conversa com Salazar. Uma frase: *«Civilização é a sequência de séculos de disciplina»*. Outra: *«Se desfeita a Rodésia do Sul, a política britânica na zona passará a ser tenebrosa. Vamos ter as maiores dificuldades»*. Quanto à entrevista com Franco: *«Franco não diz muitas coisas: não há grande encontro de ideias e de pen-*

samento». E a viagem? *«Bem, eu previno a polícia e depois não penso mais nisso. Mas tenho receio da viagem de automóvel: fui à Malveira outro dia, a casa do Leite Pinto, e nessa noite senti perturbações. Enfim, veremos. Lá levarei as minhas drogas»*.

Lisboa, 21 de Abril — Vem ver-me o embaixador de Espanha: de Madrid sugerem o adiamento da entrevista Salazar-Franco. Razão ou pretexto: a campanha anti-espanhola pelo mundo, como resultado do fuzilamento do chefe comunista Grimau, e que poderia *«salpicar»* Portugal. Qual será o verdadeiro motivo? Ibañez Martin dá pormenores: teria havido grande debate no Conselho de Ministros espanhol; Castiella, alegando as repercussões externas, advogara clemência; teria mesmo apresentado a demissão, que o caudilho recusara; outros ministros invocaram as intervenções de Kennedy, dos cardeais franceses, de Kruschev, etc. Franco tudo teria ouvido em silêncio. Ao cabo, tendo perguntado para que horas estava marcada a execução, disse apenas: *«que seja antecipada de meia-hora»*. Ter-se-ão passado as coisas assim?

Em Nova Iorque, o Conselho de Segurança continua a discutir a queixa do Senegal.

Lisboa, 23 de Abril — Recebo Lord Russel de Liverpool. Vem a convite do governo: trata-se de investigar se as condições nas cadeias portuguesas são tão horrorosas como as pintam os críticos internos e sobretudo externos. Russel foi um dos acusadores públicos, por parte da Inglaterra, contra os criminosos de guerra nazis no tribunal de Nuremberga. Longa conversa com Paul Hoffman, do *New York Times*. Vem para entrevistar o Presidente do Conselho e entregou-me o texto das perguntas que tenciona formular. Diz que encontrou aqui uma forte coesão nacional em torno do Ultramar, e que lhe pareceu muito desorganizada a oposição.

Lisboa, 30 de Abril — *New York Times* publicou o teor da minha conversa com Paul Hoffman. José Gonçalo Correia de Oliveira procurou-me para me manifestar uma grande aflição: vai a Londres, para uma reunião da EFTA, e não sabe o que há-de pedir. Disse-lhe que ele o não sabia porque naturalmente nós não precisávamos de nada. Somos na verdade muito

felizes. Jantar no Palácio Foz em honra de Navarro Rubio, Ministro das Finanças de Espanha.

Lisboa, 1 de Maio — Jantar na embaixada de Espanha, dado por Rubio em honra de Pinto Barbosa. No caminho estava o trânsito interrompido no Rato, Amoreiras e Campo de Ourique. Foi necessário ir por Campolide para chegar a Palhavã. Tumultos e correrias para marcar o dia.

Lisboa, 2 de Maio — Reunião com os membros da delegação portuguesa que vai conversar com a missão da África do Sul. Problemas: aproveitamento do Cunene para desenvolver a Ovambolandia (que a África do Sul tenciona transformar em *Estado* com todos os riscos que daí advêm para nós, uma vez que há ovambos dos dois lados da fronteira); aeroporto do Sal (com todas as suas implicações militares e estratégicas); convenção de Moçambique sobre mão-de-obra, aproveitamento dos rios ao sul do Save; e comércio entre os dois países. Temos os problemas de uma grande potência, e actuamos como tal.

Das correrias de ontem houve uma consequência desafortunada: um morto junto ao *Diário de Notícias.*

Lisboa, 3 de Maio — Chegada de Erik Louw, ministro dos Estrangeiros da África do Sul, e sua comitiva.

Lisboa, 5 de Maio — Ponho as cartas na mesa aos sul-africanos: ou aceitam tudo ou nada. Circulam notícias de que em Argel se instalava um *«governo português no exílio»*. Americanos solicitam o uso dos Açores por aviões que vão formar *«forças de treino»* na Arábia Saudita para proteger Israel. E franceses desejam a instalação, nos Açores, de uma base para auxílio de experiências atómicas e termonucleares. Não têm corrido bem as conversas com os sul-africanos; e parece que Louw vai apelar para o Presidente do Conselho em face da minha atitude *«dura»*.

Lisboa, 8 de Maio — Jantar no Ritz, oferecido por Gomes de Araújo em homenagem ao general Lemnitzer, novo comandante-chefe da NATO. Diz-

-me Lemnitzer depois do jantar: «*Vocês não podem fazer em África coisa diferente do que estão fazendo*».

Lisboa, 10 de Maio — No jantar em Queluz, em honra da EFTA, Edward Heath era alvo das atenções gerais. Muitos o olham como futuro chefe do Partido Conservador e Pimeiro-Ministro da Grã-Bretanha. Quanto à atitude a assumir por Portugal, há divergências de tomo: de um lado, Correia de Oliveira, que é todo facilidades; do outro, Pinto Barbosa e Teixeira Pinto, que não querem — e muito bem — dar seja o que for sem contrapartida e sem negociar ponto a ponto. Correia de Oliveira, porém, vai de transigência em transigência: aceleramos o desarmamento aduaneiro sem compensações quanto à agricultura e sem promessa firme de acesso aos mercados financeiros.

Lisboa, 13 de Maio — Salazar segue amanhã para Espanha. Acompanho-o. Pergunto-lhe se tomou precauções de segurança. «*Já preveni a polícia mas não faço mais nada. Já vivi muito e no tempo actual não tem interesse viver. Os homens poderiam ser um bocadinho mais inteligentes*».

Mérida, 14 de Maio — Saímos de Lisboa pelas dez e meia, e durante a viagem Salazar não se calou um minuto: não compreendia por que vinha um carro atrás, com dois polícias, que apenas serviriam para nos conduzir ao hospital, se fosse caso disso, ou mesmo à morgue directamente; fatiga-o viajar de automóvel, e é doloroso para a sua vesícula; preocupa-o o problema da criação de elites para o desenvolvimento técnico e científico do país; causa-lhe fundas preocupações a falta de espírito comercial dos portugueses em face da competição económica no mundo; são difíceis os problemas da EFTA; é deplorável o feitio mental e psicológico de Teixeira Pinto, como o demonstram as suas declarações a propósito da EFTA, que foram deselegantes e reveladoras da sua inconsciência das funções; tem aspectos pessoais a rivalidade com Correia de Oliveira; considera que há honestidade nos ministérios das Finanças, Obras Públicas e Negócios Estrangeiros, mas há sem dúvida corrupção na Economia e no Ultramar; e através de tudo manifesta permanente curiosidade pelos lugares e coisas novas. Chegámos a Elvas por horas de almoço. Este realizou-se na pousada, na parte

privada. Salazar comeu com vontade: caldo verde, bacalhau, carne de porco. Depois não prescindiu da sua habitual sesta. Seguimos para Badajoz. Salazar suspende de súbito a conversa, dá uma palmada no joelho, e exclama: *«esqueci-me do passaporte, como vou passar a fronteira?»* Castiella estava do lado de lá, e pelas seis horas damos na pousada de Mérida. Na soleira da porta, Franco aguardava Salazar. Dez minutos depois fechavam-se em conversa. Castiella e eu, com os embaixadores, trocámos impressões: o projecto de comunicado, bases americanas em Espanha, acordo hispano-marroquino, posição portuguesa em África. Instabilidade física e humoral de Castiella: senta-se, levanta-se, desloca-se de uma sala para outra, para o pátio, para o jardim. Continuamente admirado por ser tão longa a conversa Franco-Salazar. E na verdade passa das dez e meia da noite quando estes surdem da sala. Janta-se. Fico ao lado de Franco. Fala-me todo o tempo do mar, da vida intensa do mar, do prazer do mar. É quase meia-noite quando se consegue descansar.

Mérida, 15 de Maio — Já o mundo soube da entrevista, e em torno da pousada é o pandemónio de jornalistas, fotógrafos, homens de cinema e televisão, e vindos de muito sítio, desde espanhóis e portugueses até aos franceses, ingleses, americanos, mil outros. De manhã, pelas nove horas, o Presidente do Conselho chamou-me ao seu quarto para breve troca de impressões antes de nova conversa com Franco. Mostrei o meu projecto de comunicado. Salazar tomava uma chávena de chá e uma torrada — e disse que o chá era péssimo e que era horrorosa a torrada. Aprovou o comunicado. Referiu a conversa com Franco: *«conversa, não; eu falei todo o tempo; o generalíssimo diz pouco; e tenho de me orientar mais pelos seus silêncios e meias frases do que por aquilo que diz»*. Apesar de tudo, Franco havia reafirmado a solidariedade da Espanha para com Portugal, a sua compreensão da política portuguesa — e isso valia o que valia, até ver. De Espanha, nunca se sabe — ou sabe-se de mais.

Lisboa, 17 de Maio — Quase todos os embaixadores, mas muito particularmente os de Inglaterra e dos Estados Unidos, querem saber por miúdos o que se passou em Mérida. Tenho-lhes dito o que basta para os deixar insatisfeitos e curiosos.

Otava, 20 de Maio — De automóvel, de Montreal até Otava, já se apanha uma ideia da paisagem canadiana deste lado. Tudo muito verde, muito exuberante, muito arranjado. Otava tem o encanto anglo-saxónico, traduzido para o novo mundo, ainda com qualquer coisa de tosco, de pioneiro, de cidade na fronteira da barbárie. Cumprimento Lester Pearson, o primeiro-ministro, no seu gabinete. Pergunta por Salazar, de quem se diz amigo e admirador. Saímos os dois em passeio pelos grandes espaços da cidade. Noto alguma curiosidade nos passantes: quem será este quidam desconhecido que acompanha o primeiro-ministro? Pearson tem temperamento alegre, sempre sadiamente bem-disposto e optimista. Não me apercebo de quaisquer agentes a cuidar da segurança ou protecção de Pearson. Depois, sessão na Câmara dos Comuns canadiana. Como nos Comuns em Londres — mas aqui há nos debates um toque de provincianismo, de ingenuidade, de horizonte estreito. Sessão da NATO. Ponto fundamental: força nuclear interaliada ou multilateral. Através de mil fórmulas mais ou menos subtis, uma coisa é clara: o controlo político permanece firmemente em mãos americanas. Desinteresse por demais áreas de conflito no mundo, salvo Indochina, Cuba, Berlim. Há o sentimento, no entanto, de que se caminha para a globalidade da aliança. Seria o conceito da indivisibilidade da defesa do Ocidente. É o que deduzo de conversas com Couve de Murville, Schroeder, Spaak, Pierre Messmer, Von Hassel. Mas quanto caminho não haverá ainda a palmilhar?

Otava, 22 de Maio — Conversas, almoços, jantares oficiais. Passeio pelos parques de Otava. Canteiros monumentais com tulipas oferecidas pela Rainha da Holanda. Ameaças de bombas pelos terroristas do Quebeque.

Niágara, 24 de Maio — São como as reproduzidas nos postais e nos cinemas, as cataratas de Niágara. Mas deixam-nos sem fôlego: como expressão de um poder da natureza que se não consegue dominar. Com Gomes de Araújo e Pierre Messmer, fui depois pelo túnel subterrâneo visitar as cataratas, por *detrás* da parede de água que cai e no sitio onde se choca com a terra. O estrondo que tudo atroa, o embate que tudo estremece, a força brutal que tudo esmaga, a grandeza que desconhece quanto seja humano, a eternidade que atravessa insensível todas as vicissitudes, reduzem-nos à nossa pequenez, à nossa condição de simples pó.

Washington, 29 de Maio — Dean Rusk vem almoçar à nossa embaixada. Pela meia tarde, visito o Presidente Kennedy na Casa Branca. É o seu dia de anos: 46. Kennedy não pode estar mais prazenteiro, mais afável. Conversa mais do que cordial, mesmo afectuosa (1). Como dois bons amigos que se reencontram.

Lisboa, 1 de Junho — Conselho de Ministros. Relato quanto se passou no Canadá e nos Estados Unidos. Corre um boato: eu teria tido uma zanga tremenda com Kennedy na Casa Branca, Salazar haveria tido uma reunião de emergência com alguns ministros. Admirável.

Lisboa, 3 de Junho — Morre o Papa João XXIII. Pastor de homens, sem dúvida, bom, e servo dos servos. Mas talvez ingénuo, e abriu demasiadas janelas por onde entraram demasiadas tempestades.

Lisboa, 8 de Junho — Missa de pontifical em S. Vicente, por intenção de João XXIII. Toda a alta-roda oficial. Hábil, prudente, a homilia do cardeal Gonçalves Cerejeira. Adaptou-se às encíclicas, mas não perdeu de vista as necessidades da política portuguesa. Seu tema central: o Papa fez o diálogo com o mundo.

Lisboa, 12 de Junho — Adoula, primeiro-ministro congolês, praticou uma diligência junto da nossa embaixada em Léopoldville: quer saber qual a nossa política, para com o Congo e o Catanga. Enviei ontem a nossa resposta. Oferecemos cooperação e garantias, mas apenas se do Congo não nos vierem mais agressões. Nosso objectivo tem de ser o de procurar uma brecha na frente comum.

---

(1) O relato oficial, com todas as minúcias da entrevista, foi evidentemente feito na altura e está publicado num livro do autor, *Diálogos Interditos*, 2 vols., Lisboa, 1979, atrás já citado.

Lisboa, 17 de Junho — Recebi o ministro das Obras Públicas do Ceilão, de nome Sousa, que veio visitar um filho: este estuda português no Porto. No *Match,* Raymond Cartier publica um grande artigo sobre a política portuguesa. Escreve esta frase: «*o fim da aventura marítima e colonial é para Portugal uma descida ao túmulo*». É de arrepiar esta conclusão de um frio estrangeiro: como fazer para que todos os portugueses a conheçam e a meditem?

Lisboa, 21 de Junho — De manhã, soube-se a notícia da eleição de novo Papa: é o Cardeal Montini, que toma o nome de Paulo VI. Logo surgem interrogações sobre perigos que pode trazer para nós o novo pontificado. José Nosolini veio célere com informações: conheceu Monsenhor Montini em Roma, é homem muito inteligente, considera-o um progressista com a obsessão das reformas, pode tentar conduzir o Concílio num pendor esquerdista. Que mais teremos de enfrentar?

Lisboa, 25 de Junho — Conseguimos que o parlamento congolês não discutisse uma moção impondo o corte de relações com Portugal. Parece que foi preciso dar umas *prendas* a alguns deputados. Tudo custou cerca de cinquenta contos. Foi barato. Chegou a Lisboa um ministro da corte etíope com uma mensagem pessoal do Imperador Hailé Selassié para o Presidente do Conselho. Segundo os americanos, vem anunciar o corte de relações.

Lisboa, 26 de Junho — Mensagem do etíope: lembra relações antigas, recorda o Cristianismo trazido à Etiópia pelos portugueses, alude à independência que estes ajudaram a defender — e anuncia o corte de relações, conforme ao deliberado pela Organização da Unidade Africana. Este imperador Hailé Selassié não sabe o que meteu em casa: ainda vai acabar bem mal, ou me engano muitíssimo.

Lisboa, 29 de Junho — Partida para Roma, a representar Portugal na coroação do novo Papa. Ao tomar o avião, entregam-me um telegrama de Léopoldville anunciando que o governo congolês decidira reconhecer o

«governo da República de Angola» no exílio. Está claro que alguma reacção temos de mostrar, ainda que o gesto seja só simbólico.

Roma, 29 de Junho — Jantar na embaixada do Brasil. Fico à direita do Presidente João Goulart. Não encontrei conversa que valesse com um homem que é o chefe do Estado do Brasil. Primarismo das ideias, ignorância de pasmar quanto a coisas elementares, vocabulário tosco, conceitos demagógicos e infantis — e tudo isto envolto na inconsciência e na irresponsabilidade. É afirmativo, não tem dúvidas, e mostra a audácia dos ignorantes. Disse-me assim: *«nós somos anticolonialistas, Portugal é colonialista, e o Brasil é contra, e pronto»*. E pronto: que se responde a isto? Como se argumenta neste caso? Estava também o novo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Evandro Lins: pareceu-me mais sereno, mais composto: mas compenetrado da sua alta importância: e imensamente reservado.

Roma, 30 de Junho — Pela tarde, é a cerimónia da coroação do novo Papa. Praça de S. Pedro, a céu aberto. Quase meio milhão de pessoas. Duas longas filas de cardeais e bispos, com as suas mitras brancas, caminham paralelas, com lentidão cadenciada, e entoam cânticos que sobem às alturas. E depois, no termo das filas dos prelados, surge o Papa, sentado no seu trono-andor, numa posição eminente à multidão. Para mim, que nunca antes assisti a uma coroação pontifícia, o que há de espantoso é isto: este novo Papa parece igual, *exactamente igual*, na figura e nos gestos, a *todos* os papas anteriores, consoante se gravam na nossa imaginação depois de vermos mil estátuas, gravuras, quadros antigos, e de lermos descrições antanhas. É a eternidade da Igreja. Paulo VI lança a bênção para um lado e outro, e para os que estão perto e os que estão longe, e depois abre os braços como quem quer ir ao encontro de todos; mas em tudo, se há o poder espiritual e a força da fé, há também fragilidade, distância, mistério. Como que protegendo o andor que transporta o Papa, acompanham-no dois grandes leques de plumas brancas, numa tradição faraónica, a simbolizar a reverência e o culto ao chefe remoto e enigmático. Mas a Igreja de Cristo reconduz tudo à modéstia, à humildade: atrás do andor do Papa segue um cardeal queimando uma réstia de estopa, e repetindo: *«sic transit gloria mundi»*. Atinge a procissão dos prelados o altar monumental erguido defronte da Basílica de S. Pedro, e aí desce o Papa, que inicia a liturgia

da Sua coroação. Não demonstra Paulo VI o menor nervosismo ou emotividade. Dir-se-ia que toda a sua vida se preparou para este momento. Tudo faz com vigor, frieza, sem hesitações: os Seus gestos são incisivos, a Sua voz é firme. Sabe que é Papa, sempre quis sê-lo, não tem dúvidas de que merecia ser Papa, e exercerá sem tibieza nem tergiversações o múnus papal. Terá dúvidas teológicas; nenhumas de natureza política.

Roma, 1 de Julho — Na Capela Sistina, recepção papal. Cumprimentos ao Papa pelos chefes das delegações. Demorei conversa com Paulo VI. Depois dos votos protocolares, disse quanto me comovera na véspera o uso que o Santo Padre fizera da língua portuguesa na sua homília. Respondeu o papa que dera ao português o lugar que lhe pertence — e lamentou a sua má pronúncia. Não creio que se possa ultrapassar o esplendor, a sumptuosidade, a magnificência da Capela Sistina e apartamentos que lhe estão anexos. E o mesmo ambiente — os mármores, as tapeçarias, os quadros, os frescos — se vive nos Apartamentos Borgia, onde o cardeal Cicognani recebe as delegações pela tarde. Grandes nomes da Igreja — Tisserant, Ottaviani, Marella, Spellman — passeiam familiarmente as suas púrpuras.

Lisboa, 2 de Julho — Examino com o Presidente do Conselho a situação resultante do reconhecimento pelo Congo de um *governo angolano no exílio*. Diz-me a sua convicção: «*Não há dúvida de que esse reconhecimento foi feito por instigação e pressão dos americanos: a ideia destes será adiantarem-se ao MPLA, que estaria para ser reconhecido pela Argélia e pelo Egipto*».

Lisboa, 4 de Julho — Sarmento Rodrigues, que regressa a Moçambique dentro de dias, veio despedir-se. Diz que em Moçambique está tudo bem, e não receia perturbações como em Angola.

Elbrick, a propósito do reconhecimento pelo Congo de um *governo angolano no exílio*, perguntou o que íamos nós fazer contra aquele país. Respondi que não tinha que o informar. Enviadas instruções a Léopoldville para que se retire o encarregado de negócios, e siga para Luanda, entregando a embaixada a um secretário.

Lisboa, 12 de Julho — Cena muito viva com Elbrick. Quando acusei os Estados Unidos de nos quererem expulsar de Angola e de financiar os nossos inimigos, ao menos indirectamente, o embaixador levantou-se, dizendo que não podia continuar a ouvir-me. Como eu já havia dito o que queria na matéria, calei-me, e fiquei sentado a olhar para ele de pé. Elbrick voltou a sentar-se, e a conversa prosseguiu — quase cordialmente.

Lisboa, 15 de Julho — Uma frase de Salazar: *«Nunca se deve ser ministro durante trinta anos. Aprende-se muito, assiste-se a muita intriga, a muita reviravolta, a muita desonestidade. Fica-se com uma ideia horrorosa da humanidade. Horrorosa!»*

Nova Iorque, 19 de Julho — Na sede da ONU encontro uma atmosfera de drama contra Portugal: os afro-asiáticos, mandatados pela Organização da Unidade Africana, convocaram uma reunião especial do Conselho de Segurança, e estão convictos de que este vai tomar resolução tamanha que nos fará ajoelhar. Quatro ministros dos Estrangeiros — Tunísia, Serra Leoa, Libéria, Madagáscar — tomarão parte nos debates para nos acusarem — de estarmos a ameaçar a paz e a segurança do Mundo. Apenas isto: do Mundo.

Nova Iorque, 22 de Julho — Falei de manhã com Adai Stevenson, que em síntese me diz: os africanos querem que o Conselho de Segurança vote contra Portugal uma *«pequena sanção»;* concorda em que nós não estamos ameaçando a paz e a segurança, mas os africanos estão realmente pondo em perigo uma coisa e outra; e entende que não nos devemos embrenhar numa declaração de princípio quanto à autodeterminação porque é *«caminho escorregadio em que não poderemos parar»*. Avisto-me depois com Benhima, embaixador de Marrocos, e que neste mês preside ao Conselho. Conheço-o dos meus anos de Londres, e a conversa foi fácil. Assegura-me que procurará conduzir os debates com moderação; deseja que façamos *«apenas»* um *«gesto»;* e a distinção que os afro-asiáticos fazem entre nós e a África do Sul é favorável a Portugal. De tarde, iniciam-se as sessões do Conselho. Presentes em força todos os membros efectivos; convidados para a mesa do Conselho os ministros africanos e eu, com as repectivas delegações; toda a vasta sala está atravancada pelos delegados dos demais mem-

bros da ONU; não há um lugar vago nas galerias do público. Jornalistas, correspondentes internacionais acreditados, fotógrafos, operadores de televisão, circulam em todos os sentidos. Atmosfera de drama, ambiente dos grandes dias, como em vésperas de uma tragédia que se avizinha. Debate iniciado pela Libéria. Seguem-se-lhe a Tunísia, Madagáscar, Serra Leoa. Temas do ataque à política portuguesa em África: não cumprimos a Carta da ONU e as resoluções da Assembleia; territórios portugueses são vítimas de opressão; ameaçamos a paz e a segurança do Mundo. Para delegados afro-asiáticos, até há que considerar moderado o tom que usaram. Depois, interveio Ghana, que é membro do Conselho. Começou: *«O Conselho está a proceder à liquidação do Império Português»*. A seguir, União Soviética: atacou-nos, decerto, mas sobretudo atirou ferroadas duras à NATO, ao Mercado Comum, e aos monopólios capitalistas internacionais. Benhima suspendeu os trabalhos e marcou nova sessão para além de amanhã.

Nova Iorque, 24 de Julho — Sessão do Conselho praticamente dedicada à minha réplica. Uma hora e vinte minutos. Respondi às críticas, sublinhei as contradições, refutei as acusações; e propus conversas luso-africanas sobre problemas comuns na África Austral. E digo que os territórios estão abertos a todos, à observação de boa-fé, para verem que no plano africano são dos mais desenvolvidos. Para que o façam, convido os quatro ministros africanos. Comenta Setevenson, em privado: você foi demasiado convincente e eficaz *(too effective)* na sua alegação e defesa: e os afro-asiáticos sentem a necessidade psicológica de reagir para não ficarem, perante os demais delegados e a imprensa internacional, numa situação de inferioridade. Comento por meu turno para Stevenson e para mim: então eu devia ter sido frouxo, e fraco; e ineficaz?

Seguem-se os membros efectivos do Conselho. Brasil: discurso muito antiportuguês, nada de positivo, salvo que se oporia a sanções contra Portugal. China: muito corajosa na sua compreensão, atendendo a que depende dos votos afro-asiáticos para se manter na ONU. Venezuela mais moderada que o Brasil; Noruega, simultaneamente com o primarismo e o pedantismo arrogante dos nórdicos (procurou dar-nos o seu *«advice»* sobre como resolver os problemas de África), falou de uma *subscrição internacional* para nos compensar; e Filipinas, muito demagógica e péssima. França, excelente, absolutamente cartesiana, e declara que nos termos da Carta não se pode interferir nos negócios internos de nenhum país, e que Portugal não consti-

tui ameaça à paz do Mundo. Inglaterra pronuncia-se em linhas parecidas, mas com menos nitidez.

Depois, embora dentro do regimento do Conselho, é a troca de argumentos, de perguntas e respostas, de *diz-tu, direi-eu*. Africanos sabem tudo, têm razão em tudo, podem fazer tudo, e recusam tudo: conversas, explicações, convites. E Ghana apresenta uma resolução condenando Portugal. Em nome do governo, rejeito-a sem mais. Mas é aprovada pelo Conselho, com abstenção de Inglaterra, França e Estados Unidos. Isto significa o limite político além do qual os ocidentais não consentirão que caminhem os afro-asiáticos; se estes quiserem ir além, ficam notificados de que os *três grandes* lhes oporão o seu *veto*. E pronto, foi assim. Esmagado pelo ambiente, diz a Vasco Garin, no final, o delegado britânico, Sir Patrick Dean: não creio que vocês durem em África um ano. Num dos intervalos dos debates, procura-me o ministro da Serra Leoa, Karefa-Smart, e pergunta-me quantos militares temos em Angola. Vinte ou trinta mil, digo. E ele torna: «*Não podem vocês mandar mais? É que nós não queremos que vocês saiam de Angola para não se instalarem lá os russos ou os americanos*». Este é o mesmo homem que nos criticou asperamente à mesa do Conselho. Admirável. E edificante, penso eu.

Nova Iorque, 25 de Julho — Aproveito a estadia para multiplicar contactos: entrevistas a estações de rádio; largo almoço com correspondentes acreditados na ONU; debates públicos no *Overseas Press Club*, etc. *New York Times, Washington Post*, outros jornais, dão bom relevo à reunião do Conselho. De forma geral, favoráveis.

Washington, 26 de Julho — Visito o State Department. Digo a Dean Rusk que Harriman comunicou a Pedro Theotónio haver eu ofendido Kennedy. Pergunto: como? onde? em quê? Responde Rusk: o presidente tomara interesse pessoal pela reunião do Conselho e parecera-lhe que eu não tivera em conta bastante o facto de a delegação americana se ter abstido, por instrução expressa da Casa Branca. Dei a Rusk todas as explicações; e o secretário de Estado concluiu que a nuvem já havia passado, e não existia sombra no ânimo do presidente. Eu disse que no entanto continuávamos desconfiados perante a política americana. Rusk anunciou que o presidente se propunha enviar em breve a Lisboa um alto emissário de confiança para falar com Salazar. Disse-lhe que seria bem-vindo.

Lisboa, 3 de Agosto — Regresso de Nova Iorque. Pela recepção no aeroporto, e por alguns recortes de jornais que leio, vejo que foi tremenda no país a impressão causada pela batalha no Conselho, e que batermo-nos bem e com vigor correspondeu à consciência nacional. Dir-se-ia que os portugueses puseram no debate do Conselho de Segurança todo o seu brio, a sua dignidade, o seu amor-próprio — como no hóquei em patins. Somos assim.

Lisboa, 6 de Agosto — Conselho de Ministros. Exponho em pormenor, e creio que com vivacidade, a batalha travada em Nova Iorque no Conselho de Segurança. Leio no rosto de alguns ministros o deslumbramento pelo que lhes aparece como uma aventura, ou um torneio da Idade Média.

Lisboa, 12 de Agosto — Madrid anuncia a concessão de *«autonomia»* às províncias espanholas de África depois de *«ouvidos»* os nativos. *«New York Times»* escreve que em Mérida o Presidente do Conselho fora prevenido pelo generalíssimo Franco, e que a decisão de agora tem de ser havida como pressão sobre Portugal. Aquela afirmação do N. Y. T. não corresponde à verdade. A verdade é que em Mérida os espanhóis declararam que não tencionavam alterar o estatuto dos seus territórios africanos. Aliás, não há comparação entre aqueles e os nossos: os territórios espanhóis não valem uma moeda falsa, e furada, nem suscitam ambições de ninguém.

Lisboa, 26 de Agosto — Clara pressão americana sobre a Espanha para que faça pressão sobre Portugal a fim de nos levar a mudar de política. Insisto com o chefe do governo para que pondere uma sugestão minha de há semanas: um plebiscito em *toda a nação* sobre política africana. É claro que se correm riscos, e graves; e que apenas valerá a pena correr tais riscos se houvesse a certeza de que, realizado o plebiscito, e admitindo que seriam favoráveis os resultados, estes fossem havidos por definitivos por afro-asiáticos e ONU. Neste ponto, também eu tenho as maiores dúvidas.

Lisboa, 28 de Agosto — Conversas com George Ball, o enviado de confiança do presidente Kennedy. Tudo gira em torno de um ponto: Ball entende (ou diz entender) que se pode fixar um prazo para a autodetermi-

nação e que por esse facto nada sucederá de imediato; nós entendemos que, aceite o princípio, todo um processo irreversível será desencadeado sem perda de tempo. Haverá algum ingénuo, com efeito, para acreditar que se nós nos dissermos prontos a encarar a independência de Angola, dentro de 30 ou 40 anos por exemplo, as Nações Unidas, os afro-asiáticos e a guerrilha ficariam quietos, silenciosos e permitindo-nos trabalhar descansadamente durante aquele tempo — sem se intrometerem? Ball e Washington dizem que acreditam; e querem-nos persuadir a acreditar. Todo o problema, no fundo, está nisto.

Lisboa, 29 de Agosto — Ontem, depois de jantar, fui ao Forte de Santo António para ouvir de Salazar o relato das conversas que, por seu lado, tem tido com George Ball. Está uma noite quente, e um luar como só há em Agosto. Encontro Salazar no terraço à beira-mar, encostado à muralha, e concentrado na luminosidade que vem do oceano. Depois de umas frases sem consequência, chama uma das criadas e diz-lhe para trazer duas mantas e duas almofadas. Salazar arma então duas cadeiras de verga que ficam como duas macas ou dois catres; diz-me para eu despir o casaco, que ele toma e vai dependurar meticulosamente nas costas de uma cadeira vulgar, e para eu desapertar o nó da gravata. Vem a criada com mantas escocesas e almofadas. «*Agora, deite-se*», diz o chefe do governo. Deito-me, Salazar ajeita-me a almofada debaixo da cabeça, tapa-me cuidadosamente com uma das mantas. «*É preciso cobrir bem o peito e o pescoço porque a humidade do mar pode ser prejudicial*», diz Salazar, e aconchega-me a manta em torno do pescoço. Depois, faz a mesma coisa: tira o casaco, deita-se no outro catre que está paralelo, tapa-se e diz: «*agora podemos conversar*». E Salazar fala durante bem mais de uma hora. Registo a síntese rigorosa do que disse.

«*Não há dúvida: os americanos evoluíram alguma coisa, mesmo muito*», principia Salazar. «*Há ano e meio, há dois anos, julgaram que uma pressão, uma ameaça, um ultimato nos fariam cair, ou pelo menos modificar a nossa política. Bem: já viram que não dava resultado, desistiram. E eles próprios vêem os seus interesses afectados, têm muitos problemas, não sabem como resolvê-los, e estão perplexos. E por isso nos mandam um emissário especial de alta categoria, sem que o tivéssemos solicitado. Muito bem. Mas que nos vem propor? Na conversa consigo e na que teve comigo, reparei que Ball usou repetidamente estas palavras: assegurar a presença, a influência*

e os interesses de Portugal em África. Ora que significa isto? Que está por detrás disto? Que conteúdo têm estas palavras? A verdade é que se Angola ou Moçambique são Portugal, este não está nem deixa de estar presente: é, está. Presença, para os americanos, quer dizer outra coisa: a língua, a cultura, alguns costumes que ficassem durante algum tempo até sermos completamente escorraçados. Isto e nada, é o mesmo. E o mesmo se quer dizer com a influência e os interesses. Com isto pretendem os americanos dizer que seriam garantidos os interesses económicos da metrópole, isto é, de algumas empresas ou grandes companhias. Mas tudo isto não vale nada. Que a economia comande a política é particularmente verdadeiro quanto à África. Bem vê: quem tem o dinheiro é que empresta, quem produz é que exporta; e quem tem dinheiro e empresta, e depois não lhe pagam, é levado a emprestar mais e mais; e para garantir esses novos empréstimos é depois levado a intervir, a controlar, a dominar as posições chave. E quem produz é que exporta; mas quando lhe não pagam as exportações, reembolsa-se com a exploração do trabalho e das matérias-primas locais. E ao fazer tudo isto é evidente que expulsa a influência e os interesses económicos de outros mais fracos, que nem podem emprestar tanto nem exportar tanto. É o neo-colonialismo. Ora, meu caro senhor, nós não poderemos comparar a força económica e financeira da metrópole com a dos Estados Unidos. E o senhor está a ver, não está? Os americanos a oferecerem empréstimos baratos e a longo prazo; os americanos a oferecerem bolsas de estudo para formar médicos, engenheiros, técnicos nos Estados Unidos; os americanos a percorrer os territórios com a propaganda dos seus produtos. Em menos de um ano, de português não havia nada. Não, meu caro senhor, uma vez quebrados os laços políticos, ficam quebrados todos os outros. Mas então, sendo Angola parte de Portugal, não podem os americanos investir e exportar? Podem, decerto, mas têm de negociar com uma soberania responsável e com um governo que sabe exigir, ao passo que se o fizerem com um governo africano, inexperiente e fraco, sai-lhes mais barato. De resto, tudo isto está demonstrado: veja a Argélia, veja o Congo. Mas, para nós, o Ultramar não é economia, e mercado, e matérias-primas, e isso os americanos não o podem entender. Bem: este é um aspecto. Mas que quer Ball dizer com os prazos? É evidente que se os americanos estivessem dispostos a aceitar que Angola seja Portugal, não falavam de prazos. Poderiam querer discutir ou negociar connosco uma qualquer construção política ou jurídica que coubesse nos seus princípios teóricos, e depois apoiar-nos-iam sem reservas. Mas não: querem um prazo. Um prazo, para quê? E que se passa findo esse

prazo? E enquanto decorre esse prazo, não acontece nada? Deixamos de existir no mundo, não se fala mais de nós? E os terroristas cessam os seus ataques? Ah! mas se os americanos podem garantir que os terroristas depõem as armas, então é porque têm autoridade sobre os terroristas, orientam-nos, estão em contacto com eles. E os terroristas depõem as armas sem mais nada? Não exigem condições, não apresentam preço, e os americanos não assumem compromissos? Quais, como, para quando? E que promessas fazem ou fariam à Organização da Unidade Africana? E como justificaria esta o seu silêncio sobre nós e a ausência de ataques contra Portugal? Não, meu caro senhor, os americanos continuam a pensar que com jeito, docemente, conseguem anestesiar-nos e impelir-nos por um plano inclinado».

Salazar suspende a sua fala, concentra-se em silêncio na imensidade do céu, aconchega mais a manta sobre o peito e o pescoço, e continua.

«Está claro que se aceitássemos o caminho dos americanos, em troca do Ultramar choveriam aqui os dólares, receberíamos umas tantas centenas de milhões. Ficaríamos para aí todos inundados de dóladres e de graça. E sabe? Os que vierem depois de nós ainda haveriam de dizer: afinal era tudo tão fácil, não se percebe mesmo por que é que aqueles tipos não fizeram isto. Mas os dólares iam-se num instante, deixavam umas fábricas e umas pontes, e depois começava a miséria. Duraria o ouro dois ou três anos. Depois era a miséria, a miséria, a dependência do estrangeiro. E em qualquer caso é-nos defeso vender o país».

Nova suspensão de Salazar, como quem se recolhe para organizar melhor os pensamentos que vai expor.

«Por outro lado, temos de pensar no futuro, na história, no julgamento da história. Não podemos recusar este passo que os americanos deram sem esgotar todas as suas possibilidades, e sem que fique bem documentado que fomos até ao extremo limite da flexibilidade e das concessões, salvaguardando a unidade e a integridade da nação. E se conseguíssemos que os americanos fizessem mais uma pequena evolução, dessem mais um pequeno salto, então tiraríamos o carro do atoleiro. De modo que entendo devermos preparar um papel, um memorandum, com as bases de um acordo com os Estados Unidos. Sem sacrifício de nenhum princípio nosso, e sem nos deixarmos arrastar ingenuamente, vamos pôr à prova a boa-fé dos americanos. Se, como costuma dizer-lhe o Rusk, e o Ball repetiu, autodeterminação é para os americanos o consentimento dos governados à forma de governo, pois poderemos encontrar a fórmula que comprove que toda a nação portuguesa, aderindo à forma de governo, se encontra autodeterminada, e que

nesse sentido pratica actos que o demonstram. Ah! se os americanos dessem o salto e tirássemos o carro do atoleiro!».

Salazar pergunta se esta orientação tem a minha concordância, e porque lha afirmo, combinamos o modo de a executar. Depois, levantamo-nos, vestimos os casacos; e já de casaco vestido e mãos nos bolsos, Salazar assenta pormenores para novas conversas com Ball. Era além das duas horas da manhã quando regressei a Lisboa, pela estrada marginal, sob o mesmo luar intenso, e já alto.

Lisboa, 2 de Setembro — U Thant responde ao convite que lhe fizemos para visitar Angola e Moçambique: não pode, está muito ocupado, manda alguém a Lisboa para falar com o governo.

Salazar vem ao Ministério, ao meu gabinete, para nova troca de impressões sobre as conversas com os americanos. Indiquei-lhe, para se sentar, o sofá de honra. Percebi que se sentia desconfortável e que olhava com insistência uma poltrona junto à secretária. Perguntei-lhe se preferiria sentar-se na poltrona. Ergue-se, muda-se, diz-me: *«Estava ansioso que me convidasse a isso. Que horroroso que é aquele seu sofá».*

Lisboa, 16 de Setembro — Recebo uma mensagem de Sir Zaffrula Khan a dizer que lhe chegaram rumores de que o Paquistão e a China desejam aproximar-se de Portugal. Que quererá isto significar? Espionagem americana e nacionalista em Macau põe em risco a segurança da cidade.

Lisboa, 17 de Setembro — Afro-asiáticos lançam nova doutrina: a da *incompatibilidade.* São *incompatíveis* com delegados portugueses. Incompatíveis, simplesmente. Não se sabe onde começa ou acaba essa incompatibilidade: a dez, vinte metros, na sala ao lado, na mesma cidade, etc.

Lisboa, 20 de Setembro — Deputado trabalhista inglês Mellish visita-me: veio ver como é realmente a *imagem* de Portugal porque tem a sensação de que o seu partido não está de posse da verdade, sobretudo quanto ao Ultramar. Tópicos da conversa: política interna, censura à imprensa, Nações Unidas, Açores. Mellish diz que a Inglaterra está decadente.

Primeiro-Ministro da África do Sul prometeu toda a cooperação, salvo em tropas por escassez de recursos humanos. Também nada solicitámos neste particular. Presidente Kennedy, discursando na ONU, insistiu na criação de uma força militar das Nações Unidas. Não creio que isto seja possível; mas poderia ter para nós a maior gravidade.

Lisboa, 21 de Setembro — Delegado espanhol na ONU declarou que a Espanha aceita o espírito da «*descolonização*» e que colaborará com as Nações Unidas para «*descolonizar*» os seus territórios de África. Fraga Iribarne, ministro da Informação, faz em Madrid afirmação de igual teor. Quer tudo isto dizer que a Espanha cedeu à pressão dos Estados Unidos. Que preço teriam estes pago? Convoco o embaixador de Espanha — e perguntei se estas decisões, assim anunciadas e sem uma palavra a nós, estavam de harmonia com o espírito das conversas de Mérida. Não podia ficar mais sucumbido o embaixador. Pelo menos na aparência.

Kennedy e Mac Millan disseram que o ideal é constituir sociedades multirraciais em toda a parte. Está claro que se formos *nós* a fazê-lo — já não está bem. Apenas são rigorosamente multirraciais as sociedades que por sua conveniência os impérios considerarem assim.

Lisboa, 23 de Setembro — Recebi Shikuku, secretário-geral do Partido KADU, do Quénia. Disse: Tom Mboya é um instrumento pago pelos americanos; se a independência do Quénia se processar como previsto, verificar-se-ão acontecimentos sangrentos; os Kikuyus querem estabelecer a sua ditadura sobre as outras tribos, em particular os Massai, que são muito inteligentes e guerreiros. Penso eu: que importância tem tudo isso — se as grandes potências ficarem contentes?

Lisboa, 26 de Setembro — Longa conversa com Sir Roy Wellensky, de passagem para Nova Iorque. Pontos principais: a Federação será dissolvida até 31 de Dezembro; as forças militares serão todas entregues à Rodésia do Sul; Winston Field, primeiro-ministro da Rodésia do Sul, está hesitante sobre se deve proclamar a independência ou tentar negociar (neste caso teria de o fazer até Maio de 1964, por ser data em que se prevê em Londres um governo trabalhista); política dupla dos Estados Unidos em África; o dis-

curso dos «*ventos da mudança*» estava para ser dito por Buttler e só por acaso foi pronunciado por Mac Millan.

Lisboa, 14 de Outubro — Apressadamente marcadas conversações luso-africanas no quadro da ONU. Partida para Nova Iorque.

Nova Iorque, 16 de Outubro — Conversa com Adlai Stevenson: dificilmente será evitada uma nova reunião do Conselho de Segurança contra Portugal; não pensa que as minhas conversas com os africanos durem mais de 48 horas. Adoula, do Congo, faz um discurso violento contra nós — à vinda de Washington.

Procuro Jaja Wachuku, ministro dos Estrangeiros da Nigéria, no seu apartamento do Waldorf-Astoria. Está mais do que sumptuosamente instalado. (Eu, para poupar o dinheiro do Estado, e toda a delegação portuguesa, estamos em dignos mas modestos hotéis de terceira ordem; e tenho só um quarto, e sinto-me muito orgulhoso por isso, e não será por este facto que desempenho menos bem as funções; mas os ministros e delegados do terceiro mundo, esses vivem na magnificiência.) Wachuku tem quarto, sala de jantar e salão privativos; e tudo do mais caro e luxuoso que o Waldorf possui. É homem desmesuradamente obeso, e recebe-me nas suas vestes brancas, que dão a impressão de serem constituídas por uma série de lençóis a envolverem o corpo. Senta-se no sofá, depois alastra-se no sofá, depois puxa com os pés uma cadeira, depois com um sapato tira o outro e com o pé nu tira o sapato que ficou, e depois coloca os dois pés em cima da cadeira: fica quase deitado e põe as mãos e enclavinha os dedos por cima da barriga proeminente. E então fala de autodeterminação. Sobretudo do papel decisivo que ele, Wachuku, tem na Nigéria, na África, verdadeiramente no mundo, em suma. Concordei; e não tive escrúpulo em administrar lisonja em doses maciças. Da conversa resultou — nada.

Nova Iorque, 18 de Outubro — Iniciam-se as conversas com os africanos. Preside o secretário-geral U Thant, urbano, correcto, e medíocre. Ao meu lado, Vasco Garin e os demais delegados portugueses. Na nossa frente, os representantes da Nigéria, Libéria, Tanganica, Madagáscar, Serra Leoa, Tunísia, Ghana, Marrocos e Guiné. Sugiro que se distribuam os temas assim:

condições factuais nos territórios portugueses: paz e segurança na África Central e Austral; problema político que consiste em definir o conceito de autodeterminação. Só este último interessa no fundo aos africanos. Proponho uma definição: autodeterminação consiste no consentimento expresso dos governados à forma do governo e à política geral da administração. Isto divide os africanos: alguns, mais moderados, estão prontos a examinar esta fórmula; outros — sobretudo Ghana e Tunísia — opõem-se violentamente. Por vezes, os delegados africanos, na minha frente, discutem tão asperamente entre si, que eu julgo de intervir, e digo com benevolência e simpatia: «*meus senhores, por quem são!*» Duração das conversas faz espantar os americanos e outros, que receiam a hipótese de um eventual acordo luso-africano. Diz-me o Milton Moniz que os mais furiosos contra nós são os escandinavos, em especial os suecos, que temem a perda de grandes mercados se houvesse um acordo luso-africano. São exercidas pressões, desencadeia-se propaganda, lançam-se rumores — para ver se se rompem as conversas.

Nova Iorque, 1 de Novembro — Duram duas semanas os contactos luso-africanos. Comunistas estão suspeitosos; e americanos e escandinavos estão suspeitosos. Acaso será possível um entendimento entre portugueses e africanos? Há que evitá-lo. Pressões invencíveis pretendem levar os africanos à ruptura. Sucedeu hoje. Num corredor da ONU cruzo-me com Diallo Telli, secretário-geral da Organização da Unidade Africana, e natural da Guiné. Diz-me sem pestanejar: a OUA aprova a realização de um plebiscito na África portuguesa, como sugerido por mim nas conversações, mas os seus resultados apenas seriam aceites se fossem favoráveis à África, e isso porque os africanos não aceitam que haja um milímetro quadrado de território africano que tenha ligações políticas com um país não africano. Também não pestanejei ao elogiar esta concepção de democracia e de respeito pela vontade dos povos.

Washington, 7 de Novembro — Mais uma vez na Casa Branca para um encontro com o Presidente Kennedy. Acolhe-me como a um velho amigo. Dura uma hora a entrevista. Assiste Ball à primeira parte. Kennedy mostra preocupação pelos russos em África. Pergunta pela situação no Ultramar português, e o que se vai passar na ONU. Dirige-se a Ball: qual é a diver-

gência actualmente entre os Estados Unidos e Portugal? O factor tempo, responde Ball. Kennedy mostra-se a par dos pormenores das minhas conversas com os africanos. Comenta: «*estes são como os senadores americanos: individualmente, estão todos de acordo comigo; juntos, estão todos contra*».

Washington, 8 de Novembro — No Departamento de Estado, longa entrevista com Rusk e Ball. Conversas tomam tom afectuoso. Assiste Elbrick, e no almoço de trabalho que se segue participa Williams, o *Williams dos sabonetes,* e que tanto nos tem hostilizado. *Sinto* que os americanos começam a ter *dúvidas* da sua política para connosco.

Palestra seguida de debate no *National Press Club.* Um dos jornalistas americanos achou que Salazar, Franco e Kruschev eram todos ditadores — mas Kruschev era mais ditador do que Salazar e Franco.

Nova Iorque, 13 de Novembro — Regresso a Nova Iorque para uma série esgotante de intervenções: almoço que me é oferecido pela Associação da Imprensa Estrangeira e que retribuo ao outro dia na ONU; entrevistas pela rádio; entrevistas à *France Press* e à *Associated Press,* e ao jornalista Justino Vieyra, do Dahomey; exposição e debate na Universidade de Colúmbia, perante mais de quinhentos alunos, em que foi contraditor Karefa-Smart (da Serra Leoa), e foram intervenientes os professores George Kimble (que nos apoia) e o professor Wallenstein (que não podia ser mais hostil).

Jantar e baile no grande salão do Waldorf. Falo com o marechal Tito. Não se abordam assuntos políticos específicos mas apenas aqueles em que podemos estar de acordo: necessidade de paz, de progresso, de combater o analfabetismo, e outros chavões do género. Tito dançou entusiasticamente. Juvanka deve ser muito jugoslava simbolicamente.

Lisboa, 17 de Novembro — Todo o domingo a relatar ao Presidente do Conselho o que se passou em Nova Iorque e Washington.

Lisboa, 22 de Novembro — Três linhas de um telex dizem: o Presidente Kennedy foi assassinado a tiro, de uma janela, quando visitava a cidade de Dallas. Acontecimento pode ter nos Estados Unidos e em todo o Oci-

dente fundas repercussões. Para a política portuguesa poderá ainda vir a ter consequências funestas. Xanthaky diz-me que, apesar de tudo, Kennedy era ainda, a nosso respeito, o mais moderado e sensato. Luís Supico Pinto vai a Washington representar-nos no funeral.

Lisboa, 3 de Setembro — Galvão encontra-se nos Estados Unidos, a convite da ONU, para depor contra o governo português na comissão anticolonial. O novo embaixador dos Estados Unidos, Anderson, pediu que não invocássemos o tratado de extradição que está em vigor entre Portugal e o seu país. Disse-lhe que o invocaremos, mas que ainda estudamos a forma de o fazer. Verificou-se haver eu sido o último ministro dos Estrangeiros a ser recebido pelo Presidente Kennedy. Este crime político não pode deixar de impressionar, e pode bem ser um sintoma do clima de violência que os Estados Unidos semeiam ou encorajam pelo mundo. Afro-asiáticos solicitam a convocação do Conselho de Segurança para de novo se ocupar da política portuguesa em África.

Lisboa, 5 de Dezembro — Arranjei forma de invocar o tratado de extradição com os americanos de modo que estes, por virtude de *atraso* nas diligências portuguesas, não *possam* cumprir o acordo a tempo de deter Galvão. Salazar percebeu perfeitamente a técnica, e fechou os olhos, numa aprovação tácita.

Partida urgente para Nova Iorque.

Nova Iorque, 7 de Dezembro — Um bocado de Conselho de Segurança neste fim-de-semana. Tudo se desenrolou como de hábito e como previsto. Os mesmos — Libéria, Tunísia, Serra Leoa, Madagáscar — procuravam atirar sobre nós a responsabilidade pela ruptura das conversas luso-africanas — e isso porque não aceitámos a *sua* ideia de autodeterminação. Pelos corredores da ONU também anda Henrique Galvão, ao que me dizem, e acarinhado pelos afro-asiáticos; mas não o vi ainda.

Nova Iorque, 8 de Dezembro — Ao domingo, e sobretudo por esta algidez de inverno, Nova Iorque é um deserto. Não há melhor do que ficar em

casa, sempre bem aquecida, a ler os dois quilos de papel que constituem a edição dominical do *New York Times.*

Nova Iorque, 10 de Dezembro — Respondi ontem no Conselho de Segurança às acusações dos afro-asiáticos. Réplica da Tunísia, Libéria, Ghana e Marrocos. Tréplica minha, quase imediata, e em tom áspero. Quanto aos membros efectivos, desta feita foram de infinita moderação. Sobretudo a Noruega e o Brasil: pronunciaram-se com muito cuidadinho. Franceses, excelentemente correctos; ingleses e americanos, um tanto desagradáveis, mais na forma do que na substância. Resolução no fim aprovada segue as linhas habituais: os afro-asiáticos já compreenderam que há uma fronteira política que não podem cruzar. Atmosfera no Conselho é a dos grandes dias — mas sem o espectáculo e o drama da reunião anterior.

Uma coincidência. Ao tempo que eu esgrimia no Conselho de Segurança, no andar de baixo, na sala da Quarta Comissão, fazia Galvão o seu *depoimento.* Pois bem: Galvão chamou aos africanos *irresponsáveis formigas;* acusou-os de não representarem nada nem ninguém; e nada de conceder independências a Angola e Moçambique. Africanos ficaram irritados; Argélia saiu da sala; Togo, os dois Congos, a Costa do Marfim criticaram-no sem piedade. Ao fim da tarde, disse-me o delegado do Gana no Conselho de Segurança: *Galvão está velho, o seu depoimento desapontou-nos, e se aquela é a voz da oposição, então isso quer dizer que, em matéria de Ultramar, os portugueses pensam todos da mesma forma, e não podemos contar com Galvão.* Eu disse que sentia profundamente o seu desapontamento.

Nova Iorque, 11 de Dezembro — Durante estes dias não tive qualquer comunicação com Salazar, mas enviei-lhe no final um telegrama de síntese a que o chefe do governo responde com telegrama de comentário saboroso. É este, na íntegra: «*Agências noticiam com grande soma pormenores exposição Galvão. Apesar o apresentarem chefe democratas portugueses e autor acções que só nós consideramos crimes comuns, não escondem que sua atitude não agradou Estados africanos pois defende posições muito diferentes. Era difícil ter mudado. De forma que temos em conclusão: Galvão satisfez seu orgulho e desejo ocupar de novo palco internacional; africanos decepcionados e impossibilitados argumentar com oposições portuguesas; Estados Unidos muito contentes por mostrarem sua superior neutralidade*

e exemplar cumprimento tratado tudo preparando para Galvão não ser entregue à justiça portuguesa; nós recebendo directamente de um inimigo com experiência colonial confirmação nossa doutrina. Jornais manhã publicaram largas referências discurso V. Ex.ª no Conselho Segurança mas só Diário da Manhã *segundo me pareceu publicou texto completo. Discurso muito claro e bem deduzido. Admiro como pôde prepará-lo em poucas horas. Felicito-o vivamente. Tem-se impressão em face esta reunião Conselho duma peça gasta e que maioria membros desejarão que saia do palco. Isto não quer dizer que não votem todos pressurosamente o que africanos desejam no que também não há grande mal. a) Presidente do Conselho».*

Paris, 18 de Dezembro — Voei directamente de Nova Iorque para mais uma reunião do Conselho da NATO. Encontro-me em Paris com o general Gomes de Araújo. Sessão banal: Buttler, da Inglaterra, foi pedante; Rusk, pelos Estados Unidos, foi artificial; Martin, do Canadá, pintou tudo cor-de-rosa; Couve de Murville, frio e brilhante como sempre; Spaak, lúcido e eloquente, também como sempre. Conversas bilaterais com interesse: Spaak veio perguntar-me se ainda estava zangado (ao que respondi negativamente) e declarou que no Congo a situação se degradava; Martin prometeu nunca mais dizer que a nossa política era «*repugnante e desumana*» e confessou que nos criticava para evitar ataques que os protestantes lhe dirigiam por ser católico; Couve de Murville indicou que todas as facilidades nos serão concedidas para a compra dos navios de guerra que pretendemos adquirir em França; e Dean Rusk não se acanhou de me felicitar pelos progressos realizados nos últimos seis ou oito meses, graças à diplomacia portuguesa, e pediu elementos sobre as bases antiportuguesas no Congo e as infiltrações contra Angola. Rusk teve este comentário importante: «*é preciso dizer aos africanos que a autodeterminação se aplica aos que estão dentro das fronteiras, não fora delas*». Por meu lado, e à cautela, pus o meu disco de lamentações e críticas à atitude americana. Rusk afirmou que tudo isso seria corrigido a pouco e pouco.

Lisboa, 20 de Dezembro — Recebo Leal Rodrigues, um vulto na colónia portuguesa no Brasil. Falou em organizar uma «*bandeira*» de brasileiros para combater em Angola. Pedi-lhe que nem pensasse nisso.

Lisboa, 23 de Dezembro — Cerimónia em Queluz para cumprimentos do corpo diplomático ao Presidente Thomaz. Sempre brilhante e sempre inútil: é o lado folclórico da política externa. Mas já dizia Voltaire: como é necessário o supérfluo! Conselho de Ministros, em Belém, das seis às dez da noite, para aprovação do Orçamento de 1964. Verifico que é proposto pelas Finanças um corte de quatro mil e tantos contos no orçamento dos Estrangeiros. Não protesto.

Lisboa, 26 de Dezembro — Dois acontecimentos capitais: uma esquadra americana passa a cruzar o oceano Índico em permanência, o que significa uma alteração do equilíbrio do poder naval naquela vasta área; e o primeiro-ministro chinês Chu-En-Lai vem visitar a África, o que sucede pela primeira vez na história. Mensagem de Natal de Paulo VI: dirige-se em especial às *«Novas nações da Ásia e da África»* e exprime compreensão pelo seu desejo de independência, recomendando que sejam ajudadas em pé de igualdade e sem paternalismo. Nisto não há mal, nem suscita objecções, e apenas tenho dúvidas quanto ao momento e quanto à eficácia para aumento da Cristandade.

Grande almoço de despedida a Negrão de Lima: deixa Lisboa um homem fidalgo, amável de espírito, apurado de maneiras.

V

1964

Lisboa, 1 de Janeiro — Passámos a meia-noite, minha mulher e eu, em casa dos Trigueiros. Apareceu o Luís Teixeira Pinto e a mulher. E outros. Conversou-se e discutiu-se com alegria — como se não tivéssemos problemas.

Lisboa, 6 de Janeiro — Penso numa viagem a Espanha para pôr as cartas na mesa aos espanhóis: qual atitude final quanto à África e qual o teor dos acordos hispano-americanos? Se não nos quiserem dizer nada, não digam; mas que nos tomem por ingénuos, isso passa os limites.

Lisboa, 10 de Janeiro — Celebração do cinquentenário da Faculdade de Direito de Lisboa. Palestra de Fernando Emídio da Silva e uma *aula* de Martinho Nobre de Melo: duas relíquias de um tempo que parece tão remoto, tão passado, tão diluído.

Lisboa, 13 de Janeiro — Reunião com directores dos grandes jornais. Continuo a falar-lhes com toda a confidência, e esta ainda não foi traída.

Madrid, 17 de Janeiro — Chegada ao Ritz, na madrugada de 15, e aguarda-nos, a minha mulher e a mim, o Luís Pinto Coelho, nosso actual

embaixador. Entrevista com Castiella ao fim da manhã: nada de independência para os territórios espanhóis de África em 1964, nem mesmo em 1965; não atribui importância às ameaças da Argélia, nem julga de apoiar Marrocos para se defender daquela, salvo se este último estiver em risco de soçobrar. Entrevista com o capitão-general Muñoz-Grandes: preocupado com a África do Norte e a segurança do Mediterrâneo; admite a possibilidade de bases submarinas russas em Bizerta ou Mes-el-Kibir; Rusk confessou-lhe que a política americana em África estava errada e que ia ser rectificada sem indicar em que sentido; a Espanha deveria, em sua opinião, enviar armamento para Marrocos e satisfazer o nosso pedido de compra de alguns aviões F-86 (que nós queremos enviar para a Guiné a substituir os aparelhos americanos que ali temos e que Washington insiste que regressem a Lisboa, ao quadro da NATO). Entrevista com Franco: vê o problema de África *«como»* Portugal e na autonomia de Fernando Pó e Rio Muni vão *«apenas»* atrás de nós. É admirável a convicção com que os espanhóis mentem, e a tranquilidade com que nos tentam iludir. Segunda conversa com Castiella. Perguntei o que havia com os americanos para além do que fora publicado. Não quis responder, evadiu a questão. Quanto a relações com o Leste? Deu a entender que seriam estabelecidas, dependendo da forma como fossem tratados pelo Ocidente. Classificou o plebiscito de Fernando Pó e Rio Muni de *«improvisado»* e claramente subentendeu uma *«pressão»* ou *«pedido»* americano. Negou que americanos ou outros hajam nos últimos tempos feito pressões sobre a Espanha para que esta por sua vez fizesse pressão sobre Portugal. Castiella, sempre ardiloso, escorregadio, mistificador; Muñoz-Grandes, franco, aberto, amigo, com grande sentido político e militar; o generalíssimo Franco, muito amável, estupendamente bem informado, e com astúcia suficiente para muitos homens.

Durante a estadia em Madrid fui abordado por José Novais, do *Monde;* Paul Hoffman, do *New York Times;* Saporiti, do *Time* Magazine. A Paul Hoffman deixei cair uma palavra *secreta mas para ser publicada* sobre a nossa eventual intenção de reconhecer a China popular.

Lisboa, 23 de Janeiro — Espalhou-se o *«rumor»* (lançado em Madrid por mim) de que vamos reconhecer o governo de Pequim. Esse rumor foi reflectido no *Diário de Lisboa,* na *Voz,* no *Diário Popular.*

Lisboa, 31 de Janeiro — Diligência conjunta anglo-americana sobre Chipre: querem constituir uma força internacional para manter a ordem e pedem que enviemos um contingente português. Respondi que via nisso a maior dificuldade: nós não favorecíamos a formação de exércitos internacionais.

Lisboa, 4 de Fevereiro — Declarações de Chu-En-Lai a Edgar Snow, publicadas no *New York Times:* está disposto ao estabelecimento de relações com as potências ocidentais; nada sabe sobre Portugal e os seus desejos, mas não vê qualquer contradição. Para a missão a desempenhar na China, convido Jorge Jardim, que da Beira chega a Lisboa com presteza.

Lisboa, 7 de Fevereiro — Outra edição do *New York Times* publica uma versão diferente da entrevista de Chu-En-Lai: este teria dito que estava pronto a abrir relações diplomáticas com os países ocidentais, «*incluindo Portugal*». Aquele jornal e o *Washington Post* dão algum relevo à minha conferência de imprensa do dia 4 em que rasguei o caminho para o nosso reconhecimento da China. Americanos não podem estar mais nervosos com essa hipótese.

Lisboa, 13 de Fevereiro — À minha conferência de imprensa e às notícias que tenho «*inspirado*» sobre o nosso reconhecimento da China de Pequim, surgiu hoje forte reacção de elementos de extrema-direita. O artigo do *Diário da Manhã* é sintomático, e revelador. Penso que o Presidente do Conselho deve ter-se assustado com a atitude dos extremistas; e extinguiu a luz verde que me havia dado. No entanto, uma embaixada dos Estados Unidos é muito mais «*perigosa*» para o governo (que tenta derrubar há dois anos a esta parte) do que uma embaixada da China; e sob o ponto de vista ideológico ou de coerência, que repugnância ou escrúpulo poderemos sentir, se mantemos relações normais com Cuba?

Lisboa, 16 de Fevereiro — Anderson veio hoje falar-me mais uma vez da China e dos *perigos* que para nós representava uma embaixada chinesa em Lisboa. Confessei-me comovido com o cuidado, mesmo o desvelo, com que Washington se preocupava com a nossa segurança. Mas disse-lhe, com

expressão firme e olhar intencional, que havia embaixadas ocidentais muito mais perigosas do que o seria a da China comunista. Anderson, com sinceridade de marinheiro e franqueza de homem não calhado nestes caminhos políticos, admitiu que realmente assim é. E disse: «*sim, tenho aprendido nestas funções o que nunca pensei vir a aprender*».

Lisboa, 18 de Fevereiro — Conselho de Ministros. À saída, o ministro da Defesa disse-me que se lhe não dessem mais dinheiro não podia continuar a assumir a responsabilidade de conduzir a luta em África.

Lisboa, 6 de Março — Jantar e colóquio no Colégio Universitário Pio XII. Presente o embaixador de Espanha. Palavras amáveis do Padre Joaquim António de Aguiar. Continua o vivo interesse dos alunos pela política externa e internacional.

Lisboa, 16 de Março — Presidente do Conselho está doente há mais de uma semana: voz embargada, constipação, um toque de pneumonia, temperatura. Notícia não tem transpirado. Publica-se que Correia de Oliveira e Paulo Rodrigues têm trabalhado com o chefe do governo nos dias habituais. Não é verdade.

Lisboa, 23 de Março — Telefonou-me Salazar, já melhor mas «*ainda não posso andar*» e «*tremo todo*».

Lisboa, 25 de Março — Salazar recebeu-me no seu quarto. Tudo muito nítido, arrumado, impecável. Pareceu-me o chefe do governo mais magro, e pálido; mas sem ar doentio, e com voz normal.

Lisboa, 1 de Abril — Notícias de revolta no Brasil: Minas Gerais teria proclamado o separatismo; S. Paulo apoiaria; Exército estaria em movimento; João Goulart haver-se-ia demitido. Tudo confuso — como é próprio do Brasil que neste ponto segue bem as nossas pisadas.

Lisboa, 9 de Abril — Conferência de imprensa; anúncio do acordo luso-francês sobre uma base nos Açores. Uma verdadeira bomba. Artigo no *Diário de Lisboa*, de louvor ao dinamismo e realismo do M.N.E. Azeredo Perdigão telefona-me um *«abraço»* pelo acordo com a França.

Lisboa, 11 de Abril — De madrugada, regresso de Coimbra. Palestra e debate no salão da Câmara Municipal. Numerosas perguntas dos estudantes, que eram de longe a maioria.

Lisboa, 12 de Abril — Ao lado da Princesa Grace, do Mónaco, num almoço em casa de Jorge de Melo. Grace, que é de origem americana, perguntou-me se o almirante Anderson era bom embaixador e se era *«well liked here»*. Disse-lhe que sim — e na segunda parte é verdade.

Lisboa, 17 de Abril — No almoço em Queluz, em honra de Rainier e Grace, Salazar fica ao lado da Princesa. Conversa entre ambos foi animadíssima — e depois o chefe do governo deixa-se observar, fotografar, filmar à vontade pelos jornalistas, para provar o infundado dos boatos da sua *«morte»*.

Escreve-me D'Estailleur de Chanteraine para me dizer que, segundo as suas informações, americanos tudo hão-de fazer para embaraçar a execução do acordo com a França, e para sustar ou atrasar o contrato dos barcos de guerra e respectiva operação de crédito a nosso favor. Duvido que o consigam: já vêm muito tarde.

Lisboa, 24 de Abril — Presidente do Conselho de novo constipado. Está com a visão da morte próxima. Diz-me: *«tenho de começar a pensar em distribuir as prendas que tenho recebido. Sir Roy Wellensky mandou-me uma caixa de prata e outra de cobre. Não sei que lhes hei-de fazer. Se não tivessem o meu nome inscrito, dava-lhe uma a si»*.

Há certas situações ou regimes em que a constipação de um homem é negócio de Estado, e que pode estremecer tudo.

Lisboa, 1 de Maio — Uns fios cortados junto ao Cacém, umas correrias, umas pedradas sem destino: tirando isto, todo o dia se passou sem sola-

vanco de maior. Trabalho ao fim da tarde com Salazar: mais uma vez levantou o problema da sua sucessão: acha que se deveria ir embora. Em que medida é o chefe do governo sincero ao abordar comigo um tal problema? E para quê?

Haia, 14 de Maio — Sessão ministerial do Pacto do Atlântico. Reuniões no velho *Pavilhão dos Cavaleiros.* Tudo dentro da rotina, salvo pela saída de Dirk Stikker do cargo de secretário-geral, e pela nomeação do italiano Manlio Brosio para o substituir. Áspero debate greco-turco sobre Chipre. Cordiais entrevistas com Rusk (muito preocupado com a formação de uma *Comunidade Lusitana),* Stevenson (que confessa haver a nossa posição melhorado), e Spaak (sempre obcecado com os mercenários e o Congo). Sensação geral de que as coisas não vão bem.

Fiquei instalado em Scheveningen, nos arredores da Haia, e consegui dar um salto a ver nos originais um Vermeer e a *Lição de Anatomia* de Rembrandt, que apenas conhecia de reproduções. Senti algum desapontamento, que deve ser incapacidade minha em compreender estas duas obras de arte. Na Haia, jantar oferecido ao Conselho da NATO pela Rainha Juliana. Na sua frente a Princesa Beatriz. Fico ao lado desta. Ao fim do jantar, à sobremesa, a Rainha tomou uma maçã, cortou-a pelo meio, e deu metade a Beatriz. Pura classe média.

Lisboa, 22 de Maio — Passou por Lisboa Sir Roy Wellensky, e almoçámos ambos no Hotel Tivoli. Síntese do que me disse Sir Roy: a Nigéria esteve à beira da explosão e, para o evitar, ali se deslocou Lord Home; os trabalhistas triunfam nas próximas eleições, e antes disso a Rodésia do Sul tem de tomar uma decisão; oitocentos a novecentos brancos abandonam este país mensalmente, e para sustar esta hemorragia há que recorrer a medidas urgentes; Kaunda é criatura dos ingleses e de Oppenheim (o homem dos diamantes e da *Anglo-American).*

Lisboa, 27 de Maio — Morre Nehru. Quando telefono a notícia ao Presidente do Conselho, este, com voz muito serena, gelada, vinda da profundidade dos tempos, limita-se a dizer: «*Bem, politicamente estava morto há muito tempo. Muito obrigado por me ter informado*». E desligou.

Lisboa, 28 de Maio — Balafrej, homem de confiança do Rei de Marrocos, está em Lisboa para «*conversar*» connosco em nome dos países árabes. Homem sério, sólido, sem demagogia, com grande sentido das responsabilidades e dos obstáculos que se levantam na solução de qualquer problema. Num ou noutro ponto da conversa, cordialíssima por de mais, pareceu-me pressentir uma nostalgia da França.

Lisboa, 2 de Junho — Cherkaoui, genro do Rei de Marrocos e embaixador marroquino em Paris, disse a Marcello Mathias, há dias, que Ben Bella pensaria em atacar Marrocos e «*declarar guerra*» a Portugal. *Figaro* escreve que as dificuldades que Ben Bella enfrenta na Kabilia são em «*parte provocadas pelos serviços especiais portugueses*», que assim se estariam vingando das ameaças do chefe argelino. Que eu saiba, isto não é verdade. Cherkaoui diz que Ben Bella deve estar louco. Talvez — mas perigoso. *Monde* e *Aurore* fazem-se eco de informações análogas às do *Figaro* quanto à nossa intervenção na Kabilia. É bom que nos considerem uma potência capaz de actuar assim.

Lisboa, 13 de Junho — Duas horas de conversa com Carlos Lacerda. Declara que o governo brasileiro está à disposição do governo português para resolver o problema com a ONU; indignou-se quando lhe documentei a intervenção americana; afirma que Kubitchek cometeu um erro em não haver denunciado os comunistas e procurar mesmo o seu apoio. Situação interna brasileira ainda difícil.

Lisboa, 18 de Junho — De novo, larga troca de impressões com Carlos Lacerda em casa de Luís Forjaz Trigueiros. Com Lacerda tudo é violento, tudo é extremista, tudo é excessivo. É um homem de Estado que nenhum Estado pode comportar sem risco de ser destruído.

Lisboa, 24 de Junho — Golpe de teatro no Congo. Tschombé partiu para Léopoldville. Enviou uma mensagem «*a Salazar e Nogueira dizendo que nunca trairia Portugal, não era injusto, e esperava com Portugal construir a África*». Também Modibo Keita envia outra mensagem: o Mali deseja

cooperar com Portugal em África. Talvez possamos vir a fazer uma grande política.

Lisboa, 6 de Julho — Chefe do Esado partiu para Moçambique. Falo a Salazar e a Gomes de Araújo no problema da segurança. Discordam de que se deva tomar excessiva precaução. Há que correr todos os riscos, dizem.

Lisboa, 10 de Julho — Pela primeira vez, na Conferência de Educação em Genebra, e perante a fúria antiportuguesa dos afro-asiáticos, os ocidentais (menos os escandinavos) e os latino-americanos declararam que abandonariam a reunião se Portugal fosse expulso. Temos de entender isto como o nosso primeiro grande sucesso neste campo.

Em Léopoldville, Tschombé formou governo. Tem reviravoltas — a política.

Lisboa, 13 de Julho — Dirk Stikker, que abandona o cargo de secretário-geral da NATO, está em Lisboa para despedidas oficiais. Longa conversa. Súmula: vê perigo de guerra entre a Grécia e a Turquia por causa de Chipre; a aliança atravessa uma crise, motivada por problemas gerais e pelas dificuldades suscitadas pela França. Eu critiquei a aliança, acusei alguns membros de serem aliados umas vezes, adversários noutras vezes; Stikker exaltou-se, depois aquietou-se; e ficou quieto.

Rompimento em Genebra: 43 países saíram da conferência de Educação, 7 abstiveram-se, 43 votaram a moção antiportuguesa; e o secretariado retirou-se. Claro triunfo para nós.

Lisboa, 21 de Julho — Na Conferência da Organização da Unidade Africana, Nkrumah e Neyrere disseram-se das boas; Tsiranana, do Madagáscar, lançou uma palavra de moderação e de sábio aviso: *«não intervenhamos nos negócios uns dos outros; na próxima conferência, alguns de nós podem não estar aqui»*. Ausência de Tschombé foi rude golpe. Savimbi demitiu-se de MNE da UPA, acusando Holden de ter perdido a guerra e afirmando que os portugueses controlam toda a fronteira, e já ganharam. Holden tratou Savimbi de traidor, e anunciou que seriam tomadas medidas *«disciplinares»* para o punir.

Trabalho com Presidente do Conselho. Instalou-se no Forte. Examinamos um problema: encorajamos ou não a Rodésia do Sul a proclamar a sua independência? Difícil de decidir. Inglaterra parece apostada em destruir a Rodésia, e isso é grave para nós; mas não nos convém afrontar ainda mais intensa hostilidade afro-asiática; e uma atitude neutral, ainda que colaborante, será a mais avisada. Provável a vinda a Lisboa do primeiro-ministro Ian Smith.

Lisboa, 26 de Julho — Mensagem de Tschombé para Salazar. Tem anexo um bilhete de Mobutu, que aprova a atitude daquele, e apresenta dois oficiais congoleses para conversas com o governo português. Também uma mensagem do primeiro-ministro sul-africano anunciando o envio de um próprio de confiança. Na sua conferência de há dias, De Gaulle acusou os Estados Unidos de apenas *«aceitarem o seu próprio colonialismo»* e de *«quererem substituir a França na Indochina»*. Violências racistas em Nova Iorque.

Lisboa, 27 de Julho — No Forte do Estoril, o chefe do governo, Araújo e eu examinámos o problema do auxílio solicitado por Tschombé: ficou resolvido fornecer cinco mil espingardas automáticas (se a Espanha não se prontificar a fazê-lo) e outros apoios logísticos, como víveres, medicamentos, etc. Financiamentos e armamento mais pesado ficarão a cargo da África do Sul. Ian Smith passa por Lisboa a caminho de Londres.

Lisboa, 2 de Agosto — Dean Rusk declarou publicamente que Washington apoia Tschombé — porque não está em causa a pessoa mas a sua política. No Congo, todavia, Tschombé parece impotente para dominar a situação: terroristas avançam em todo o território.

Lisboa, 5 de Agosto — Mais uma vez se discute a política das grandes potências ocidentais em África. Diz Salazar com ímpeto: *«a minha raiva toda está em que daqui a vinte anos haverá portugueses amigos dos Estados Unidos e da Inglaterra, e estará esquecido que nos querem espoliar. E eu não estarei vivo para evitar isso dizendo simplesmente a verdade»*. De manhã, Anderson visitou-me para comunicar o texto de uma mensagem do

presidente Johnson a informar do bombardeamento de bases no Vietname do Norte.

Lisboa, 7 de Agosto — Apelo dramático de Tschombé: pede 12 aviões de ataque, mais armas e munições. Foi resolvido enviar 4 aviões imediatamente e os outros logo que viável. Seguirá o Coronel Rocha Simões como conselheiro militar.

Lisboa, 9 de Agosto — Perguntei aos belgas o que tencionam fazer no Congo. Nossa missão militar chegou a Léopoldville. Também parece grave a situação em Chipre: turcos bombardeiam posições cipriotas gregas; há ameaças recíprocas de invasão; em Nova Iorque, reúne-se de madrugada o Conselho de Segurança. É já um ritual, mais nada.

Lisboa, 18 de Agosto — No Congo, afigura-se melhorar a situação. Americanos auxiliam Tschombé — e estão imensamente curiosos em saber o que nós estamos a fazer.

Lisboa, 23 de Agosto — Williams, o dos sabonetes, tem procurado envenenar Tscombé contra Portugal. Acentua-se uma tendência para internacionalizar a situação congolesa.

Lisboa, 25 de Agosto — Telegramas de Londres, claramente de inspiração oficial, lançam dúvidas tendenciosas sobre a natureza da visita a Lisboa do primeiro-ministro rodesiano Ian Smith: este viria executar um plano secreto de declaração unilateral de independência.

A propósito não sei já de quê, o Presidente do Conselho diz-me: *«faltam-nos homens, o nosso sistema de educação é mau, sempre o foi»*. Noutro contexto: *«a União Nacional está destroçada. E temos para o ano eleições presidenciais e legislativas»*.

Lisboa, 27 de Agosto — Conversa com o Núncio Apostólico sobre a nomeação de um bispo negro para a diocese de Nova Lisboa. Disse-lhe que

o não podíamos admitir para uma diocese africana, por motivos políticos e de momento; mas não teríamos a menor objecção — pelo contrário — à designação de um prelado negro para qualquer diocese metropolitana. Responde o Núncio esclarecendo, em voz de quem se está a carpir, que isso não o aceita a Hierarquia da metrópole. Sublinho que ao menos a Santa Sé não nos pode acusar de racismo. Ninguém pensa em fazê-lo, remata Monsenhor Furstenberg.

Três horas maciças de conversa com Gilpatric, enviado confidencial do presidente Johnson. Ao cabo, reage o americano: «*tudo o que me disse é demasiado justo, demasiado lógico, demasiado fundamentado para que possa ser exacta a política americana para com Portugal. Há que reexaminar tudo*».

Lisboa, 1 de Setembro — Cresce a intriga em torno da visita de Ian Smith. Meios ingleses tentam indispor connosco o Dr. Banda, do Malawi (Niassalândia) e o Dr. Kaunda, da Rodésia do Norte. Noto que Salazar não cede, nem se deixa atemorizar — e vai por diante a visita.

Lisboa, 2 de Setembro — Pedi a António de Faria para ir a Roma solicitar ao Cardeal Costa Nunes que viesse a Lisboa. Motivo: expor a Gilpatric o seu ponto de vista quanto à política ultramarina do governo. Salazar escreveu no mesmo sentido ao Cardeal Cerejeira.

Morte do Marechal Craveiro Lopes. Ao que parece, abatido por ataque cardíaco brutal. Foi um homem são; mas pessoalmente mediano, politicamente ingénuo.

Lisboa, 7 de Setembro — Concluída a visita de Ian Smith. Na sexta-feira, conversa de mais de três horas; e jantámos no *Folclore*. No sábado, de manhã e à tarde, avistou-se com Salazar no Forte. Disse a Smith tudo o que a nossa experiência de três anos tem ensinado quanto à maneira de lidar com as Nações Unidas, os afro-asiáticos, a NATO, etc. Mostrou-se profundamente impressionado, e estupefacto. Pediu o nosso auxílio. Assegurámos-lhe cooperação, na medida das possibilidades. Insisti muito em que se não deixasse impressionar com ameaças, ou reuniões do Conselho de Segurança, ou resoluções da Assembleia Geral da ONU: tudo isto

surge de quatro em quarto de hora para nos esfarrapar os nervos. Smith recusou-se a receber o conselheiro inglês que o embaixador enviara ao seu hotel. Ao fim e ao cabo, por nossa parte nada foi dito de explícito sobre a *«declaração unilateral de independência»*, de que o primeiro-ministro falou; mas do lado rodesiano foi afirmado o suficiente para se concluir ser aquela a intenção a curto prazo. No fundo, a questão tem, além de outros, o traço de uma luta entre a Inglaterra e nós pela influência (e por Moçambique) na costa oriental. Quase nos lembramos do *mapa cor-de-rosa*.

Lisboa, 8 de Setembro — Ditos que correm na ONU: *se não está absolutamente confuso, é porque está mal informado; se julga compreender a situação africana, é porque foi ludibriado.* Quanto de verdade há nestas ironias humorísticas.

Paula Coelho pediu-me para eu intervir no sentido de abandonar as funções de Secretário de Estado do Comércio. Diz que não aguenta mais o *«sistema»* de trabalho com Luís Teixeira Pinto.

Lisboa, 9 de Setembro — Separadamente falo com Augusto de Castro, Martinho Nobre de Melo, Pereira da Rosa, Norberto Lopes. Perguntei-lhes se queriam expor a Gilpatric a sua posição quanto à política ultramarina do governo. Eu garantia-lhes a mais completa liberdade para dizer o que quisessem, e absoluta confidência para o que dissessem. Concordaram todos. Norberto Lopes acrescentou que afirmaria estar a política ultramarina dentro das tradições nacionais e na linha da I República — mas que protestaria contra a censura à imprensa. Logo anuí a que o fizesse.

Lisboa, 12 de Setembro — Regressou de Moçambique e de Angola Gilpatric. Resumo do que afirmou: sentia-se altamente impressionado; Portugal estava a construir sociedades civilizadas; era elevado o calibre da administração; era elevado o moral das tropas; verificou a grande competência dos técnicos; eram esplêndidos os oficiais da *«inteligence»;* excelente sistema de educação; boa rede de aeroportos; tremendo potencial económico de Angola, enquanto Moçambique é mais um território de trânsito; ordem pública era evidente; sentimento geral de contentamento, não obstante as críticas ao governo; sociedades abertas, apesar de cercadas de perigos; não teve a

menor sensação de que estivesse numa sociedade policial; os cônsules americanos apenas relatavam o que sabiam *agradar* ao Departamento de Estado, conforme comprovou pela leitura dos seus despachos; ficou muito impressionado com os dois cardeais portugueses, sendo Cerejeira mais filosófico e Costa Nunes mais missionário; há que estabelecer um *cordão sanitário* para defender toda a África meridional; e o general Andrade e Silva, comandante-chefe em Angola, havia-lhe dado a impressão de ser uma *«tower of strenght»* e tinha-lhe afirmado que, se Salazar não seguisse a actual política ultramarina, a opinião pública impor-lha-ia.

Lisboa, 14 de Setembro — No ministério, na reunião com os quatro directores de jornais, Gilpatric perguntou: no caso de morte ou retirada do Presidente do Conselho, a mesma política ultramarina seria seguida por outro governo? e achavam ou não que se devia caminhar para a autodeterminação? Todos responderam, com pequenas diferenças de ênfase, que a política seguida era nacional, não era susceptível de alteração na sua substância, estava no quadro da tradição portuguesa, e não havia autonomia que pudesse conduzir à independência. *«Não há política separatista»*, comentou Norberto Lopes. E este depois verberou em termos vivos a existência de censura à imprensa, contra a qual disse querer protestar. E protestou.

Lisboa, 17 de Setembro — Examinando a situação espanhola, Salazar deixou cair: *«Franco, como eu, chegou ao fim. Que problema terrível vai ter a Espanha com a sucessão! Nós aqui, não. O Chefe do Estado escolhe-me um sucessor, e o caso liquidou. Se ele se fará ou não obedecer, esse é outro aspecto»*.

Lisboa, 25 de Setembro — Recebo o Príncipe de Radzivill, muito ligado à família Kennedy. Afirmou-me que ia mudar a política americana. Radzivill é de facto o nome de uma grande família polaca, velha de séculos; mas este príncipe pareceu-me um *Castro Gomes* americano, exactamente como o do Eça de Queirós, e mais o *Cadillac*, o arranha-céus e a *coca-cola*.

Assinado ontem em Paris o contrato de construção de quatro novas fragatas e de quatro novos submarinos — tudo dentro da mais moderna e apurada tecnologia naval. Enfim, os princípios de uma esquadra nova.

Luanda, 28 de Setembro — Depois das saudações oficiais, atento em Luanda. É a África do trópico, decerto; mas é a África portuguesa antes de mais. Estamos em África, mas não saímos de Portugal. A mim, isto parece-me inegável: vê-se, sente-se, respira-se. Pára o carro aberto a uma esquina; brincam crianças negras e brancas em conjunto; de todas toma conta uma rapariguinha negra, dos seus dez ou onze anos; e como os mais miúdos lhe desobedecessem e andem em correria desordenada, a mais velha diz em tom de admoestação: «*ai, Maria Santíssima*». Com o general Andrade e Silva vou ao Quartel-General. Sob o arco de entrada na fortaleza, no corredor de lajes bem assentes no chão de Angola, não me acanho de dizer ao comandante-chefe: «*estamos a pisar as mesmas pedras que no século XVI pisou Paulo Dias de Novais*». E é verdade. Visito o moderno Liceu de Salvador Correia de Sá. Apresenta-se-me o professor Teixeira Lucas, mostra-me dois grossos *cadernos diários* próprios dos escolares liceais: fico assombrado ao reconhecer os *meus* cadernos diários do 6.º e 7.º anos do Liceu Pedro Nunes, de há trinta anos atrás. Como estão ali? Ao que parece, no termo do curso, ofereci-os a um professor que por seu turno os passou muito mais tarde ao Dr. Teixeira Lucas, e este guardou-os. À noite, banquete no Palácio do Governo Geral. Silvino Silvério Marques, governador-geral, não deixa dúvidas: possui com segurança toda a problemática de Angola, não o amedronta o cargo nem as responsabilidades, é um homem sereno: e exerce as suas funções com mística profunda.

Cidade de Carmona, 29 de Setembro — No mercado do café, nos arredores da cidade, há o ambiente que deve ter sido, nas caravanas que cruzavam a África, o dos mercadores antigos, ao ar livre, em que o negócio e a avidez do lucro estão gravados no rosto de cada qual, seja negro ou branco, e tudo entrecortado de gestos, de gritos, de ofertas, de recusas, de jogos de astúcia para obter o melhor preço na venda e na compra. Ainda que seco, há calor que chega para todos; e a poeira da terra encarnada sufoca-nos, empasta-se no cabelo, infiltra-se por entre a roupa. Com Silvério Marques, com Rebocho Vaz, com todas as senhoras que nos acompanham, percorremos a pé o terreiro dos mercadores, misturamo-nos com vendedores e compradores, e ninguém pensa em tomar cautelas de segurança nesta zona que se diz ser de terroristas. Almoçamos na fazenda de Pemba Loge, sob um telheiro, e alguém me aponta uma encosta fronteira, plantada de café, a meio quilómetro de distância, e diz-me: *ali há terroristas.* Precisamente,

depois do almoço, vamos de automóvel por essa encosta. À frente, um *jeep* com dois soldados a conversar. Um dos nossos carros tem uma avaria, os soldados não reparam, o *jeep* continua e perdemo-lo de vista. Saímos dos automóveis, conversamos, e digo para o governador-geral: e os terroristas? Diz aquele serena e naturalmente: «*bem, devem andar por aí, mas esperemos que entretanto o jeep dê pela nossa falta e venha em nosso auxílio.*» Não há dúvida: Angola é Portugal. Até o terrorismo é à portuguesa.

Cabinda, 30 de Setembro — Percorridos os Dembos e o Uíge, visita a S. Salvador (observo as ruínas de uma igreja do século XVI e os túmulos dos sete reis do Congo) e a Santo António do Zaire (onde todos convivemos com um batalhão em que soldados e oficiais esfuziavam de boa-disposição). Depois, a pujança de Cabinda e das florestas do Mayombe. E os *cabindas* são africanos, sem dúvida, mas de outra ordem étnica: não se confundem com os angolanos médios. Todos fomos ver a árvore gigante sob a qual, em 1885, foi assinado o Tratado Simulambuco, que definiu o território como protectorado português. Por todo o lado, há portuguesismo que não pode ser fingido. Entro ao acaso na habitação de uma família cabinda: é uma quadra de um camponês da Beira portuguesa: não é uma senzala à beira de uma picada de Angola. Mas aqui em Cabinda o que domina é a majestade da floresta tropical, tão densa que nos tapa a luz, num ar tão quente e húmido que nos escalda a pele.

Luanda, 3 de Outubro — Regresso a Luanda de uma longa viagem pelo planalto e Sul de Angola: desde Nova Lisboa a Benguela, desde o Lobito a Sá da Bandeira. Na serra da Chela, uma estátua de Cristo-Rei e a ermida da Senhora do Monte. Em Luanda, observo mais uma vez um grande conjunto de embondeiros: ali estão, com troncos e ramos nus, agrestes, embutidos contra o sol poente, atarracados, sem folhagem, aparentemente inúteis, e como se estivessem desde o princípio dos séculos e prontos a estar até à consumação dos séculos: da tradição consta que jamais alguém viu um embondeiro pequeno. Em Benguela, na recepção no Palácio do Governador, conversei com um negro de tanta idade que perdera a memória dos seus anos. Carapinha branca, decerto; mas não tinha outra marca do tempo. E diz-me: «*Fui ordenança do general Roçadas, aquilo é que era um homem! A pancadaria que ele deu nos bengalas! Aquilo é que era um homem!*».

Lisboa, 10 de Outubro — No Cairo, conferência dos não-alinhados. Tschombé é preso num hotel. Surgem rumores sobre Moçambique, oriundos sobretudo de fonte britânica. Passa, a título privado, o ministro dos Estrangeiros da África do Sul, Muller: suave, doce, mas muito firme — e muito mais britânico do que boer. Não acredita que a política americana mude após a eleição de Johnson.

Lisboa, 14 de Outubro — Séria e grave conversa com o Núncio Apostólico, acerca de uma possível visita do Santo Padre a Bombaim. Recordei Goa, e sublinhei que a visita de Paulo VI, espécie de esponja sobre a agressão indiana, constituiria ofensa para Portugal; e parecia-me ingenuidade a ideia de que o governo indiano ajudaria o catolicismo na Índia, quando este é inimigo do hinduísmo, único fundamento da União Indiana. Monsenhor Furstenberg ouviu-me claramente perturbado. Disse que tudo transmitiria a Roma, com fidelidade.

Lisboa, 15 de Outubro — Notícia da demissão de Kruschev. Todos se interrogam sobre as razões, significado e consequências. Parece confirmar-se que o Papa irá a Bombaim. Pelo menos, o cardeal Cerejeira, em conversa com o Pontífice há dois dias, firmou essa convicção.

Lisboa, 19 de Outubro — Leio o texto completo do discurso ontem pronunciado em Roma por Paulo VI, anunciando a ida a Bombaim. Dir-se-ia a muitos títulos um documento da ONU: as maravilhas antigas da África, os africanos pela raça e pela cor, o cristianismo desenvolve o génio da África, etc. Fala nos que seguiram S. Francisco Xavier à Índia: mas não recorda quem o antecedeu, nem quem levou ao Oriente o grande Santo. Pela tarde, vou ao Forte do Estoril. Estão os ministros da Defesa e do Ultramar que se ocupam do regresso de populações a Angola. Depois saem, e fico a sós com Salazar. Este está alterado. Informo-o de rumores sobre uma possível visita do Papa a Portugal. Com inusitado vigor, diz-me: «*Chame o Núncio e diga-lhe que eu espero morrer sem ver em Portugal um Papa que tanto agravou o meu país*». Pergunto: «*Quer que diga isso ao Núncio?*» Responde o chefe do governo com voz a sibilar: «*Diga isso ao Núncio. Diga-lhe que falou comigo e que eu lhe pedi para lhe transmitir aquilo. E diga-*

-lho de uma maneira brutal». E acrescentou: *«Enquanto eu for vivo, o Papa não entra aqui. É um cidadão estrangeiro que nós autorizamos a entrar ou não conforme quisermos. E não lhe daremos visto».* Combinou-se que eu faria uma curta declaração em próxima conferência de imprensa. Esta seria uma reacção inicial. Depois se verá. Reputo grave este assunto. Podemos ter contra nós as forças *artificiais* ou *aparentes* (Nações Unidas, Organização da Unidade Africana) e aguentar-nos-emos. Mas não poderemos enfrentar com êxito uma hostilidade unânime de *forças reais.* E a Igreja é uma força real.

Lisboa, 20 de Outubro — Conselho de Ministros. Discutiu-se a visita do Papa a Bombaim. Muito firmes na sua crítica os ministros da Defesa e da Marinha. Quanto aos demais: pois é muito mau que o Papa faça a viagem; mas há que ter cuidado; pode ser perigosa a reacção; há dúvidas e angústias nos espíritos; saliente-se o agravo e mais nada. E atire-se tudo para o ministro dos Estrangeiros.

Lisboa, 22 de Outubro — Feita na conferência de imprensa de ontem a declaração ajustada. Ergueu-se já uma celeuma de âmbito nacional. Estão perturbados muitos católicos portugueses: não conseguem fazer a distinção entre o Santo Padre como vigário de Cristo, e chefe da Igreja, e o papa como chefe de Estado do Vaticano. Recebo telegramas de apoio e de crítica. Chega a notícia de que os bispos portugueses actualmente em Roma se sentem deprimidos. Estamos numa crise que afecta muitos, e é explorada por alguns com objectivos políticos. Pessoalmente, estou sendo abocanhado pelo mundo, sem embargo de o comunicado do Conselho de Ministros ser claro: o MNE cumpre decisões do governo. Telefona-me Salazar, com um bom humor contristado: *«o que nisto tudo mais me custa é o muito mal que se tem dito do ministro dos Estrangeiros!».* Respondo-lhe em igual tom: *«são ossos do ofício, Sr. Presidente».* Não disse eu ao Núncio o que Salazar queria que eu dissesse ao Núncio.

Lisboa, 26 de Outubro — Tornou-se independente a Rodésia do Norte, e tomou o nome de Zâmbia; e logo anunciou que faria a guerra à Rodésia do Sul se esta por seu turno declarasse unilateralmente a independência. Quer

dizer: independência sob ditadura negra, é legítima; independência sob governo branco, é criminosa. Não está em causa o governo por minoria; está em causa o facto de ser branca a minoria.

Continua a divisão da opinião pública perante a atitude tomada quanto à ida do Papa à União Indiana. Aceitam e compreendem os mais velhos; os mais novos criticam-na violentamente. Imprensa internacional tem-se mantido neutra, excepto a comunista, que apoia o Pontífice, com uma devoção de que se não suspeitava. Salazar parece tranquilo, e diz que apenas na diocese de Évora alguns padres atacaram a posição do governo. Informado por mim da notícia de que a Hierarquia começa a não estar de acordo com a política do governo (notícia trazida de Roma pelo general Câmara Pina, que falou com alguns bispos), Salazar reagiu: «*Pois que joguem essa carta! Responderemos conforme o que os bispos fizerem, e será o que Deus quiser. Veremos se ainda há patriotas em Portugal*».

Lisboa, 31 de Outubro — Mantém-se pelo Forte o chefe do governo, neste Outono suave, e hoje de manhã exprimo-lhe os meus receios pela questão com a Santa Sé. Reage de pronto: «*Eu estou sem medo nenhum*». Depois, tratamos da questão da Rodésia do Sul. Concluiu-se que a sua independência seria para nós vantajosa. Mas o Presidente do Conselho recusa enviar a Ian Smith qualquer mensagem de encorajamento. Assentou-se num telegrama: exprimimos a nossa solidariedade com a causa da civilização ocidental, que Smith defende; manifestamos a opinião de que não há motivo para temores sérios; e simplesmente avisamos que a situação, a prolongar-se, apenas permitirá que se multipliquem pressões para entrega do governo à minoria negra, que diz falar em nome da maioria mas que efectivamente a não representa.

Ao fim da tarde, com Gomes de Araújo e Câmara Pina, fomos à embaixada dos Estados Unidos para ouvir um Sr. Clive, subdirector da CIA, dar informações sobre os meios nucleares russos e chineses. Vimos numerosas fotografias de bases nucleares de uns e outros. Foi-nos mostrada a fotografia que permitiu aos americanos prever uma próxima explosão da bomba atómica chinesas: estavam «*seguindo*» a construção de uma base e quando «*viram* que uma torre fora erguida, concluíram que aquela estava iminente. Então aconselharam Rusk a fazer o anúncio público desta. Depois a conversa tocou outros temas, em particular a descolonização da África. Perguntei a Clive se pensava que se Portugal desse a independência a Angola,

os russos sairiam da Argélia ou de qualquer outra parte de África. «*Of course not*», respondeu Clive.

Lisboa, 4 de Novembro — Vitória esmagadora de Lyndon Johnson na eleição presidencial norte-americana. Continua a campanha da *Acção Católica* contra o governo, muito particularmente e muito intensamente contra mim. Cardeal Gracias, indiano, revelou que foi Mons. Dell'Acqua quem o aconselhou como agir para obter uma decisão do papa, favorável à ida a Bombaim.

Lisboa, 23 de Novembro — Anderson acordou-me na sexta-feira passada, às 4 da manhã: queria comunicar-me o envio de mil pára-quedistas belgas para a ilha de Ascensão, com o consentimento inglês e em aviões americanos. Perguntei ao embaixador se, no seu entender, isso significava que os pára-quedistas iriam sobre Stanleyville, a fim de libertar os reféns brancos que os rebeldes congoleses ameaçam assassinar. Anderson respondeu que de outro modo não faria sentido a operação. Não há até agora, porém, outras notícias.

Lisboa, 24 de Novembro — Stanleyville foi tomada pelos pára-quedistas belgas: estes foram de Ascensão para Kamina e daqui lançados sobre aquela cidade. Entre 20 a 50 brancos haviam entretanto sido massacrados. Spaak qualificou a operação de simples acção de polícia. Tschombé «*anuiu*» ou «*pediu*» formalmente o envio dos pára-quedistas belgas. Pela tarde, Anderson e Goffin (embaixador belga) fizeram uma diligência conjunta para explicar e justificar o acto dos belgas. Mostraram receio das reacções afro-asiáticas. Por mim, agradeci a comunicação, mostrei compreensão — e cingi-me a comentar que, aparentemente, apenas era ilegítima a intervenção do Exército português, ainda que para os mesmos fins e em *território seu.*

Anteontem, Paulo VI concedeu a *Rosa de Ouro* ao Santuário de Fátima. Gesto foi interpretado como desejo de *paz* com Portugal e de dar uma satisfação indirecta ao governo português. «*Não vejo como*», diz Salazar. «A Rosa de Ouro *foi dada ao Santuário e não a Portugal, ou não foi?*» — Foi.

Lisboa, 26 de Novembro — Continuam os combates em Stanleyville. Pelos meios afro-asiáticos vai uma tempestade: Gana, Mali, Guiné ameaçam; Rússia e Argélia ameaçam; Organização da Unidade Africana ameaça. Se as pessoas não se deixarem impressionar, estas ameaças valem nada.

Lisboa, 2 de Dezembro — Pára-quedistas belgas preparam-se para abandonar o Congo. Regressará o caos, que nem o Exército congolês nem os mercenários poderão dominar. Haverá confusão no Congo para vinte anos, ou mais. Mas os Estados Unidos parecem com medo logo às primeiras reacções extremistas dos afro-asiáticos. Na tribuna da ONU, o Dr. Banda, do Malawi, ataca a política portuguesa; mas em Londres mandou prevenir Jorge Jardim de que ia fazer um ataque que, se lhe era indispensável para obter apoio afro-asiático, não correspondia aos seus sentimentos e propósitos.

Lisboa, 7 de Dezembro — Falando-se do conflito com a Santa Sé, comentou o chefe do governo: «*cumpre ao governo fazer sempre o seu dever e ir educando o povo mesmo que isso possa custar a vida do governo*». Noutro plano: «*Eu não devia na verdade fazer nada. Eu devia apenas ter contactos, conhecer toda a gente, seleccionar pessoas, e tê-las em mente quando surgissem necessidades. Mas não faço isso, farto-me de trabalhar, não conheço ninguém. E por isso, quando preciso de um ministro, tenho de perguntar, quase preciso de pôr um anúncio no jornal*».

Paris, 13 de Dezembro — Sessão da NATO. Aproveitando o domingo, tive longa conversa com Dean Rusk na embaixada dos Estados Unidos. Pontos abordados: Congo e Conselho de Segurança (considera histórico o discurso de Spaak ali pronunciado); perigo do Egipto e da Argélia, a que Washington tenciona falar alto e forte; desilusão americana com o actual desinteresse da Europa pela África, e desejo de que aquela envie dinheiro, técnicos e mesmo tropas para o continente africano; decisão americana de se não embrenhar no continente e de se dedicar ao Vietname, para o que os recursos dos Estados Unidos estão já sujeitos a grande pressão; alarme geral com a penetração chinesa; U Thant está doente, de enfermidade mais grave do que se supõe, pelo que talvez seja de prever a sua substituição (mencionou o nome de Lopes Mateus); das conversas com Gromyko nada de novo se

concluiu, salvo a maior segurança e autoridade com que aquele parece falar; e não se propõe durante o Conselho da NATO discutir o problema da *Força Nuclear Multilateral.* Quanto aos problemas bilaterais, Rusk indicou que preferia abordá-los noutra oportunidade; mas acrescentou que decerto eu sorrira ao ouvi-lo, porque estava agora a dizer muito do que nós andamos a dizer há anos. Respondi que não sorria porque me sentia igualmente preocupado. À saída, esbarro com Gordon Walker, novo secretário de Estado britânico. Diz-me: tenciono nas sessões falar um pouco de África e, no mais, passar o tempo a fazer palavras cruzadas, para evitar adormecer com os discursos dos outros. Um homem avisado.

Lisboa, 21 de Dezembro — António de Faria relata de Roma uma conversa com Monsenhor Samoré: este queixa-se do estado das relações Portugal-Santa Sé e atribui as culpas ao governo português. Disse que eu tratei mal o Núncio. Ora o certo é que o Núncio foi brutal na última entrevista: fez insinuações sobre a política interna portuguesa e afirmou haver «*alguém*» que pretende deliberadamente criar dificuldades com a Santa Sé. Pedi-lhe para ser mais preciso. Respondeu: «*é preferível não o precisar*».

Parece agravar-se a situação no Congo. De Jacarta, a notícia de que a Indonésia se propõe cortar relações connosco: confidenciou-o um funcionário do MNE indonésio ao nosso encarregado de negócios. Para quê e porquê? Apenas para criar para Jacarta uma boa posição política na próxima conferência afro-asiática em Argel.

Lisboa, 30 de Dezembro—Mais uma conferência de imprensa. A décima-nona, salvo erro. Última reunião da NATO e conversas com Rusk foram os temas que suscitaram mais interesse.

VI

1965

Lisboa, 1 de Janeiro — Sukarño resolveu o corte de relações com Portugal. Motivo: evitar uma explosão popular contra os representantes portugueses. Por isso apenas anunciará a decisão após a retirada do nosso encarregado de negócios. Em suma, um pretexto risível. Pedi à nossa polícia que não deixasse sair o encarregado de negócios da Indonésia enquanto o nosso pessoal não sair de Jacarta e não se encontrar a salvo. .

Lisboa, 3 de Janeiro — Rusk declarou à rádio americana que os Estados Unidos, se a China não atacar o Vietname, fariam sair deste último as suas forças, e acrescentou que estavam considerando igual retirada de algumas das suas tropas da Europa, se não houvesse crise de Berlim, etc. Salvo se me engano muito, estamos em vésperas de uma nova política americana que, numa sequência lógica, pode levar sucessivamente ao abandono do Sudeste asiático, ao abandono da África, à demissão da ONU ou de agências especializadas, ao isolacionismo, e por último à guerra. Parece que os americanos são impotentes para fazer a paz — e apenas sabem fazer a guerra. Mas então não deveriam ter andado pelo mundo a partir tudo para agora dizerem: «*Perdão, foi tudo um equívoco, vamos fazer as malas e voltar para casa*».

Paris, 7 de Janeiro — Em Paris, para uma reunião da NATO dedicada ao Congo. De manhã, tive conversa privada com Spaak e André de Staerk:

estão pessimistas quanto à situação no Congo e à atitude das potências europeias, em particular a França. No Conselho, Spaak iniciou o debate: advogou uma solução política, mas sem transigência com os rebeldes, procurando encaminhar-se tudo pelas Nações Unidas, Organização da Unidade Africana e os moderados, de modo a colocar em minoria a Argélia, o Egipto, o Tanganica, o Ghana. Lord Walston apoiou. Harriman foi mais longe: mostrou compreender os perigos de um Congo comunista no centro de África e afirmou a necessidade de não se permitir o naufrágio de Tschombé. Italiano, grego e dinamarquês foram equívocos, salvo na sua ignorância de problemas africanos, e aí foram absolutamente claros, sem prejuízo da pompa convencida com que disseram imbecilidades irresponsáveis. Francês, Deloncle, tomou atitude estranha: tudo se deve deixar aos congoleses, não se interferindo nos seus negócios, até para não provocar uma reacção do lado contrário, pelo que os franceses não interviriam; mas Deloncle não disse como asseguraria a não-intervenção de argelinos, egípcios, russos, etc. Por mim, gastei quarenta minutos para salientar a importância do Congo, e sublinhar os perigos de uma *solução política* para um problema que o adversário procura resolver no terreno militar. Julgo que a posição francesa se explica pelo desejo de que *ninguém* intervenha para que Paris melhor possa *intervir* num duplo sentido: evitar que os americanos se instalem no Congo (como pretendem) e substituir os belgas (que estão instalados); e para isso a França tem de vencer a oposição americano-belga, visto que Bruxelas conta com o apoio de Washington para se manter no Congo e Washington pagar-se-á desse apoio cobrando aos belgas cinquenta por cento da exploração do Congo. Mas a França quer tudo para si. É isto a autodeterminação em África.

À noite, em casa de Sir Evelyn Shackburugh conversei longamente com Lord Walston. Este falou da Rodésia do Sul com perplexidade: ou apoiam os brancos, e tem forte reacção adversa da África; ou apoiam os negros, e provocam uma declaração unilaterial de independência. Convidei-o a visitar Angola e Moçambique. Brosio vem felicitar-me pelo que eu disse, e agradecer-me a moderação de que eu usara. Estava decerto receoso pelo tom da nossa conversa em Lisboa, e em que eu lhe mostrara a nossa irritação com a atitude dos Estados Unidos.

Lisboa, 11 de Janeiro — Num jantar no Colégio Universitário Pio XII, em honra do Padre Joaquim António de Aguiar, fiquei ao lado de D. Ma-

nuel Trindade Salgueiro. Fez as mais rasgadas afirmações patrióticas. Disse que em Roma, a propósito da viagem do Papa a Bombaim, todo o Episcopado se sentira ferido e triste, de forma bem portuguesa, mesmo os *«três ou quatro»* bispos que não são muito em favor do governo. Mostrou D. Manuel a maior compreensão por toda a política ultramarina, e classificou de *«traidor»* um padre da sua diocese que se não sentira por causa de Goa. *«Se o Santo Padre tivesse ido a Goa e a Nova Deli»*, afirmou-me D. Manuel, *«então teria sido muito pior, seria uma catástrofe»*. Quando o Santo Padre, no fecho do Concílio, invocou o nome de Maria e se referiu a Fátima, houve palmas; mas quando aludiu à Nação Portuguesa, cessaram as palmas, contou o Arcebispo. E disse-me ainda: *«Salazar queria ver-me quando eu vim de Roma; mas não queria chamar-me; e quis que eu pedísse para ser recebido, o que fiz com muito prazer»*.

Lisboa, 13 de Janeiro — Como eu perguntasse pelo seu estado de saúde, Salazar disse-me que estava *«vivo»*, mas não viveria sempre, e não sabia como *«aconselhar o Chefe do Estado a escolher alguém mais novo»*. Eu disse-lhe que ele não tinha que dar conselhos ao Chefe do Estado. Riu-se, e respondeu que efectivamente assim era: o Chefe do Estado escolhe quem quer. *«Mas, meu caro senhor, é preciso ter cuidado e escolher alguém que tenha a capacidade de trabalho que eu já não tenho, e que não deite tudo a perder, aqui e no ultramar»*. Falámos ainda dos seus *«divertimentos»*. Não podia ver cinema: seguia a fita com um sentido crítico que lhe consumia tantas energias como se estivesse a trabalhar. Não podia ler livros policiais, não o distraíam; e preferia ler os velhos autores portugueses, os clássicos, os antigos. Referi-lhe a conversa de há dias com o Arcebispo de Évora: escutou nitidamente emocionado.

Lisboa, 14 de Janeiro — Entrevista muito cordial com o Núncio. Problema do ordinário castrense. Monsenhor comportou-se como quem quer fazer as pazes. Fumou seis cigarros durante a entrevista. Depois, diligência do canadiano. Pediu garantias para três aviões canadianos que, na Tanzânia e junto à fronteira com Moçambique, estão a fazer um levantamento topográfico. Perguntei: ao serviço de quem estão os aviões? Do Tanganica, disse o embaixador. Está o governo do Canadá oficialmente encarregado da representação e protecção dos interesses da Tanzânia em Portugal? Não,

disse o embaixador, meio esmorecido. Então, concluí eu, a diligência canadiana carece de legitimidade, o Canadá não tem titulo para falar em nome da Tanzânia, eu não posso dar garantias, os aviões podem acaso dedicar-se a espionagem — e *«muito boas tardes, senhor embaixador»*.

Lisboa, 20 de Janeiro — Governo inglês recusou visto de entrada a Humberto Delgado.

Lisboa, 21 de Janeiro — Exposição aos deputados na Assembleia Nacional, em sessão privada, na sala da Biblioteca. Cerca de cem deputados. Uma hora de fala. Hora e meia de perguntas e respostas.

Lisboa, 24 de Janeiro — De manhã, chega a notícia da morte de Churchill. Há dias, falando sobre a doença de Churchill, Salazar disse-me: *«Eu sempre exprimi a minha admiração por Churchill, mas ele não podia comigo. Foi sempre oficialmente correcto. Esteve até para vir aqui fazer uma conferência. Mas alguma intriga ou alguém se interpôs, e não veio. E não podia comigo. O André de Staerck, que se dava muito com Churchill, sempre me confirmou a aversão de Churchill por mim»*.

Lisboa, 27 de Janeiro — No jantar na embaixada de França, encontro Xanthaky. Disse-me que sempre mandara transmitir para Washington todas as minhas opiniões e informações, mesmo no tempo em que eu era director-geral dos Negócios Políticos. De Washington respondiam sempre que eu era muito novo e inexperiente, pelo que era muito limitada a importância que se deveria atribuir às minhas opiniões. Ele, Xanthaky, enviara há dias para Washington um telegrama sugerindo que talvez não fosse inútil reler os papéis anteriores.

Lisboa, 30 de Janeiro — Almoço na *Mata do Duque*, na recta de Pegões, a convite do Presidente da República. Depois do almoço, o Presidente chamou-me de parte. Disse-me que, há poucos dias, o Núncio tinha expresso a Pinto Barbosa e ao almirante Tenreiro a conveniência de que o almirante

Thomaz continuasse na Presidência da República, num segundo mandato. O almirante Thomaz não sabia se o Núncio, ao manifestar aquele sentimento (que, segundo disse, se fundava na vantagem da continuidade para Portugal), estava apenas procurando colher informações para as transmitir à Santa Sé ou se efectivamente estava afirmando um sentir pessoal. Perguntei se já tinha falado nisto ao Presidente do Conselho. Respondeu-me que não: «*Ainda não quis levantar o problema da sucessão na Presidência da República*».

Lisboa, 2 de Fevereiro — Correrias de estudantes em frente da Assembleia Nacional e noutros locais. Alguma pancadaria.

Lisboa, 4 de Fevereiro — O jornalista Marques Gastão *afiançou-me* que se prepara uma vasta remodelação ministerial: cairia tudo, menos Justiça, Finanças e Estrangeiros.

Lisboa, 11 de Fevereiro — Corre com intensidade um rumor: os *comandos* de Delgado vão invadir Portugal: e dar-se-á então uma revolta do Exército. Não creio numa coisa, nem noutra.

Lisboa, 13 de Fevereiro — Começa a preocupar-me o problema de Timor. De várias origens, das embaixadas em Copenhaga, e em Jacarta, chegam rumores de próxima invasão de Timor pela Indonésia. Forças indonésias estariam a ser preparadas para uma *acção de polícia*, ou então Jacarta enveredaria pelos actos de terrorismo, que justificariam depois a agressão. Decerto: seriam forças de *libertação* para *libertar* os timorenses *oprimidos*. E o mundo aceitaria esta versão. Que fazer? Militarmente, Timor é indefensável a tão grande distância, a menos que a Inglaterra e a Austrália quisessem ajudar, o que é inconcebível; politicamente, não se pode abandonar, pelas repercussões que o abandono teria em Angola e Moçambique, que são perfeitamente defensáveis; mas, também no plano político, a perda de Timor será explorada no sector interno, culpando-se o governo por uma consequência inevitável com qualquer política, desde que a Indonésia tenha decidido a conquista. Para mais, o governo está em ano de eleições. Que

fazer? Seria a altura de Cunha Leal, por exemplo, apresentar uma solução construtiva que salvasse Timor — porque, para entregar Timor, qualquer o sabe fazer.

Ao fim da manhã, vou a casa do chefe do governo. Por acaso falou-se da personalidade de Marcello Caetano. Disse: «*É uma pessoa muito difícil, do mais difícil que tenho encontrado*».

Lisboa, 15 de Fevereiro — Não está contente connosco a China: por mantermos aberta uma representação de Chiang-Kai-Shek e por havermos permitido em Macau uma emissora com capitais americanos. Macau teria deixado de interessar à China porque o ouro se tornou desnecessário e o jogo é motivo de irritação para as autoridades de Cantão. Só há que — aguardar.

Lisboa, 17 de Fevereiro — Comunica-me o Presidente do Conselho que, amanhã, vai fazer um discurso. Trata-se de política interna, mas tem um capítulo sobre política externa que me enviou para eu rever. Fiz algumas alterações e emendas, que logo aceitou.

Lisboa, 18 de Fevereiro — Discurso de Salazar: brilho literário, como sempre, mas um pouco abstracto; e talvez cansaço na dicção.

Lisboa, 19 de Fevereiro — Gomes de Araújo e eu trabalhámos com o Presidente do Conselho. Aludiu ao seu discurso de ontem. Disse que se sentia liberto: era sempre um pesadelo falar em público, tinha medo do público, agora sentia-se livre, aliviado. Depois, ocupou-se da Igreja, do progressismo, da possível *confrontação* que se tornará inevitável se os jovens padres continuarem a ensinar que não há que obedecer ou ter em conta a Nação Portuguesa. «*O Cardeal Patriarca é uma excelente pessoa mas é um fraco que pune a seu modo, como ele diz, para significar que não pune ninguém*». E continua: «*Vou ser muito criticado pelo que eu disse quanto à cristianização do Estado. É contra os ventos do Concílio*». Falou-se de obras públicas. Desabafou o chefe do governo: «*Não deixamos nada para marcar a nossa época, a nossa geração. Uma vez, diante do convento de Mafra, perguntei ao Duarte Pacheco quanto custaria fazer igual obra. Fez as contas, e disse-me que custaria cerca de dois milhões de contos. Hoje seriam três*

milhões. Ora nós temos gasto dez vezes mais e nada deixamos, em grandeza e em arte, a assinalar a nossa geração. O Marquês de Pombal teve a sorte de um belo tremor de terra, que lhe permitiu depois construir de forma a que ainda hoje é grande o que deixou. Sim, deixaremos a ponte sobre o Tejo. É a única coisa grandiosa. Já disse ao Ministro das Finanças, e ele concordou, para se fazer para o ano uma moeda com a ponte, e que posta a circular decerto logo todos a querem recolher». Continuou: *«A verdade é que temos governado com o nosso tempo: temos distribuído os recursos da nação; preocupados com o progresso e a justiça, temos tido o cuidado de levar a escola, a estrada, a electricidade, a água a todas as aldeias — mas não pudemos nem soubemos fazer nada de grande para cem ou duzentos anos».* Salazar disse tudo isto com um arrepanho de amargura, de vencido: não é na tarde da existência que poderia arrepiar caminho. Falava no plural mas na sua mente estava apenas — ele próprio.

Lisboa, 25 de Fevereiro — Conflito entre o Arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim, e o Bispo da Beira, D. Sebastião Resende. Num projecto de comunicado, os Bispos de Moçambique condenavam a repressão dos terroristas. D. Custódio eliminou a passagem respectiva. D. Sebastião não concordou, e pôs tudo em público e raso. Por seu lado, as *Novidades* reproduziram o texto sem o submeter à censura. D. Sebastião veio a Lisboa, e teve uma longa entrevista com o embaixador dos Estados Unidos. Salazar pensa em não deixar regressar à sua diocese o Bispo da Beira. Pergunto-lhe: então vamos ter outro caso do Bispo do Porto? Responde o chefe do governo: *«Pois é, meu caro senhor, tem razão na pergunta, e isso seria uma maçada; mas temos de decidir se entregamos tudo ao inimigo ou se resistimos».*

Extensa exposição sobre política externa aos oficiais do Instituto Naval de Guerra.

Lisboa, 27 de Fevereiro — Recebo uma carta do general Deslandes, e fico perplexo. Depois de me felicitar pela minha exposição no Instituto Naval de Guerra, ocupa-se do nosso problema ultramarino e em síntese escreve: discorda do discurso do Presidente do Conselho de há dias; nega valor a qualquer solução militar, que em nenhuma circunstância julga viável; pretende uma solução política, negociada a partir de posições como Açores,

Cabo Verde, Lobito e Nacala; e sugere que poderíamos resolver o nosso problema com uma constituição semelhante à americana para o Alasca e o Havai. Fiquei interdito. Até que ponto pode ir a ingenuidade de um oficial-general? E este é secretário-adjunto da Defesa Nacional. Diz-me o Teixeira Pinto, por outro lado, que esse é o estado de espírito de grande parte das nossas Forças Armadas, onde seria muito profunda a influência americana. Estaremos em face de um novo 13 de Abril de 1961? Tenho de mostrar a carta de Deslandes ao Presidente do Conselho, como é evidente; mas o Luís Teixeira Pinto desaconselha que a mostre ao general Araújo, porque entre este e Deslandes são já muito tensas as relações, uma vez que o último não foi nomeado, como tanto queria, chefe do Estado Maior-General.

Volta a falar-se de perturbações de estudantes. Desta vez teriam maior audiência, e contariam com o apoio de Marcello Caetano.

Lisboa, 5 de Março — Visita do Príncipe Radziwill. Este continua, segundo informações que me chegam, na intimidade dos Kennedy e dos círculos da Casa Branca. Vem ver-me, ao que diz, em nome de Gilpatric, e afirma: recomeçou o fornecimento de material de guerra, iniciando-o pelas peças sobresselentes; a Fundação Ford transfere para Portugal o auxílio que até aqui tem prestado a Mondlane; não haverá mais auxílios a Holden; se satisfizermos os desejos americanos quanto ao *Loran-C* (sistema de detecção de submarinos), passariam a dar-nos nas Nações Unidas um *«unqualified support»;* pelo Presidente Johnson ou por Dean Rusk seria em pouco pronunciado um discurso com um parágrafo favorável à nossa política, e que poderia ser transcrito na nossa imprensa como apoio dos Estados Unidos. Salazar terá de escrever a Gilpatric. Radziwill combinou que nos encontraríamos em Nova Iorque e em Washington, e até me ofereceu o seu apartamento em Nova Iorque. Combinei também entrevistas com Mac Namara, Bundy, e depois com Johnson. Radziwill, por outro lado, diz que se consegue tudo de Johnson se se lhe disser que ele é o maior homem do mundo; e Johnson não consulta nem recebe muitas pessoas para evitar ter ele depois de tomar decisões; e no fim diz sempre que são suas as decisões boas e de outros as más. Corrupção é uma arma cada vez mais importante em Washington: caso flagrante o de um jornalista impedido de escrever contra Johnson porque este possui uma carta que compromete aquele.

Veremos tudo isto: é preciso acreditar apenas numa pequena parte do que diz Radziwill: mas há que explorar as *«aberturas»* que apresenta.

Lisboa, 8 de Março — Em Lisboa, para visita oficial, o capitão-general Muñoz-Grandes, que em Espanha está logo após Franco. Longa conversa de quase duas horas. Tópicos: numa entrevista com o almirante americano, comandante da esquadra do Mediterrâneo, criticou asperamente a política dos Estados Unidos, e focou os perigos da África do Norte, em particular os de uma base russa de submarinos atómicos na Argélia; acentuou a necessidade de aguentar Marrocos; julga que é viva a luta entre Nasser e Ben Bella; pensa haver alguma aproximação, ainda velada, entre a Jordânia e Israel; insensata a ideia americana de que poderia substituir-se às potências europeias no Oriente e em África; necessário apoiar a política de De Gaulle na defesa da Europa, havendo que resistir pela força se indispensável; os estudantes espanhóis estão coligados com os estudantes esquerdistas de outros países. Quanto ao Vaticano, disse: «*temos dentro de Espanha as maiores dificuldades, mas o Papa enviou a Franco uma mensagem dizendo que se não incomodasse nem afligisse porque no fim tudo sairia bem*». Falámos da África portuguesa. Muñoz-Grandes recomendou muito cuidado com os portugueses brancos: «*porque foram os espanhóis que se revoltaram e provocaram a independência da América Latina. Que não suceda o mesmo em Angola*». Não sabia de nada, não tinha qualquer informação; mas aquele era um pensamento que com frequência lhe ocorria. Como eu referisse algumas das recentes atitudes americanas, perguntou-me se as podia comunicar a Franco. Logo anuí. Esclarece Muñoz-Grandes: «*Mas não as direi a Castiella. Não, nada, nada direi a Castiella. De resto, não está em Madrid, pelo que não haverá melindre*».

À tarde, recepção no Ministério em honra dos expositores franceses e artistas portugueses. Abel Manta, com uma bonomia exterior que esconde uma vigorosa personalidade artística. Azeredo Perdigão, muito amável. Falo-lhe no projecto de uma grande exposição em Paris, semelhante à de Londres em 1956 ou 1957. Pareceu-me entusiasmado com a ideia.

Lisboa, 11 de Março — Findo o jantar da embaixada de Espanha, oferecido ontem por Muñoz-Grandes, tenho conversa à parte com Luís Pinto Coelho. Contou-me a história da demissão de Adolfo Lizon. Esta haveria sido motivada pelo facto deste jornalista possuir provas de que a embaixada de Espanha em Lisboa, incluindo o embaixador Ibañez Martin, seria nossa inimiga, e de que todos os relatórios e informações enviados a Madrid ser-nos-iam profundamente hostis. No aeroporto, depois de despedir Muñoz-

-Grandes, diz-me o embaixador de Espanha: «*O capitão-general ficou muito emocionado após a entrevista com o Presidente do Conselho e exclamou: «que pena que Salazar não seja o chefe de uma nação de oitenta milhões»*. Para os espanhóis tudo serve no caminho do sonho da *União Ibérica!!*

Lisboa, 15 de Março — Entrou-se no quinto ano da luta no Ultramar. Se compararmos com a situação em Março de 1961, o caminho andado é imenso, e muito grande o progresso conseguido. Mais do que nunca, todavia, tudo depende da frente interna. Sob este aspecto, este ano de 1965 afigura-se crucial. Tenho receio do estado de espírito que parece estar penetrando as Forças Armadas: a ideia de que é viável uma solução política, *que resolverá as dificuldades sem prejuízo nacional*, fascina muitos. Neste particular, a carta do general Deslandes é sintomática. Quantos oficiais pensarão como ele?

Reflectindo sobre a visita de Muñoz-Grandes, e a sua reserva em fazer declarações de substância, chego a uma conclusão: a Espanha prepara-se para modificar a sua política para connosco. Apoiou-nos com firmeza na nossa política de África, porque julgou que nos afundaríamos nas florestas e nas picadas de Angola e que esta funcionaria como uma segunda Alcácer-Quibir. Vendo que assim não é e que poderemos mesmo conseguir um triunfo, procura agora *puxar-nos o tapete debaixo dos pés*. Não o posso provar — mas sinto que é assim.

Lisboa, 16 de Março — Em casa do Henrique Martins de Carvalho, com Galvão Telles, os rumores eram estes: sairá da economia Luís Teixeira Pinto, sendo substituído por José Gonçalo Correia de Oliveira; e Peixoto Correia abandonará o Ultramar, para ser sucedido por Silva Cunha. Será verdade?

Lisboa, 18 de Março — Remodelação ministerial. Confirmados os rumores. Por intermédio de Carlos Lacerda, recebo de Leopold Senghor uma mensagem: quer ser o intermediário num diálogo entre Portugal e a África que leve à independência do Ultramar português. Não o será, é claro, porque se isso se der — escapará lindamente a Senghor.

Lisboa, 20 de Março — Ocupando-se da última remodelação ministerial, diz-me Salazar: «*Não estou seguro de alguns chefes no ministério do Exército. Se o general Araújo não estivesse adoentado, ter-lhe-ia perguntado se não queria aproveitar a oportunidade para mexer nalguns membros militares do governo. Mais tarde, terei de fazer uma outra modificação no governo. Então se verá. A polícia diz-me que não há nada que recear do Exército. Mas não sei. Também não souberam nada de Beja, e no entanto deu-se. Está claro que a carta do general Deslandes não foi escrita por ele. Tenho de falar nisso ao Araújo, e dizer-lhe que tome cuidado, não vamos acaso ter alguma sensaboria. A polícia diz-me que as altas autoridades em Angola não se importam em julgar os membros do MPLA que aquela prende, e em Moçambique é o mesmo*».

Lisboa, 30 de Março — Recebo de manhã Sir Collin Coot, do *Daily Telegraph*. Está aposentado, mas ainda tem larga influência naquele jornal. Prometeu escrever um bom artigo sobre Portugal. Contou algumas conversas com o Primeiro-Ministro Wilson: este considera o problema da libra como o mais grave que tem de enfrentar. Sir Collin entende que é inevitável a desvalorização da libra, seguindo-se-lhe a do dólar.

Lisboa, 5 de Abril — Voltou o Presidente do Conselho a advogar a nomeação de embaixadores fora de carreira. Fiz uma cara e mantive um silêncio que espero tenha considerado significativo: só com outro ministro dos Estrangeiros.

Lisboa, 10 de Abril — Almoço no Tavares oferecido pelo *Diário Popular*, para entrega dos prémios *Laranja* e *Limão*. Presentes: Amélia Rey-Colaço, Eunice Muñoz, Madalena Iglésias, Arantes e Oliveira, Embaixador de França, Abel Manta, Joaquim Paço de Arcos, Fernando Namora, Keil do Amaral, Manuel dos Santos, Igrejas Caeiro, José de Lemos, Canto Moniz, Martinho Nobre de Melo, Pinto Balsemão e Brás Medeiros. Conversei muito com Abel Manta. Simpáticos 76 anos, que respiram sinceridade e autenticidade artística. Criticou a arte moderna, que afirma não entender. Lembramos Manuel Ribeiro de Pavia, que Manta muito admirava. Eu tenho feito quanto posso pela imprensa — convocando-a, promovendo conferências, recebendo os directores de jornais — e recebi o prémio *Limão*.

Lisboa, 12 de Abril — Chega inesperadamente a Lisboa Carlos Lacerda. Telefona-me Nuno Simões para me dizer que aquele quer falar comigo em segredo. Combina-se um jantar em minha casa. Nuno Simões diz e repete que é um oposicionista; mas em matéria ultramarina, está de alma e coração com o governo.

Notícias de Léopoldville indicam que o Presidente Kasavubu, com instigação de belgas e americanos, estaria preparando um golpe para se desembaraçar de Tschombé. Militares americanos não estariam de acordo. Poderá estar a aproximar-se uma crise no Congo — mais uma.

Segundo o ministro do Interior, algumas actividades académicas parecem denotar uma intervenção do general Deslandes em favor da criação dos *«Estados Unidos de Portugal»*, como preconizada por Marcello Caetano, ou seja uma espécie de federação lusitana. Como se aqueles que nos querem expulsar de África consentissem que, sob outro nome e outra construção política, permanecêssemos em África! Torna-se-me difícil entender tanta ingenuidade em homens que têm obrigação de ser esclarecidos. Entretanto, pelo país, continua intensa a propaganda norte-americana, junto de militares, de funcionários médios, do clero, da imprensa, e dos meios de informação geral. E muitos sucumbem.

Lisboa, 19 de Abril — Recebi de novo uma suposta princesa Jugoslava, Alexandra Obrenovich, autora de *Who is responsible?* Falou, e falou, e eu ouvi. Disse que entre 29 de Abril e 5 de Maio, haveria uma revolta militar e que da Argélia, Trieste, Atenas e Alexandria ou Nápoles, viria material de guerra que seria desembarcado nas proximidades de Lisboa. Deu os nomes dos navios. Escutei tudo com gravidade, e a paciência devida a uma senhora. Telefonei depois as informações ao Interior, por rotina, esperando que se rissem. Mas tudo foi tomado perfeitamente a sério.

Cunha Leal, à frente de mais uns tantos nomes, enviou uma carta ao Presidente do Conselho: solicita autodeterminação para o Ultramar, *«conciliável com uma presença portuguesa»;* protesta contra a *«censura e a polícia»* que monopolizam o poder há quarenta anos. Quanto ao Ultramar, é a tese americana por uma pena. Comentário de Salazar: *«não se percebe o objectivo neste momento. E o papel é assinado pelos mesmos jovens de 80 anos que há 40 anos não souberam fazer nada e que há 40 anos querem voltar a não fazer e a não deixar fazer nada».*

Lisboa, 24 de Abril — Luís Trigueiros diz-me que corre um rumor: o Presidente do Conselho sofre de perturbações mentais, e um ror de médicos haveria sido chamado. De facto, há 4 ou 5 dias que não consigo encontrar Salazar. De casa, não respondem, ou *não sabem a que horas virá o Senhor Doutor nem se virá jantar.* Por mim, julgo que foi fazer umas curtas férias a Santa Comba.

Lisboa, 27 de Abril — Altas horas, telefona-me e visita-me, em minha casa, o Encarregado de Negócios de Espanha, para tratar de matéria urgente, e grave. Diz: recebera de Madrid um telegrama informando que em território espanhol, entre a fronteira portuguesa e Badajoz, haviam sido encontrados dois cadáveres, sendo um de Humberto Delgado e outro da sua secretária brasileira. Não têm os espanhóis dúvidas quanto à sua identificação; e os corpos revelam, pelo seu estado de decomposição, que a morte se deve ter produzido há cerca de mês e meio. Madrid queria que o governo português fosse prevenido. Respondi que podia considerar o governo português como prevenido. E quanto a publicidade? Toda, respondi, desde que compatível com a necessidade da investigação criminal; mas deste particular apenas o governo de Madrid poderia ser juiz. Despedido o espanhol, e porque não quero acordar o Ministro do Interior a estas desoras, telefono ao director da Polícia. Estava a dormir, estremunhado como quem está em paz de alma.

Mais tarde. Entro quase de roldão na residência da Rua da Imprensa, sem mesmo haver aprazado entrevista. Comunico a Salazar a conversa com o representante espanhol. Embora nem por um triz o desamparasse a sua calma, li no seu semblante a estupefacção. E disse em voz baixa: «*É uma maçada, vai ser uma maçada. Só nos interessava Delgado enquanto vivo, porque era instrumento de desprestígio e divisão da oposição*». E quase em surdina, em tom ciciado, como se alguém na sala nos pudesse ouvir, acrescenta: «*E, meu caro senhor, esse assassínio é o tipo de coisa que pode desmantelar um regime*».

Lisboa, 29 de Abril — Desenrola-se a campanha internacional em torno do *caso Delgado*. Já são mil versões, e todas contraditórias; e não parece ter-se ainda firmado uma corrente hostil ao governo. Há a maior efervescência no Brasil. Pouco claros o papel e a atitude das autoridades espanho-

las, que nada nos dizem: e não querem que intervenhamos em nada. O advogado oposicionista Mário Soares tem procuração da viúva do general para se ocupar do caso, e quer ir a Espanha; e isso foi-lhe facilitado. Salazar diz-me que deu ordem para que houvesse a máxima liberdade de noticias sobre o crime. Lavrei um despacho determinando a maior celeridade no encaminhamento para a Justiça de todas as cartas rogatórias de e para as autoridades espanholas ligadas ao *caso Delgado*, devendo-se-lhe atribuir prioridade sobre todas as demais.

Jantar no Governo Militar de Lisboa, dado por Gomes de Araújo em honra de Von Hassel, ministro da Defesa da Alemanha Federal. Disse-me este: gosta muito de Schroeder (ministro dos Estrangeiros), mas considera-o incapaz de fazer amigos; sem os americanos não é viável a defesa da Europa Ocidental; ficou desapontado com o último discurso de De Gaulle, que só fala da grandeza e glória da França e que, com tanta desconfiança dos americanos, acabará por irritá-los e levá-los a abandonar a Europa.

Lisboa, 6 de Maio — Salazar ficou particularmente irritado com os americanos: com efeito, Williams (o dos sabonetes), disse a Garin que a nossa política em África estava a pôr em perigo a segurança dos Estados Unidos. Por outro lado, um americano de alto nível (Salazar não me disse quem) teria afirmado ser necessário modificar a situação interna portuguesa, na metrópole. «*Mas não o conseguirão*», diz o chefe do governo com ênfase, «*mas temos de ter cuidado porque são brutais. Quando rompermos, é porque está perdida a esperança de uma solução amigável*».

Três horas de perguntas e respostas no Instituto de Altos Estudos Militares. Falei com franqueza, e com confiança no segredo a guardar pelos oficiais portugueses. Só no fim soube que, durante todo o tempo, haviam estado presentes dois oficiais espanhóis, ao fundo, como que ocultos. É inacreditável a insensibilidade do oficial comandante do Instituto: devia ter-me prevenido daquela presença, ou tê-la evitado.

Londres, 9 de Maio — Domingo. Como é seu hábito neste dia, a cidade é quase deserta. Dou longo passeio a pé. Encanto de Londres? Sim, como o de todas as cidades que foram ou ainda são cabeça de império, centro de decisão mundial, pólo de atracção política e cultural. Não é cartesiana como Paris, nem emotiva como Roma. Mas é pragmática como os ingleses,

e eficiente, e prática e utilitária à maneira anglo-saxónica. Grandes aldeias e vilas foram-se agregando umas às outras, consoante as vicissitudes e as necessidades do dia-a-dia e das gerações, sem plano ou método; e o resultado foi esta mole imensa, acaso sem beleza ou graça mas com majestade, e inspirando sobretudo uma sensação de força calma, de poder bem ordenado, de ser o quadro de uma sociedade cujas regras de jogo são claras e por todos cumpridas livremente mas com rigor. Sem embargo, tem perspectivas muito belas: as casas do Parlamento contra o Tamisa, a catedral de Westminster e cercanias, Regent Street, e os parques, os parques londrinos— Saint James é um jardim delicado e vasto, Green Park é o logradouro da classe média que habita o centro da cidade, Hyde Park é bosque e é jardim imenso, que dá vida a crianças, a aposentados e a quantos não têm de seu um tracto de verdura para estar ao ar livre — não tem paralelo em outra capital, pelo menos do Ocidente. E para quem se souber adaptar e aceitar as regras do jogo, logo se sente em Londres como por casa.

Londres, 10 de Maio — Encontro com a Imprensa na embaixada, organizado por Manuel Rocheta. Jornalistas dos grandes jornais. À tarde, «chá» na Câmara dos Lordes, e entre outros estão Lord Walston e Lord Douglas-Home. Depois, reunião na Câmara dos Comuns com cerca de 20 deputados dos dois partidos. À noite, jantar na embaixada. Grandes nomes: Lords Chandos, Salisbury (descendente daquele que foi nosso tenaz inimigo nos fins do século XIX), Longford, Chalfont, Colyton (antigo conselheiro em Lisboa, com o nome de Henry Hopkinson), e Sir Collin Coot, Maurice Green (novo director do *Daily Telegraph),* e outros. Ponto central de todas as conversas: Portugal e Inglaterra são os mais velhos aliados, a aliança continua instrumento válido na política dos dois países. Neste particular, são unânimes as vistas. No mais, há acordo e há divergências. Conservadores concordam em privado com a nossa política em África, mas acanham-se de o afirmar em público; trabalhistas discordam, e não se acanham de o proclamar em privado — e sobretudo em público. Mas todas as perguntas, mesmo as mais embaraçosas, como as referentes a censura e liberdade de partidos, e todas as questões, mesmo as mais candentes (como a da autodeterminação), são feitas e tratadas com a moderação de linguagem, a boa educação e aquelas meias-tintas que, sem prejuízo da substância e da nitidez de atitudes, mitigam as divergências, arredondam as arestas, tornam menos ásperos os choques.

Londres, 11 de Maio — Sessão da NATO. Conversa com George Ball: moderado, compreensivo: e se não nos apoia mais, é porque não pode. À mesa do Conselho, defendo mais uma vez o nosso ponto de vista habitual: é indispensável uma solidariedade global para enfrentar uma ameaça que é também global. Ao fim da tarde, depois da sessão, vou ao *Foreign Office* para me avistar com Michael Stewart. Conversa difícil, dura, áspera, por vezes quase tempestuosa: tais foram as suas maneiras rígidas e rudes. Tosco, decerto; ignorante, era óbvio; sem capacidade de imaginar conversa apropriada; e tive a sensação de que eu estava a falar com o mestre-escola de um liceu de província. Cego e obcecado, e com ideias feitas. Quando à noite, no grande jantar do Guildhall, fico entre Luns e Ball, sinto um grande alívio: de um lado, o bom humor incansável de Luns, sempre com uma história divertida a propósito seja do que for (desta vez, entre outras coisas, disse-me que ia escrever as suas memórias, e que estas teriam por título: *Grandes homens que me conheceram)*; do outro lado, a solidez lúcida e bem informada de Ball. Este interessou-se pela individualidade de Salazar, e quis saber o que havia por detrás do assassinato de Delgado. Neste particular, disse-lhe que sabia tanto como ele, ou talvez menos do que ele, porque não tinha ao meu dispor os serviços de informação americanos. Ball sorriu, e afirmou, de forma que eu acreditei, que também de nada sabia.

Londres, 12 de Maio — Mais sessão da NATO. Compareceu Dean Rusk, numa reunião restrita aos ministros, para se ocupar do Vietname e do desembarque americano na República Dominicana. Couve de Murville discorda; e o belga e o norueguês também condenam os Estados Unidos. Eu limito-me a sublinhar que tanto o Vietname como Angola estão fora da área geográfica da NATO, de modo que ou nos preocupamos com os dois territórios, ou com nenhum. Canadiano apoia Washington em termos quase servis. No comunicado, este canadiano (Paul Martin) queria fazer o elogio da ONU. De novo opus o meu veto — e pronto.

À noite, grande jantar em Buckingham Palace, oferecido pela Rainha, em mesas de oito pessoas. Fico na mesa de Isabel II, suponho que por representar o mais antigo aliado da Inglaterra, e por já começar a ser, dentro da NATO, um dos ministros com alguma *antiguidade*. Estou sentado entre Harold Wilson e a mulher de Dean Rusk. Todo o jantar, o Primeiro-Ministro me falou da Rodésia, e da firme posição britânica, e do interesse que seria o de Portugal em apoiar incondicionalmente a firme posição bri-

tânica. Wilson é homem inteligente, duro, frio, sem emoção; e é rápido, flexível na aparência, sem repugnâncias ideológicas, e muito realista. Observei-lhe olhares de funda ternura e devoção para a Rainha quando esta fazia gestos animados a conversar com Brosio. Depois, já de pé, Isabel II manda chamar cada um dos ministros, separadamente, para cinco minutos de conversa individual. Estava muito bem industriada pelo *Foreign Office*. Falou-me da sua visita a Portugal em 1957, da impressão que lhe causara Salazar, e recordou o entusiasmo com que foi recebida no Porto. E disse com sorriso benevolente: «*Mas as camélias que me atiraram de prédios altos magoaram-me*». Ainda que com atraso longo, pedi desculpas à Soberana em nome da cidade do Porto. Com Dean Rusk combinei uma próxima visita a Washington, e fiz avançar com Schroeder a solução favorável dos fornecimentos militares alemães.

Lisboa, 15 de Maio — Lançada nova bomba atómica chinesa, consoante os americanos nos haviam prevenido há tempo. Não há dúvida: parecem de primeira ordem os serviços de informação dos Estados Unidos.

Houphouet-Boigny manda-nos uma mensagem: quer falar connosco — confidencialmente.

Lisboa, 16 de Maio — Sessão na Academia das Ciências, presidida pelo Chefe do Estado, para receber Austragesilo de Atayde, presidente da Academia Brasileira de Letras. Depois, jantar nas Necessidades. Tenho à minha esquerda o cardeal Cerejeira. Muito alegre e bem-disposto. Pedi-lhe que caracterizasse o Presidente do Conselho. Disse Dom Manuel: «*É sempre muito rigoroso e metódico; mas a sua qualidade mais alta é a força de vontade, à qual se dobram todas as demais. A sua lucidez, a sua sensibilidade delicadíssima, as suas emoções, obedecem cegamente à sua força de vontade. É infinitamente mais rico do que eu interiormente. Em Coimbra, nos Grilos, eu submetia-lhe o que escrevia; ele submetia-me o que ele escrevia. E ele dizia-me sempre: tu escreves como um bárbaro*».

Lisboa, 21 de Maio — Por haver atribuído um prémio literário a um escritor partidário dos terroristas, foi dissolvida a Sociedade Portuguesa de Escritores. Considero este acto um erro táctico. A dissolução é um acto polí-

tico de autoridade que faz vítimas os escritores e intelectuais — e extinguiu-se a Sociedade sem se provar que ela, Sociedade, é que tinha cometido um acto político e não literário, concedendo um prémio a uma obra. O pior crime, porém, está em que a obra seleccionada não vale uma moeda falsa — e não será decerto uma obra imortal.

Lisboa, 24 de Maio — Em ar de critica, diz-me Salazar: «*O senhor, desde que é ministro, tem-me obrigado a receber mais pessoas do que em toda a minha vida passada*». E comentou: «*Os estrangeiros querem ver o grande ditador e ficariam desapontados se o não vissem. São como o meu Antoninho: fica triste se vai ao Jardim Zoológico e não anda de elefante ou não vê a girafa*».

Lisboa, 27 de Maio — Pierre Messmer, ministro da Defesa de França. Já nos conhecemos da excursão feita às cataratas do Niágara, e com a intimidade própria de quem se distrai em comum dos cuidados oficiais. Longa conversa, aberta e escorreita. Súmula das opiniões de Messmer: na África e no Vietname há um sentimento geral anti-americano, partilhado também por um ror de europeus; mistério perante os objectivos dos Estados Unidos no Sudoeste Asiático, que se entendem apenas se os americanos tencionam bombardear as instalações atómicas chinesas; na Argélia e no Norte de África há riscos para a Europa (Messmer acrescentou que Salazar considera haver já ameaças); e achou o Presidente do Conselho informado por aí além, conhecendo minúcias de espantar. À noite, no Governo Militar de Lisboa, Messmer retoma os mesmos temas, e sublinha que lhe parece correcta a política portuguesa em África.

Soubemos que os americanos no Congo, quando Tschombé pediu sobresselentes para dois quadrimotores e souberam que os aviões haviam sido cedidos por Portugal, se recusaram a fornecer quaisquer peças. Assim o disseram aos nossos serviços alguns oficiais belgas. Mas também é certo que os funcionários da embaixada belga em Léopoldville estão em contacto com a UPA, o MPLA, etc. Tudo em nome dos sagrados princípios.

Lisboa, 28 de Maio — Em Viena, falando com o Correia de Oliveira, Harold Wilson teria dito, a propósito da Rodésia, que o Reino Unido pode-

ria ter de ir para um bloqueio, se aquela proclamasse unilateralmente a sua independência. É possível, e a hipótese não deve ser por nós afastada. Mas de momento terá apenas procurado intimidar-nos. Wilson é um manobrador exímio. Correia de Oliveira não diz o que lhe respondeu.

Lisboa, 1 de Junho — Como eu dissesse a Salazar, a título de simples informação, que em Vila Franca se citava o nome do general Deslandes como futuro Presidente da República, o chefe do governo disse-me: «*Ah! tenho aqui uma lista completa dos nomes que se mencionam por aí*». E, tomando de um bloco branco, leu os seguintes: general Venâncio Deslandes, general Câmara Pina, almirante Roboredo, general Gomes de Araújo, brigadeiro Kaúlza de Arriaga, Dr. Azeredo Perdigão, general França Borges, almirante Sarmento Rodrigues, general Andrade e Silva. Comentei que já tinha ouvido mais dois nomes: Dr. Costa Leite e general Francisco Chagas. Salazar sorri-se, e diz-me: «*Quanto ao Costa Leite, esse tenho-o na lista de possíveis chefes de governo para me suceder*». Toma outra folha, e lê-me a lista seguinte: Costa Leite, Pedro Theotónio Pereira, Paulo Cunha, Marcello Caetano, Antunes Varela. Depois faz as suas apreciações, e esboça o retrato de cada um: «*Costa Leite não é talvez muito brilhante, mas é sólido, tem muita experiência, tem muito boa formação, é íntegro, tem boa fama. Theotónio não se pode contar com ele: está doente e é uma doença progressiva. Paulo Cunha é homem de grande valor; mas não se sabe como evoluirá o seu estado de saúde. Marcello Caetano é um belo espírito, tem grandes faculdades de trabalho, é muito culto e sabedor; mas não é flexível, não suporta a contradição mesmo em privado, não aguenta uma ideia oposta, e perde facilmente o moral, apossando-se de pânico e tendo então a tendência para seguir a corrente geral. Antunes Varela tem muito boa formação, é muito lúcido, sério, brilhante, e convém que seja mais experimentado*». Pela hesitação num ou outro instante da leitura da lista, fiquei com a impressão de que Salazar talvez me não tivesse declinado todos os nomes que havia escrito; mas não sei. Quando terminou os seus esboços de retratos, e como eu me sorrisse, Salazar disse que o problema era muito sério, muito grave. Dada a idade do Presidente da República, era preciso resolver o problema da chefia do Estado, e também a do Governo, e havia que ter a certeza de que aquele, na altura própria, se manteria lúcido e firme, para ouvir as pessoas rectas e fazer a melhor escolha de um novo chefe do governo. «*Eu posso retirar-me, ou morrer, e é preciso treinar outro*» — diz Salazar.

«E convém que isto seja feito enquanto eu estiver válido. O novo chefe do governo, a nação, saberiam que em caso de crise muito grave, o meu conselho, a minha experiência estariam disponíveis, ainda que, uma vez retirado, eu não pense mais em governo». Acrescentou que havia que pensar no futuro; e talvez se desse quanto aos problemas de África uma viragem para melhor, e isso permitir-lhe-ia retirar-se em muito pouco tempo. De toda a conversa, fiquei com a impressão de um Salazar obcecado com a morte, com o futuro do país, e com a grande, a suprema preocupação de salvar a África. E com a impressão de um homem que se entregou a um momento de sinceridade, de autenticidade — de que se ausentara o outro homem que a si mesmo se impõe uma representação permanente. Partida para o Brasil em alguns dias.

Rio de Janeiro, 8 de Junho — Data de há quatro ou cinco anos a minha última vinda ao Brasil, e é sempre com alegre boa disposição que mergulho num grande país a falar e a funcionar em português. Mas hoje, acolhido oficialmente, não tive jeito do contacto directo com o caos, a confusão, a balbúrdia do Rio — mas também com o espírito, a imaginação, a graça, a inventiva do carioca. Recebe-me Vasco da Cunha, ministro do Exterior, e meu conhecido dos tempos de Nova Iorque, quando ambos representávamos os nossos países na *Quarta Comissão* da ONU. É homem que personifica a simpatia, a urbanidade, a galhardia, o virtuosismo profissional. Está também toda uma teoria de autoridades e de portugueses. Mas pelas ruas e avenidas do Rio, entre o Rio colonial e o Rio moderno, está presente o mourejar brasileiro, até na sua inércia, até no seu *faz-que-anda-mas-não-anda,* no seu *deixa estar para ver como fica,* tudo envolto no ar morno, na humidade emoliente, que vencem o corpo e corroem o espírito. Mas o Brasil não é somente o carioca. É o formigueiro de São Paulo, é o *cadomblé* da Baía, é o Amazonas que tudo esmaga, é a febre de Belo Horizonte, e é a criação artística e literária e intelectual que ultrapassa muitos outros países.

Rio de Janeiro, 8 de Junho — Mais tarde. Encontro com Vasco da Cunha, no Palácio do Itamaraty, no velho gabinete de Rio Branco, o grande ministro do Império que consolidou as fronteiras e a nacionalidade do Brasil. Duas horas de conversa. Julgo que exponho, em argumentação cerrada,

quanto importa à nossa política em África. Vasco da Cunha ouve, escuta, pergunta, anota, pondera, e cinge-se a dizer, com aparente verdade: «*Tudo é grave, infinitamente mais grave e difícil do que eu imaginava*». E não sai disto: não destrói um único argumento meu, não dá razão a único argumento meu.

À noite, grande banquete nos salões do Itamaraty. A que século se regressa? Ao século XIX, ou mesmo ao século XVIII? Tudo se passa ao jeito antigo, como nos belos tempos do Império: os tocheiros, os castiçais com lumes, os fâmulos, as condecorações, as jóias de preço, os vestidos femininos de modelo único, as conversas escolhidas, os cumprimentos amaneirados, as saudações rebuscadas, os ditos de espírito muito construídos e muito preparados. E estão os grandes nomes do diálogo luso-brasileiro: Austragésilo de Ataíde, literato encartado, profissional do convencionalismo, e que da presidência da Academia Brasileira de Letras faz carreira; Negrão de Lima, elegante de gesto, ático de maneiras, gentil de espírito; Pedro Calmon, sempre sorrindo, muito zagucho, encontrando na eloquência a sua realização, achando sempre a palavra justa, e compondo frases que procuram uma lápide, como fazia Cícero; Carlos Lacerda, irrequieto e pondo emoção em tudo; Josué Montelo, sério, grave, e ao mesmo tempo derramando espírito e boa disposição em torno de si; Gilberto Freire, o homem da Baia, patriarca do luso-brasileirismo, considerando-se desde já um busto recortado em medalhão de bronze para afrontar a eternidade; e outros, mil outros. No seu discurso, Vasco da Cunha foge aos aspectos políticos actuais mais candentes e refugia-se na evocação de Camões. Pago-lhe na mesma moeda: faço mais o elogio da actualidade de Camões, mais a apologia da alma lusíada, do que dos méritos do Brasil e dos brasileiros. Com o Brasil, tudo é difícil: parece um rio de grande caudal, impetuoso e ruidoso, que se precipita e abisma num areal, e ai tem sumiço. Tudo leva a nada. Porquê? E no entanto, há que persistir.

Brasília, 9 de Junho — Cidade de Juscelino erguida no planalto: mas o que é Brasília? É um vasto espaço com edifícios aqui e além, com grandes caixotes modernos aparentemente lançados a esmo. Ruas, ruas propriamente ditas, não existem; há os grandes imóveis que surgem isolados, sem ligação nem alinhamento; e lojas, centros de comércio e de negócios, também não se descobrem, ao menos num primeiro conspecto. E tudo é largo, amplo, separado por distâncias que parecem infindas, e que não são preenchidas

ou ocupadas por qualquer expressão de vida. E tudo dá uma sensação de deserto, de nudez, de desumano, quase um ermo, sem fervilhar de gente. Dentro de algumas gerações, Brasília será decerto uma grande cidade: de momento, parece um terreiro imenso esparsamente povoado de caixas imensas, de cimento e vidro, onde funcionam repartições públicas ou hotéis.

Ao fundo, é o Palácio da Alvorada, junto ao grande lago artificial que cerca Brasília. Aí me recebe o Presidente Castelo Branco. Homem baixo, miúdo, mas sólido, sereno, e que é chefe sem timidez e sem titubear. Entrego-lhe as insígnias do Grande Colar da Ordem do Infante. Fica claramente emocionado, e cativado. Pede-me depois para expor toda a política portuguesa em África. Faço-o mais concentradamente do que no Itamaraty. Castelo Branco, ainda que sem se comprometer a fundo, é muito mais compreensivo do que Vasco da Cunha, e entende muito melhor como na África portuguesa se podem jogar interesses brasileiros, tanto políticos e económicos como estratégicos. Passamos depois, através de corredores e terraços, à sala de almoço. E que é o Palácio da Alvorada? Um aglomerado de paredes, de quadras vazias, de espaços geométricos, de móveis feitos ontem e dispostos hoje, inspirando gelo, nudez e desconforto. *Está-se* ali; *fala-se* ali — mas será insuportável *viver* ali. Abandona-se Brasília como se abandona qualquer coisa que, sem passado e sem presente, apenas tem significado porque nós *intelectualmente* lhe atribuímos um futuro. Brasília *está*, não *é*. Apenas a proximidade do lago parece dar-lhe alguma frescura e alguma vida.

Rio de Janeiro, 10 de Junho — Regressar ao Rio é remergulhar no caos, na confusão, na exuberância, e também no fascínio da vida, no sortilégio do que é humano, no choque de egoísmos, na luta do ódio ou do amor, no jogo dos sentimentos em suma. Sinto isto intensamente quando chego ao cais Faroux, e atravesso a praça aberta há pouco. Ali foi erguida a estátua de bronze de D. João VI, oferecida por nós para vincar o IV centenário da fundação do Rio de Janeiro pelos portugueses. Na praça, contingentes das Forças Armadas brasileiras e, em torno, multidão compacta. Carlos Lacerda, governador de Guanabara, e os seus áulicos, comparecem para aceitar a oferta do governo de Lisboa. Discurso eu, a entregar a estátua; e discursa Carlos Lacerda, a aceitá-la. Finda a cerimónia, quando me dirijo ao automóvel, oiço um brasileiro de entre a multidão dizer para outro: «*afi-*

nal, o português de Portugal, quando é bem falado e bem pronunciado, é muito bonito, muito mais bonito do que o nosso».

À noite, sessão solene no Gabinete Português de Leitura. Entro ali como no templo da portugalidade em terra alheia: é a maior biblioteca privada da América Latina; os deuses tutelares são as figuras mestras da nacionalidade portuguesa; e entre as jóias de que é proprietário o Gabinete, estão uma primeira edição dos *Lusíadas* e o manuscrito do *Amor de Perdição*. Para um português que tenha selado pacto com a sua terra, e só com a sua terra, não é possível entrar no Gabinete sem emoção, sem recolhimento, e sem curvar o seu espírito como perante um altar. E hoje mais uma vez abriu as portas o Gabinete para uma das suas grandes noites. É Dia de Camões e Dia de Portugal. Vem o chefe do Estado brasileiro, Marechal Castelo Branco, e preside. É em seu nome que abro a sessão, que dou a palavra aos oradores, que encerro a cerimónia. Há aqui uma projecção portuguesa, a expressão de um vínculo que está para além das contingências, uma afirmação de universalismo lusíada, que só podem ser indiferentes aos que não sentirem Portugal. E como explicar isto à ONU, e como podem os afro-asiáticos, ou os americanos, ou mesmo os portugueses tecnocratas, entender isto? E se entendessem — que valor lhe atribuiriam?

Rio de Janeiro, 13 de Junho — Banquete na Embaixada em honra de Vasco da Cunha e Carlos Lacerda e suas mulheres. Minha mulher e eu fazemos as honras da casa. De Portugal, é a melhor, a mais sumptuosa, a mais imponente embaixada no Rio, de longe. Novos discursos. A imprensa do Rio zurziu Vasco da Cunha: acusam-no de ter usado, no seu discurso do Itamaraty, uma linguagem incolor e de haver falado como se se dirigisse a um ministro belga, ou da Ordem de Malta. Desabaram torrentes de críticas sobre o Itamaraty. O próprio *Jornal do Brasil*, da Condessa de Pereira Carneiro, e o *Globo*, dos Marinhos, vergastam o chanceler brasileiro. Este mandou-me perguntar se na embaixada, ao saudá-lo, eu poderia fazer um discurso de substância. Respondi que sim, se a réplica dele estivesse à altura e fosse no mesmo tom. Assim se combinou. Então evoquei à noite o multirracialismo, a integração cultural, os direitos humanos, os espaços luso-brasileiros pelo mundo, e assim por diante, sem jamais pronunciar a palavra «*África*». Vasco da Cunha não cumpriu bem o combinado: foi equívoco, fugidio, tortuoso, ambíguo, sentimental e não político, literário e não substancioso: mas foram salvas as aparências.

Rio de Janeiro, 14 de Junho — Ainda estou com o presidente Castelo Branco nas comemorações da batalha de Riachuelo, na revista naval, no almoço do ministério da Marinha. Inteiramente absorvido em ambiente brasileiro. Conheço oficiais e políticos, e o general Costa e Silva é a figura que parece emergir como homem forte actual, e acaso no futuro também. E como são uns para os outros os brasileiros de alto nível? Afáveis, alegres, de boa disposição, espalhando uma atmosfera onde está tudo bem; mas formais, cerimoniosos, cumpridores do mesmo ritual social; e atentos às hierarquias que separam as classes, bem distintas na sociedade carioca. Para Portugal, ainda muitos sentem um complexo colonial histórico. Mas cada brasileiro que nos fala logo exibe pressuroso laços com os portugueses: ou tem antepassados que eram de Arouca ou de Braga, ou tem parentes no Minho, ou viveu em Lisboa ou Porto por anos, e assim por diante. Tudo isto é emotivo, literário, lírico — mas quando se passa à substância dos problemas, então ressurge o complexo histórico. E quase não se dá um passo.

Washington, 18 de Junho — Grande almoço no Departamento de Estado, oferecido por Dean Rusk. Estão os grandes nomes da política externa e da defesa dos Estados Unidos: Robert MacNamara, Cleveland, Rostov, Thompson, outros ainda. Acompanha-me Vasco Garin. Três fundas preocupações atormentam estes americanos: o funcionamento irresponsável da ONU, a reacção da América Latina ao desembarque americano na República Dominicana, e o drama no Vietname. Torno ao Departamento de Estado ao fim da tarde. Mais três horas de conversas com Dean Rusk. Assiste George Ball. Tudo decorre como entre amigos já íntimos de longa data, e que procuram entre si resolver problemas complexos. Atmosfera consideravelmente mais favorável a Portugal. Dir-se-ia que os Estados Unidos começam a sentir que, se não apoiarem os amigos, acabam por ter apenas inimigos.

Nova Iorque, 27 de Junho — Alguns dias para uma rotina: contactos na ONU, conferências de imprensa, debates no *Council on Foreign Relations,* etc. Fico com uma impressão: começa a surgir uma fadiga, um enfado com os afro-asiáticos: nada os satisfaz, nada está bem, têm razão em tudo, ninguém tem razão em nada, tudo lhes é devido, e só eles são juízes do bem e do mal. Nestes fins de Junho, já se abafa de calor húmido em Nova Iorque.

Lisboa, 29 de Junho — É sempre com a mais amarga relutância que regresso a Lisboa: venho aqui encontrar as intrigas, as invejas, os ódios, as divisões por motivos pessoais, que tudo envenenam, e que consomem energias que podiam ser melhor empregues. Isto é particularmente doloroso quando, havendo passado três semanas a trabalhar no plano nacional, já me tinha mesmo esquecido de toda aquela lama.

Lisboa, 1 de Julho — Durante quatro horas densas relato ao chefe do governo quanto se passou no Rio, em Brasília, em Washington e Nova Iorque. Presidente do Conselho, por seu turno, descreve os acontecimentos principais durante a minha ausência. Ponto de mais interesse: a estadia de Tschombé em Lisboa para se avistar com Salazar. Conversa à noite, desde as dez horas até quase à uma da manhã. Salazar conta todas as minúcias. Como lhe pareceu o congolês? *«Bem, muito bem informado, sensato, realista, lúcido e compreendendo que a orientação actual vai conduzir a África a um novo colonialismo muito pior do que o de hoje»*. E remata: *«Gostei do homem. Olhe, promovi-o a branco»*.

Lisboa, 3 de Julho — Luís Teixeira Pinto vem contar-me: alguns meios consideram que a nossa política externa está *«marcando passo»;* a minha posição já não era inatacável como há um ano; houve forças que quiseram diminuir ou limitar a projecção da minha visita ao Brasil, muitos alegando que correu mal; os americanos estão a espalhar que, tanto que eu continue ministro dos Estrangeiros, não há possibilidade de entendimento com Portugal, e alguns cá dentro parecem acreditar. Luís aconselha-me a fazer uma conferência pública formal, articulando de novo a nossa política externa.

Lisboa, 7 de Julho — Kasavubu (Presidente congolês) demitiu Monongo, ministro do Interior e nosso fiel amigo no governo congolês. Será o prenúncio da demissão de Tschombé? (Há 3 ou 4 dias, nós e Tschombé *desmentimos* que este jamais houvesse vindo a Portugal. Desmentido feito informalmente, sem emanar do governo. A chamada mentira diplomática, mais para bem de Tschombé do que nosso.) Por outro lado, em Léopoldville, foi revelada com pormenores a intervenção da nossa gente no *«golpe de Estado»* contra Holden. Revelação feita numa reunião com a imprensa.

Continuamos em dificuldades com a Alemanha: não chegamos a acordo sobre a fórmula que cobrirá o fornecimento de aviões e outro material de guerra a Portugal: os alemães desejam que assinemos o compromisso de que não utilizaremos em África esse material: nós reivindicamos completa liberdade. Canadianos, que vendem algum material militar à Alemanha, é que fazem junto desta uma tremenda pressão para que não ceda aos desejos portugueses. Julgarão os canadianos que, no desfazer de feira em África, alguém lhes atirará um osso para roerem? Nem isso terão.

Lisboa, 12 de Julho — Salazar confidencia-me que não haverá remodelação ministerial antes das eleições parlamentares. Falou-me de projectos para Setembro e Outubro; e deseja que eu faça uma conferência no Porto. Salientei a necessidade de ele entregar aos arquivos do ministério dos Estrangeiros a correspondência trocada com embaixadores portugueses, e com políticos estrangeiros. «*Sim*», diz o chefe do governo, «*tenho de tratar disso antes de me retirar ou morrer. Pode vir para aí alguém que não dê valor aos documentos e cartas, e até podem pegar fogo a tudo isto*» — e apontou a casa, num largo gesto em roda. Como eu me sorri, disse: «*Vai ver*».

Lisboa, 15 de Julho — Boatos de política interna: numa próxima remodelação ministerial, Kaúlza de Arriaga entraria no governo; Venâncio Deslandes estaria subindo, apoiado por Santos Costa; o embaixador Anderson andava pelos Açores a excitar a opinião pública contra o governo e até *contra* Portugal, dentro da obsessão americana de, por uma forma ou outra, se apoderarem do arquipélago. Telefonei ao ministro do Interior e disse-lhe que, em minha opinião, deveríamos deixar entrar Jorge Amado em Portugal: Jorge Amado *proibido* é pior e mais perigoso do que Jorge Amado *autorizado*.

Lisboa, 17 de Julho — Gilpatric passa por Lisboa, e tivemos longa conversa. Sempre muito correcto e muito franco. Afirmações mais significativas: MacNamara está cansado, exausto, sentindo-se física e mentalmente incapaz de tomar as decisões requeridas pela gravidade da situação; é seguro que até ao fim do ano Rusk abandonará o Departamento de Estado, tendo já solicitado um lugar na Fundação Rockefeller, para o que se dirigiu a John

MacLoy; indicam-se os nomes de Bundy e Ball para substituir Rusk, além do de Dillon; Stevenson, se não morre, iria apresentar a sua demissão dentro de pouco; e o presidente Johnson continua a tratar de um só assunto de cada vez, o que constitui um grave problema nacional americano, e até internacional. Dean Acheson, o antigo secretário de Estado, continua a ser muito nosso amigo, e defendeu há pouco, perante Johnson, a necessidade de os Estados Unidos apoiarem a Europa sem cuidarem do Terceiro Mundo; mas Johnson só quis discutir o Vietname.

Chegámos a acordo com a Alemanha: esta aceitou praticamente a fórmula portuguesa. Ponto básico é que o material só poderá ser usado para fins de defesa — e isso nos basta.

•

Lisboa, 19 de Julho — Em resposta a uma pergunta da revista *Jours de France*, Salazar vergasta os *progressistas*, a democracia cristã, a nova política da Igreja. Como eu mostrasse receio da reacção, o chefe do governo disse que as suas considerações ainda ficavam muito aquém do que um dia haveria de dizer. Depois textualmente: «*Os nossos bispos estão a desaparecer. Têm quase todos setenta anos, ou perto. Quando desaparecerem, ficam os novos padres, os progressistas, sem disciplina, e desenvolvendo aquela actividade caótica e sem freio que é própria de todo aquele que de repente se sente solto da disciplina a que estava submetido. Vai ser uma tragédia. Estamos como no tempo das lutas entre o Império e o Papado. Este Papa Paulo VI vai ser um papa mártir: não no sentido de que o matem: mas no sentido espiritual, de sofrimento pela crise em que está mergulhando a Igreja. Daqui a quinze anos há-de haver outro Papa que reporá as coisas. Mas eu já não verei nada disso*».

•

Lisboa, 21 de Julho — Mais uma reunião com os directores dos jornais diários de Lisboa e da província. Falei-lhes abertamente e, sobre os temas de que me ocupei (foram os principais), não lhes oculto nenhum ângulo, por mais secreto que fosse. Não me digam que não estão informados da política externa do governo.

Lisboa, 25 de Julho — Reeleito o Presidente Thomaz.

Lisboa, 29 de Julho — Em tom ansioso e perturbado, o embaixador dos Estados Unidos pede-me para ser recebido com urgência. Marco-lhe o meio-dia. Por entre os seus nervos, Anderson diz-me que recebera instruções para informar o governo português de que, às 19 horas e 30 (hora de Lisboa), o presidente Johnson fará em Washington uma comunicação anunciando o envio de mais 50 000 homens para o Vietname, e o envio ulterior de mais homens e material, consoante necessário. Anderson acentuou a gravidade da comunicação que acabava de me fazer. Agradeci, e disse-lhe que entendia bem toda a seriedade e importância do assunto. Fazendo comentários a título pessoal, Anderson acrescentou que, se fosse ele a decidir, e no caso de intervenção chinesa, bombardearia imediatamente as instalações nucleares chinesas. E disse mais que, visto o problema à distância de alguns anos, não havia dúvida de que fora um erro expulsar os franceses da Indochina. Concordei. E comentei por meu lado que igual erro se praticara na Argélia. Conclui: oxalá o embaixador não venha também um dia a pensar que foi um erro *expulsar os portugueses* de África. Anderson sorriu, não disse nada, e no seu silêncio eu li concordância.

Lisboa, 30 de Julho — Tomada a decisão de estabelecer relações diplomáticas com a Roménia. Resta saber se Bucareste aceitará. Falando de Portugal com profunda emoção, comenta o chefe do governo: «*No meio do mar dos interesses e das forças internacionais, o nosso barquinho é uma casca de nós, e precisamos de estar muito atentos e de trabalhar intensamente para que se não afunde*». De novo falou das suas preocupações quanto à orientação da Igreja a propósito de uma recente conversa de António Faria com Samoré. Dessa conversa se conclui que o Papa terá já tomado a sua decisão de ir às Nações Unidas.

Lisboa, 1 de Agosto — Tarde em casa do Presidente da República. Estão vários dos que giram em torno do Chefe do Estado. Falou-se do jornal *Agora*, e foi dito que a extrema-direita se propõe desencadear uma campanha contra o *New York Times*, exigir a expulsão da correspondente em Lisboa, e ao mesmo tempo atacar-me, ainda que indirectamente. À noite, telefona-me o Luís Teixeira Pinto, e curiosamente diz a mesma coisa. Que país! Ocorre-me mais uma vez o dito de Sócrates: a gente faz o que deve, e a pátria o que costuma.

Lisboa, 5 de Agosto — Ontem o Presidente do Conselho tornou ao Papa e à atitude da Igreja. *«Este Papa vai ser um Papa sacrificado»*, repete. Tem por inevitável um choque, em Portugal e noutros países, entre o poder político e a Igreja. Entre nós, o clero não obedece aos Bispos, nem ao Cardeal; e o sentimento dos *«progressistas»* é que o Bispo do Porto, D. António, e o bispo da Beira, D. Sebastião, constituem os verdadeiros representantes da Igreja portuguesa.

Mais uma conferência de imprensa no Ministério. Ocupei-me a fundo, julgo que pela primeira vez, do conjunto das relações luso-brasileiras. Penso que nenhum problema ficou por enunciar, e os brasileiros ficam na posição de aceitar — ou de recusar. Mas não acalento ilusões por aí além: com o Brasil tudo é tão difícil, que tudo se perde. E não vão aceitar — nem recusar.

Lisboa, 10 de Agosto — Três horas de dura conversa com Lahr, o secretário de Estado alemão, que o governo de Bona despachou a Lisboa para explicar as dificuldades germânicas. Tese de Lahr: por causa do *terceiro mundo,* que pode reconhecer o regime de Ulbricht na Alemanha de Leste, a República Federal tem de ser muito cuidadosa, e não dar passo que possa irritar aquele, porque considera o seu apoio como fundamental para se conseguir a reunificação da Alemanha; e como a política portuguesa em África enfurece o *terceiro mundo,* Bona tem de ter a maior cautela no apoio que concede, e quer continuar a conceder a Portugal. Pavor alemão: que armas fabricadas na República Federal sejam encontradas na África Portuguesa. Rebati a tese alemã. Havíamos concedido à República Federal o uso de uma base militar em território português, e por esse facto havia aumentado o perigo de sermos atacados; se nós sofríamos riscos pela defesa da Alemanha, era também justo que esta os sofresse por nós; e em qualquer caso todo o mundo exportava armas para África, e nós próprios as encomendávamos de todas as proveniências. E depois não era com o apoio ou a oposição do *terceiro mundo* que o sonho da reunificação, aliás inteiramente legítimo, daria um passo para diante — ou para trás. Fica-me a sensação de que sentiu serem justos os meus argumentos o Secretário de Estado.

Presidente do Conselho diz-me que as minhas declarações sobre o Brasil haviam causado no país uma impressão profunda, e favorável. Por outro lado, na outra margem do Atlântico, Afonso Arinos, o homem que se sente vergado ao peso da sua intelectualidade genial, vergasta-me com um violento ataque. Ao que depreendo, e sem eu dar por isso, estou a arrastar

o Brasil para uma guerra de estremecer o mundo. Mas Carlos Lacerda telegrafa-me as suas felicitações e o seu aplauso entusiástico. São difíceis — os brasileiros.

Lisboa, 13 de Agosto — Diário da Manhã publica um ataque violento contra Arthur Goldberg, que substitui Stevenson como embaixador americano na ONU. Anderson protesta, e diz que a censura deveria ter impedido o artigo. Falo com Barradas de Oliveira, e mais uma vez peço a sua atenção para a necessidade de moderar a extrema-direita. Quando digo a Salazar que Anderson invocou a censura, o chefe do governo resolve o argumento: *«sim, sem dúvida, mas a censura existe para proteger os interesses portugueses e não os interesses americanos»*.

Depois é Archibald Ross que vem repisar a questão da Rodésia. Não querem os ingleses que reconheçamos ou recebamos um qualquer representante rodesiano, se este tiver estatuto que não goze do acordo do governo de Sua Majestade. Considerariam o facto incompatível com a nossa admissão de que a responsabilidade por negócios externos da Rodésia pertence a Londres. Ross diz que poderia surgir uma situação grave, muito difícil. Reagi como há dias: não podíamos abdicar nem abdicávamos da nossa liberdade e autonomia de julgamento. Além do mais, não queríamos ser envolvidos no assunto.

Lisboa, 16 de Agosto — Intrigas e mais intrigas do lado de Espanha a propósito do assassinato de Humberto Delgado. Insinuações não têm conta, mas não exibem provas, porque as ocultam com fins misteriosos, ou não as possuem; e inculcam a ideia de que não descobrem mais porque as nossas autoridades não colaboram o bastante. Cada vez sinto mais esta convicção: os espanhóis apoiavam-nos na questão de África na esperança de que o nosso empenhamento nos devia conduzir à catástrofe; uma vez que esta não se produziu, nem parece produzir-se, há que retirar esse apoio como quem retira a rede ao acrobata no circo; o episódio Delgado, devidamente explorado, pode destruir o regime em Lisboa e com este a política de África; e sem África — talvez adeus Portugal.

Lisboa, 19 de Agosto — Aproxima-se um conflito de tomo entre a Inglaterra e nós. Ainda a questão da Rodésia. Em certo sentido, pode

afirmar-se que é histórico este choque. Foi tendo como objectivo a Rodésia, o antigo reino de Barotze, que nós desenhamos o *mapa-cor-de-rosa* e, por via deste, fomos fustigados com o ultimatum britânico. Repete-se a história com uma semelhança que apenas a idade e o estudo nos fazem apreender cada vez com mais clareza; e a luta que hoje travamos em África, em termos políticos, sociológicos, culturais, económicos e estratégicos, é a continuação, é rigorosamente a continuação da que travámos há duzentos anos. Acontece que a nossa opinião pública não se apercebe disso. E quando apontamos a alguns esta realidade, encolhem os ombros, e sorrindo superiormente dizem: os tempos são outros. Para os coevos, os tempos são sempre outros. Julgam que a vida começa com eles — mas não aceitam que também acabe com eles. Esta é muito particularmente a visão dos tecnocratas: dois e dois são sempre iguais e são sempre quatro, seja em Portugal, na Suécia ou na China: e o passado de uma Nação, as coordenadas da sua vida, o seu espírito, a sua alma — tudo isto, para eles, é léria, é palavreado.

Ambiente político interno parece confuso, pelo menos para mim. Há uns quantos que, por despeito ou ressentimento, se afastam, e fazem sorrisos às oposições, depois de haverem servido o regime com devoção reverencial e batendo no peito. Há nas hostes governamentais alguma inquietação quanto ao próximo acto eleitoral. Castro Fernandes dá agora a orientação política ao *Diário da Manhã*. Vamos a ver se o jornal passa a ser mais rasgado, menos medieval.

Lisboa, 24 de Agosto — Recebi Alexander Mackinsky, de família russa principesca, e que me pareceu personagem tão complexo como aliciante. Não oculta a sua origem russa, mas tem hoje nacionalidade americana; fala com primor o francês e o inglês; e representa a *Coca-Cola* em França. Voltou agora de Angola e Moçambique: magnificamente impressionado com tudo o que observou. Apontou uma dificuldade que é um perigo: que destino dar aos estudantes liceais negros que estamos lançando aos milhares? Propõe: ou retardar por alguns anos a educação liceal, ou aumentar os investimentos de modo a absorver os estudantes em novos empregos. Mackinsky esteve muitos anos na Fundação Rockefeller (e dai a amizade que diz ligá-lo a Dean Rusk), pertence ao *Council on Foreign Relations*. Surge em toda a parte onde há crises políticas, conhece toda a gente de consequência, discute todos os problemas e examina-os sob um ângulo novo ou tem uma infor-

mação nova, e não se afigura haver no mundo um sítio que não lhe seja familiar, desde Washington a Samarkande. Para além do que é confessado, que haverá mais neste personagem e quem representará? Afirma ter sido grande amigo de Eisenhower, com quem cortou relações por ocasião do drama do Suez. Do aeroporto de Nova Iorque, pouco antes de partir para Paris, Mackinsky telefonou a Eisenhower numa última tentativa de prevenir uma brutalidade americana. Mas Eisenhower, exasperado e fora de si, ter-lhe-ia replicado: «*No momento em que a Rússia está à beira do colapso, em que a Hungria se vai libertar, em que os russos estão impotentes para ocupar e dominar os húngaros, em que o Cardeal Mydzenty poderá em breve ser o Primeiro-Ministro da Hungria — em tal momento é que os loucos dos franceses e ingleses comprometem a sua posição moral perante o mundo atacando Suez*». Comenta agora Mackinsky: «*isto foi-me dito assim: e prova quanto os americanos fundamentam a sua política em erros de visão e em erros de julgamento*».

Conversa com os ministros do Interior e da Justiça sobre o assassinato de Delgado. Ambos reclamam contra a atitude das autoridades espanholas, que classificam de dúplice e hostil, e que se diria pretender assentar sobre autoridades portuguesas a culpa do crime, sem que no entanto apresentem uma prova, ou sequer um indício. Informam-me os ministros de que os Drs. Abranches Ferrão e Mário Soares pediram a trasladação dos corpos.

Lisboa, 25 de Agosto — Trabalho no Forte do Estoril com o chefe do governo. Conversámos e conversámos sobre o problema ultramarino e a nossa posição internacional. Sobre a luta em África, diz Salazar: «*A verdade é que os nossos militares não se têm batido completamente bem, salvo excepções, é claro. Não. Talvez apenas o Schulz na Guiné. Aí tem havido muita pancada. Mas em Moçambique ainda não se meteram bem dentro do assunto. E em Angola andam muito de um lado para o outro, estão sempre a contar as tropas, mas não se atiram aonde o inimigo se encontra*». Sobre a situação política interna: «*As oposições, está claro, fazem o jogo americano. É o dinheiro, são os whiskies americanos. Mas há pessoas isentas, de responsabilidade e até da situação, que também vão nas mesmas ideias. Dizem que tudo se resolveria se proferisse uma palavra, uma palavrinha mágica: a de que oportunamente encararíamos a independência de Angola e Moçambique. Se disséssemos isso, tudo se resolveria. Pois têm*

razão: tudo se resolveria, na verdade, por perda e abandono. Mas tenho receio, temos de caminhar mais depressa. Tenho medo que aqui se perca a paciência. E temos de baratear a guerra, se não esgotamo-nos, e não aguentamos. E aqui dentro não se teria paciência». Alude de passagem à Causa Monárquica: «*Calcule que alguns responsáveis, no manifesto dos novos dirigentes, queriam que se fizesse uma referência aos novos tempos, às novas condições, etc. Quase se referiam aos ventos da história. Depois lá reflectiram e retiraram o parágrafo*». Quanto aos americanos, Salazar pensa que não vale a pena tentar negociar o uso da base dos Açores nem o Loran-C: de momento nada se conseguiria.

Lisboa, 27 de Agosto — De um apontamento de conversa entre o Primeiro-Ministro Ian Smith e o nosso homem em Salisbury, Freitas Cruz: «*Estamos prontos à independência unilateral*», diz Smith, «*mas precisamos de saber se Portugal vai connosco até ao fim e está disposto a correr connosco todos os riscos. Declararemos a independência quando Portugal achar mais conveniente*». É claro que no mundo ninguém quer saber dos rodesianos para nada, sejam brancos ou pretos, nem dos interesses portugueses; e só contam os interesses das grandes potências. Fingem, é evidente, que tudo é feito para nosso bem, e para nos ajudar a sair das dificuldades, que são aliás suscitadas pelos grandes da terra; e, a ouvi-los, até lhes deveríamos ficar gratíssimos. Esta questão da Rodésia é das mais difíceis que se nos deparou. Que devemos fazer? Encorajar a Rodésia, levá-la à independência, reconhecê-la? Que fará a Inglaterra? Que represálias? A verdade é que da Inglaterra, neste caso, nada temos a esperar. Da Rodésia sempre poderemos, se sobreviver, esperar alguma coisa. Não vejo que a Inglaterra nos queira fazer muita mossa; e de modo nenhum penso que nos dirija qualquer ultimatum como em 1890. E se a Rodésia desaparece? Então perderemos 250 000 amigos dispostos a bater-se, que tantos são os brancos rodesianos; e ficamos com os flancos interiores de Angola e Moçambique abertos à infiltração. Se queremos continuar em África, teremos de *aguentar*, e de nos encostar aos que querem ficar em África. Todo este problema dá-me bem a noção da continuidade histórica da nação portuguesa. Tivemos um choque com a Inglaterra por causa daquela região, estamos a tê-lo outra vez, e pelo mesmo motivo. Em todo este assunto, Salazar não tem tomado uma posição absolutamente clara: noto hesitação, receio, insegurança no julgamento da situação. Penso que, como qualquer chefe político, me dei-

xará a mim a responsabilidade pública e política do que acontecer — para que eu possa ser sacrificado se as coisas correrem mal, e assim aplacar as forças e os países que houver de aplacar. Também ainda não sabemos o que fará a África do Sul.

Lisboa, 1 de Setembro — Conversa miudinha com Freitas Cruz, chegado de Salisbury. Confirma que Smith está disposto a ir para a independência unilaterial, se necessário. À tarde, longa entrevista com Benoy, secretário-geral do MNE da Rodésia: afirma que se torna necessário darmos a nossa concordância explícita à designação de «*diplomático*» aplicada ao representante rodesiano em Lisboa, sob pena de os ingleses dizerem que Portugal não o aceita. Neste ponto, creio que poderemos satisfazer os rodesianos sem risco excessivo de uma retaliação britânica.

Lisboa, 3 de Setembro — Verdadeira guerra entre a Índia e o Paquistão, por causa de Kashmir. Não julgo, no entanto, que a luta actual se agrave, e que degenere num conflito de morte e sem mercê entre os dois países. E veio Anderson, e mais o seu plano eterno para resolver o nosso problema ultramarino. Em que consiste? Na realização de um plebiscito (nos termos exigidos pela ONU, é claro); num acordo com os africanos para acabar com a «*guerrilha*» (que supõe uma nossa declaração de intenções quanto à independência); ajuda internacional para desenvolver os territórios. Isto — e entregar o Ultramar é o mesmo. Não sei se Anderson é ingénuo, ou me toma por ingénuo. Não me exaltei com o plano: disse-lhe sem pestanejar que o iria estudar.

Lisboa, 8 de Setembro — Paulo VI anunciou que se desloca à ONU, em 4 de Outubro, para fazer um apelo à Paz. Será interessante ver como sustentará o Vaticano o carácter religioso da viagem. Por outro lado, correm rumores de que Vasco da Cunha abandonará o Itamaraty e será substituído por Juracy Magalhães, antigo governador da Baía e actual embaixador em Washington. Bom para nós? Mau? E Lisboa fervilha de boatos sobre o *caso Delgado:* um inquérito internacional teria concluído pela responsabilidade ou pelo menos a cumplicidade portuguesa. Mas os rumores não passam de rumores: não houve qualquer inquérito.

Lisboa, 15 de Setembro — O *Observer*, de Londres, sugere que, se Portugal reconhecer estatuto diplomático ao representante rodesiano, deverá o Reino Unido suspender relações com o governo de Lisboa; e pergunta se seria para nós agradável que a Inglaterra reconhecesse estatuto diplomático aos representantes em Londres dos movimentos rebeldes angolanos. Decerto: não. Mas não há analogia nas situações: nós dizemos que Angola é Portugal e não se destina à independência; a Inglaterra diz que a Rodésia não é Inglaterra e se destina à independência. Mas a tese do *Observer* faz parte de uma campanha de intriga e intimidação para ver se entramos em pânico. Convoquei os elementos principais do corpo diplomático acreditado em Lisboa, e explico-lhes a situação. Entretanto, o representante rodesiano chegou hoje. No aeroporto, jornalistas, rádio, televisão, etc. Um hábil jornalista britânico perguntou à queima-roupa a um jovem secretário do Protocolo português de quem é que estava à espera. Respondeu o imprudente secretário: aguardava o «*chefe da missão diplomática rodesiana*». Ardeu Tróia! Logo me telefonou o inglês, furioso, de cabeça transtornada, e reclama contra a frase do secretário; e nisso houve que lhe dar razão. Depois são as agências internacionais, os correspondentes estrangeiros, a assediar o ministério. Em Londres, o gesto português é tomado ou apresentado como «*aviso sério*» aos ingleses. Aproveitei o exagero, e por minha vez peço explicações ao embaixador inglês, que me afirmou ir negar imediatamente o boato. Simultaneamente, dirijo uma circular às nossas missões nos países da NATO, onde a Inglaterra levantou o problema, a repor a verdade da situação: o representante rodesiano é aceite em Lisboa sem estatuto diplomático formal embora se lhe dispensem as cortesias e os privilégios habituais a enviados estrangeiros. Em suma, uma monumental trapalhada.

Jantar em casa de António de Sousa Lara. Presentes Nicolau Franco, antigo embaixador de Espanha em Portugal, e sua mulher. Franco não se acanha de me dizer que o actual embaixador espanhol é nosso inimigo figadal, e que toda a embaixada de Espanha trabalha com a oposição. Não senti surpresa. De Espanha, nada nos deve surpreender.

Lisboa, 18 de Setembro — A China dirigiu à Índia o que virtualmente constitui um ultimatum, e o encarregado de negócios do Paquistão pediu a ajuda portuguesa contra a Índia: solicita a venda de armamento, pretende a intervenção oficial de Salazar junto do general Franco para que

este ceda material de guerra espanhol, e empenha-se em que Portugal não se curve perante pressões americanas destinadas a evitar que o Paquistão receba auxilio. Por outro lado, o encarregado de negócios entregou-me uma lista do material de que necessita Karachi, e que remeti ao general Gomes de Araújo; e este diz-me que um extenso comboio de camiões, carregados de material de guerra e vindo de Espanha, está a caminho de Portugal, onde será aguardado por aviões da Sabena, fretados pelo Paquistão e que o transportarão para Karachi. Salazar não quis até agora intervir.

Jornais ingleses de ontem admitem, pela primeira vez, que tem sido mal conduzida pela Inglaterra a questão do representante rodesiano em Lisboa. Para o *Spectator,* as ameaças britânicas apenas divertirão os portugueses; o *Daily Telegraph* afirma ser compreensível a atitude portuguesa depois da que a Grã-Bretanha assumiu no caso de Goa e em virtude das constantes críticas de Londres à política ultramarina portuguesa; e uns e outros aceitam que os portugueses devam sentir agora «*muito prazer*» em dizer «*não*» à Inglaterra. Alguma imprensa inglesa afirma ainda que, no fundo, nós não queremos a declaração unilateral de independência da Rodésia. Em suma, nesta questão ou nós ou os ingleses hão-de ter surpresas, ou ambos.

Lisboa, 20 de Setembro — Morre D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora. Anteontem, em resposta a uma carta minha pedindo notícias, enviara-me um telegrama dizendo que sentia boas melhoras. Desaparece um homem eminente e raro: pelo fulgor da sua inteligência, pela pureza da sua fé, pela elevação do seu misticismo, pela nobreza do seu carácter, pelo universalismo da sua cultura. Morte esta que constitui um prejuízo para Portugal.

Lisboa, 22 de Setembro — Índia e Paquistão aceitaram o *cessar-fogo* decretado pelo Conselho de Segurança. Isto significa: que o Paquistão não se sente com ânimo de impor à Índia a sua vontade; que a Índia tem receio do Paquistão e da China; que os Estados Unidos e a Rússia estão de acordo em suprimir o conflito indo-paquistanês; que a China não se julga forte o bastante para apoiar a fundo o Paquistão, caso em que este não aceitaria um *cessar-fogo* que lhe é nefasto; e finalmente que as Nações Unidas se prestigiam na medida em que são obedecidas por duas potências importantes. Este último ponto não nos convém de todo.

Lisboa, 27 de Setembro — Regresso de uma curta visita ao Algarve por convite que Azeredo Perdigão e mulher fizeram a minha mulher e a mim. Azeredo Perdigão é um oposicionista — mas é um homem responsável, um patriota, e tem dos problemas uma visão de homem de Estado.

Ao cair da tarde, recebo Anderson: comunica-me o que classifica de um caso de contrabando: sete aviões B-26 saíram ilegalmente dos Estados Unidos para Tancos, onde foram recebidos por oficiais portugueses da Força Aérea. Um escândalo? Informo-me, e verifico que negociámos de boa-fé com uma firma suíça e pagámos todos os aparelhos. Digo a Anderson que, pura e simplesmente, não devolvíamos os aparelhos. Se não estão contentes os americanos, que reclamem aos suíços.

Lisboa, 29 de Setembro — De partida para Nova Iorque. Digo ao chefe do governo que, no discurso a proferir no plenário da Assembleia Geral da ONU, me proponho naturalmente reafirmar a política portuguesa em África. Fico estupefacto: o Presidente do Conselho replica-me que é melhor não o fazer: porque isso deixará os adversários, e em particular os americanos, na dúvida sobre se ainda seguimos os mesmos princípios. «*Ficam sem saber se evoluímos ou não*». Não compreendi, e parece-me especiosa a justificação.

Nova Iorque, 2 de Outubro — Não pode ser mais viva a excitação: dentro de quarenta e oito horas chega o Papa. Andam como tresloucados os nova-iorquinos: não é emoção de ver e acolher o Vigário de Cristo: é a palpitação, é o delírio de quem vai ver de perto e ter dentro de casa um *fenómeno* julgado próprio e exclusivo da velha Europa.

Nova Iorque, 4 de Outubro — Cidade toda num levante. De minuto a minuto, cadeias de televisão e de rádio difundem notícias sobre a chegada de Paulo VI. Não escapa um pormenor: o que comeu no avião, o que bebeu no avião; dormiu, não dormiu; desceu a escada e sorriu, ou sorriu e desceu a escada; o que falou, como falou, quando falou; e agora, no cortejo tremendo, o Papa comporta-se assim, e assim, e assim. E tudo os locutores comentam de forma a dar a impressão de que, de repente, a América é a terra eleita de Deus, com exclusão de todas as demais; e tudo os americanos

escutam, absorvem, registam, com orgulho, com superioridade, com unção. E a cidade está em pé de guerra: dezenas de milhar de polícias e milhares de guardas nacionais vigiam, defendem, patrulham, ocupam o caminho do Papa, e em todo o percurso enfrentam a multidão, e observam as esquinas, e as janelas dos arranha-céus, e helicópteros com telescópios, voando a baixa altura, passam a pente fino os telhados circunvizinhos. Do meu quarto de hotel, por dois ou três aparelhos de televisão, sigo o progresso de Paulo VI através de Nova Iorque a caminho das Nações Unidas: é uma operação americana de grande envergadura, conduzida com eficiência e precisão, e em que de todos os lados não se excluem objectivos políticos. Depois, fecho a televisão, e sigo para as Nações Unidas.

Na sala da Assembleia e galerias do público não há um espaço vazio. Franzina, frágil, a figura de Paulo VI, na sua sotaina branca, sobe à tribuna e pronuncia o discurso que um mundo ansioso espera. Nada diz Paulo VI de extraordinário, nem podia dizer: consagra a ONU, a que tece um hino; defende o desarmamento; reafirma e proclama o ideal da Paz. Depois do discurso, escutado com reverência e longamente ovacionado, o Papa recebe os delegados no grande salão. Está o poder do mundo no que toca a ministros dos Estrangeiros e embaixadores. À frente da fila que vai cumprimentar o Papa está Jacqueline Kennedy e os seus cunhados Kennedys, Robert e Teddy. Porquê? A que título? Eu nunca vira Jacqueline de muito perto: e agora parece-me bem convencional e bem insignificante. Cumprimento o Santo Padre, e digo que é a segunda vez que tenho essa honra. É amável o Papa: «*Lembro-me perfeitamente e haveremos de ter um terceiro encontro.*» Cruzo-me a seguir com Dean Rusk, que me diz: «*grande dia para a ONU*». E logo com Couve de Murville: «*isto é um episódio efémero*». Em que ficamos?

Nova Iorque, 11 de Outubro — Consoante a ordem de inscrição pronuncio o meu discurso. Concentro-me sobre a crise que a ONU atravessa, e implicitamente faço uma crítica contundente à organização. É uma peça obrigatória, que não faz bem nem mal. Mais importantes são as conversas bilaterais com alguns ministros. Encontro Rusk com feições vincadas e exausto; vejo U Thant, que me falou da colaboração actual das quatro grandes potências, mas não sobre quanto tempo a mesma durará; Castiella, que renovou intensamente a sua amizade devotada sem que eu lho solicitasse; e Vasco da Cunha, o brasileiro, que reafirmou o seu propósito de visitar

Lisboa em Fevereiro. E outros: Khoman, da Tailândia, sempre moderado e amigo; Mongi Slim, da Tunísia, e seu irmão Tayeb, que sob a capa da boa educação não podem ser mais violentos e odiosos; Michael Stewart, tão chocho e banal como intratável; Amintori Fanfani, italiano, espargindo amabilidade, mesuras e concordância com tudo e todos; e os homens da Líbia, do Líbano, do Kuwait — todos mais ou menos funcionários e mais ou menos incolores e indiferentes. Salvo o da Roménia: apurado, correcto, civilizado até ali, e que me pareceu predisposto, ainda que se não comprometesse, ao estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal. Consenti-lo-ão os russos?

Lisboa, 17 de Outubro — Diz-me o Luís Teixeira Pinto que o meu discurso na ONU foi tomado como réplica crítica ao Papa. Voltam a murmulhar alguns meios católicos contra mim. Também é certo que o Luís Teixeira Pinto apenas me traz notícias que me sejam pessoalmente desagradáveis.

Lisboa, 18 de Outubro — Apenas hoje leio mais um manifesto da oposição, publicado há dias. De novo defende a autodeterminação, conduzida por Portugal, *«de maneira a reconquistar-nos prestígio e a boa-vontade da ONU»*. E acusam-nos de estar *«encostados»* à Rodésia e à África do Sul. Quando oiço ou leio coisas destas, fico perplexo. Entregar o Ultramar — para conquistar que prestígio? E o que é e em que se traduz a boa-vontade da ONU? Entregue o Ultramar, e supondo parvamente que isso nos dava prestígio, ficaríamos com esse prestígio para sempre e dele viveríamos? E a boa-vontade da ONU manifestava-se como? Por uma resolução encomiástica? Decerto que seríamos elogiados — porque haveríamos feito o que a ONU queria. E daí? Repetia-se anualmente a resolução laudatória? E isso ajudava a sustentar o povo português? Francamente, equacionar Angola com umas frases hipócritas das Nações Unidas — é tão absurdo que parece não deveria ocorrer a alguém em seu juízo. Mas parece que ocorre.

Lisboa, 21 de Outubro — Onda de protestos, aqui e no Ultramar, contra o manifesto das oposições. No Congo, Tschombé é demitido pelo presidente congolês. É o fim do político catanguês. E veio Anderson de novo insistir pelos aviões B-26: de novo me recusei a aceitar as suas razões.

Lisboa, 23 de Outubro — Marcada para o dia 28 uma reunião do Conselho de Segurança contra Portugal. Mais uma. Começa a ser rotina. Entretanto, Harold Wilson chega a Salisbury: vai convencer os rodesianos brancos a entregarem o seu presente e o seu futuro aos afro-asiáticos.

Nova Iorque, 8 de Novembro — Já suscita interesse menor a reunião do Conselho de Segurança contra Portugal. Poucos jornalistas, escasso público nas galerias; delegados de outros países, esses, ainda são numerosos, acicatados pela curiosidade. E cá temos a Libéria, a Tunísia, a Serra Leoa e Madagáscar a brandir o gládio contra nós, a zurzir-nos com as acusações já puídas pelo tempo e pelo uso. É o ritual: Portugal não cumpre a Carta da ONU, temos câmaras de tortura e conduzimos uma operação planificada de genocídio, ameaçamos a paz e a segurança do Mundo; e o homem da Serra Leoa diz mesmo que andamos pelo mundo a comprar jactos de combate e submarinos, assim como quem se fornece de brinquedos para os filhos pequenos. Não tenho dúvidas no meu espírito de que reduzi a estilhas as barbaridades dos africanos. E até é já fácil fazê-lo: os argumentos são tão ingénuos e as acusações tão descomunais de exagero e extravagância que a sua refutação não é tarefa de monta. Mas isso a nada leva: o problema não é de lei, de lógica, de razão, de justiça, de direito, de dialéctica: é político: e consiste em que umas forças e uns interesses se querem apoderar, no sentido literal do termo, do ultramar português. Mais nada. O resto — é a paisagem do costume.

Nova Iorque, 10 de Novembro — Que tarde e que noite! Em Novembro já anoitece cedo em Nova Iorque, e quando pelas cinco horas quis acender a luz do meu quarto de hotel, verifiquei que a não havia, e presumi fundidas as lâmpadas. Reclamo, e dizem-me que se trata de uma avaria geral. Passa uma hora, passam duas, e não há luz. Sei então que tudo está paralisado em Nova Iorque: os elevadores, o metropolitano, as câmaras frigoríficas da cidade, os hospitais, cinemas, restaurantes, tudo, em suma, que obedece à electricidade, está parado. Mais de dez milhões de pessoas estão às escuras. Nas ruas, apenas os faróis dos automóveis; não há rádio nem televisão; e apenas, em algumas janelas de rés-do-chão, uns quantos cidadãos de espírito cívico penduram os seus rádios de bateria nos parapeitos, e destes ouve-se que não há luz desde a Nova Inglaterra até Filadélfia. Ses-

senta milhões de indivíduos estão assim privados de energia. A pouco e pouco, sabem-se notícias de dramas: muitas dezenas de milhar de pessoas fechadas em elevadores, que se encravam entre dois andares; comboios inteiros do metropolitano parados no túnel entre duas estações, com dramáticas cenas de histerismo e claustrofobia; milhares de litros de sangue humano inutilizado nas câmaras frigoríficas dos hospitais, impossibilitando transfusões que poderiam salvar vidas; milhões de dólares de prejuízo em géneros alimentícios de toda a sorte que, uma vez descongelados, se deterioram em poucas horas; centenas de milhar de pessoas em teatros e cinemas, que de súbito ficaram privadas de meios de transporte para regresso a suas casas; nenhuns restaurantes podem cozinhar alimentos, sofrendo danos por milhões; e quantos moram em arranha-céus não podem obviamente, ainda que sejam rijos e novos, subir quarenta ou cinquenta andares, para mais às escuras. E deixam de funcionar os telefones: com todo o mundo a querer falar ao mesmo tempo, não resistiu a rede.

Felizmente, é apenas num sexto andar o meu quarto. Pelas escadas de serviço, quase às apalpadelas, desço ao largo vestíbulo do hotel: é um amontoado de hóspedes, de pé, sentados, quase deitados pelo chão, a tagarelar, a debicar whisky e cerveja, tudo alumiado somente por meia-dúzia de velas e uma atmosfera que, salvo pela boa disposição, seria a de abrigo subterrâneo em momento de ataque aéreo. Como tenho de compor um discurso para o Conselho de Segurança para amanhã de manhã, pergunto na recepção se me podem fornecer duas ou três velas. Muita pena: estão esgotadas. Saio à rua. Olhando o alto, vêem-se os arranha-céus embutidos contra uma abóbada de névoa forforescente e baça. Pelos passeios, deslocam-se vultos que são sombras e à distância parecem fantasmas, ou a ideia que fazemos dos fantasmas. Dos faróis dos automóveis que avançam lentamente vêm raios de luz que fazem dos passantes uns duendes que vagueiam por ali. Entro numa loja da especialidade, e pergunto se têm lanternas de pilhas. Apresenta-me o caixeiro uma pequena lanterna, como uma lapiseira grossa, própria para bolso, e diz-me: é a última. Compro-a logo. Passo pelo restaurante onde vou regularmente. Jantar? Não há. À luz de uma vela, como umas fatias de pão e um pouco de doce. Está o restaurante cheio de gente a fazer o mesmo. Sigo além. Vou ao Waldorf-Astoria e entro na grande loja de bugigangas já para o Natal. Tem velas? Não das vulgares; mas das grossas como círios das nossas igrejas, e enfeitadas e pintadas, com flores de cera enroscadas, próprias em mesas dispostas para a consoada, dessas tem ainda muitas. Adquiro umas tantas, seis ou sete. Diz-me o homem, com

um sorriso que adivinho na escuridão: «*foi um milagre esta avaria eléctrica, já esgotámos o stock e mandei vir o recheio do armazém; se temos mais umas horas disto, também o esgotaremos*». Com o embrulho das minhas velas regresso ao hotel, ao meu quarto, disponho os círios acesos na escrivaninha de modo a formarem à minha frente um semicírculo — e começo a compor o meu discurso para o Conselho cuja sessão começa dentro de algumas horas. Entretanto, para recolher folhas já escritas e levá-las à dactilógrafa, entra-me no quarto o Mário Lagoa, empunhando uma vela acesa e com outras despontando dos bolsos.

Vai alta já a madrugada, tenho a prosa pronta, quase dealba a aurora, estou exausto — e regressa a electricidade.

Nova Iorque, 11 de Novembro — Repliquei à réplica dos africanos, e respondi a alguns dos membros efectivos do Conselho. Sinto que nunca, como desta vez, reduzi os adversários tanto a pó. Num momento de abandono, após a sessão, vem para mim o secretário-geral, U Thant, e diz-me textualmente: «*Depois deste seu segundo discurso, a única solução decente para o Conselho seria levantar-se, encerrar a sessão, pedir-lhe desculpa e retirar-se cabisbaixo*». Mas nada impedirá o Conselho de votar o que o afro-asiático impuser.

Nova Iorque, 11 de Novembro — Mais tarde. Notícia de sensação desconjuntou as Nações Unidas e a maioria dos delegados: a Rodésia do Sul proclamou a sua independência unilateralmente. Que furor, o dos afro-asiáticos! E o furor do russo! O desconforto de ocidentais bem-pensantes e bem-falantes, seráficos e hagiológicos, no fundo hipócritas por aí além, que escondem sob os altos e impolutos princípios os seus objectivos de negócio, de conquistar mercados para as suas indústrias, e de obter para estas matérias-primas a preços irrisórios. Espectáculo divertido, se não pudesse levar a resultados trágicos.

Em nome dos afro-asiáticos, U Thant convida-me a participar nas reuniões de emergência que o Conselho de Segurança vai dedicar à questão da Rodésia, para decretar sanções, ao que já corre. É grave o convite, e tem mil implicações a sua aceitação ou rejeição. Por mim, acho de recusar. Dada a seriedade da decisão, consulto para Lisboa o chefe do governo. Salazar, depois de também falar no caso ao Presidente da República, concorda

comigo. Comunico a recusa ao secretário-geral. Foi de maravilha o exaspero dos afro-asiáticos: uma bela oportunidade que perdiam de mais uma vez vergastar Portugal.

Quason-Sackey, ministro dos Estrangeiros do Gana e amigo dos meus anos de Londres, veio de urgência a Nova Iorque para o Conselho sobre a Rodésia. Tenho com ele uma conversa aberta. Afirma-me: Harold Wilson foi prevenido das intenções dos rodesianos pelo próprio Ian Smith, está no fundo conluiado com este, e Michael Stewart vem a Nova Iorque, não para levar o Conselho a tomar decisões drásticas, mas para evitar que o faça. É muito capaz de isto ser assim mesmo.

Lisboa, 15 de Novembro — Relato ao Presidente do Conselho o que se desenrolou em Nova Iorque. Naturalmente, Salazar está preocupado com o problema rodesiano: este vai instalar-se na nossa política externa para muito tempo. Falo-lhe depois das eleições de 7 de Novembro que, vistas de longe, me parecem haver corrido satisfatoriamente. Salazar comenta com óbvia amargura: «*calcule que recebi uma carta do Marcello Caetano dizendo-me que considerava as eleições uma mentira colossal. Textual: mentira colossal*». Salazar diz-me isto com um ar perplexo, de quem não entende o que ouve. Eu também recebi uma carta do Marcello Caetano «*felicitando-me vivamente pela minha actuação no Conselho de Segurança*». Mas achei preferível não a mencionar ao chefe do governo.

Lisboa, 16 de Novembro — Conselho de Ministros. Durante uma hora faço a habitual exposição de política externa. Suscita debate o problema da Rodésia: alguns receiam que uma *independência branca* na Rodésia dê ideias semelhantes a Angola e a Moçambique. Salazar combate a analogia.

Como se se tratasse da coisa mais rotineira do mundo, os americanos entregam uma nota em que solicitam novas facilidades nos Açores, incluindo agora as Flores (onde se encontram as instalações francesas). Também nos pede facilidades no Caminho-de-Ferro de Benguela e no porto do Lobito a República da Zâmbia. Tudo sublinha o que deve ser um pensamento fundamental na nossa política externa: temos trunfos de valor na nossa mão, não podemos abandoná-los, e permitem-nos fazer pagar por bom preço os favores que outros desejem de nós. Então não vale a pena manter bem agarradas nas nossas mãos estas cartas?!

Lisboa, 17 de Novembro — Fluida, hesitante, precária a situação na Rodésia. Smith, que tem dado sobejas provas de coragem, parece agora tergiversar e não mostra o arrojo que a sua decisão impõe para não se negar a si própria. Conselho de Segurança adiou *sine die* as suas sessões a ver se se consegue chegar a um acordo que os ocidentais não tenham de *vetar* e os afro-asiáticos possam aceitar.

Ao despedir-me hoje do Presidente do Conselho, perguntei-lhe rotineiramente como tem passado de saúde. Disse-me que não se sentia bem. Comentei que todavia me parecia de muito bom aspecto. Replicou: «*Meu caro senhor, vou vivendo, estou vivo, tenho mesmo de estar vivo. Como quer o senhor que eu morra nos tempos que correm? Mesmo que não queira, tenho de estar vivo*». Proferiu Salazar estas palavras com um misto de seriedade, de amargura, e de ironia jocosa.

Lisboa, 20 de Novembro — Neste momento, segundo as nossas informações, a Rodésia tem reservas de combustível para 65 dias. Por nossa parte, poderemos distrair para Salisbury, imediatamente, cerca de 150 000 toneladas. E depois?

Conselho de Segurança aprova finalmente uma resolução: condena *os rebeldes*, intima a Inglaterra a que ponha termo à independência ilegal, e apoia as sanções limitadas impostas pela Grã-Bretanha. Tudo muito diluído, e inócuo. Smith deve rejubilar. Qual será nisto o jogo britânico e americano? E depois o Conselho aprova também uma resolução contra nós. Reitera as anteriores, pede o boicote a todos produtos portugueses, ao fornecimento de armas, e assim. É mais uma resolução, e mais nada. Abstiveram-se a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda. Isto quer dizer que foi reafirmado o limite além do qual os ocidentais não consentem que os afro-asiáticos se afoitem.

Lisboa, 26 de Novembro — Jantar em casa de Augusto de Castro. Estava um americano, tanto aventureiro como homem de negócios. Disse-me que MacNamara ia ser substituído, por McGeorge Bundy ao que alguns pensam. Johnson teria encarregado Gilpatric de se ocupar do caso da Rodésia. Talvez isto nos possa ser favorável.

Governo decidiu que eu vá a Roma para representar o país na cerimónia de encerramento do Concílio Vaticano II.

Sintra, 27 de Novembro — Fim-de-semana em Sintra, na Quinta da Abelheira. Veio para jantar o Luís Teixeira Pinto. Até às três da madrugada falámos de política e mais de política. Não salvámos positivamente o país, nem a nós próprios; mas caímos a fundo, não propriamente sobre o regime, mas sobre a sociedade portuguesa e muitos dos seus homens.

Lisboa, 28 de Novembro — Li algumas páginas do velho D. Luís da Cunha. Que perspicácia e penetração! Sustenta que a diplomacia só deve ser confiada aos profissionais de carreira; e já nos princípios do século XVIII teve nítida consciência da ligação Angola-Moçambique, e mandava então desenhar o que, sob Barros Gomes e no fim do século XIX, se haveria de chamar o *mapa-cor-de-rosa*. É fascinante ler os textos dos nossos grandes homens, e ver como possuíam uma noção exacta dos interesses nacionais permanentes. E a nossa juventude, mesmo a massa dos portugueses, não os conhecem.

Lisboa, 30 de Novembro — Recebi carta de Gilpatric: escreve vagamente e desculpa-se de nada ainda ter acontecido no campo das relações luso-americanas. E finda por dizer que agora vai ocupar-se da Rodésia e da nova situação criada, em relação à qual seria no interesse dos dois países (Portugal e os Estados Unidos, entenda-se) que os programas e as políticas seguissem linhas paralelas. Eu tomo esta carta como uma notificação, amável e oficiosa, de que os Estados Unidos vão procurar impor a sua política quanto à Rodésia. Quer dizer: destruir a Rodésia primeiro, destruir-nos a nós depois. No último domingo, o artigo do *Observer* é nítido: quem modificar a Rodésia modificará Moçambique e quem modificar Moçambique tirará naquela região «*grandes benefícios políticos*».

Lisboa, 1 de Dezembro — Tropas inglesas e um contingente da RAF para a Zâmbia. Para quê? Intimidar a Rodésia? Ou intimidar-nos a nós? Regressou de Londres o embaixador britânico e vem ver-me. Diz-me: é inconcebível que Smith possa bater Wilson.

Lisboa, 3 de Dezembro — Vou ao Secretário de Informação para ver a fita de David Nasser e de Manzon sobre Portugal. Fico ao lado de Sala-

zar. Este faz contínuos comentários, quase todos favoráveis. De facto, o filme parece admirável. Depois o chefe do governo leva-me no seu carro até à sua residência e continuamos a trabalhar até às 10 horas da noite. E ainda vou a correr jantar à embaixada da Alemanha. Um inferno! Em Adis Abeba, os países africanos perdem a guerra contra a Rodésia. Circulam boatos: aviões de combate sul-africanos estariam presentes na fronteira da Zâmbia. Estou certo de que é falso este rumor. Mas prova a tremenda capacidade de enredo das forças em presença.

Roma, 6 de Dezembro — Almoço na nossa embaixada junto do Vaticano, organizado pelo António de Faria. Estão os cardeais, arcebispos e bispos portugueses, ao todo quarenta e três prelados. Com as suas púrpuras e as suas sotainas carmesins, constituem imagem imponente, e sente-se que estão conscientes da força tremenda que representam. Falei-lhes ao fim do almoço. Desenvolvi esta ideia: o Ocidente tem aberto caminho à Igreja: em África, Portugal continua essa missão de alto valor: parece ser do interesse da Igreja que esta não falhe. Responde-me o Cardeal Cerejeira, e é tão hábil que, ao fim e ao cabo, foi inócuo: contentou-se a si, contentou os Bispos, contentou-me a mim. Procuro depois falar à parte com D. Sebastião Resende, mas este exime-se a uma conversa a sós.

Roma, 7 de Dezembro — Cerimónia matutina em S. Pedro. Está reunido em plenário o *parlamento* da Igreja Católica: vão ver votados os quatro esquemas sobre liberdade religiosa, a Igreja missionária, os sacerdotes, a Igreja no mundo moderno. Há aplausos no final das votações. E é grandioso, e esmagador, o espectáculo das muitas centenas dos Padres Conciliares, de um lado e outro do templo, com as suas mitras, as suas vestes, e dispostos em fila após fila, sentados em bancadas cada vez mais altas. É bem a expressão concreta da Igreja Universal, presidida ao fundo pelo Papa no seu trono. Há luzes intensas, dignitários solenes que vêm das sete partidas, ambiente de festa. Pela tarde, recepção pontifícia na Capela Sistina. Cumprimento Paulo VI. Fico estupefacto. Diz-me o Santo Padre mais ou menos estas palavras: *bem lhe disse em Nova Iorque que nos encontraríamos uma terceira vez, e só Deus sabe se esta será a última.* Prolongo um pouco a conversa com Paulo VI, para além do protocolo, e o Papa consente. Pergunta-me por Portugal, pelo povo, e pede-me que transmita a Sua

bênção ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho, Governo, povo português. Segue-se uma recepção do Cardeal Cicognani, Secretário de Estado, nos apartamentos Borgia. Sala e mais sala, e não se sabe qual é mais sumptuosa, de mármores, de frescos, de peças com séculos. Conversa cordial com Monsenhor Samoré; mas saúdo e falo friamente com Monsenhor Dell'Acqua, responsável pelo logro em que nos colocou aquando da ida do Papa a Bombaim. Jacques Maritain passeia-se perante a curiosidade carinhosa e reverente de todos. E Monsenhor Casaroli, com quem mantenho longa conversa, pormenoriza-me o interesse de Paulo VI pelo desenrolar da questão rodesiana. Uma impressão se torna nítida: o Vaticano está no mundo e é para o mundo: mas o mundo pára às portas do Vaticano: e aqui dentro tudo tem a vida da eternidade, porque a fé destrói o tempo.

Lisboa, 12 de Dezembro — Encontro no regresso o chefe do governo um pouco constipado e rouco. Atribui tudo à secura do ambiente aquecido. Falo-lhe do Concílio, dos nossos bispos, dos progressistas, das impressões colhidas. Salazar concentra-se nos progressistas. Diz: «*Eu não os compreendo. Eu não sei compreendê-los. Monsenhor Rotoli, da Nunciatura, tem razão quando diz que eu não tenho sensibilidade católica. Quer ele dizer que as minhas ideias não são as da maioria de hoje. É verdade. E no entanto nunca na história de Portugal alguém fez pela Igreja mais do que eu. Desde os tempos de D. Pedro I, de D. João V, etc., fui eu quem mais tem protegido e ajudado a Igreja. Mas não me importo. Enquanto não se meterem comigo, não me importo*».

Paris, 17 de Dezembro — Mais uma reunião da NATO. Nada de interesse, salvo no que toca a conversas bilaterais. No almoço oferecido pelo secretário-geral Manlio Brosio, fico ao lado de Dean Rusk. Este estava palrador. Súmula: que eu não me admirasse se dentro de alguns meses os Estados Unidos estivessem em guerra com a China; que Anderson ia ser substituído por um homem de carreira; que não desejava a vitória de Miterrand nas eleições presidenciais francesas; que não ia a Madrid tratar da admissão da Espanha na NATO. À noite, a seguir ao jantar no Quai d'Orsay, dado por Couve de Murville, Rusk procura-me e diz ainda o seguinte: que o discurso do Papa na ONU tinha feito perder aos Estados Unidos uns três ou quatro votos na questão da entrada da China nas Nações Unidas; que

o Vaticano estava ajudando muito Washington no Vietname e na República Dominicana; e que muita gente nos Estados Unidos está realmente com vontade de se *«atirar»* à China, dando a entender que os militares pretendem uma guerra preventiva contra aquele país. Eu não acredito nesta última afirmação, já feita ao almoço. Os Estados Unidos não se propõem desencadear uma guerra contra a China — mas pretendem fazer chegar a Pequim essa ameaça, e andam a espalhá-la para que a ouçam os responsáveis chineses. Qual é o jogo que está por detrás? É verdade que, em sessão, MacNamara sublinou o potencial bélico chinês. Dois outros pontos importantes foram debatidos: Denis Healey ocupou-se da Rodésia para reafirmar a oposição inglesa ao uso da força; e alguns levantaram o problema do armamento nuclear da Alemanha, que de momento ninguém quer, mas que a Alemanha pode ter por si só. Neste particular, não há dúvida de que o mundo está de novo com medo da Alemanha. Couve de Murville, sempre muito sereno e sardónico, mal o disfarça. Paul Martin, do Canadá, renova o convite para que eu visite Otava. Digo-lhe que aceitarei — sem intenção de aceitar.

Lisboa, 19 de Dezembro — Conhecidos os resultados da eleição francesa: 55% dos votos para De Gaulle, 45% para François Mitterrand. De momento, uma vitória deste último poderia ser bem prejudicial para nós.

Lisboa, 21 de Dezembro — Visita-me o Arquiduque Otto de Habsburgo. Longa conversa. Está muito preocupado com o Oriente. Considera que na Indonésia os comunistas perderam a cartada; Sukarno é prisioneiro do Exército, estando em particular nas mãos do general Nasution, que diz ter provas da conivência daquele com os comunistas; e a política americana consiste apenas em insistir que os indonésios regressem às Nações Unidas. Por outro lado, o arquiduque considera que no Vietname os americanos têm por objectivo a guerra contra a China, que aliás a Rússia abandonaria friamente. Não perguntei a Habsburgo se havia falado há pouco com Dean Rusk.

Com Jorge Jardim vou à residência de Salazar, e aí encontro Silva Cunha: tratámos do problema da Rodésia e do seu abastecimento por fontes que não sejam nossas. Tudo parece complicado, dada a imprevidência dos rodesianos. Já pelo mundo se fala num bloqueio ao porto da Beira,

em Moçambique. Archibald Ross, entretanto, pediu autorização para dois voos diários, de 5 aviões, transportando gasolina para a Zâmbia, como parte de uma ponte aérea a lançar para aquele país. Perguntei: é um pedido formal do governo de Sua Majestade? Sim. Então o governo português vai considerar o assunto. Curioso: ao mesmo tempo, em Washington, o ministro dos Estrangeiros da Zâmbia visita o Vasco Garin, e faz-lhe o mesmo pedido. Não há dúvida: em África somos uma potência de tomo.

Lisboa, 27 de Dezembro — Como eu dissesse que todos os problemas, em conjunto e ao mesmo tempo, formam um inferno, Salazar comentou: «*Ah! sim, muito pior do que no tempo da guerra de Espanha, muito pior do que durante a Grande Guerra. Nada então se comparava em dificuldade e complexidade com os anos actuais. Ah! eu só queria ter menos vinte anos, porque então levava isto ao fim*». Como o Silva Cunha e eu disséssemos que decerto levaria *isto* ao fim, Salazar replicou: «*Hum! não levarei: mas se eu tivesse menos vinte anos! Ah! então havia de pôr os pretos contra os pretos, e os brancos contra os brancos, e todos embrulhados*». E Salazar revolve, uma sobre a outra, as duas mãos fechadas como para dar um murro, significando que punha todos em bulha. Depois, concentra-se e diz: «*Mas gosto disto, gosto, gosto da luta, do combate*». Comentei que por mim já estava satisfeito de tanta luta, Salazar riu-se, e concordou que efectivamente tem sido um bocado de luta a mais.

Lisboa, 31 de Dezembro — Findo o ano em trabalho com o Presidente do Conselho. Como eu lhe desejasse um bom 66, replica: «*Tenho muitos receios para 1966. Vai ser um ano muito difícil. Talvez mais do que os anteriores. Isto da Rodésia vai ser uma crise grave, complexa, prolongada. Quem sabe se, por acto do Ocidente, não estaremos a assistir ao princípio do fim do homem branco em África?! Talvez seja propósito dos Estados Unidos e da Inglaterra destruir toda a África, utilizando para o efeito a subversão e a autodeterminação e o comunismo, sabendo que depois de tudo destruído a África há-de voltar a apelar para a Europa e para o Ocidente — mas então só para os grandes. E assim se eliminaria Portugal da África. Sinto alguma revolta quando penso que já não existirei para denunciar isso*». Podê-lo-à Salazar ainda fazer?

VIII

1966

Lisboa, 4 de Janeiro — Conselho de Ministros. Exposição habitual sobre política externa. Para o fim do Conselho, Correia de Oliveira passa-me a seguinte nota: «*Em compensação do açúcar que arranjo para a Rodésia, quero ser nomeado por si para a embaixada em Madrid*». Respondo no mesmo papel escrevendo por baixo: «*Não sabia que ia vagar a embaixada em Madrid*». À saída, voltou ao assunto. Como eu estranhasse que ele dispusesse assim de uma embaixada, replicou que precisamente não dispunha, e por isso ma pedia, porque Madrid sempre fora o seu ideal. A rir, disse-lhe que eu também era candidato. Ao que ele retrucou que eu deveria ir para Londres, ou ONU, etc. Que quer isto dizer? Brincadeira? É mais provável que queira significar uma próxima remodelação ministerial, de que aliás muito se fala; e tanto ele como eu sairíamos do governo. Tudo é incerto, e o que for a seu tempo se verá.

Lisboa, 6 de Janeiro — Doente a «Sr.ª Maria», a governanta do Presidente do Conselho. Coração atingido, arterioesclerose, coronárias afectadas, doença grave em suma. Tem lançado a perturbação na vida e nos hábitos de Salazar. Quando lhe perguntei pela «*doente*», disse-me o que havia acontecido, como ela estava, como tinha passado a noite, e toda a minúcia. E acrescentou: «*Tudo isto é uma perturbação, porque ela é uma peça fundamental desta máquina que não funciona sem ela e me escangalha a vida*». Se morre a Sr.ª Maria, como vai ser a vida de Salazar?

Lisboa, 7 de Janeiro — Jantar no Governo Militar de Lisboa, em honra do ministro da Guerra do Brasil, general Costa e Silva, que já conheço do Rio e de Brasília. Depois do jantar, falei por quase uma hora com o almirante Roboredo e Silva. Está alarmado com a situação na Guiné; acha que não há coordenação nas Forças Armadas; critica o general Gomes de Araújo por não haver ainda nomeado um Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Roboredo, além de um oficial de primeira água e que goza de alta reputação nos meios navais da NATO, é homem de grande integridade pessoal. Deixa-me apreensivo o que me diz.

Recebo a visita de Grojean, do ministério dos Estrangeiros belga, meu conhecido e amigo de há quinze anos. Falámos de África, e só de África. A certa altura, Grojean diz-me: «*Sinto que isto da Rodésia, e o barulho que se está a gerar em torno do problema, é invenção das grandes potências contra Portugal. O que se quer é provocar a queda de Moçambique*». É espantoso como um belga, sem os elementos e o interessse directo que nós temos, e partindo de outro ângulo de visão, chega às mesmas conclusões.

Lisboa, 8 de Janeiro — Crescem as atoardas de remodelação ministerial: fala-se em Motta Veiga para as Finanças, Silva Cunha para a Educação Nacional; e corre que seria criado um superministério de coordenação dos sectores económico-sociais e outro superministério para negócios estrangeiros e ultramarinos. Quem será o escolhido para este último? Salazar não dá sinal de preparar uma crise de governo. Mas é claro que, a haver, seria desenrolada em tal segredo que apenas se saberia quando concluída e resolvida. Ulisses Cortez e Gomes de Araújo estão doentes, e com alguma gravidade, e disso se queixa o chefe do governo. Comenta: «*ficamos com 10% de ministro, com 50% de ministro, porque as pessoas não têm a coragem de tomar certas decisões*».

Lisboa, 11 de Janeiro — Mais uma reunião privada com os directores dos jornais diários. Causou emoção o meu relato sobre o problema da Rodésia e possíveis consequências para Portugal. À saída, Alfredo Guisado, representando a *República*, disse-me: «*Mas oh! senhor ministro, as grandes potências são umas canalhas!*» Curioso que um homem da oposição comece a compreender que o nosso problema ultramarino se cifra, a longo prazo, em saber se sim ou não entregamos o Ultramar às forças e aos interesses imperiais.

Lisboa, 19 de Janeiro — Wilson é insultado na Conferência de Lagos, e acusado de ofender a democracia em cumplicidade com Smith. E meia dúzia de dias mais tarde é a revolta na Nigéria. Em nome da democracia e dos direitos humanos é assassinado o Primeiro-Ministro, Sir Abubakar; são mortos os ministros regionais; é assassinado o ministro das Finanças, Festus, personalidade obesa e pitoresca que conheci em Adis Abeba; e o exército toma conta do poder, salvo na região onde se organiza uma guerrilha rebelde. Tudo isto após a Conferência de Lagos haver decidido apressar a liquidação da Rodésia para que se preservasse a democracia no seio da Comunidade Britânica. Será possível que os ingleses acreditem em tudo isto? Estará Harold Wilson honestamente convencido de que, destruído Smith, implanta na Rodésia um regime democrático, livre e pluralista? Não verá que, entregue o poder aos afro-asiáticos, se instalará na Rodésia uma feroz ditadura de um só partido baseado numa só tribo? Tudo em África se está liquidando em desastre — mas não se admite isso porque o Ocidente confia no desastre para melhor dominar e explorar o continente.

Extensa conversa com o Sr. Dom Sebastião Resende, Bispo da Beira. Muito doce, suave, tranquilo, inteligente; e não se compromete em nada. Atirei-lhe os factos da vida internacional, mostrei documentos, apelei para o seu patriotismo, fiz o seu elogio — e acabei por exprimir curiosidade em saber o que se passara na demorada visita feita pelo senhor Bispo ao embaixador dos Estados Unidos. Riu-se, não se mostrou constrangido, e disse que havia ido agradecer a Anderson umas revistas que este lhe tinha enviado para a Beira. Fiz questão de afirmar ao senhor Bispo que acreditava na sua explicação, e até creio que ficou convencido disso. Despedimo-nos no melhor dos mundos.

Chega-me a notícia de que os ingleses constroem na Bechuanalândia uma poderosa estação de rádio que se atribui o objectivo de fazer propaganda no interior da Rodésia. Todavia, as antenas e demais instalações técnicas indicam que se pretende atingir Luanda e Lourenço Marques. Quando menciono o facto ao embaixador, Ross diz que o seu governo não tem nada com isso: deve tratar-se de uma dependência da BBC. Também acreditei. Como se pode duvidar da afirmação de um embaixador em nome do seu governo? Chamar mentiroso ao embaixador seria criar um conflito.

Lisboa, 21 de Janeiro — Conferência de imprensa com 70 jornalistas americanos. Surpreendeu-me o ambiente claramente compreensivo, se não favorável.

Lisboa, 26 de Janeiro — Mais uma palestra aos deputados na sala da biblioteca de São Bento. Preside Mário de Figueiredo. Cerca de duas horas e meia de exposição e de perguntas e respostas. Não sei se eu saí mais estafado de falar, ou os deputados mais exaustos de me ouvirem.

Aterrou na Beira a missão zambiana: oito funcionários negros, mais quatro britânicos da RAF e um outro, também inglês, que se diz perito em combustíveis. Tudo se passa no plano técnico e administrativo; acordo político, disso fogem como o diabo da cruz. Sabemos por outras fontes que americanos e ingleses se empenham em evitar qualquer aproximação entre nós e a Zâmbia, e entre nós e todos os países africanos circunvizinhos. Somos apontados como leprosos; simplesmente, a Zâmbia e os outros começam a perceber que estes leprosos comandam posições-chave em África, de onde pode partir a ajuda ou a ruína dos países interiores. Será melhor entenderem-se com os leprosos. Fá-lo-ão? E saberemos nós estar à altura das nossas responsabilidades?

Lisboa, 27 de Janeiro — Tomando por base ou pretexto a minha exposição, parece que um grupo de deputados lançou ou vai lançar um movimento de apoio à presença de ministros na Assembleia para explicar os negócios dos seus departamentos. Se isto for avante (do que duvido), Salazar não vai gostar.

Lisboa, 28 de Janeiro — Adensa-se a crise da Rodésia. Deram-se hoje desenvolvimentos da mais alta importância: a missão zambiana, que se encontrava na Beira para negociar connosco o transporte de gasolina para Lusaca, despediu sem mais, subitamente, sem explicação, sem uma palavra à nossa gente; o Primeiro-Ministro Smith pergunta-nos se, no caso de chegar à Beira um navio com petróleo para a Rodésia, nós o descarregaríamos e ligaríamos o depósito de descarga ao oleoduto directo; o Primeiro-Ministro Verwoerd mandou-nos dizer, por intermédio do seu embaixador aqui, que vai enviar um emissário especial e altamente secreto para falar com Salazar, no seguimento da iniciativa por nós tomada há dias para abrir uma comunicação directa com o chefe do governo sul-africano; numa eleição parcial, em Hull, os Trabalhistas ingleses ganharam o lugar, e a sua posição parlamentar e política fica um tanto fortalecida; a conversa de Sir Hugh Beaddle (governador da Rodésia, que não acompanhou Smith em Londres)

parece ter enfurecido Harold Wilson por acentuar a necessidade de o governo britânico negociar com os rodesianos. Como deslindar toda esta trapalhada? Pelo telefone, falei nisto tudo a Salazar. Este fez também as suas reflexões, e a certa altura interrompe-se e diz: *«note, dum ponto de vista profissional, o problema é fascinante e tem o máximo interesse»*. Observei-lhe que tinha interesse em excesso. Sublinhei depois que a Inglaterra havia expedido algumas forças militares para a Zâmbia e Bechuanalândia. Em tom de descaso, diz o chefe do governo: *«Mas nós somos mais, não somos»?*.

Anderson veio dizer-me que pressente qualquer notícia muito grave sobre o Vietname: anda agora com o meu número de telefone no bolso para poder comunicar comigo em todo o instante.

Lisboa, 30 de Janeiro — Domingo calmo. Telegramas dramáticos ou urgentes, nenhum. Estragou-me o dia o embaixador de Espanha que veio às notícias sobre Gibraltar: que se passára, na semana finda, numa reunião da NATO neste particular? Disse-lhe o que basta para o despedir contente da nossa atitude.

Lisboa, 31 de Janeiro — Boato de que o generalíssimo Franco fora vítima de colapso cardíaco. Nada o confirmou. Condecorado Azeredo Perdigão com a Legião de Honra. É justo.

Lisboa, 2 de Fevereiro — Comunica-me o embaixador da Alemanha que Schroeder resolvera vir a Lisboa, em visita oficial, antes de ir a Madrid. Não se tratava, com efeito, de capricho ou emulação nossa: o nosso convite fora de facto feito antes do espanhol.

Lisboa, 4 de Fevereiro — Zâmbia volta à fala: porque precisa de nós, apresenta-se muito bem comportadinha, prontifica-se agora a enviar mesmo a Lourenço Marques uma nova delegação para conversar connosco, e abordar também problemas políticos. Se nós, portugueses, tivermos a coragem de prosseguir nesta política!

Lisboa, 9 de Fevereiro — *Diário da Manhã* atacou pessoalmente o embaixador Anderson. Em nome de Salazar e no meu, escrevi-lhe uma carta de

pesar e de reprovação do que João das Regras (pseudónimo de Ângelo César) escrevera. Ao telefone, diz-me Salazar: «*Calcule que descobri que o Castro Fernandes se tem rodeado de uns sujeitos para colaborar no* Diário da Manhã, *e que eximia à censura os escritos de tais colaboradores. Isto não pode ser. Já o disse ao Paulo Rodrigues. Neste país, apenas o chefe do governo está isento de censura. Todos os demais, incluindo os ministros, lhe estão subordinados. E chamei o Barradas de Oliveira e disse-lhe isto mesmo*».

Morreu ontem Albino de Sousa Cruz: grande português, grande patriota, patriarca da colónia portuguesa no Brasil. Foi pobre para o Brasil, moureJou com arreganho, granjeou larga fortuna, foi grande senhor, e acabou agora, senão na miséria, pelo menos numa destituição raiana da pobreza, num modesto andar em Lisboa, tratado só por uma velha criada. Círculo fechado. Conheci-o nos tempos áureos — e nos de agora: a dialéctica da vida.

Lisboa, 11 de Fevereiro — Ainda uma conferência de imprensa. Inusitada afluência de jornalistas portugueses e estrangeiros. Perguntas de mais melindre: qual a nossa atitude no caso de Gibraltar? Convidaremos o Papa a vir a Fátima para o ano do cinquentenário das Aparições de Fátima?

Jantar na embaixada de França. Falei demoradamente com o general Beaufre. Personalidade vincada. Há muito que faço este reparo: todos os franceses nos dão a impressão de serem muito inteligentes e fica-se sem entender por que não dominam o mundo. Tudo deve estar na língua francesa: é muito evoluída, muito polida, muito lúcida. Cartesiana, na verdade, e dai a sensação que provoca quando a ouvimos.

Lisboa, 15 de Fevereiro — Em conversa com Salazar, digo-lhe que alguns políticos americanos e canadianos já foram a nosso favor e agora são contra nós. «*Pois temos de viver o suficiente até que voltem a ser a nosso favor*».

Jantar na embaixada do Brasil. Monopoliza-me para conversar a Niomar Bittencourt, directora e proprietária do *Correio da Manhã*. Toda muito liberal, muito democrata, muito internacional — e uma língua viperina até ali. Castelo Branco? Uma desgraça. Costa e Silva? É o pão de forma — porque tem casca grossa, miolo mole e é quadrado por fora. Americanos? Raça a exterminar. Portugueses? Uns colonialistas miseráveis. Regime português? Uma ditadura sanguinária. E assim por diante. Entre os convidados, Al-

mada Negreiros, Henrique Medina, Norberto Lopes, Avelino Gonçalves, Luís Forjaz Trigueiros: muito pouco lhes falei: a D. Niomar não deixou, positivamente não deixou.

Lisboa, 18 de Fevereiro — Conversa miúda com Hernâni Cidade. Disse-lhe que, para ajudar a Rodésia, havia a ideia de se constituir uma *Sociedade de Amigos da Rodésia.* Não convinha que esta surgisse como inspirada pelo governo; e por isso parecia que os seus membros deveriam ser homens da oposição, respeitados pelo seu prestígio intelectual e pela sua integridade. Tratava-se de auxiliar a Rodésia, forma indirecta de auxiliar o ultramar português. Reacção instantânea de Hernâni Cidade, de olhos com lágrimas: «*estou pronto, para esse fim faço o que o governo quiser*». Mais tarde, igual conversa com Armando Cortezão, a quem disse que eu pensava no seu nome para presidir à Sociedade. Reacção de Armando Cortezão, não de lágrimas nos olhos mas de voz quase rouca de exaltação: «*Tudo, mas tudo o que o senhor quiser! A nossa África é sagrada. Ah! se eu tivesse idade para pegar numa arma!*» E este é um homem que, na guerra civil de Espanha, arriscou a vida nas *brigadas internacionais.* Hernâni Cidade, por seu lado, é o homem que na I Grande Guerra, como capitão miliciano, foi feito prisioneiro pelos alemães e fugiu — para poder tornar a combater.

Recebi uma carta do senhorio do andar onde moro dizendo que eu me esqueci de pagar a renda, vencida no dia 8, e que eu não cumprira portanto o estipulado na lei, pelo que ou eu liquidava imediatamente — ou rua. Em mais de meia dúzia de anos neste andar, é a primeira vez que isto me acontece. Fui à carteira, mas o dinheiro não era bastante; rebuscando na gaveta, encontrei felizmente um envelope com dinheiro da minha filha; e assim salvei o apuro.

Lisboa, 19 de Fevereiro — Fulbert Youlou, antigo presidente do Congo-Brazzaville e derrubado por um golpe de Estado, está em Lisboa, e foi recebido por Salazar. Este conta-me a entrevista. Achou Youlou uma fraca figura, um embrulho de político, de místico, de ingénuo, etc. Mostrou-se profundamente magoado com De Gaulle, porque este não o autorizou a viver em Paris. Lamentou-se de ser o único antigo chefe de Estado africano que vive de esmolas — porque não roubou, não fez fortuna enquanto no

poder. Conclui Salazar: «*Está claro que este Youlou nunca mais será nada em África. Desde que não pode distribuir favores, a sua vida política findou*».

Lisboa, 21 de Fevereiro — Conversa de acaso com o Director da Polícia Internacional. Falei-lhe da censura, que me parecia exagerada e às vezes estúpida. Concordou, e disse que há um ambiente político desagradável. Curioso: mostrou apreensão sobre o que se passará com o desaparecimento de Salazar. Em seu entender, apenas as Forças Armadas «*aguentarão isto*», e repisou este ponto de vista uma e muitas vezes.

Recebo extensa carta de Marcello Mathias: segundo os serviços secretos franceses, no Senegal e na República da Guiné *nada* se prepara contra a Guiné portuguesa. Que leva as nossas forças militares a exagerar e avolumar os perigos?

Lisboa, 26 de Fevereiro — Revolução no Gana. Nkrumah é derrubado pelo exército, o seu regime é abolido em Acra, as Forças Armadas tomam conta do poder. Nkrumah está de viagem oficial a Pequim, e actua como se nada se passasse: vai ao banquete em sua honra, discursa, diz que continuará a viagem para Hanói. Com o ditador negro está o seu ministro dos Estrangeiros, o meu amigo Alex Quason-Sackey, que ainda não há muito, no Conselho de Segurança, pedia a «*liquidação do império português*» em nome da África, cuja representação se arrogava. *Sic transit*. Recordo uma visita de Nkrumah a Lisboa, de passagem no aeroporto por umas duas horas, tendo-o eu acompanhado num passeio pela cidade. Logo à descida do avião, como eu lhe apresentasse cumprimentos, diz-me: «*Como vai o Dr. Salazar? Como se sente? Está de boa saúde?*» Assegurei-o de que o Presidente do Conselho estava de excelente saúde, e Nkrumah exclama: «*Ainda bem, ainda bem. Dê-lhe os meus cumprimentos e desejos das maiores felicidades*». Respondi a Nkrumah que os seus votos, tão cordiais e tão sinceros, decerto muito sensibilizariam o Presidente do Conselho.

Lisboa, 1 de Março — Heinrich Krone, ministro de Estado e presidente do Conselho Nacional de Segurança Alemão, faz-me confidências. É um velho alemão, com os seus setenta anos, sólido, íntegro, do tempo pré-

-hitleriano. Diz Krone: a política francesa é de desintegração da NATO; a ameaça comunista contra a Alemanha mantém a mesma virulência e representa o mesmo perigo; preocupa-o o problema das relações com os Estados Unidos e do desarmamento; a França não quer a reunificação da Alemanha e o seu interesse pelo Mercado Comum assenta apenas no desejo de perpetuar a divisão germânica; o povo alemão, tanto da Alemanha Federal como da Alemanha comunista, sabe-o, e não o consentirá; e por isso o Mercado Comum acabará por desfazer-se. Por meu lado, disse a Krone a nossa visão do problema africano, e dos interesses imperiais que o rodeiam, e do que verdadeiramente se pretende com uma suposta autodeterminação, etc. Ficou Krone estupefacto, e recomenda: «*não deixe de repetir tudo isso a Schroeder*».

Lisboa, 2 de Março — Logo depois do jantar, na embaixada da Alemanha, Krone chamou-me de parte para acentuar a forte impressão que lhe causou a visita às bases de Beja e de Alverca: só vendo se acredita verdadeiramente na grandeza do empreendimento. Krone diz que fará pressão sobre Schroeder para que este, na sua próxima visita a Portugal, não deixe também de ir a Beja e a Alverca. À saída da embaixada, encontro-me com o director da Polícia. Confidência deste: a oposição está cada vez mais ousada por estar convencida de que o governo está no fim e não tem já força para agir. E o seu comentário: «*isto de facto está tudo muito fraco, muito mau, e não sei se poderemos saltar o barranco*». Barranco haverá, mais tarde ou mais cedo: daqui a quanto tempo?

Lisboa, 6 de Março — Domingo. Sol grande, reflectindo no rio e na ponte em construção uma luminosidade quente. Percorri um grosso volume: «*Survey of International Affairs*», referente a 1961. Debrucei-me sobre o capítulo relativo à política externa indiana e à anexação de Goa. Assunto é tratado de forma desenvolvida, e apresentado sem grande simpatia pelo ponto de vista português; há omissões, e importantes; mas não se revela tão-pouco simpatia pelo ponto de vista indiano. Mais uma vez se suscita no meu espírito esta pergunta: qual foi *exactamente* o papel dos Estados Unidos no caso de Goa? Deram a luz verde a Nehru, sem dúvida alguma, porque podiam ter travado o indiano se o houvessem querido, e isso sem ofensa de interesses americanos de monta. Mas por que procederam assim?

O seu anti-colonialismo, o seu fascínio pela Índia, o seu desejo de que esta seja forte e pró-americano para conter a China, o seu desejo de assegurar o mercado indiano — tudo isto conduziu à atitude assumida por Washington. Passados quase cinco anos, porém, penso que se deveria ajuntar uma outra razão: a Kennedy terá ocorrido que, com a perda de Goa, cairia o governo de Salazar em Lisboa: e como Salazar, na questão de África e na da base dos Açores, já se mostrara um *aliado* muito duro, haverá Kennedy também julgado que daquela maneira se desembaraçaria de um sujeito incómodo. Falhara o golpe de Botelho Moniz de Abril de 1961, inteiramente pró-americano, senão inspirado pelos Estados Unidos; e o que não se conseguira com uma revolução interna, que falhara, poderia acaso obter-se com um desastre externo. Goa era ponto ideal para o tentar. Será isto? De momento, nada disto se pode provar.

Sekou Touré, o déspota da República da Guiné, *oferece* o cargo de chefe de Estado do seu país a Kwamé Kkrumah, para que este se mantenha no palco internacional. É ridículo o gesto, e assim tem sido tomado; e de *ópera cómica* já o classificaram os americanos. Irritados parecem estar os países africanos moderados, que se apressaram a esbofetear Sekou Touré reconhecendo o novo regime de Ghana. Em que medida é que toda esta trapalhada nos prejudica ou nos favorece? Não se sabe se não é de desejar em África a política do quanto pior-melhor, por muito que isso nos possa repugnar.

Lisboa, 9 de Março — Ingleses têm violado o espaço aéreo de Moçambique, rasaram com aviões o navio dos pilotos e o paquete *Moçambique*. Há neste caso da Rodésia um progressivo adensar de medidas contra nós. Há que reagir.

Lisboa, 10 de Março — Crise séria no seio da NATO. Foi discutida a carta de De Gaulle para Johnson sobre um hipotético *directório atlântico*. Ingleses estão a reagir, e circularam em Paris um projecto de declaração anti-francesa. Se aprovada, seria a criação de um bloco contra a França. Não há dúvida de que o Presidente francês é a raiz de um sobressalto quase permanente. De Gaulle é muito claro em tudo que é negativo. Mas não diz nada de verdadeiramente construtivo. É o homem dos grandes frescos históricos, da grande intuição telúrica, dos riscos totais para alcançar resulta-

dos totais. Quanto à NATO, Salazar prevê para 1969, ano em que expira o actual tratado, uma crise de alto bordo, e pergunta-se se Portugal deverá continuar a pertencer á aliança. Diz: «*Posso falar com isenção porque nessa data já não estarei vivo e em qualquer caso já não serei com certeza Presidente do Conselho*».

Lisboa, 11 de Março — Jornais da tarde noticiam a reunião de uma importante esquadra britânica ao largo das costas de Moçambique — incluindo os porta-aviões *Ark Royal* e *Eagle* — para melhor controlar o acesso à Beira e mesmo a Lourenço Marques. Praticamente, trata-se de um bloqueio, por enquanto feito à distância. Neste momento, não nos convém de todo a crise da NATO causada pela França: não nos interessa tomar partido por esta contra a Inglaterra e a Alemanha, nem por estas contra a França.

Lisboa, 14 de Março — Chamo o embaixador de França, François de Rose, e entrego-lhe cópia da nossa contraproposta, a apresentar hoje mesmo em Paris, numa reunião dos *Quatorze* da NATO. Em que consiste? Já que, por não ser aceite a sua sugestão de *directório a quatro,* a França quer retirar as suas tropas da Alemanha e *expulsa* a NATO de Paris, Portugal sugere que a França se conserve na *Aliança política,* como até agora, e que as suas forças na Alemanha, se esta desejar que se mantenham, sejam objecto de um acordo bilateral entre os dois países. Rose mostrou agrado, e disse-se convicto de que De Gaulle e Couve de Murville «*seriam certamente muito sensíveis ao gesto português*». Depois, chamei o alemão, e entrego-lhe documento idêntico, e proferi palavras de amizade. Alemão leu, e disse que a nossa proposta lhe parecia uma combinação feliz. Penso que fizemos *bonito* para os dois lados.

Corre a notícia de que entrará no porto da Beira um petroleiro com combustível para a Rodésia. É de fazer tremer esta hipótese. Mas se se der, não vejo como recusar a passagem do combustível para o seu destino. Não interferir é a política, e isso significa não interferir.

Lisboa, 22 de Março — Jantar em Palhavã, na embaixada de Espanha. Bom e em grande, à espanhola. Falei depois, muito abertamente, com o Nún-

cio e o embaixador da Bélgica. Tema: Rodésia. Muito discreto, o Núncio; violentamente hostil aos ingleses, o belga.

Lisboa, 28 de Março — Finda a visita oficial de Schroeder, ministro dos Estrangeiros da Alemanha Federal. Durante as conversações, verifiquei que Schroeder tem duas obsessões: a reunificação do seu país e a NATO. É obviamente antifrancês e muito pró-inglês e pró-americano. Correcto, simpático, muito germânico, e sobre o frio, e susceptível, melindroso, algum tanto vaidoso. Humor, não parece ter, nem mesmo à pesada maneira teutónica.

Salazar não gostou de Schroeder; este não se sentiu muito impressionado com aquele. Impressionadíssimo, decerto, com o grande conjunto de bases aéreas portuguesas: Beja, Montijo, Sintra, Alverca, Monte Real, Ota. Quando lhe observei que esse conjunto, em caso de guerra, formava um belo alvo, respondeu: *«toda a Europa Ocidental é um belo alvo»*. Repliquei-lhe que a Alemanha era um alvo por si própria, dada a sua posição geográfica, que não podia ser alterada; mas Portugal só era um alvo, e com riscos agravados, na medida em que damos apoio e fortalecemos os Estados Unidos, a França — e a Alemanha. Não respondeu — e pareceu não gostar. Perguntou-me quem viria depois de Salazar, e se não receávamos que a oposição tomasse conta do poder. Concordou quando lhe sublinhei que o governo não poderia prosseguir há mais de cinco anos a política actual se esta não tivesse sólido apoio na opinião pública. Quem viria depois de Salazar, não o sabia eu, como ele não podia garantir quem seria o sucessor de Erhard; quanto à oposição, podia de facto tomar conta do poder mas não conseguirá facilmente alterar a política de África. Convite para eu visitar oficialmente Bona.

Lisboa, 29 de Março — Telegrama urgente de Salisbury, do Freitas Cruz. Este foi chamado por Ian Smith, que lhe disse: tudo considerado, o governo rodesiado havia resolvido mandar seguir para a Beira um ou vários petroleiros; não se ignoravam os riscos, mas não se via outra solução; e era preferível pôr desde já as cartas na mesa. É evidente que vamos ter uma crise de alto bordo; e se as cartas são dos rodesianos, a mesa é nossa; e é sobre esta que se ganha ou se perde a vasa. Às seis horas, reunião do Conselho de Ministros. No fim, e à parte, mostro a Salazar o telegrama de Salisbury. Sorriu e ficou tranquilo. Falei também numa diligência do Faria no Vati-

cano para dizer que sentiríamos muita honra e muito júbilo em que o Papa viesse a Fátima. «*Talvez seja melhor ficar só pela honra e não falar no júbilo*», deixou Salazar cair com um ar subentendido. Nada faz sarar no ânimo do chefe do governo a ferida aberta pela ida do Paulo VI a Bombaim.

Lisboa, 31 de Março — Antoine Pinay: personalidade da maior simpatia e vivacidade, e aliciante, e que irradia agrado e boa disposição. Contou uma conversa recente com Harriman. Este afirmara, repassado de convicção, que o regime português era medieval, e que Salazar precisava de ser *abatido*. Perante os argumentos de Pinay, em defesa de Salazar, Harriman admitiu que se deixasse aquele em paz, se os portugueses o queriam; mas então haveria que o forçar a abrir mão de Angola, pois era intolerável que um país tão pequeno possuísse um território tão grande. Perguntei a Pinay que comentário lhe sugeria esta atitude de um americano responsável. Trata-se de um descarado imperialismo, diz Pinay, típico dos anglo-saxónicos: que haverá nestes que os superioriza em relação aos latinos? Por que razão *têm mais* e *podem mais* do que os latinos? Serão aqueles efectivamente uma raça superior, como aliás se julgam, e os latinos uma farandolagem decadente? Estará o mundo ocidental condenado a ser um mundo apenas anglo-saxónico?

Lisboa, 3 de Abril — Fim-de-semana em Sintra, no casarão abandonado da velha Quinta da Abelheira. Com a neblina de Sintra, uma maravilha. Silva Cunha e Jorge Jardim previnem-me de que está prevista para pouco a chegada de um petroleiro à Beira com combustível para a Rodésia. Que tremendas dores de cabeça vamos ter.

Lisboa, 4 de Abril — Palácio de Belém. Enquanto se aguardava o novo embaixador da Islândia, que vinha apresentar credenciais, o almirante Thomaz diz-me que resolvera atribuir a Torre e Espada ao general Andrade e Silva. E acrescentou: «*o ministro da Defesa e o ministro do Exército não gostam dele. Para compensar isso, conta com a minha amizade, e para mais não há dúvida de que deixou bom nome em Angola. É certo que não deve andar por aí a criticar o facto de não haver Chefe de Estado-Maior-General, no que aliás tem razão, mas não o deve dizer alto e bom som. O mal está*

em que o ministro da Defesa, que desempenhou aquelas funções, quer continuar a ter na mão todos os cordelinhos. Quanto ao Andrade e Silva, tem-se portado bem: foi logo rodeado pelos descontentes, que procuraram aliciá-lo, mas ele não lhes deu ouvidos».

Lisboa, 5 de Abril — Crise com a Inglaterra, e da grossa. Chegada à Beira de um navio-tanque com petróleo para a Rodésia; em Londres, Michael Stewart manda chamar com urgência o nosso Encarregado de Negócios; e ao entrar no ministério hoje de manhã esbarro com o embaixador de Inglaterra praticamente atravessado à minha frente. Sir Archibald exige que não seja descarregado o combustível do navio-tanque, e que este se faça ao mar, e isso já; caso contrário, o governo de Sua Majestade receia que se produza uma situação muito grave. Digo ao embaixador que ele não exige nada, e que se acalme, e que vou informar-me, e voltaremos a falar. Ainda que exausto, vou à noite ao Teatro Vasco Santana para distribuir os prémios do II Encontro Europeu de Estudantes. Está o embaixador da Bélgica, e pergunta-me ansiosamente: «*o navio descarrega para a Rodésia ou não?*» «*Leia amanhã a nota-oficiosa*», replico eu. Rádio e Imprensa internacional têm dado a maior repercussão a todo este enredo. Ingleses ameaçam-nos com o Conselho de Segurança, e uma resolução que autorizasse o uso da força contra nós. Eu perguntei ao inglês *quem* forneceria às Nações Unidas a força a ser empregue contra Portugal, ou contra a Rodésia. Anderson, que acaba de regressar dos Estados Unidos, telefonou-me para sugerir que terá chegado o momento da mediação, e que nós poderíamos ser os mediadores. Na nota oficiosa, rejeitamos categoricamente qualquer responsabilidade em todo este trabalho.

Lisboa, 6 de Abril — Lord Walston, ministro de Estado no *Foreign Office*, vem a Lisboa para conversar sobre a Rodésia. Já o conheço dos encontros da NATO. Recebi-o às seis da tarde. Vinha prazenteiro, de cravo ao peito, com aquele jeito muito britânico de aparentar que tudo corre no melhor dos mundos, quando tudo está a correr no pior dos mundos. Walston repetiu o que Ross já me havia dito. Sublinhou os aspectos económicos; e aludiu às relações históricas e à amizade entre os dois países. Walston repisou que até aqui tinha sido impecável a nossa conduta. Em resumo: «*Vinha pedir-nos para deixarmos de ser neutrais em favor de Smith e pas-*

sarmos a ser neutrais em favor de Wilson». Sorri a este humor britânico. Acrescentou Walston que seria do nosso interesse provocar a queda rápida de Smith. Pedi-lhe que nos permitisse sermos os juízes do nosso interesse. Walston afirmou que apenas um governo de maioria negra conseguiria fazer da Rodésia um grande centro industrial da África Meridional. Concluí por meu lado sublinhando quanto era delicioso ver os ingleses não perderem o sentido humorístico, mesmo nas crises graves e situações embaraçosas. Walston riu sem constrangimento. Com algum descaso, comentei ainda ser absolutamente intrigante que a África do Sul fosse a maior potência industrial da África — sob uma minoria branca.

Lisboa, 8 de Abril — Pela meia manhã, Salazar telefona-me de Santa Comba, onde foi num salto. Quis saber o que «*há de Rodésia*». Informo-o dos últimos desenvolvimentos. Em Nova Iorque, o Conselho de Segurança não conseguiu reunir-se com a urgência desejada pela Inglaterra — porque os africanos e os russos se opuseram.

Lisboa, 9 de Abril — Em Nova Iorque, é finalmente lançado o Conselho de Segurança. Está em causa a Rodésia, decerto; mas é o Ocidente que se tem em mente, e é neste que os russos, afro-asiáticos e alguns outros desgarrados malham o seu gládio sem mercê. Serra Leoa e Argélia pediram para se juntar ao coro geral; e Uganda, Nigéria e Mali defenderam que no texto a aprovar pelo Conselho fosse inscrita uma verdadeira declaração de guerra à África do Sul, à Rodésia e a Portugal em Moçambique. E parece que se encaminha para a Beira mais um petroleiro. Ora bem: os petroleiros são estrangeiros, navegam sob bandeira estrangeira, o petróleo não é de procedência portuguesa mas estrangeira, são estrangeiros os capitais envolvidos e os bancos que os movimentam, destina-se o combustível a firmas estrangeiras — mas os culpados somos nós. Realmente, a sinceridade do mundo é — admirável. Mas sinto-me preocupadíssimo. Teremos vontade que baste para usar a força que possuímos? Como se portará a África do Sul? Se Pretória nos faltar, então melhor será fazer as malas; mas também as deve fazer a África do Sul, porque a sua hora chegará a curto prazo. Encontro Salazar muito sereno, muito firme: e disposto a ir às últimas consequências.

Lisboa, 10 de Abril — Domingo de Páscoa. Telefona-me Salazar: que se passou no Conselho de Segurança em Nova Iorque? Resumi-lhe os últimos telegramas, e combinámos uma reunião para as sete da tarde com Silva Cunha e Jardim. Este lançou uma solução para a crise de modo a salvar a face de todos: levar Smith a dizer que *não precisa* do combustível do petroleiro, pelo que dispensa este, que assim pode abandonar a Beira. Silva Cunha aplaudiu. E Salazar concordou. Jardim partirá imediatamente para Salisbury para *persuadir* Smith. Ainda que este concorde, teria sido preferível evitar este episódio: vamos exibir uma prova de fraqueza. Quanto a Salazar, fez uma retirada estratégica: é uma expressão do seu realismo. Parece que há em Salazar uma tendência inata que o leva a não ver o mal, a não acreditar no pior, a não prever actos imorais ou torpes de outros. Lembro-me de que, perante os preparativos da agressão contra Goa, Salazar nunca acreditou que Nehru avançasse: só *viu* essa realidade dois ou três dias antes de o facto se produzir. E em princípio Salazar tinha razão: na lógica pacifista de Nehru, foi um erro a anexação violenta de Goa, como aliás o admitiu depois.

Lisboa, 12 de Abril — Três horas e meia com o Presidente do Conselho. Lemos e relemos o discurso que vai pronunciar amanhã em resposta à saudação de Angola. Disse-lhe com sinceridade que estava primoroso o texto. Sugeri depois algumas pequenas emendas; e logo as aceitou. Falou miudamente, com entusiasmo que nunca lhe vi, da necessidade da sua retirada. «*Estou perdendo faculdades. Não posso trabalhar como dantes. Já não acompanho os ministérios, e os ministros fazem o que querem. Só acompanho o Ultramar e os Estrangeiros, e um bocadinho a Economia. E depois, sabe? Isto não é vida. Eu quero ir morrer a Santa Comba, insisto em ser enterrado lá. E quero pelo menos viver um ano em paz na minha pequena quinta. Esta vida é uma tortura. Acredite que nunca me habituei. Que tempo posso eu ter de vida? Um ano, dois anos? Agora é altura de sair, não se pode esperar que eu fique inválido. E se não pus já a questão de forma «tranchante», é apenas para que se não diga que julgando tudo perdido me vou embora para que as coisas não me caiam das mãos. Mas estou sempre preparado para me ir embora. Por isso digo sempre à governanta que não complique a vida, e que esteja preparada para em qualquer altura ir para a terra. Calcule o senhor que ela comprou 300 galinhas. Oh! Mulher, que faz a tantas galinhas? Vai pôr-se à porta da rua a vendê-las antes de partir? Não,*

o Chefe do Estado, com a ajuda de nós todos, tem de escolher outra pessoa, e esta terá então tempo para abrir o seu próprio caminho». E Salazar parecia infantilmente contente consigo por haver feito este desabafo — e sorria-se como quem se sente já liberto do pesadelo da coisa pública. Salazar parece genuinamente sincero. Sê-lo-á? Como saber?

Lisboa, 14 de Abril — Pela tarde vem Duncan Sandys. Não nos entendemos por ai além. Ross acompanhava-o. Estava pálido e claramente embaraçado. Pediu constrangido desculpa pelo que se passou com Walston: haver convocado o Conselho de Segurança enquanto decorriam conversas, em Lisboa, e sem nos prevenir. Pelo cair da noite, Ross telefona-me ansioso: está de posse de uma mensagem pessoal de Wilson para Salazar e quer entregá-la com urgência: que fazer? Digo-lhe que a entregue na residência do chefe do governo: alguém ali estaria para a receber.

Lisboa, 15 de Abril — Telefona-me Salazar pelas 10 horas e pede-me que passe por sua casa pelas 11 horas para se ler em comum a mensagem de Wilson. Lemo-la e relemo-la. É revoltante de sofisma, de injúria à inteligência; e é ameaçadora. Fala em tudo que se *sabe* não ser exacto: paz e estabilidade em Africa; governo da maioria; defesa dos interesses portugueses; etc. Salazar ficou sempre muito calmo, e pediu-me para preparar um projecto de resposta — *«muito fria»*. À noite, nova reunião, agora com Silva Cunha também. Enquanto se trocam impressões, chega-me do ministério um telegrama recebido de Salisbury: Smith anunciou em público que prescindia do combustível carregado no petroleiro acostado na Beira. Um alívio.

Lisboa, 18 de Abril — Pediu para me ver com urgência o embaixador da Africa do Sul. Mostrou-me uma carta de Verwoerd para Wilson: aquele diz a este que a África do Sul irá para a guerra se a Grã-Bretanha tentar destruir Smith pela força. Afeiam-se as coisas. Esperemos que em Londres prevaleça o bom-senso.

Lisboa, 20 de Abril — De Londres, Rocheta informa que nas últimas 48 horas numerosos tanques foram embarcados em Portsmouth e South-

hampton, como nunca se havia visto depois de Suez; e que Wilson estaria à procura de um motivo de disputa com Portugal para ocupar a Beira, e desta base esmagar a Rodésia. Wilson parece ser um extremista e radical que, no fundo, é muito mais imperialista do que os conservadores; e, como não sente limitações morais, nem tem princípios inibidores, é muito mais implacável e brutal do que um clássico vitoriano. Salazar não tem dúvidas de que a Inglaterra se propõe atacar a Beira, e em futuro breve. Vamos praticar diligências em Washington, Paris, Rio e Pretória. Se nós conseguíssemos montar na Beira uma operação militar de grande estilo, em que a Inglaterra sairia decerto vencedora mas apenas depois de arranhar muito a garganta e a pele, estou seguro de que Londres recuaria.

Lisboa, 25 de Abril — Inaugurada na Sociedade de Geografia, à noite, a *Semana do Ultramar*. Através de falas e discursos, só pensei numa coisa: no silêncio equívoco de ingleses e americanos quanto à Rodésia. Podem produzir-se acontecimentos de gravidade. E o país encontra-se na maior indiferença. Não me ocorre nada que se deva fazer. E bater-nos-emos? Salazar parece confiar num milagre, mas eu não vejo como este se possa dar. É verdade que os milagres se caracterizam por não se saber como se possam produzir — e produzem-se. E depois — tenho sempre a sensação de que somos um povo subserviente, amedrontado, curvado perante os outros com a espinha a tremer espavorida ao menor bater de pé de uma qualquer potência, ao menor bocejo abespinhado de um qualquer governo estrangeiro.

Lisboa, 30 de Abril — Em carta pessoal, Salazar praticamente formula a Verwoerd esta pergunta: se a Rodésia e Moçambique forem atacados, a África do Sul mete-se no barulho para defesa daqueles, ou deixa-os ser batidos se ela própria não for atacada?

Lisboa, 2 de Maio — De súbito, Salazar revela prudência e cuidado crescente. Por palavras, toma atitudes muito agressivas; mas na sua tradução em actos é muito cauteloso. Está bem assim. Mas pressinto uma alteração que não sei bem definir: evolução da personalidade? Prelúdio a uma modificação política? Necessidades de política interna?

Lisboa, 3 de Maio — Conselho de Ministros. Carlos Ribeiro, Arantes e Oliveira e Neto de Carvalho foram violentos, rudes e mesmo cruéis nas suas críticas às estruturas administrativas portuguesas, às faltas, às misérias, às injustiças. Salazar ouviu tudo sem pestanejar. Depois do Conselho, em privado, o chefe do governo, a sorrir, confia-se-me assim: «*Deu-me vontade de lhes dizer: mas eu não proibi V. Ex.as de governarem bem e de tomarem as iniciativas apropriadas para evitar ou corrigir as faltas apontadas*». Sarcasmo sangrento — e delicioso.

Lisboa, 4 de Maio — Cinco anos completos como ministro dos Estrangeiros. Cinco dias, cinco anos, ou cinco séculos? Recebo numerosas cartas e telegramas de felicitações. Felicitações! Se as pessoas soubessem as amarguras, as ansiedades, as arrelias, as dúvidas, as frustrações, os escolhos, que são o pão nosso de cada dia!

Lisboa, 6 de Maio — À noite, Silva Cunha telefona-me para me dizer que, segundo notícia difundida pelo Lupi, os ingleses haviam transferido os *gurkas* para a África Oriental, e que eram de esperar operações no decurso da próxima semana. Perante notícias destas, já estou embotado, e fico igual. Quanto a sermos ou não envolvidos, e até directamente atacados, é uma interrogação a que ainda não é possível responder; mas no meu espírito não vejo como as novas forças imperiais podem deixar de, mais tarde ou mais cedo, tentar a destruição de Moçambique. Porque na lógica de qualquer política imperial em África, não pode aceitar-se Portugal em Moçambique: isso impossibilitaria o livre domínio dos três países interiores (Zâmbia, Malawi, Rodésia). Pela mesma razão por que estes sentem a necessidade de se *encostar* a nós e de procurar apoio junto de nós, amanhã procurarão apoio junto de Moçambique ou de quem dominar um Moçambique supostamente independente. Outra solução imaginável: a partilha de Moçambique por aqueles três países.

Lisboa, 10 de Maio — Mais notícias de Londres: foram transferidos para outras unidades os soldados e oficiais que, na brigada de reserva estratégica, tenham família ou ligações com a Rodésia; e a brigada foi posta em estado de alerta a 24 horas quando normalmente é de 7 dias. Se isto não preludia

um ataque à Rodésia (com envolvimento de Moçambique), então devo estar a padecer de alucinações. Jantar em casa de Alexandre Pinto Basto: estão vários homens de consequência: ninguém acredita na gravidade da situação. Também — não lhes disse metade do que sabia.

Lisboa, 11 de Maio — Arranjei tempo para ir ao Coliseu ver a Margot Fonteyn, que acedeu a vir dançar a Lisboa por esforços de minha mulher. Em bailado, a sua criação artística não deve ser ultrapassável. Margot não baila nem dança: *escreve* uma história com gestos e atitudes; e estamos a *ver* e a *ler* o que ela nos *conta*.

Lisboa, 16 de Maio — Chegou resposta de Verwoerd. Entende, em suma, que a Inglaterra deve ter desistido de usar a força contra a Rodésia. Será assim?

Lisboa, 21 de Maio — Entretanto, em Nova Iorque, mais Conselho de Segurança sobre a Rodésia. Afro-asiáticos batem na Inglaterra como ferreiro em ferro em brasa — e já perceberam que não somos nós quem sustenta a Rodésia. Como vai tudo isto terminar?

Lisboa, 26 de Maio — Período de relativa acalmia: nada nas Nações Unidas, surdina na questão rodesiana, simples murmúrios quanto à NATO; e apenas se agrava o caos no Vietname e se torna cada vez mais insustentável a situação americana. Calma antes da nova tempestade.

Moreira Batista disse-me hoje, em grande segredo, que o Presidente do Conselho vai ao Porto de avião: e vai no avião da carreira, tendo mandado comprar o seu bilhete, como um mortal entre outros. Vai a Braga depois, para as celebrações do 40.º aniversário do *28 de Maio*.

Lisboa, 30 de Maio — Perguntei hoje a Salazar que sensação teve na sua primeira viagem aérea. Disse: nenhuma. Nem dores de cabeça, ou de ouvidos, nem enjoo. Deu grandes solavancos o aparelho, e atravessou uma trovoada. Teve medo? Não, não. Contou o que se passou em Braga. Re-

cordou depois tempos já remotos, e traçou um retrato de alguns homens. «*Gomes da Costa era uma grande figura militar, alto de um metro e noventa, e mais ilustrado do que a generalidade dos militares dessa época; mas era muito influenciável e não tinha senso político; e ignorava o que fosse o sentimento do medo. Depois da vinda dos Açores, e quando eu vim pela segunda vez para Lisboa, Gomes da Costa vinha muitas vezes falar comigo, e tínhamos longas conversas*». Quanto a Cabeçadas: «*Era um bom homem, e sério, mas totalmente ignorante e incapaz. Não sabia nada, não via nada. De resto, no fundo era um representante de Cunha Leal, e estava encarregado de preparar o terreno para que este assumisse o poder. Cunha Leal era então ainda conhecido e havido como príncipe herdeiro. No fundo, o 28 de Maio era destinado a tirar o poder aos democráticos e a entregá-lo aos partidários de Cunha Leal e de Brito Camacho sob a chefia política daquele*». Sobre Duarte Pacheco: «*Era um homem de grande valor e seria um grande ministro em qualquer pasta. Um problema estudado e resolvido pelo Duarte Pacheco era resolvido em grande e para muitos anos. Bastante das esquerdas, mas como tinha grande ambição de poder, adaptou-se com facilidade*». Sobre Manuel Rodrigues: «*Homem inteligente, mas um cínico completo. Passava a vida a dizer-me: olhe que neste país só há duas realidades, o homem que cava a terra e o governo que manda o homem cavar a terra*». Quanto a Carmona: «*Um príncipe. Uma figura muito aliciante, atraente e insinuante. Interessava-se por assuntos de história militar, e lia tudo sobre a matéria, mas julgo que se não interessava por mais nada. Nunca tive a certeza de que, durante a maior parte do tempo em que trabalhámos juntos, ele estivesse comigo. Estou mesmo convencido de que não estava comigo na maior parte desse tempo*». Sobre Sinel de Cordes: «*Um homem sério, bom, patriota, mas incapaz*». De José Vicente de Freitas: «*Sério e muito firme, um grande patriota*». Por entre estes rápidos retratos, Salazar disse que teve sempre grande dificuldade em encontrar colaboradores, e que os intelectuais lhe fugiam sempre. «*Calcule o senhor que os integralistas lusitanos me exigiam que restaurasse o trono como condição de colaboração. Disse-lhes que havia duas maneiras de fazer a monarquia: de cima, com o Rei, ou debaixo e de dentro fazendo o que o Rei faria e restaurando-o depois. Ora a primeira solução era impossível: não havia ambiente nem força política porque a República efectivamente se incrustara no país. Ficava portanto a segunda solução, porque a primeira arrastaria a minha queda e a deles todos. Pois não quiseram, e incompatibilizaram-se comigo. Zangaram-se o Pequito Rebelo, o Sardinha, o Hipólito Raposo, que tão mal escreveu*

de mim. Tudo boa gente: o Pequito Rebelo lá anda em Angola a prestar bom serviço. Mas os monárquicos fugiram-me. Eu disse-lhes que tínhamos feito uma constituição já preparada para a Monarquia. Da República, a constituição conservava três coisas: a bandeira, o hino e o nome: o resto era facilmente afeiçoável a um estado monárquico. Pois não quiseram. Foi um disparate e agora não há rei». Eu nunca ouvira a Salazar uma confissão tão próxima do *monarquismo* como a de hoje.

Bruxelas, 4 de Junho — Mais uma reunião do Conselho Atlântico. Atmosfera tensa. Trata-se de negociar o rescaldo da crise provocada pela decisão francesa de se *desintegrar* da estrutura da NATO. Toda a sessão se pulverizou em reuniões secretas, quase clandestinas, a 4, ou a 5, ou a 6 — tudo num ambiente de drama e de negociação dura. Conversei com Brosio, Rusk, Schroeder, Couve de Murville, Michael Stewart. Um ponto é para mim claro: no fundo, estamos perante o problema alemão e o eterno duelo entre a França e a Alemanha. Paris tem o pavor da velha Germânia; e esta sabe que a velha França quer sempre uma Alemanha fraca, dividida, limitada a um papel, senão subalterno, pelo menos inferior ao da França. Schroeder convidou-me a visitar oficialmente a Alemanha: aceitei: e foram mesmo marcados os dias 12 a 17 de Setembro. Rusk insistiu em que eu fosse a Washington, e misteriosamente perguntou-me se eu não voltava ao Brasil. Couve de Murville disse-me que a atitude portuguesa no diferendo franco-alemão fora de uma habilidade consumada, própria de um grande virtuosismo diplomático.

Bruxelas, 6 de Maio — Jantar no Palácio, oferecido aos ministros pelo Rei. Depois, Balduino mandou-me chamar, e quis ter a sós uma extensa conversa. Muito jovem, tímido, um pouco lento de expressão, mais parado do que calmo. Mil perguntas sobre Salazar. Não o afirmou, mas pressenti admiração pela nossa política em África; e pareceu-me muito pouco entusiasta pelos americanos. Aproximou-se a Rainha Fabíola. Em verdade, não se distingue pela beleza; mas impõe-se pela simpatia, pela sua autenticidade, pelos seus olhos irradiantes e vivos; e está em permanente adoração pelo Rei e este por ela. Fabíola falou-me de Cascais, que a encantou; de Alcobaça, que a maravilhou; de Fátima, que a comoveu; de Coimbra, que a seduziu; e de outras coisas portuguesas, que a cativaram. Tentou aprender portu-

guês, mas é muito difícil, e desistiu. No conjunto, um trono de sólidas virtudes burguesas, honesto, digno, ao serviço da grei, com elevação mas sem pretensões nem fausto. Por comparação, e apesar de tudo, a monarquia de Buckingham Palace é ainda uma monarquia imperial.

Bruxelas, 8 de Junho — Rápido passeio por Bruxelas. É um grande arrabalde de uma grande capital que não existe. Tem algumas maravilhas únicas: na Grand-Place, recua-se tanto no tempo que me espanta de não ver surgir Carlos, o *Temerário,* acompanhado dos seus vassalos e homens de armas; Santa Gúdula não chega a ser uma jóia entre as catedrais da Europa, mas vale uma hora de atenção; e já no arredor, o Parque de Laecken tem um fascínio que não consigo explicar. No mais, Bruxelas é uma cidade incaracterística, salvo pela sua expressão de alta burguesia, de gente abastada que vive bem instalada, mas que trabalha a mais não poder; e o seu casario, os seus *boulevards,* a sua *Rue de la Loi,* os seus armazéns, e hotéis, não ressumam espírito, ou mística, ou sentido de vida que a particularize ou lhe dê personalidade. É francesa ou germânica a cultura; é hanseática e de feitoria a sua actividade económica e financeira; e os seus militares têm por vezes o ar de mercenários que se batem por valores que não são claros. Dir-se-ia que a Bélgica é para os Belgas o seu *território,* mas não a sua *pátria.* Dentro de mais cem ou duzentos anos talvez o venha a ser.

Lisboa, 10 de Junho — Depois do Terreiro do Paço, pela tarde, no Palácio de Belém, Marcello Caetano e eu recebemos das mãos do Presidente da República, respectivamente, a Grã-Cruz de Santiago e a Grã-Cruz da Torre e Espada, com os seus colares. Estava presente a alta-roda: Mário de Figueiredo, Luís Supico Pinto, Azeredo Perdigão, Theotónio Pereira, Silva Cunha, Galvão Telles, Nosolini, André Gonçalves Pereira, ainda outros. Cumprimentos, felicitações, parabéns. Diz-me Marcello Caetano, sabedor de todas estas minúcias históricas, que antes de mim e nas mesmas funções apenas o Marquês de Soveral e Augusto Soares receberam nos últimos setenta ou oitenta anos a mesma condecoração. Enfim, mais uma cicatriz da vida, como diz o António de Faria.

Lisboa, 14 de Junho — Recebo numerosas felicitações de pessoas anónimas, que não conheço, ou de homens politicamente aposentados; os que

conheço, ou estão politicamente activos, ficaram compreensivelmente silenciosos. Sobretudo os mais — íntimos. Como resultado de tão alta condecoração, devo ter duplicado ou triplicado o número dos meus inimigos.

Lisboa, 17 de Junho — Encontrei o chefe do governo de perna estendida: afinal, segundo o médico e umas radiografias, partiu dois dedos de um pé. Está agora ligado, não será preciso gesso, mas terá para duas ou três semanas. Disse-lhe que eu recebera um jornalista inglês, Hugh Kay, que deseja empreender uma biografia dele, e pretende para o efeito ter sucessivas entrevistas com o futuro biografado. Salazar alarga-se num comentário de algum sabor: «*Biografias só interessam de pessoas que tenham um futuro político. Não é o meu caso. Eu só tenho um passado político; e isso, por conhecido, não interessa a ninguém. Cheguei ao fim. Os que vierem depois de mim, vão fazer diferente ou vão fazer o contrário e contra mim, e isso é que interessa. Ainda interessou o livro de Christine Garnier, mas isso foi há muitos anos, eu ainda tinha então um futuro político, e Madame Garnier pôde estar comigo semanas e assim assistir à minha vida de todos os dias, numas férias em Santa Comba. Mas isso foi dantes. Hoje estou no fim, mais dia menos dia; e quando se esta para morrer ou desaparecer politicamente não interessam biografias*». Respondi que mais do que a figura de um homem se pretendia sobretudo a *biografia* de uma política e de uma época, e isso era de interesse no presente e no futuro. Salazar acabou por consentir em receber Hugh Kay. E acrescentou que efectivamente tem sido procurado pelos chefes de muitos movimentos de juventude, sobretudo franceses, o que explica pelo facto de, no meio da confusão e da falência, a política portuguesa dar a sensação de ter princípios e de se estar a realizar.

Lisboa, 20 de Junho — Fui a Belém fazer o meu relato rotineiro, acerca da situação internacional, ao Presidente da República, e este anunciou-me que ia impor o nome de Salazar à ponte sobre o Tejo.

Lisboa, 23 de Junho — Recebo a visita dos Profs. Adelino de Palma Carlos, Costa Leite e Raul Ventura: dizem-me que, em nome do Conselho da Faculdade de Direito de Lisboa, me felicitam pela honra da condecoração com a Torre de Espada, e exprimem o orgulho que a Faculdade sente

por tal honra haver sido ganha por um seu antigo aluno na defesa da Nação e seus direitos, que a todos são queridos e em que todos comungam. Admiti que não ouvia sem emoção as palavras de Palma Carlos, que falou por todos.

Lisboa, 29 de Junho — Concluí as reuniões que, a seu pedido, tenho realizado com goeses residentes em Lisboa. Assunto: acção política a empreender no futuro com o objectivo de evitar a integração de Goa no Estado de Madrasta, o que por completo destruiria a individualidade goesa. É evidente que no futuro a indianização de Goa será um facto: culturalmente, nada restará de Portugal, salvo alguma igreja ou casa típica, e uma ou outra palavra que os eruditos registarão. Apurei, por outro lado, que a União Indiana já tem conhecimento de que efectuei estas reuniões.

Lisboa, 12 de Julho — Convite da Câmara Municipal de Lourenço Marques para ali proferir uma conferência em 24, aniversário da sentença de MacMahon em favor de Portugal.

Lourenço Marques, 22 de Julho — Cidade imaginada em grande, planeada em grande, executada em grande. Largueza, vastidão, arrojo, eis o que me impressiona em Lourenço Marques. Ao mesmo tempo, tem zonas de encanto, ou de nobreza, ou de recolhimento. Menos portuguesa do que Luanda, por influência da África do Sul, mas ainda assim muito portuguesa. Esbarra-se a cada passo com as sombras de Mouzinho, António Enes, Caldas Xavier, Paiva Couceiro, outros ainda. A Polana, a Ponta Vermelha, tem sortilégio. Somos grandes, dinâmicos, visionários e bravos no Ultramar — e somos pequenos, provincianos de pacotilha nos cafés, nas tertúlias literário-políticas, nas confabulações dos salões pequeno-burgueses e superiormente intelectuais de Lisboa. Quando se vê a pujança, a força portuguesa em Lourenço Marques, na Beira ou em Luanda, aperta-se de mágoa o coração ao pensar no que se vive em Lisboa, ao reflectir nas preocupações de Lisboa, nos *dramas morais* de Lisboa. Em África, os portugueses abrem, rasgam, iniciam, levantam, constroem, produzem, rebentam ou triunfam, e quase sempre triunfam — e mandam para as urtigas do inferno as Nações Unidas e os sagrados princípios dos outros. Em Lisboa, debate-se,

discute-se, duvida-se, hesita-se — e parece que há quem passe noites de insónia a ponderar se o facto de Portugal não cumprir uma resolução da ONU prejudica a humanidade, ou a tremer como vara verde perante o desprazer americano, ou britânico, ou afro-asiático. O que assombra é que os nossos intelectuais, ou os nossos altruístas, ou os nossos sujeitos de grandes princípios, não vêem que as potências *inventam* os princípios que servem os *seus interesses* e que se riem da humanidade, e do progresso e liberdade dos negros, e dos direitos humanos dos outros, etc. Há cegueira até mais não poder. Aqui em Lourenço Marques, como em Luanda, compreende-se bem isto: o que está em causa não é saber se os territórios são ou não independentes: o que está em causa é saber se os territórios se desenvolvem com Portugal para poderem ser *realmente* independentes dentro de 50 ou 70 anos, ou se são escravizados e explorados por interesses imperiais de modo a que não possam ser efectivamente independentes em futuro previsível, se é que alguma vez o poderiam ser, subjugados como ficariam por um neo-colonialismo brutal. Mas em Lisboa o dilema é outro: saber se Portugal cumpre rigorosamente todas as vírgulas de uma resolução da ONU, que as grandes potências mandaram a organização votar. E não saímos disto.

Lourenço Marques, 24 de Julho — Conferência no Salão da Câmara Municipal. Não cabia mais uma pessoa. *Debate Antigo* foi o título que dei à palestra. Linha adoptada: demonstrar que os ataques ao Ultramar português são cíclicos, são sempre feitos em nome de alevantados princípios que Portugal é acusado de não cumprir, e são sempre desencadeados pelas grandes potências da época ou por seu impulso. Talvez o que eu disse não tenha sido inútil para o ânimo dos que me ouviram.

Luanda, 26 de Julho — No regresso a Lisboa, aproveito a paragem em Luanda, e ainda corro ao Governo-Geral a falar com o Governador Rebocho Vaz. Grande surpresa no aeroporto: encontro o meu querido amigo Domingos Monteiro. Homem da oposição, decerto, mas patriota até ali, e ultramarinista como não há outro, no estilo de Norton de Matos. E grande escritor, além do mais. Que faz em Angola? Diz-me: tratar de alguns assuntos da Fundação Gulbenkian, mas sobretudo mergulhar num banho saudável de lusitanismo.

Lisboa, 29 de Julho — Longa entrevista com o jornalista Saporiti, para um artigo no *Times*. Saporiti apresentou três questões fundamentais: futuro do Ultramar, sucessão de Salazar, evolução das estruturas políticas nacionais. Falei abertamente de tudo, sem inibições nem constrangimentos. À saída, disse-me que esperava escrever um artigo que lhe permitisse voltar a ver-me. Repliquei-lhe que em qualquer caso me voltaria sempre a ver, desde que o quisesse.

Lisboa, 4 de Agosto — Ontem, jantar na Embaixada do Brasil. Estava o Núncio. Depois do Jantar, ficámos um tanto à parte. Demorada conversa. Monsenhor diz-me, sem ambages, que lera a minha conferência de Lourenço Marques e que gostara muito. «*J'ai été très impressioné*», afirmou o Núncio. Não havia dúvida de que eu sublinhara aspectos convincentes. Monsenhor acrescentou que o corpo diplomático em Lisboa ficara também muito impressionado. A rir, repliquei: «*Salvo o embaixador de Inglaterra, decerto*». Mas o Núncio não se acanhou de dizer que tinha razões para pensar que também esse ficara «*tocado*». Monsenhor Furstenberg concluiu por recomendar que não deixasse de fazer traduzir para inglês e francês o texto de Lourenço Marques. Mas o problema fundamental não é convencer os estrangeiros: é convencer os portugueses, os bons dos portugueses.

Lisboa, 5 de Agosto — Ao aeroporto esperar o general Muñoz-Grandes. Alegre, bem-disposto. Afirmou-se «*entranhadamente*» amigo dos portugueses. É a primeira afirmação que todos os espanhóis logo nos fazem, sem que lhes perguntemos seja o que for e sem pretexto ou motivo para a fazerem. Por que será? Por mim, não tenho dúvidas quanto à resposta.

Lisboa, 6 de Agosto — Inaugurada a Ponte sobre o Tejo. Oficialmente, ficou designada Ponte Salazar. É uma construção que, além da sua grandeza, será *moderna* durante os próximos cinquenta anos.

Lisboa, 8 de Agosto — Ao cair da noite, quando me encasacava para ir à recepção em Queluz, telefona-me Salazar. Conversa morosa sobre matéria de política externa. Depois, falamos da Ponte. Diz-me Salazar: «*Então*

não viu o Presidente da Câmara de Lisboa comparar-me a Nuno Álvares!? Já outro dia os vereadores disseram coisas horríveis, e agora temos isto. Se soubesse, tinha-lhe dito para cortar toda a segunda parte do discurso. O que me salva é que não acredito em nada daquilo. O que nos salva a todos é que ninguém acredita».

Lisboa, 16 de Agosto — Disse o secretário do ministro da Defesa ao meu secretário que havia um grupo, de gente da situação, organizado e pronto a um golpe de Estado ao primeiro pretexto. Comunico isto a Salazar, no Estoril. Responde o Presidente do Conselho: «*Não sei de nada, é a primeira vez que oiço falar nisso, vamos aos nossos assuntos*».

Lisboa, 2 de Setembro — Quase contínuas negociações com os brasileiros sobre o acordo cultural. São difíceis os homens do Brasil, e parece ficarem muito ofendidos quando não aceitamos os seus textos, ou lhes propomos umas singelas emendas. Mas lá vamos avançando alguma coisa. Chamei o embaixador do Brasil, e observei-lhe que em todas as declarações de fundo, a pronunciar pelo chanceler brasileiro na sua próxima visita, não se incluía uma frase, uma referência, uma simples alusão ao ultramar e aos graves problemas que ali enfrentamos. Disse-lhe que estão obcecados e fascinados com o nosso ultramar; mas quando se trata de apoiar a nossa política, então fogem mais rápidos do que o diabo foge da cruz. Concordou o embaixador, e disse que ia fazer os possíveis para remediar o que eu lhe apontava. Apesar de tudo, é natural que da visita, dentro de dias, alguns resultados se possam conseguir em favor da famosa Comunidade Luso-Brasileira.

Lisboa, 3 de Setembro — Fui encontrar Salazar a ler jornais espanhóis. Começou a conversa por me dar parte das suas preocupações sobre o que se está passando em Espanha, em matéria de imprensa, agitação política, e assim. Interpretação de Salazar: «*O Franco está fazendo uma experiência, criando um princípio de caos para depois ter fundamento para fazer regressar tudo ao começo e à sua autoridade; ou Franco está diminuído física e mentalmente, e encontra-se desinteressado, o que aliás parece ser coisa de família, onde é hábito o enfraquecimento cerebral depois de certa idade;*

ou então Franco está efectivamente convencido de que a Espanha tem de mergulhar no que se diz serem as ideias modernas da Europa, quanto ao socialismo, a democracia, a doutrina das encíclicas, etc. Em qualquer caso, temos de estar com atenção à Espanha, e pode ser que se aproximem de novo tempos difíceis com aquele país». Falámos depois das coisas internas. Um traço geral: *«Se não tivéssemos um problema ultramarino, não se me dava de um bocado de caos e confusão cá dentro, acho divertido um bocado de dis-tu, direi-eu; mas por causa do Ultramar, tenho pavor que isso aconteça, e há que evitá-lo».*

Lisboa, 3 de Setembro — De madrugada, pelas 6,30 horas, chegou o chanceler brasileiro, Juracy de Magalhães. Bem-disposto; declarações simpáticas mas inócuas; de forma geral, reserva mental quanto ao nosso ultramar. Ao fim e ao cabo, os brasileiros querem que Moçambique e Angola, sobretudo Angola, se tornem independentes de Portugal e dependentes do Brasil. É assim; mas trata-se a meu ver de erro colossal da parte do Brasil, e de uma opção grave contra os interesses nacionais brasileiros, porque a África portuguesa, quando perdida por Portugal, não se tornará brasileira mas presa de interesses imperiais de que o Brasil estará ausente. Porque mo pedira, levei Juracy pela tarde às lezírias do Ribatejo, a uma festa de touros. Falei muito com Donatello Grieco: este confessou que nunca acreditara que Portugal ganhasse a partida em África: mas julga que essa está efectivamente ganha por nós. Juracy, absorvido nos touros e na paisagem.

Lisboa, 8 de Setembro — Partiu o ministro brasileiro. Confirmei a impressão que me fizera quando o encontrei na Baía, em 1960, num Colóquio Luso-Brasileiro. Era Juracy então governador da Baía e candidato à Presidência da República. Presidindo à vasta mesa de jantar no Palácio do Governo, Juracy convidava quantos apareciam e, ao passo que eram absorvidas largas travessas com montanhas de *vatapá*, constantemente renovadas, ia distribuindo benesses políticas — para o caso de ser eleito. Mas ficava sempre calmo, não perdia a dignidade, e revelava agudo sentido político no plano *eleiçoeiro*. Ainda é o mesmo homem, mais temperado por uma estadia em Washington como embaixador, e sem ter sido presidente. Está agora muito receoso da demagogia no Brasil. E precauto a mais não poder: foram-lhe arrancadas a ferros as poucas frases que disse quanto ao

nosso ultramar. Muito pró-americano, e ao que suspeito muito nas mãos dos americanos. Foi aliás muito nítido: depois de duas horas de uma exposição maciça que lhe fiz sobre África, disse-me que o Brasil nada faria quanto ao nosso ultramar, e em nosso favor, se isso prejudicasse as suas relações com os Estados Unidos. Também nada que prejudicasse os interesses brasileiros, e nisso está evidentemente certo, salvo na medida em que Juracy me parece ver os interesses brasileiros num excessivo enfeudamento a Washington, quando deveria ver que são os Estados Unidos que tremem se o Brasil, em assuntos portugueses ou latino-americanos, bate o pé a Washington, e daí a força de uma Comunidade Luso-Brasileira. Mas os acordos que assinámos apesar de tudo — cultural, de colaboração económica, etc. — causaram alguma impressão, e na verdade traduzem algum apoio do Brasil à nossa política. Mas há no Rio uma reserva mental: querem aproveitar-se de nós e mostrar uma amizade que nos anestesia para, à custa desta, e na aparência desta, conseguirem os seus desígnios em Angola. Há no Brasil uma incipiência imperial, talvez ingénua de momento, mas para nós com algum perigo.

Lisboa, 9 de Setembro — Bom ambiente na opinião pública perante a assinatura dos acordos com o Brasil. Nós somos um povo de subservientes perante o estrangeiro: parece que aos cônsules dos Estados Unidos e do Brasil em Luanda e em Lourenço Marques todos se curvam com temor reverencial e dizem tudo, confessam tudo, discutem tudo, respondem a tudo. Dir-se-ia que aqueles cônsules são vice-reis. Como pôr termo a isto?

Lisboa, 10 de Setembro — Salazar volta a falar de Espanha. Está crescentemente preocupado com a vaga de *liberalização* do regime espanhol, imprensa, hábitos, etc. Porque, diz o Chefe do governo, *«uma guerra civil ou uma revolução em Espanha não tem mais consequências do que uns tantos mortos e umas tantas ruínas; entre nós, seria a perda imediata do Ultramar. E é este o nosso drama»*. Justamente, Cunha Leal acaba de dirigir uma nova carta a Salazar, pedindo autorização para fundar um partido político.

Assassinado Verwoerd na África do Sul. Este crime é prenúncio de quê?

Bona, 12 de Setembro — Em avião militar português chego a Bona para visita oficial. Estava previsto pelos alemães que o nosso avião aterrasse às

10 horas — e o nosso avião aterrou às 10 horas, nem segundo a mais ou a menos. Admiração dos germanos, e minha também. Schroeder e mulher esperam-nos, à minha mulher e a mim. E logo se mergulha na minúcia exaustiva e na eficiência teutónica. Não nos pertencemos mais. Cada minuto, cada segundo está programado, anotado, comentado, ocupado, regulamentado, com instruções específicas, com limites rigorosos, com objectivos precisos. Serviços de protocolo, serviços de segurança, serviços de relações públicas, serviços de turismo, serviços genéricos (para a hipótese de querermos uma aspirina ou um atacador de sapato), encontram-se à nossa disposição, e cuidam de nós, tomam-nos, seguem-nos, perguntam-nos, pressentem-nos, palpitam-nos, antecipam-se, adivinham-nos, com interesse angustiado, com solicitude inquieta. E assim se mergulha em Bona. Cumprimentos a autoridades: é o burgomestre, são outros mestres de senados, de câmaras, de universidades, de corporações, mil mais. Conheci a Alemanha, nesta mesma área, em 1957; voltei à República Federal em 1959; e nesta terceira visita encontro diferença de ficar estupefacto. Tudo parece alindado, limpo, escarolado. Nas ruas não há um lixo, nem um cisco; nos grandes prédios e nas pequenas moradias, nada está por consertar ou por pintar; e de tudo ressuma uma sensação de desafogo económico, de conforto sólido, de bem-estar social, de organização eficiente. Entre Bona, Düsseldorf, Bad-Godesberg — tudo está ligado e ao olhar estrangeiro dir-se-ia um só ajuntamento — topam-se ricas casas isoladas dentro dos seus parques, com os seus telhados muito inclinados para fazer escorregar a neve durante a invernia, com as suas janelas duplas, com as suas persianas de tabuinhas agora abertas de par em par e debruçadas sobre canteirinhos de flores por debaixo de cada parapeito. Mas no conjunto não há alegria, nem colorido: as paredes são esbranquiçadas ou acinzentadas. Tudo é conservado como novo, mas nada tem ar moderno. Praças irregulares vão desembocar em arcos que deveriam conduzir à Idade Média; e em recantos há comércios ao ar livre, de flores, de fruta, de mil bugigangas cuja natureza não é imediatamente óbvia, e que são vendidas por mulheres vestidas com os garridos trajos folclóricos locais. Mas no ambiente paira qualquer coisa de antigos tempos. Não são apenas Goëthe, e Beethoven, e Schiller, que andaram por aqui. Há uma sensação muito mais profunda de recuo nos séculos: as velhas tribos germânicas, com os seus Nibelungos e as suas Walkirias, deveriam ter vivido nestas paragens e o Walhala não deve pairar longe. Mas há que regressar a Schroeder, à realidade política e ao banquete desta noite.

Bona, 13 de Setembro — Vou cumprimentar o Chanceler Ludwig Erhard. É o homem do *milagre económico* que lançou a Alemanha no crescimento decisivo e na prosperidade. Mas é também o *chefe* de um grande país? Tenho aí as minhas dúvidas. No quadro político criado e garantido pelo velho Konrad Adenauer, conseguiu Erhard cumprir uma tarefa de relevo histórico. Mas o velho Adenauer desapareceu; e entregue a si próprio não tem Erhard conseguido ser o *chefe* nacional. Conheci Erhard em Lisboa, na sua visita de 1961, como ministro da Economia da Alemanha. Deu-me hoje a impressão de ser um homem profundamente preocupado, e sempre ausente da conversa; e inquieto, receoso, hesitante perante o que quer que fosse que o obcecava. Não me deu a sensação de aderir por inteiro à realidade do momento, nem de capacidade de dominar o pensamento para se concentrar num só assunto ou problema; nem demonstrou a calma própria de quem arreda os demais cuidados, e tem o tempo todo à sua frente para se ocupar do seu visitante. Estas são as características das personalidades totais e dos chefes. Não me apercebi de que Erhard as possua. Mas pareceu-me um germano típico: feições sobre o tosco, e rubicundo, sustentado a bife de javali com muita compota, e fumando com ar abastoso o charuto caro de quem goza de prosperidade e conforto.

Bona, 14 de Setembro — Recepção de Schroeder num hotel sobranceiro ao Reno. Está a alta-roda da política, da finança e da economia da Alemanha Federal: Abs, Fritz Berg, von Bohlen und Harald, Sohl, Mommsen, outros ainda. E os políticos: à frente destes, Franz Strauss, ministro da Defesa. Forte, sólido, todo redondo, mas mais sofisticado do que Erhard, menos germânico e mais bávaro; e muito seguro de si, com o porte e a atitude de quem se sente cheio de futuro. Ao contrário do que se poderia pensar, a atmosfera é alegre, leve, com o humor teutónico; e conversa-se francamente, sem rodeios, sendo particularmente explícitos os homens da economia e da indústria. Que síntese posso fazer do que ouvi? Notei forte sentimento antiamericano e antibritânico, muito mais do que antifrancês; há uma clara obsessão com o Mercado Comum, e com as relações deste com a EFTA, devendo ser objectivo da Alemanha realizar através da Comunidade Económica Europeia o que Hitler não pôde alcançar pela força das armas; preocupação com a NATO; e uma nítida e apurada consciência da força actual da Alemanha. Está a República Federal segura de que concluiu a sua reconstrução interna e de que se lhe abrem várias opções em

novas aventuras externas. Tem a escolher uma política com o Ocidente, uma política neutralista, uma política com o Leste; e não me parece que, no fundo do seu ânimo, os alemães considerem incompatíveis a política com o Ocidente e a política com o Leste; e isto porque ambas são necessárias para que se torne realidade o sonho da reunificação germânica (que adivinho muito vivo em todos). Em qualquer caso, a Nova Germânia anseia por uma política independente. Não aceitam mais qualquer limitação de armamento imposta de fora, e isso tanto no plano convencional como nuclear; mas não lhes repugna a neutralização, ficando entendido, no entanto, que concentrarão todos os seus poderosos recursos na expansão económica. Isto não o querem os aliados: uma Alemanha sem despesas militares, enquanto o Ocidente despende rios de dinheiro com armas, seria uma Alemanha que em dez anos dominaria económica e industrialmente a Europa e parte do Mundo. Por isso, hão-de os aliados pretender que uma Alemanha, se neutralista, *pague* o que corresponde às forças que teria se estivesse normalmente armada; mas este ponto não o toleram os alemães. De modo que devemos estar preparados para, a prazo, assistirmos a transformações importantes do lado alemão. Dir-se-ia que os aliados ocidentais estão a praticar de novo o erro cíclico: querem que a Alemanha colabore numa política que por outro lado lhe cerceia a satisfação de todos os objectivos nacionais. Todos aqueles homens da banca, da indústria e da economia são unânimes em afirmar que a Alemanha pode estar em vésperas de opções decisivas; todos se referem aos «*territórios alemães actualmente ocupados pela Polónia*», frase explosiva de significado, e de intenções. De todos os modos, o problema alemão continua a ser o problema central da Europa: uma Alemanha apoiada a Ocidente e desempenhando o papel de fronteira perante o eslavo, ou uma Alemanha entendida com o Leste contra ou pelo menos alheada de um Ocidente enfraquecido?

Berlim, 15 de Setembro — Junto ao *muro da vergonha,* observo o *lado de lá.* Não deixa de se sentir um cenário de história ao contemplar Potsdam Platz. À esquerda de quem olha a Porta de Brandenburgo, vê-se um montão de terra coberto de erva daninha: é o que resta da grande chancelaria do III Reich e do abrigo de cimento onde Hitler se suicidou, tendo o seu corpo sido depois destruído pelo fogo a pouca distância. Em frente, rasga-se a Avenida das Tílias: árvores recentemente plantadas não atingem porte por aí além, mas estão vicejantes; e a um lado e outro há ainda ruína e mais

ruína, e tudo tem aspecto de desolação assombrada. Para lá, perpendicular à Avenida das Tílias, fica a famosa Wilhelmstrasse, onde Ribbentrop pontificou com a arrogância de quem julga o mundo a seus pés. E ainda avisto o Tiergarten e a coluna da Vitória: na aparência, estão intactos. E tudo é como recuar vinte anos no tempo. Ninguém ousa falar nisso, mas por toda a parte esvoaça a sombra de Hitler, saudosa para alguns, sinistra para o maior número. E não só do homem que fez estremecer o mundo. Também os fantasmas de Goering, de Himmler, de Goebels, parecem ainda agitar-se e emergir de cantos invisíveis para afligir ou captar os espíritos de hoje. Mas as grandes evocações não se encontram apenas para além do *muro da vergonha*, eriçado como está de arame farpado, de sentinelas, de vigias postados em guaritas de madeira assentes sobre altas estacas. Também para cá do muro, em Berlim Ocidental, tudo fala da história alemã. E Berlim, a grande Berlim de antes da guerra, deveria ter sido uma cidade de apelo cultural e boémio, e de grande sortilégio. Hoje, Berlim Ocidental está sendo destruída por uma modernização maciça e hedionda: largas caixas e caixas de cimento e vidro atiradas a esmo para os espaços que foram devastados pelos bombardeamentos aéreos. Mas escaparam os parques, os lagos, e sobretudo alguns quarteirões de muito antes da catástrofe. Palpita aí todo o velho encanto de Berlim. No casario que ainda resta, pressente-se que abrigaria uma vida intensa. Não são altas as casas e todas são muito uniformes, pintadas de cores carregadas, quase todas de vermelho torrado, com a solidez de uma alta burguesia, apoiada nas suas empresas, no seu comércio, nas suas bem providas contas bancárias. Do mesmo passo, porém, pressente-se que deveria ter existido uma actividade criadora em todos os domínios, de espírito, de cultura, até de estúrdia.

Consoante o programa, vou cumprimentar Willy Brandt, o burgomestre de Berlim Ocidental. Alcançou fama mundial durante o bloqueio russo da cidade, pela maneira como aproveitou os recursos que o Ocidente lhe enviou e como organizou a resistência moral ao cerco soviético. Mas da conversa de hoje não fiquei muito impressionado. Homem sereno, sem dúvida, mas hesitante, sem largura de horizonte, com informação política sobre o escasso e superficial. Socialista confessado, e aceite como tal no partido; mas não fiquei convicto da sinceridade do seu anticomunismo; e se um dia a República Federal praticar uma política a Leste, Willy Brandt será o executor. Mas foi cordial e urbana a conversa, e ficou obviamente agradado com o elogio que fiz da sua personalidade e do seu papel de relevo que ultrapassou as fronteiras alemãs. E falei com o general francês que representa

o seu país na comissão aliada: este acha que o alemão é somente um povo de comerciantes, e nada mais, e como tal deverá ser tratado.

Hamburgo, 16 de Setembro — Numa lancha a motor corremos o porto interior de Hamburgo. Foi maciça a destruição, até aos alicerces; mas no que toca a instalações portuárias tudo parece reconstruído. Em terra, pela cidade, ainda há ruína que basta para dar ideia da devastação tremenda. Como em Berlim, porém, um ou outro bairro escapou à violência e ao incêndio. Sou levado a visitar o grande edifício do Senado Livre de Hamburgo, que sobreviveu ao drama. Nos salões, na colecção de relíquias, nos gabinetes para reuniões e administração, nos quadros e nas gravuras com retratos de dirigentes de antanho, no trabalho acumulado em dourados de paredes e colunas, em tudo vive o velho espírito arrojado das Ligas Hanseáticas, que prosperaram pelo comércio em todo o mundo da Idade Média. Tive uma sensação inusitada: ao passar de uma quadra a outra, por entre marcas de faustos idos e sinais de riqueza e sólido poderio económico, cotejei a sede do Senado Livre de Hamburgo com o Palácio da Bolsa do Porto: e ambos documentam até onde pode levar a audácia na iniciativa, o empenho no trabalho, o gosto do risco no empreendimento, o mérito individual na acção.

Grande colónia portuguesa em Hamburgo. Provoquei um encontro com os seus dirigentes e algumas centenas dos seus membros. Impressionou-me o seu patriotismo.

Trier, 17 de Setembro — Tomámos um avião para o sul, minha mulher e eu, acompanhados pelo casal Schroeder, e depois de um cruzeiro pelo Reno e pelo Mosella, aportámos a Trier, cidade da Renânia e do velho Palatinado. Aqui, como em Trittenheim e Wiltick, voltámos a respirar séculos de tempo antigo. Trier, sobretudo, tem o sortilégio de todas as cidades que foram centro de cultura, de actividade económica, de poder político. São as ruínas de Treveri (ao que parece uma tribo céltico-germânica) que data de quatro séculos antes de Cristo; são os templos cristãos, que marcam Trier como centro de cristandade ao norte dos Alpes; são as relíquias do Santo Império Romano; é o casarão imenso que, segundo os cronistas, Constantino ergueu para abrigar o seu trono e dar festas imperiais; é o museu episcopal que transborda de peças dos tempos de Roma e da Idade Média; e

é finalmente o local em que, segundo se afirma, nasceu Karl Marx. Encostada no sopé de uma montanha e cercada de outras, Trier é centro da Mosella. Num rápido passeio pelos arredores, abarca-se uma larga vista da região: monte após monte, sucessivos degraus verdes de vinhedo sobem ao topo: são os socalcos do vinho da Mosella. E visitámos a base americana da Mosella. Que contraste! Sinais da soberania americana e do famoso «*american way of life*» invadem, esmagam tudo: dir-se-ia que de repente estamos num torrão feito à imagem e semelhança de Brooklyn ou de Oklahoma.

Bona, 18 de Setembro — Uma última noite em Bona antes do avião para Franckfurt e Lisboa. Encontro de novo num jantar privado o homem da indústria alemã, Fritz Berg. Diz-me este: «*Em África, vocês, a Rodésia e a África do Sul já ganharam a partida. Sobretudo vocês, portugueses. Agora é uma questão de jeito e de paciência*». Pergunto aos meus botões: acaso temos nós jeito e paciência? Por outras palavras: temos nós visão e vontade?

Lisboa, 19 de Setembro — Tenho consciência de que na Alemanha prestei bom serviço a Portugal — que conta acima de tudo. Quando se compara o que se faz fora das fronteiras com o que se passa dentro das nossas paredes, não pode deixar de se sentir amargura perante as tricas e nicas do interior. A elite, o chamado escol, os intelectuais, os sujeitos que sabem coisas e têm teorias, mas que ignoram o que é Portugal e não o sentem, ainda hão-de levar este país à ruína, deitando tudo a perder, se o povo não fizer ouvir a sua voz.

Lisboa, 20 de Setembro — Bomboko, ministro dos Estrangeiros do Congo, está em Bruxelas, e chamou Eduardo Leitão, e reclamou contra uma concentração de forças e material que estaríamos fazendo em Vila Luso para ataque ao Congo. Leitão negou desde logo, e pelo telefone eu disse-lhe para reiterar a negação, de forma categórica, e passar à ofensiva, apresentando as nossas queixas contra o Congo. Em Kinshasa, Mobutu, numa conferência de imprensa, repete as alegações de Bomboko e adianta que se queixará ao Conselho de Segurança. Bomboko é uma criatura dos belgas, que o apoiam e lhe pagam como a um servo. Mobutu é uma criatura dos

americanos, que o apoiam porque, embora o coronel faça uma política de esquerda, sempre constitui um instrumento útil contra nós e em favor da penetração dos Estados Unidos no Congo. Que estará por detrás da insólita iniciativa do Bomboko? Onde quererá este chegar?

Lisboa, 21 de Setembro — Quando no dia-a-dia nos suspendemos uns minutos para reflectir no que é Portugal, temos de sentir que são prodigiosos os esforços deste país para sobreviver. Que permanente drama! Nunca encontrámos, no decurso da nossa história, uma aliança em que se pudesse confiar sem reservas. Pelo auxílio britânico, efectivo como muitas vezes foi, não raro houve de pagar um preço leonino; quanto à Espanha, temos de estar em guarda permanente porque nunca nos perdoou nem perdoará a nossa independência; e a cada imperialismo que surge — seja a Rússia, sejam os Estados Unidos — é um novo inimigo que surge também, que procura subordinar-nos na metrópole e conquistar-nos no ultramar. São amigos a França e a Alemanha, e acaso mais desinteressados que outros; mas nunca chegarão a extremos para nos defender. Resta o Brasil. Mas o Brasil cresce, cresce, e já se lhe descobrem objectivos ou desígnios imperiais, aliás ingénuos no que respeita ao nosso ultramar. Que nos reservará o futuro?

Lisboa, 22 de Setembro — Passo a tarde a tratar da queixa do Congo ao Conselho de Segurança. Telefonemas para Nova Iorque, informações, directrizes, mil coisas. Parece delirar o Congo, e pela primeira vez, na carta que remeteu ao Conselho, fala em *estado de guerra*. Quem estará por detrás de tudo isto? Parece impossível não imaginar os americanos.

Conversa detida com o general Araújo. Fiquei estupefacto e alarmado. Entendia que se devia autorizar a fiscalização em Angola, ainda que o Congo não a permitisse no seu território, e no decurso da troca de impressões mostrou-se desanimado e quase vencido. Disse-me: «*Temos inimigos por toda a parte. Em África, agora são já brancos, pretos, amarelos, eu sei lá. E cada vez melhor armados. Estamos numa posição sempre negativa, temos de mostrar a nossa sinceridade, a nossa boa-fé, para conquistar a simpatia e a boa vontade do mundo*». Mas os outros convencem-se com sinceridade e boa-fé? E estão os outros actuando com sinceridade e boa-fé? Valha-nos Deus, que bem precisamos.

Lisboa, 24 de Setembro — Assaltada, roubada, saqueada a nossa Embaixada em Kinshasa, tendo o Ressano Garcia, ao que parece, sido raptado. Sigo para o Ministério, e no caminho esboço um plano de acção. Assim: nota oficiosa dando ao país notícia do acontecimento; queixa imediata ao Conselho de Segurança; protesto junto da missão congolesa em Nova Iorque; pedido de intervenção do Secretário-geral da ONU; pedido de intervenção humanitária da Santa Sé e da Cruz Vermelha Internacional. Executo desde logo este plano, e comunico-o depois a Salazar, que o aprova inteiramente. Ficou calmo; mas escondeu mal a sua cólera. Pelo meio da tarde, as notícias indicam que os nossos funcionários estão vivos, embora maltratados e alguns feridos. Bomboko exprimiu desculpas e lamenta o acontecimento numa declaração em Kinshasa. À noite, chega o primeiro telegrama de Ressano Garcia: toda a Embaixada foi destruída no interior e tornada inabitável. Na opinião pública, aqui e em Angola, houve alguma emoção. E ao fim deste agitado sábado, a minha impressão é a de que consegui organizar contra o Congo um denso ambiente internacional, mesmo um cerco político, através de intervenções que deixam aquele pessimamente colocado. Pensei em ameaçar o Congo de cortarmos o caminho-de-ferro, obstruirmos a foz do rio Zaire, e concentrar tropas na fronteira; mas pareceram-me medidas muito graves, a reservar para outras ocasiões, que decerto surgirão.

Lisboa, 26 de Setembro — Parlamento congolês aprova uma moção sugerindo o corte de relações com Portugal, e o fecho de todos os consulados estrangeiros no país. Também ameaçam a Espanha, se continuar a dar guarida a Tschombé. Americanos parecem muito perturbados com tudo isto. Salazar encolhe os ombros e deixa cair este comentário: «*Chego a ter pena dos Estados Unidos pelo sarilho em que se deixam envolver pelo mundo*».

Lisboa, 27 de Setembro — Conferência de imprensa. Diz o *Diário Popular* que foi a minha 28.ª reunião pública com a imprensa. Ocupei-me do Brasil, da Alemanha, da Assembleia Geral da ONU, e do incidente com o Congo. Sala cheia, e expectativa visível; e reunião foi viva e movimentada.

Recebo à tarde o Príncipe MacKinsky: continua amável, simpático, vivíssimo, viajadíssimo, informadíssimo. Dá sempre a sensação de que concorda connosco, sem ser assim na realidade. Substância do que me disse: De Gaulle, nos últimos seis meses, envelheceu de repente, caiu muito, não

tanto no plano físico mas no plano mental e psicológico, e está um pouco mais megalómano, obcecado, e tudo isto de forma um pouco senil e *«maladivę»;* no plano histórico, a política antiamericana de De Gaulle era rigorosamente exacta; e Willy Brandt é o homem do futuro na Alemanha.

Lisboa, 30 de Setembro — Bomboko confessou ao embaixador americano em Kinshasa o seu grande embaraço pela falta de provas contra Portugal. Bomboko contentar-se-ia, no Conselho de Segurança, com uma simples e moderada resolução que pedisse ao Congo e a Portugal para mutuamente se absterem de ataques. Na ONU, os africanos parecem divididos, e muitos não querem alargar o debate no Conselho de forma a abranger todo o Ultramar português. Facto de alguma gravidade: Couve de Murville, no debate geral, inseriu no seu discurso uma referência à África *«ainda não liberta ou descolonizada»*, porque o princípio da autodeterminação não foi reconhecido em certas zonas, ou porque só foi aplicado a uma pequena minoria. Tudo isto é connosco, com a Rodésia e com a África do Sul. Estaremos à beira de uma mudança da política do general De Gaulle? Que outro sentido pode ter a frase de Couve? Mas como se concilia isto com o auxílio francês a Ian Smith? Não compreende De Gaulle que, se nos hostilizar, e se destruir a Rodésia, está ajudando os americanos e os ingleses, de quem se confessa inimigo? Quererá fazer uma política tão audaciosa que se proponha levar consigo o *Terceiro Mundo* e os comunistas numa grande aliança — França, Rússia, Terceiro Mundo — contra os anglo-saxónicos? Mas — e a Alemanha? Vai De Gaulle lançar então a Alemanha completamente nos braços dos americanos — ou dos russos?

Lisboa, 4 de Outubro — Recebo Soares da Fonseca. Falámos da NATO e um pouco de política interna, sobre a qual aliás não se descoseu. Não disse o que queria de mim, ou eu não percebi; ou disse-lhe o que ele queria saber, sem eu dar por isso. É um dos homens de maior manha que conheço. Prolongada entrevista depois com o embaixador dos Estados Unidos. Pela primeira vez, uma pequena fricção: mas tudo acabou em sorrisos de parte a parte. Tese americana é sempre a mesma: eles defendem a liberdade do mundo, e portanto de nós todos, e fazem grandes sacrifícios para isso, e assim todos lhes devemos estar gratos; nós, portugueses, defendemos estreitos interesses de Portugal, o que é absolutamente secundário, e fazemo-lo

de uma forma que é contrária aos *ventos da história* e dos interesses daquele mundo que os Estados Unidos defendem; estamos deste modo a prejudicar tudo, e até a nós próprios, devendo por isso estar reconhecidos àqueles, como os americanos, que sobre nós exercem pressões para que mudemos de política e entremos num caminho benéfico para a humanidade. É assim. Dizem exactamente a mesma coisa os russos: também querem libertar o homem, em toda a parte, à custa dos maiores sacrifícios. Não se sabe o que se há-de fazer a tanto altruísmo.

Lisboa, 6 de Outubro — Finalmente, o Congo cortou relações connosco. Mobutu comunicou a decisão ao Encarregado de Negócios americano, mesmo antes da reunião do Conselho de Ministros. O americano transmitiu a decisão ao Ressano Garcia. Também se agitou a Embaixada da América em Lisboa, num súbito, carinhoso e comovente interesse. Em Nova Iorque, é estranha a lentidão do Conselho de Segurança. Parece que esperam qualquer coisa, qualquer acontecimento. Lord Caradon, que este mês preside ao Conselho, perguntou a Miranda se aceitaríamos um «*consenso*». Eu disse a Miranda para só aceitar um consenso em termos para nós favoráveis. De outro modo, preferíamos uma afrontosa e injusta resolução do Conselho, para assim mais se desprestigiar e desacreditar este órgão. Por outro lado, Tschombé escreveu uma carta ao Presidente do Conselho, em que anuncia não poder esperar mais, embora compreenda a vantagem de se aguardar o fim da sessão do Conselho de Segurança de modo a evitar qualquer intervenção brutal, que poderia ser confiada aos americanos por intermédio da C.I.A. Aliás, parece que esta tem à sua mercê a força aérea congolesa, ou o que lhe corresponde, segundo uma informação belga, que reputo idónea. E no plano interno? Qual é o momento político? Multiplicam-se os sinais de grande mal-estar e descontentamento. Não tem prestígio o governo, nem crédito; e talvez já não estivesse de pé se não fosse ainda a união em torno do Ultramar. Quanto tempo isto durará? Salazar tem de fazer uma remodelação; mas esta não pode ser apenas uma mudança de nomes. É preciso dinamizar a Administração, imprimindo-lhe um ritmo acelerado, moderno, e sobretudo eficaz, de modo a convencer a opinião pública de que o desenvolvimento da metrópole não é prejudicado pela defesa do Ultramar. De outra forma, dentro de pouco tempo, todos estarão odiando a África, e concordarão em que nos desembaracemos desta. É isto que os americanos estão vigiando, como abutres de atalaia para dar fé de quando

se extingue o nosso fôlego. Quem será que assume perante a história a responsabilidade de *entregar* o Ultramar?

Lisboa, 9 de Outubro — Sem embargo de ser domingo, fui de manhã ao Forte do Estoril, com o general Araújo, para se examinarem os projectos de Tschombé. Sustentei que tudo deveria ser suspenso até que finde a reunião do Conselho de Segurança. Assim se decidiu.

Lisboa, 14 de Outubro — Violência em Nova Iorque, na reunião do Conselho de Segurança, entre a nossa delegação e os congoleses. Bomboko ameaçou apresentar «*amplas provas*» da nossa intervenção. Miranda desafiou-o a que o fizesse, ou se calasse. Entretanto, chegou a Lisboa Ressano Garcia. Pormenores do assalto à nossa Embaixada em Kinshasa: congoleses partiram tudo, sistematicamente, com método, desde a loiça às cadeiras, e rasgaram tudo que era almofada; não escapou um espelho; e roubaram tudo quanto puderam. Americanos locais foram indiferentes, ainda que muito corteses, no plano pessoal mas sem uma palavra condenando o atentado congolês; franceses foram quase hostis; ingleses alhearam-se de tudo; o Núncio e os espanhóis portaram-se muito bem, apoiando os funcionários portugueses. Afigura-se que a «*lógica*» dos Estados Unidos é esta: desde que se trate de destruir em África os valores propriamente europeus e tradicionais, os Estados Unidos entendem de seu dever estar por detrás de quem o fizer; e a sua convicção parece ser a de que, depois de bem destruído tudo, então os Estados Unidos poderão tomar conta de tudo, expulsando o russo da costa ocidental enquanto os ingleses expulsarão o chinês da costa oriental. Aos belgas, portugueses, franceses, ficarão os cinco por cento da praxe. Isto deve ser assim — mais coisa, menos coisa.

Lisboa, 15 de Outubro — Conselho de Segurança aprovou mais uma resolução. No parágrafo alusivo a Portugal, abstiveram-se a Inglaterra, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a França, tendo sido esta última aliás que solicitou voto separado. Mas todos votaram a resolução no seu conjunto, contradizendo assim as declarações feitas anteriormente. Numa nota oficiosa que pretendo publicar, proponho-me incluir umas ameaças ao Congo. Este ponto não teve a concordância de Salazar: devemos praticar

actos sem os anunciar, diz o chefe do governo. Talvez tenha razão: não nos convém efectivamente que amanhã o Conselho de Segurança possa citar qualquer texto nosso como prova da nossa hostilidade contra o Congo.

Lisboa, 18 de Outubro — Veio conversar Julian Amery, antigo ministro no governo conservador de MacMillan. Não falou de nada, salvo de África, Rodésia e política britânica. Pontos a reter: atribui a política britânica, em grande parte, à pressão americana, e disse que contra dinheiro os americanos conseguem muita coisa na Inglaterra (por exemplo, a eliminação da indústria aeronáutica britânica); mostrou-se apavorado com o abandono de Aden pelo governo de Wilson e pediu-me que tentássemos impressionar os americanos no sentido de estes não deixarem os ingleses sair daquele porto arábico, e isso porque a partida destes significará a entrega do mar Vermelho e de toda a costa oriental de África aos comunistas; criticou a política de Londres na Rodésia e na África do Sul e, quanto a esta última, confirmou a importância vital que representa para a economia britânica; finalmente, mostrou-se muito agradado e como que tranquilizado quando lhe afirmei a minha convicção de que, para além de Salazar, se manteria a mesma política africana, e Amery pediu que não mudássemos de orientação. Depois, no decurso de uma conversa em que os temas surgiram ao acaso, Amery prestou ainda algumas informações de registar. Disse que Michel Debré, pouco antes de ser nomeado Primeiro-Ministro, lhe falara sobre África e lhe perguntara, a ele, Amery, se os ingleses abandonariam ou não aquele continente, tendo Debré afirmado que, se os ingleses ficassem, também ficariam os franceses, e que, se partissem, também os franceses partiriam. Amery replicara que não podia responder a tão magna questão, e que esta deveria ser posta a MacMillan. Logo que Debré foi designado Primeiro-Ministro, avistou-se com MacMillan. Este indicou que, não podendo a Inglaterra manter em África as centenas de milhar de soldados necessários para garantir a ordem, resolvera abandonar e enveredar pelo caminho da descolonização. Debré disse que a França faria então o mesmo. Eu fiquei com dúvidas de que tudo se haja passado com esta simplicidade. Mas Amery (que fala lindamente francês) afirma que se encontrava na sala onde se realizou a entrevista Debré-MacMillan, e que assistiu a tudo, havendo mesmo ocasionalmente feito de intérprete. Assim terá sido, pois.

Converso em seguida com Guillemé-Brulon, grande repórter do *Figaro*, e que ontem se avistou com Salazar. Muito contente pela entrevista com

o chefe do governo. Brulon tem a opinião de que o Papa e o Concílio estão totalmente errados. Perguntei-lhe então como explicava ele que o Santo Padre, inteligente e bem informado como é e está, praticasse tantos erros. Brulon responde que a única explicação residirá no facto de o Pontífice considerar tudo perdido, e estar a agir quase em desespero de causa. Segundo Brulon, o Papa estaria a proceder como quem pede ao inimigo vitorioso um armistício para salvar restos de forças e de bens. Não fico absolutamente convencido desta interpretação. Mas é temeroso, tudo isto.

Lisboa, 24 de Outubro — Comentando a situação do país, Salazar deixou cair: «*Acredite: este país está a dar o mais que pode, e é o que se vê. E isto só se consegue puxando muito, tanto que está a estalar pelas costuras. Somos assim: temos grandes rasgos, somos capazes de grande coragem, e isto dura enquanto se puxa. Mas depois cai, e volta tudo atrás. Acredite*». Posto o que, passámos ao exame da nova lei orgânica do Ministério dos Estrangeiros. Salazar aceita praticamente tudo quanto proponho. Divergência surgiu a propósito de embaixadores fora de carreira, a que me opus, tendo-se chegado a um texto de compromisso, que aceitei porque na realidade quase impede aquelas nomeações. Mas este ponto levou a uma conversa sem rumo. Salazar informou-me de que Rebocho Vaz seria governador de Angola. «*Não lhe escondi que se haviam tentado outras personalidades. Mas ninguém quer, ninguém está para se incomodar. Pensou-se no Marcello Caetano. Recusou, está claro. Diz que não quer nada que o obrigue a desempenhar funções públicas*». Aludiu a Armindo Monteiro: «*homem que tomava tudo pessoalmente*». Sobre João Chagas e Teixeira Gomes: «*homens de valor inutilizados pelas instituições e pelo sistema*».

Lisboa, 25 de Outubro — No Forte do Estoril, com Gomes de Araújo, conversámos a três. Tema inevitável: África e Tschombé. Araújo referiu o resultado da entrevista que o oficial que mandámos a Madrid teve com Tschombé. Para além dos aspectos de organização material, há que reter isto: a Rodésia parece disposta a cooperar, a África do Sul declara-se totalmente afastada. Ora, quanto a esta última, estamos perante uma profunda e grave mudança de orientação política. Do isolamento, a África do Sul passara à intervenção, por verificar que para manter a guerra afastada das suas fronteiras lhe convinha ajudar os que contribuíssem para tanto; e agora

parece regressar ao isolamento. Porquê? Pressão ou promessas dos americanos? Ou dos ingleses? Arranjos ou combinações com ambos? À nossa custa? Contra nós? Há que tentar elucidar tudo isto. Salazar lançou-se numa exposição sobre o momento que se atravessa. Nunca o vi tão pessimista. De forma geral, receia que não tenhamos recursos — e sobretudo vontade — para nos aguentarmos. Teme que a opinião pública da metrópole, se se convencer de que o Ultramar absorve os recursos para o seu desenvolvimento, se desinteresse e até repudie a política ultramarina. Não acredita que os Estados Unidos alguma vez possam mudar de política. Mas apesar de tudo acha que não podemos ceder. E afirmou: «*Ceder é perder. Formula-se uma política e há que executá-la rigidamente. Só é possível ceder e ter flexibilidade depois da política estar vitoriosa. Antes disso, é perder por completo*». É curioso, e dramático: tenho a sensação de que, em Portugal e com os portugueses, o tempo corre contra a política actual, porque nos podem falecer a força de vontade e a persistência; no mundo, o tempo corre a nosso favor.

Lisboa, 28 de Outubro — Tonsic, ministro dos Estrangeiros da Áustria, visita-me para conversa informal. Reitera o convite para eu visitar o seu país. Depois, África, a inevitável. Tonsic criticou os americanos severamente, e disse e repetiu que a nossa política ultramarina estava rigorosamente certa, e que não devíamos alterá-la numa vírgula. Para Tonsic, as Nações Unidas acumulam erros sobre erros; e quanto ao Sudoeste Africano é simplesmente estúpido o que estão fazendo. Sukarno? Um louco à solta. Ben Bella? Fora um louco violento. Os americanos? Uns irresponsáveis. E assim por diante. Gostei deste ministro. À saída, perguntou-me: na visita a Viena, tenho objecções em encontrar os representantes dos países do Leste? Nenhumas, digo-lhe eu.

Lisboa, 30 de Outubro — Ao tocar em Acra o avião que conduzia o ministro dos Estrangeiros da Guiné, o governo do Gana resolveu prender *todos* os ocupantes do aparelho, como retaliação pelo facto de a Guiné albergar Nkrumah. Sekou Toré, o ditador guineense, ficou enfurecido, e culpou os americanos; e como estes não conseguissem obter a libertação dos aprisionados, mandou prender o embaixador dos Estados Unidos em Conakry. Que extraordinária peça pregada a Washington! Mas que vesânia tudo isto representa.

Lisboa, 6 de Novembro — A propósito e a despropósito disto e daquilo, Salazar falou de alguns homens. Sobre o seu grande amigo, o Cardeal-Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira: «*Tem sempre ideias óptimas que o inibem de realizar as boas*». Num dado momento, falando-se de ministro das Obras Públicas, Salazar disse-me que tinha uma coisa para me comunicar; mas logo se suspendeu, como arrependido; e durante uns instantes, fingindo-se desmemoriado, perguntava-se o que é que tinha para tratar comigo. Procurava obviamente um assunto verosímil para substituir aquele de que se arrependera. Ora Arantes e Oliveira escreveu ao Presidente do Conselho uma carta em que, com pretexto num convite para ir à Áustria, põe o problema de uma recomposição ministerial; e Salazar mandou-me a carta para meu conhecimento. Este súbito retraimento de Salazar, implicando decerto uma recusa em tratar assuntos delicados, que quererá significar? Pretenderá dar-me a entender que eu serei abrangido na recomposição? Teria preferido que mo dissesse franca e claramente. Mas talvez a sua experienciazinha lhe diga que não convém fazer isso — quando na realidade das coisas 90% dos ministros não querem sair, sem embargo do que alardeiam em contrário.

Lisboa, 10 de Novembro — Entrecortando assuntos de alta política com miudezas, Salazar toma o caso do Arantes e Oliveira: este quer sair do governo e ao mesmo tempo pretende aceitar o convite para ir à Áustria. Parece aliás que o ministro se sente abalado na sua saúde. «*Além disso*», comenta Salazar com rosto carregado, «*o seu feitio tem-se modificado. Está teimoso, não aceita qualquer ideia diferente da dele. Não ouve ninguém*». Depois sobre Ulisses Cortez: «*Não sei se a sua saúde aguenta. O ministério das Finanças sofre muitos embates e choques, e portanto muitas emoções. É quase como o ministério dos Estrangeiros. Não sei se o ministro das Finanças está apto a suportar tudo isso. De resto, sempre foi muito apreensivo e nervoso quanto à sua saúde*». À saída, já de pé, falou-se de Marcello Caetano, que recusou fazer a última conferência da série que celebra os 40 anos das actuais instituições políticas. Marcello Caetano terá dito ao Rebelo de Sousa, que o relatou a Salazar, que se considerava um salazarista aposentado, e que, embora salazarista, discordava de quase tudo o que se tem feito. Comenta Salazar: «*Estou farto de críticas e discordâncias que não apresentem ao mesmo tempo sugestões concretas sobre o que se deveria fazer para substituir o que está mal. Dizem por aí que os ministros são umas*

bestas, que eu não compreendo já nada e estou velho, que só faço disparates, que sou tonto em pensar que nos deixam ficar em África; mas ninguém me diz o que se deve fazer em vez do que se tem feito. Estou pronto a seguir outra ideia se me disserem qual, e se me provarem que é melhor para os interesses nacionais do que aquela que temos seguido». Havia amargura clara no tom de Salazar, e como que resignação perante um destino; e muita calma e tranquilidade. «*E acredite*», continuou, «*que há pessoas, altamente colocadas e que são pessoas nossas, que defendem o ponto de vista de que o melhor é entregar o Ultramar, não acreditando que isso equivale a entregar Angola e Moçambique às forças imperiais*».

Lisboa, 13 de Novembro — Domingo calmo. Entretido um bocado a ver pela televisão o jogo Portugal-Suécia. Perdemos por 2-1. Pus em dia a leitura de jornais franceses, ingleses e americanos, que estava atrasada. Entrecortando tudo, ocorrem reflexões sobre o país. Não há dúvida: Portugal atravessa uma crise e uma encruzilhada histórica. Encontra-se com quase oitenta anos o Presidente do Conselho; a oposição, ainda que dispersa e em muitos casos demagógica, agita-se com vivacidade crescente, embora apresente apenas teses que levam à perda de tudo: a carência dos ministros das Finanças e da Economia, por saúde ou outros motivos, agrava o problema económico, o dos preços, o dos salários, o do crédito, e sem isto não há política militar e política externa que valham; e os Estados Unidos, a União Soviética, outros ainda, mantêm as mandíbulas de sentinela e as garras afiadas à espera do momento em que nos falte o fôlego. É grave a situação; sê-lo-ia em qualquer caso; mas, sem ser desesperada, torna-se mais séria pela ineficiência da administração, pela lentidão do governo, pela descoordenação da política de cada departamento com a dos outros, pelas rivalidades pessoais, pela sobreposição de ambições individuais aos interesses nacionais. Ulisses Cortez está sempre apavorado com qualquer esforço ou emoção que possa causar-lhe outro enfarte. Em todo o Conselho de Ministros, e além do Presidente do Conselho, haverá neste momento quatro ou seis ministros que *sentem* e *acreditam* no Ultramar. Desejariam os outros ver-se livres de África, para se devotarem às delícias de uma política europeia. No fundo, o que adoram é o Conselho da Europa, sem entenderem que este é um nicho para instalar políticos aposentados e na terceira idade, e a OCDE, e as Conferências de Ministros europeus do Trabalho, e da Saúde, e dos Transportes, e da Cultura, e assim; e anseiam pelas idas a Paris e a

Viena, a Genebra e a Londres, e demais centros europeus de prazer ou turismo. Entregar o país nas mãos dos imperialismos e das multinacionais, e deixá-lo colonizar por uns e outros; perder a independência de decisão, mesmo no que respeita à metrópole; vender o país aos bocados; diluir e perder a identidade nacional — tudo isso é indiferente a esses tais desde que, na nova ordem de coisas, mantenham os lugares, o prestígio, os benefícios materiais, a sensação de autoridade, os sinais exteriores do poder. Por todo o lado, no mundo oficial, nota-se uma desorientação básica, confusa, quase um pouco de *salve-se quem puder.* Apenas o Presidente do Conselho mantém uma aparente serenidade. Impõem-se decisões drásticas. Continua o general Gomes de Araújo como ministro da Defesa? Esta é uma opção de raiz, e eu não vejo quem possa substituí-lo com vantagem, e que inspire a mesma confiança. Depois, quem escolher para as Finanças? Quem escolher para a Economia? Convirá ao fim e ao cabo criar o lugar de Vice-Presidente do Conselho? E há outro problema: que amplitude tem ainda o leque de escolha do Presidente do Conselho? Pressinto que à sua volta se rarefazem os homens de mérito e prestígio. Aliás, Salazar mostra-se cada vez mais preocupado com o presente e o futuro, e até perplexo perante os ecos contraditórios que lhe chegam de todos os lados — com a limitação de que nem todos são sérios, ou autênticos, ou bem intencionados. E que pensam as Forças Armadas? E que reflexões tem feito o chefe do Estado? Luís Teixeira Pinto diz que se produzirá uma situação em que, durante muitos dias, se ocultará a morte de Salazar, até que se constitua um novo governo e um novo regime. Não acredito. Em qualquer caso, avizinham-se momentos dificílimos. Nestes instantes, adquirem toda a sua perspectiva histórica e humana as vidas de homens como António Enes, Caldas Xavier, Mouzinho, Victor Cordon, António Maria Cardoso, Serpa Pinto, Silva Porto, e tantos, tantos, tantos mais. Quem tem estes nomes na memória?

Lisboa, 15 de Novembro — Cordialíssima conversa com o Bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio. Mostrou-me a carta, firmada por todos os prelados da metrópole e do Ultramar, que convida o Santo Padre a vir a Fátima em 13 de Maio de 1967, por ocasião do cinquentenário das Aparições. Segue hoje à tarde para Roma o Bispo, afim de entregar a carta a Paulo VI. Dei conta desta conversa a Salazar, e este por seu turno expôs minuciosamente o *caso da carta dos 117,* dirigida ao chefe do Esado, exigindo a demissão do governo e a entrega do Ultramar — não se sabe bem

a quem. No Forte, já de pé, junto à escada para o rés-do-chão, e como eu observasse que a luta era permanente, Salazar reflectiu, sorriu e comentou: *«Sim, os tempos vão muito duros. Mas o Sr. Dom João IV lutou 28 anos contra Espanha para salvar a independência nacional, e também se ocupou da defesa do Ultramar. 28 anos! E daqui a 28 anos já não há mais Kennedys, nem Johnsons, nem Nações Unidas, nem mesmo os afro-asiáticos terão mais força. Este país deve saber resistir até então».*

Lisboa, 18 de Novembro — Ao que o meu secretário apurou, Ulisses Cortez teria escrito ao Presidente do Conselho pedindo para não sair do governo antes da apresentação das contas gerais do Estado de 1967. Será verdade? Disse-me há dias Salazar que tem recebido cartas cujos signatários solicitam, autenticamente solicitam ser nomeados ministros. Decerto isto será bastante para que não sejam nomeados ministros.

Lisboa, 20 de Novembro — Juscelino Kubitchek e Carlos Lacerda estão em Lisboa, para um *encontro político,* e assinam um *pacto* contra Castelo Branco e Costa e Silva. Conferências de imprensa, entrevistas, comunicados, etc. Em suma, actividade política que nos pode malquistar com o governo brasileiro. Estes brasileiros ajudam-nos mal, e ainda nos causam embaraços.

Lisboa, 21 de Novembro — De tarde, visita do embaixador da África do Sul. Informa-me de que o Primeiro-Ministro Vorster fizera um novo e urgente apelo a Wilson e a Smith para chegarem a acordo. Ao mesmo tempo, Schoeman, ministro dos Transportes, pronunciou no Transvaal um discurso áspero avisando a Inglaterra de que, se hostilizasse a África do Sul, o facto constituiria um golpe fatal para a economia do Reino Unido. Tanto o embaixador como eu concordámos em que, para muito breve, deveriam dar-se acontecimentos graves que nos afectariam. Eu disse ao embaixador que não me surpreenderia se surgissem dentro de uns quinze dias.

Leio o relatório da reunião da NATO acerca de África. O delegado americano fez esta pergunta espantosa ao delegado português: por que não dividimos Angola em vários territórios e Estados independentes? É que assim dominaríamos depois tudo muito mais facilmente. Realmente!

Lisboa, 22 de Novembro — Recebo um grupo de senadores americanos, acompanhados pelo embaixador. No fim da conversa, em que embora correcto fui rudemente franco, um dos senadores abraçou-me e disse: «*You are a good man, and we better have you on our side than against us*». Santa inocência, como diria o Malhadinhas.

Lisboa, 29 de Novembro — Veio o embaixador de Inglaterra pedir que usássemos a nossa influência junto de Smith para que este aceite o ponto de vista de Londres. Disse-lhe que não sabia bem qual era o ponto de vista de Londres, e que assim não podíamos fazer nada. Aliás, era assunto que não nos dizia respeito, e em que não queríamos interferir; e não desejaríamos ser arrastados para o torvelinho. Depois falámos de muita coisa — e concluiu-se coisa nenhuma. Quanto à Rodésia, a nossa opinião pública tem-se revelado bem triste e palerminha ao julgar, segundo parece, que actuamos por capricho ou animadversão, apenas para nos entretermos a pregar uma boa peça ao Reino Unido. Muitos pensam que poderíamos fazer um «*jeitinho*» para comprazer com a nossa «*velha aliança*», sem entender que a Rodésia desejada por Wilson nos seria profundamente hostil. Aliás, Wilson é mestre em golpes de teatro — e devemos estar em vésperas de mais um.

Lisboa, 30 de Novembro — Harold Wilson vai encontrar-se com Ian Smith: eis o golpe de teatro. Levará a qualquer coisa?

Lisboa, 5 de Dezembro — Pelas duas e meia da madrugada, Salazar telefona-me. Confessou-se muito admirado por eu ainda estar de pé. Relatou-me a conversa de Wilson com o Correia de Oliveira, de momento em Londres por questões da EFTA. Wilson de novo apelou para o governo português no sentido de que interviesse na Rodésia e excercesse pressão sobre Smith para este aceitar o acordo a que se haveria chegado em Gibraltar; e Wilson acrescentou que teria de recorrer à ONU, com inevitável confrontação com a África do Sul e Portugal, se Smith recusasse. Depois, Salazar continuou a conversar, sobre isto e aquilo, com ar repousado e inteiramente lúcido, até cerca das 4 horas da manhã. Chego ao ministério e expeço para Salisbury um telegrama dando conta de tudo, mas sem pressão num sentido ou noutro. Aliás, pareceu-me desde logo, que o *acordo de Gibraltar* equivalia

a uma rendição incondicional de Smith. Durante toda a manhã, chegam notícias em catadupa até que ao fim da tarde se soube que o governo rodesiano rejeitara as propostas britânicas. Recebi de Salisbury o texto completo das mesmas: de facto, constituem um documento para liquidar Smith ou criar um pretexto para de novo ir perante as Nações Unidas. E vamos assim mais uma vez para o Conselho de Segurança, que mais uma vez se entreterá a debicar em Portugal e na África do Sul.

Lisboa, 10 de Dezembro — Agrava-se a situação em Macau. Comunistas exigem demissão do comandante Militar, do comandante da Polícia e desculpas escritas e públicas do governador. Silva Cunha é partidário de uma *linha dura*, e falou de pedir a demissão na reunião com o general Araújo e comigo. Araújo é muito mais moderado, e está nitidamente preocupado com as consequências de ordem pública e moral no plano interno.

Lisboa, 11 de Dezembro — Acorda-me Silva Cunha pelas sete da manhã. Segundo notícias recebidas durante a noite, tudo se agravou em Macau. Já pedira para ser recebido pelo Presidente do Conselho. E às 11 horas Silva Cunha pede-me para ir a S. Bento imediatamente. Chego em primeiro lugar, e deparo com um Salazar muito calmo, muito lúcido, e muito bem-disposto. Silva Cunha chegou a seguir e logo após entra Gomes de Araújo. Expostos os factos, falei em primeiro lugar, e advoguei o compromisso, a flexibilidade, salvo quanto às desculpas escritas e públicas do governador. Minha tese: nunca verdadeiramente fomos soberanos em Macau; sempre subsistimos graças à boa-vontade da China, e sempre partilhámos com esta a autoridade; por motivos ainda misteriosos, Pequim considerava agora que havíamos afrontado a parte de autoridade que julga pertencer-lhe, e fazia-o sentir. Cumpria reconhecê-lo, e ceder nessa medida. Silva Cunha disse que preferia ver o governador morto mas não humilhado. Respondi que eu preferia ver o governador humilhado (desde que não publicamente) e Macau nosso, do que ver ao mesmo tempo o governador morto e Macau perdido. Gomes de Araújo foi inteiramente do meu aviso. Silva Cunha e eu retirámos para uma sala do lado e redigimos um telegrama *«flexível»* e *«hábil»*, e Salazar logo o aprovou, com extrema rapidez, tendo compreendido a situação e ficado à altura da mesma. Quase à noite, às sete e meia, volto de novo a S. Bento. Salazar fala-me muito do problema da *«sucessão»*, e diz que

se recusa a prepará-la. Não estamos em monarquia mas em República, e esta, ao contrário daquela, não tem nem pode ter *«delfinatos». «Quem o chefe do Estado escolher»*, acrescenta Salazar, *«terá de firmar o seu próprio crédito político e construir o seu próprio prestígio. Há que discutir estas coisas. A única pessoa que as discute é o Nosolini, e diz-me sempre que, quando eu sair do governo, terei de me ausentar para o estrangeiro porque o meu sucessor não me tolerará aqui. Mas eu quero ir para Santa Comba, descansar e ler livros antes de morrer. Parece-me que tenho direito a isso».* Eu informei Salazar de que corriam rumores sobre as graves doenças de que o chefe do governo estaria sofrendo. Já conhecia os rumores.

Paris, 16 de Dezembro — Frio de cortar, rijo e áspero, e há neve por muito sítio. Paris, sob a algidez de Dezembro, tem contudo encanto particular: o ar seco, céu anuviado, não corre uma viração, e gente abafada até ao nariz segue com passo estugado e vivo. Hotéis, restaurantes, lojas estão aquecidos, e é um gozo entrar para deglutir um chocolate a fumegar e um *croissant* a escaldar. Mas quando nos abrigamos algures não se sente aquele conforto, aquele aconchego que nos penetram, nas invernias dos países anglo-saxónicos, quando nos instalamos num qualquer hotel ou restaurante, ou numa simples casa particular: em Londres, Washington ou Nova Iorque, a diferença entre a hostilidade agreste das ruas e o agasalho e amparo dos interiores é muito mais vincada.

Sessão da NATO. Na reunião formal, falei por quarenta minutos: estado de aliança sempre precário e de futuro incerto; Nações Unidas e sua falência cada vez mais clara; Congo e África e a instabilidade perigosa; comunidade luso-brasileira e seu crescimento. Como em reuniões de Nova Iorque, na ONU, nos houvesse atacado a Dinamarca, lancei aqui ao rosto dos seus ministros uma catilinária de tomo. Ouviu tudo sem pestanejar o Primeiro-Ministro Krag; não me respondeu; e ao levantar da sessão veio dizer-me que não me tinha respondido porque eu tinha razão — mas por motivos políticos não ma podia dar oficialmente. Bilateralmente, falei com os habituais: Rusk, Couve de Murville, Luns (sempre amigo), Paul Martin. Apareceu Willy Brandt. Pela primeira vez, encontrei George Brown, o secretário de Estado britânico. Apenas com muito sangue frio da minha parte consegui evitar uma cena borrascosa, à mesa do almoço, quando Brown, sentado à minha frente, começou a debicar na política portuguesa. Brown tem personalidade — mas tem o ar de um bobo. São momices os seus gestos;

são erráticas as suas ideias e frases; mas tudo tem um cunho pessoal. É tosco, é presunçoso, é cabotino: no fundo desejaria ser milionário e pelo menos duque. A certa altura, disse-me no entanto uma coisa profunda: *«Se alguma vez tiver de ser justo, desisto da política»*. Foi a última reunião da NATO em Paris.

Lisboa, 25 de Dezembro — Dia de Natal. Logo pela manhã, telefonema de Silva Cunha. De novo Macau. Discussões entre o governador e os chineses prolongam-se. Silva Cunha envia-me os telegramas recebidos. Nada há a fazer, e acho que o melhor, de momento, é não se mexer no caso: os mistérios do Oriente são dificilmente decifráveis. E todo o dia preparo a declaração para a conferência de imprensa de depois de amanhã.

Lisboa, 27 de Dezembro — No dia de Natal, houve um formidável ataque terrorista a Teixeira de Sousa, mesmo na fronteira. Avaliados em 500, os terroristas sofreram para cima de 200 mortos. Foi uma estrondosa vitória dos nossos — mas é a esta sangria que a política da ONU conduz os povos. Correu viva a conferência de imprensa.

Lisboa, 29 de Dezembro — Sessão na Assembleia Nacional para encerramento das comemorações dos 40 anos do regime político. José Hermano Saraiva e Rebelo de Sousa foram os oradores, conjuntamente com Melo e Castro; mas este foi nitidamente inconveniente ao pedir a retirada de Salazar da cena política. Ao meu lado direito, Quintanilha Dias estava furioso; ao meu lado esquerdo, Arantes e Oliveira estava imensamente divertido, e dizia com gozo: *«que irreverência, que rica irreverência!»* Salazar, sempre muito sério, pareceu depois surpreendido com as ovações e fez um ar admirado, como quem se espanta de que lhe dirijam aplausos. Terminada a sessão, conversou animadamente na Sala Dourada com o Chefe do Estado e Mário de Figueiredo. Falar na retirada de Salazar e sua sucessão não é tabu, decerto; mas para quê fazê-lo naquele lugar e numa sessão puramente comemorativa? Se houvesse feito isso numa sessão normal do parlamento, ao tratar de problemas institucionais e políticos, então seria apropriado.

VIII

1967

Lisboa, 1 de Janeiro — Ao cabo de uma hora a passar em revista a situação internacional, Salazar remata: «*Oxalá 1967 não seja pior do que 1966, mas estou muito pessimista. Cada vez tenho menos fé no Ocidente*».

Lisboa, 5 de Janeiro — Visito na Defesa o general Araújo. Estava na disposição de conversar, e desabafar. Sua maior dificuldade? Coordenar os três ramos das Forças Armadas. Irritado por ainda existir ministério da Marinha. Teria dito o Almirante Thomás: «*Ou há ministério da Marinha ou terão de buscar outro Chefe do Estado*». Amargo, azedo, Araújo comentou: «*Era melhor que concordasse com a integração*». Eu não julgava tão intensa a má vontade de Araújo quanto ao Presidente. Por que será?

Lisboa, 10 de Janeiro — Governador de Macau acusa sintomas do sobreaquecimento a que tem estado submetido. É inaceitável o documento que os chineses nos propõem para assinatura. Representaria uma tão completa humilhação que tanto o Silva Cunha como eu concordámos ser preferível deixar tomar Macau violentamente.

Lisboa, 11 de Janeiro — De manhã, mais telegramas de Macau. São de alarmar. Silva Cunha telefona-me pelas oito horas, para uma reunião no

Ultramar. Chego às nove horas, e logo após surge Gomes de Araújo. Apurados os factos, tanto quanto possível, pedimos ao Presidente do Conselho que nos recebesse. Estamos em S. Bento às 11 horas. Insistimos com Salazar para que convoque um Conselho de Ministros, e para que recomende ao Presidente da República um Conselho de Estado. Anuência de Salazar. Do mesmo passo, este, Silva Cunha e eu preparámos uma nota para o governador. Começa o Conselho de Ministros às seis da tarde. Salazar abre com breve resenha dos factos, e depois põe perante o Conselho os pontos sobre que este deveria decidir: aceitar o documento chinês, com a injúria que este poderia conter para a honra e a dignidade nacionais, ou rejeitar o documento e nesse caso assumir a responsabilidade pela perda de Macau. Segue Silva Cunha, que expõe ao Conselho os aspectos de mais consequência e lê depois os textos da nota que a China nos quer impor e da nota preparada para o governador (e entretanto já telegrafada a este). Após o que, falou Correia de Oliveira. Foi um espanto: mostrou-se indignado com veemência, classificou o texto proposto como inaceitável, e afirmou que se fosse ele a decidir preferia perder Macau mas deixar intacta e altiva a dignidade nacional. Sorri-se Salazar, e declara-se, em tom muito doce e humilde, co-autor e co-responsável pela nota ao governador; mas era evidente que, se o Conselho a reprovasse e quisesse perder Macau, far-se-ia outra nota, como proposta pelo senhor ministro da Economia, e seria despachada para o governador com presteza. Embaraço de Correia de Oliveira, que mal conseguia parar de engolir em seco. Saiu-se assim: como há quarenta anos o Presidente do Conselho era defensor da dignidade de Portugal, mais uma vez a confiava ao Sr. Dr. António de Oliveira Salazar. Arantes e Oliveira queria que nos dirigíssemos aos ingleses para solicitar a sua protecção perante a China, e verberou o procedimento da polícia de Macau; e considerou inaceitável o documento chinês. Antunes Varela faz uma intervenção calma, lúcida, equilibrada, sensata, aconselhando moderação digna. Silva Cunha, compreensivelmente nervoso, segreda-me que se quer demitir, e pede-me que eu fale. E assim faço. Sublinho a loucura de um pedido aos ingleses (que já se sentem aflitos para aguentar Hong Kong), a inviabilidade de qualquer apoio ou intervenção externa em nosso favor, a vantagem de enviar uma delegação de Lisboa, e o perigo de que a tomada de Macau pudesse entusiasmar a Indonésia a lançar-se sobre Timor. Ulisses Cortês, depois de grandiloquente exórdio sobre a China (que nos elucidou a todos porque nenhum de nós ali jamais havia ouvido falar da China), apoiou inteiramente o «*quadro*» por mim definido; mas criticou violenta-

mente o governador. Silva Cunha fica então colérico e trava-se de razões com o Ulisses e o Correia de Oliveira. É ácida a troca de palavras: os termos de inconsciência, de ignorância, de fraqueza, de irresponsabilidade são fustigados sem se saber quem é que chama o quê a quem. Silva Cunha, muito firme e digno, torna a ciciar-me que se demitirá ao outro dia; digo-lhe que não pode fazer isso, salvo se estiver louco. E o Conselho acaba de forma inconclusiva. Disse o ministro da Marinha umas frases sobre brio nacional; e Defesa e Exército não se pronunciaram. Dos demais, nenhum abriu a boca. Razão tem Salazar quando insiste em que os Conselhos sejam apenas descritivos e não deliberativos.

Lisboa, 13 de Janeiro — Veio ver-me a Lisboa, a título pessoal, o ministro dos Estrangeiros da Tailândia, Khoman. Conhecemo-nos em Nova Iorque desde os meus tempos da Quarta Comissão da ONU, onde ambos representámos os nossos países; e perante os violentos ataques a Portugal sempre encontrei em Khoman apoio discreto e moderação. Ficámos em termos afectuosos, que se mantiveram quando ambos assumimos as presentes funções. Khoman não deixa de ser um típico oriental. Descrevo-lhe o que se tem passado em Macau, e pergunto-lhe que interpretação faz da atitude chinesa e peço-lhe um parecer avisado sobre o que devemos fazer. Khoman parece tão perplexo quanto nós: como vizinho da China, tem experiência de contactos com os chineses: mas agora não sabe explicar as coisas. Sugere apenas: vocês devem ter feito os chineses *perder a face* mas, porque não tinham esse propósito, não sabem como nem em quê. E ficou nisto. Partiu para Coimbra a ver a velha universidade, cuja fama cultural e prestígio chegam ainda hoje à Tailândia.

À noite, mais uma vez, conversa com Carlos Lacerda em casa do Luís Forjaz Trigueiros. Até às 4 e meia da manhã. Lacerda, por entre muito pó e muita palha, e por entre alguns whiskies, afirmou dois pontos: o Brasil está nas mãos dos americanos, económica e politicamente; e ele, Lacerda, espera vir a ser Presidente da República. Não me ficaram dúvidas quanto ao primeiro ponto; ficam-me todas quanto ao segundo.

Lisboa, 14 de Janeiro — Refiro a Salazar a opinião de Khoman e a conversa com Lacerda. Fala-se de um rumor que se acentua: a vinda do Papa a Fátima. Diz o chefe do governo, muito firme: se o Papa vier a Fátima

para vir a Fátima, então a visita tem interesse; mas se ali for apenas como a um lugar de peregrinação mariana entre outros, então não tem interesse. Não concordo com esta atitude de Salazar, e digo-lho; mas o Presidente do Conselho continua a não perdoar a ida de Paulo VI a Bombaim.

Lisboa, 15 de Janeiro — Dou um salto a casa do Presidente do Conselho ao fim da tarde, apesar de Domingo, para combinar a reacção perante a negativa britânica de sequer nos auxiliar no caso de uma evacuação de Macau de alguns portugueses. Notei, e não é a primeira vez, um Salazar diferente. Como? Em que sentido? Não encontro resposta. E isto leva-me a reflectir na política interna portuguesa. Já há dias, à saída, de pé, disse Salazar para o Silva Cunha e para mim: «*Sinto-me caminhar cada vez mais para a morte e estou fundamente preocupado com a minha sucessão*». Depois: «*Não sei o que hei-de fazer. Preocupa-me o futuro. Temos feito coisas, a ponte sobre o Tejo, outras lérias. Mas o país é o mesmo, o país está o mesmo. Procuro, procuro alguém cuja firmeza assegure a defesa do Ultramar. Mas não encontro nada, não encontro ninguém*». Dir-se-ia que qualquer coisa se passou *dentro* de Salazar nos últimos dois ou três dias. Uma convicção se firma em mim: Salazar parece apoiar-se cada vez mais precisamente naqueles em que não devia confiar. Porquê?

Lisboa, 16 de Janeiro — Às primeiras horas de hoje, pelas duas ou três da manhã, telefona-me Silva Cunha: a *France Press* fez circular um telegrama em que noticia que os chineses vão cortar a água a Macau — dia sim, dia não. Será verdade? Do governador, nada foi recebido. Terá começado verdadeiramente a guerra fria contra Macau no plano dos factos? E a ideia do dia sim, dia não, é tipicamente chinesa.

Lisboa, 19 de Janeiro — Fui de manhã à Assembleia Nacional fazer longa exposição aos deputados, com um longo período de respostas. Sensacional: Goa, Damão e Diu rejeitaram, por substancial maioria, a integração na União Indiana. E disse-se, e ainda se diz, que não havia portuguesismo em Goa.

Lisboa, 21 de Janeiro — Poucas vezes, muito poucas vezes — se alguma — vi Salazar tão colérico. Disse-lhe que os americanos, por pressão junto do ministério da Marinha, haviam conseguido que este não mandasse a Luanda a nova fragata *Pereira da Silva* para saudar a esquadra brasileira. «*Não se podia, não se devia ter tomado tal decisão. Apanhámos uma bofetada, uma humilhação estúpida. O navio é nosso, vai para onde quisermos*». Sempre com voz a sibilar, acrescenta: «*Agora temos de ser brutais com os Estados Unidos. Está a chegar o momento em que temos de rebentar com as relações com os americanos. Estou ansioso por isso. Espero que seja ainda na minha vida*». Pausa, e depois: «*Os Estados Unidos acabam de nos tratar sem consideração nenhuma, pior do que aos novos Estados negros. Isto não o podemos consentir. Não somos um protectorado americano, nem de ninguém*». Procuro interpor na fervura uma palavra mais fria: os Estados Unidos poderiam não pagar os 70.000 contos que ainda faltam liquidar; podiam não contribuir para as duas outras fragatas programadas; e podiam levantar dificuldades ao fornecimento de peças ou instrumentos indispensáveis às quatro fragatas que estamos construindo em França. «*Pois sim*», reage Salazar, «*mas nada disso vale nada comparado com o prejuízo moral que sofremos. E depois há que não esquecer a impressão que vai causar em Angola: os brasileiros apresentam uma esquadra: e nós um velho calhambeque quando poderíamos apresentar um navio novo, de um modelo moderno, que os brasileiros não possuem*». Eu disse saber que o almirante Reboredo havia tratado de *selvagens* os americanos. «*Ainda bem*» — remata o chefe do governo.

Lisboa, 24 de Janeiro — Conselho de ministros. Breve exposição minha sobre alguns problemas internacionais. Silva Cunha actualiza as informações sobre Macau, e comunica a partida de uma delegação para averiguar os factos. De seguida, o ministro da Economia trata do problema da possível adesão da Inglaterra ao Mercado Comum e das conversações que neste momento Wilson realiza com os *seis*. Entra então nos problemas internos. Faz uma crítica cerrada ao ministro das Finanças (que entretanto se ausentara da sala do Conselho) a quem culpa da grave crise económica que o país atravessa. Anuncia para muito breve uma recessão grave se não forem dentro de semanas tomadas providências apropriadas. E conclui: «*a opinião pública não compreende o que se passa, nem o compreende o ministro da Economia*». Salazar levanta o Conselho — e ninguém compreendeu coisa alguma.

Lisboa, 25 de Janeiro — De manhã, recebo Sir Norman Herbert. Recordamos coisas e loisas de Londres. Depois, Rodésia: era inevitável. Não sabe o que se irá passar. Sir Norman fala de política interna britânica. De reter: Edward Heath e Reginald Maudling, os dois chefes do Partido Conservador, praticamente não se falam; Duncan Sandys tem pouco prestígio, e com Selwyn Lloyd dedica-se mais a negócios na *City* do que à política; e como resultado de tudo isto está fraco e dividido aquele partido. Fora uma tremenda tolice o afastamento de Sir Alec Douglas-Home da chefia do partido. As próximas eleições gerais serão ainda ganhas pelos Trabalhistas. E na melhor das hipóteses não haverá na Inglaterra um governo conservador antes de oito anos.

Almoço no Hotel Tivoli, convidado pelo *American Men Luncheon's Group*. Cento e trinta pessoas, americanos na maioria; mas muitos portugueses participam, e lembro-me de Sarmento Rodrigues, José Frederico Ulrich, Manuel Espírito Santo, Luís Forjaz Trigueiros, Luís Lupi, outros ainda. Fiz o meu pequeno discurso — e em forma muito polida acusei os americanos de não serem solidários, abandonando-nos para cortejarem os afro-asiáticos, que não lho hão-de agradecer. Disse-me no fim o embaixador da Bélgica Louis Goffin: «*Você disse exactamente tudo o que queria dizer*».

Pela meia tarde, regressa Hall Themido de Macau. Vou ao Ministério do Ultramar para com Silva Cunha e Gomes de Araújo ouvirmos o relato. Em síntese: o governador e a sua gente já se entregaram *psicologicamente* à China; e agora, ou aceitamos o *papel* chinês ou é uma questão de tempo a perda de Macau. Uma nova Goa — sem um tiro. Tratam-nos a pontapé os chineses, e todos em Macau se deixaram possuir por um quase invencível complexo de inferioridade: até já nos haviam chamado estúpidos, sem reacção da nossa parte. Depois, fomos todos a casa de Salazar para se repetir o relato. Mas entretanto soube-se que vêm a caminho novos papéis, trazidos por Ribeiro da Cunha; e resolveu-se aguardar este antes de uma decisão.

Lisboa, 26 de Janeiro — Regressou de Macau Ribeiro da Cunha. Trouxe consigo um relatório manuscrito do comandante Correia de Barros, que chefiava a missão. Barros ouviu quantos contam em Macau: comandante militar, da Polícia, da Marinha, juiz, delegado, presidente do Leal Senado, etc. Todos unânimes em afirmar que se deve aceitar o documento chinês; de contrário, será inevitável a perda de Macau; e a diminuição da nossa autoridade poderá ser recuperada com uma administração «*eficiente e justa*».

Correia de Barros, que conhece Macau onde serviu nove anos e é homem corajoso, endossa claramente o parecer daquelas autoridades, e insta pela sua aceitação. Gomes de Araújo, Silva Cunha e eu discutimos o relatório e depois, com Hall Themido e Ribeiro da Cunha, fomos a casa do Presidente do Conselho. Logo que lhe foi lido o relatório Correia de Barros, Salazar foi nítido e mostrou que da situação fazia agora um juízo realista. Concluiu o chefe do governo: estava-se perante um facto indisputável: a nossa administração em Macau naufragara e *«dera à costa»:* e tínhamos agora uma carcaça na praia que era preciso salvar e tentar reparar. Desde as altas autoridades ao último dos soldados — ninguém daria um tiro. Existiam os sinais exteriores da soberania: a bandeira, a moeda, umas autoridades. Mas os elementos efectivos da soberania haviam-se dissolvido, mais do que em épocas passadas. Não éramos soberanos: sob fiscalização alheia, administrávamos um condomínio. Nesta altura abandono a reunião: tenho de me vestir para estar às oito e meia, encasacado e condecorado, na Embaixada do Brasil, para o jantar em honra do Presidente de República. Regresso a casa pela meia-noite. Encontrei cópia do telegrama que, como resultado da reunião, o Silva Cunha expediu para Macau. Julgo-o histórico. Por isso arquivo aqui o seu texto integral: *«Recebidos seus 48 e 49 secretos. Mais uma vez observo que não foram cumpridas instruções que governo por várias vezes transmitiu e insistentemente confirmou pois textos minutas comunicados não deveriam ter sido aceites por altamente inconvenientes. Governo encontra-se portanto perante uma situação de facto consumado para a qual já não vê solução. Nestes termos Governo Província ao assinar documentos actua sob sua exclusiva responsabilidade devendo ao menos procurar obter que texto declaração não seja publicado ou, se o for, que publicação se restrinja ao que consta da alínea a) do meu 28 secreto. a) ministro»*. Estou convencido que a história aplaudirá esta decisão: Macau perdido seria irrecuperável; autoridade ou prestígio diminuídos podem ser recobrados com boa administração. Quanto ao relatório Correia de Barros, e atendendo às condições em que houve de ser elaborado, é documento que pode ombrear com textos semelhantes de Aires de Ornelas, de António Enes, de Paiva Couceiro, etc. São homens assim que fazem e defendem Portugal.

Lisboa, 29 de Janeiro — Governador de Macau assinou e entregou o texto havido como *«humilhante»*. Dizem as agências que houve fogo-de-

-artifício e que uma multidão de dez mil chineses o vitoriou. Acaba em herói o governador. Aliás, na crise nenhumas são as suas culpas: o brigadeiro Nobre de Carvalho acaba de assumir as suas funções e não tem responsabilidade pela administração passada.

Parece seguro que Salazar começou a tratar de uma remodelação ministerial. Conseguirei sair desta feita?

Lisboa, 2 de Fevereiro — Nota oficiosa de Silva Cunha sobre Macau. Pareceu-me bem. *Leal Senado* elogia governador; e de Taipé a *United Press* fez circular telegramas que afirmam haver o nosso acordo com a China constituído um rude golpe na espionagem americana, inglesa e nacionalista que em Macau se exercia contra Pequim. Todo este episódio ainda acaba por ser um êxito para nós — e consolidar Macau. À tarde, estou com Salazar: está óptimo, de bom humor, e parece de espantosa resistência física.

Lisboa, 6 de Fevereiro — Fui ao Paço de Santana para falar com Dom Manuel Gonçalves Cerejeira. Recebeu-me prazenteiro e vivo. Achei-o de bom espírito, de aspecto excelente, movendo-se com agilidade. Sempre inquieto, agitando-se no seu cadeirão; nervoso no gesto, nas frases sacudidas, na mudança brusca de tons e dos assuntos; mas lesto e pronto de reacção; e de trato imensamente humano e agradável. Disse-lhe ao que ia: o António de Faria queria saber quando o Patriarca chegava a Roma e se devia pedir para Ele, Dom Manuel, uma audiência com o Papa — subentendendo-se que a audiência seria para tratar da vinda do Santo Padre a Fátima. Acedeu logo o Cardeal, e prometeu que ele próprio telegrafaria ao Colégio Português em Roma a dizer para solicitarem audiência pontifícia. Depois, Dom Manuel declarou-me: «*A minha convicção é que o Papa não vem a Fátima. Na resposta à carta dos Bispos invocou três motivos que O levavam a encarar a vinda como coisa muito difícil. Já não me lembro dos três motivos, e a carta não fecha por completo a porta. Mas é minha convicção que Ele não virá*». Falou depois o Cardeal da ida do Papa a Bombaim: «*Tinha motivos só religiosos. Salazar não acredita no Papa; mas eu acredito. Quanto à ida a Goa, o Papa teve dúvidas. Quando falei com ele, notei que sobre Bombaim havia tomado a sua decisão; mas no que respeita a Goa estava hesitante. E eu disse-lhe então: Santo Padre, não pode ir a Goa. É território ocupado, sob domínio estrangeiro, e o Papa teria de estar sob*

a protecção das armas indianas. O Papa não seria livre. Santo Padre, não pode ir». Continua o Patriarca: «*Depois escrevi uma carta ao Papa, com estas e outras razões, e o Pontífice mandou-me chamar ao dia seguinte para me dizer que não iria a Goa».* Dom Manuel pormenoriza: «*Mas o Papa ficou muito melindrado connosco. Disse-me que nunca esperara que Portugal lhe fizesse o que fez».* Errou depois a conversa de assunto para assunto, e como falássemos de *coisas modernas,* o Cardeal comentou: «*Acusam-me para aí de eu ser um fraco, de estar nas mãos do governo, de obedecer ao Governo. Acusam toda a Hierarquia de estar subordinada ao governo. As pessoas já não sabem o que dizem. E as acusações vêm mesmo de meios católicos, até de padres. E no entanto, não obstante a nossa intimidade de Coimbra, Salazar e eu separámo-nos. Há 39 anos, sentados naquele sofá»* — e o Cardeal apontou para um hediondo canapé lilás disposto no extremo do salão — «*resolvemos seguir caminhos separados, para sempre».* Fala-se da juventude. Diz o Cardeal: «*Perdemos a juventude, não podemos contar com a juventude. Se não remediamos isto, tudo se pode perder».* Abordou então a questão de um bispo negro: «*Sondei os prelados da metrópole: ninguém quer um auxiliar negro. Em que pé está o caso?»* Eu disse a Dom Manuel que, na sua viagem a África, o António de Faria sondara os prelados do Ultramar, e todos haviam sido unânimes em afirmar que era prematura a nomeação de um Bispo Negro. «*Ora aí está»,* exclama o Patriarca, «*isso é que é preciso dizer à Santa Sé».* Esclareci-o de que eu próprio já o havia dito ao Núncio, e que este não voltara a insistir no caso. Ocorreu falar de D. Paulo, Bispo de Macau: «*Mal, não vai bem, há que tirá-lo de lá».* Informei o Cardeal de que o Núncio falara mesmo num inquérito. A rir, eu disse a D. Manuel que para o inquérito o Núncio pensara em mandar a Macau o Internúncio em Taipé, na Formosa, e que eu não via melhor forma de levar Pequim a tomar Macau instantaneamente. «*Que falta de tacto do Núncio»,* comenta o Patriarca. Ao fim, Dom Manuel rematou a conversa, dizendo-me com gravidade: «*Vou a Roma e falarei ao Papa na visita a Fátima. Do que houver informarei o governo no meu regresso. Pode estar seguro disso».*

Lisboa, 9 de Fevereiro — Habitual encontro confidencial com os directores dos jornais diários. Abordei em particular a política europeia, a política alemã, relações com o Brasil, ONU, Rodésia, etc. Desta vez, participou Silva Cunha, que fez uma exposição sobre Macau. Foi muito claro.

Lisboa, 14 de Fevereiro — Conversa com o embaixador do Brasil Ouro Preto, regressado de Luanda. Vem eufórico, encomiástico, deslumbrado. Tudo lhe pareceu «*muito brasileiro*»: a paisagem, as buzinas dos carros, a «*abundância de pretinhos*» e a mesma desordem. Disse que o Brasil não acalentava sonhos imperiais quanto a Angola; considerou a visita da esquadra brasileira «*uma coisa muito positiva*»; e perguntou se era verdade que os americanos não haviam permitido que se deslocasse a Angola a fragata *Pereira da Silva*. Neste particular, disse-lhe o indispensável; mas é mau que o episódio transpirasse; e pode haver causado ao embaixador uma forte impressão de que os americanos são muito firmes na sua hostilidade à nossa política africana. Retrair-se-á o Brasil ainda mais no seu apoio a Portugal, e que é já tão hesitante, tão de «*duche quente, duche frio*», como diz o próprio Ouro Preto. Pormenor curioso: sempre que me falava no brasileirismo de Angola, luziam os olhos do embaixador.

Lisboa, 17 de Fevereiro — Colóquio no Colégio Pio XII. Sala a transbordar de estudantes. Perguntas de pouco nível. Tese defendida: a guerra de África é de legítima defesa, e portanto *guerra justa*, isto é, cristãmente permitida. Não suscitou reparos dos sacerdotes presentes. Por acordo? Por cortesia?

Lisboa, 18 de Fevereiro — Todos os jornais respeitaram o meu pedido, feito a título particular, de nada publicarem sobre o debate no Colégio Pio XII. Mesmo a *República*. Excepção: o *Diário da Manhã*. Não é este suposto ser o jornal do governo? É. Mas fê-lo por absoluta má-fé, e com o objectivo de me causar embaraço. Simplesmente, o prejudicado é o interesse nacional. Mas isso que importa a uns extremistas que gravitam em torno do *Diário da Manhã?* De partida para a Áustria.

Viena, 20 de Fevereiro — São sem dúvida grandes senhores os austríacos, e assim nos acolheram, a minha mulher e a mim, e aos altos funcionários que me acompanham: fizeram o que os demais fazem em lances idênticos: mas fizeram-no de *jeito diferente*. Parecia que de tudo estava ausente o protocolo, o planeamento, a segurança: nem a meticulosidade germânica, nem a rigidez britânica, nem o alarde colorido dos italianos, nem o convencio-

nal frívolo e culto do francês: os austríacos ali eram simplesmente uns amigos que vinham com naturalidade acolher outros amigos, e instalá-los bem. Tonsic-Sonjic, o meu colega austríaco, e sua mulher, e os altos funcionários do ministério austríaco dos Estrangeiros, são homens de uma corte, que já não existe, e que mantém um hábito de tratar com reis e imperadores, que há muito entraram no limbo dos justos. E seguimos para o Hotel Imperial, ficámos alojados num sumptuoso apartamento. Diz-me um funcionário austríaco: são os aposentos usados pelo Marechal Tito e por Juvanka. Olho um grande quadro na parede do fundo: é um retrato da figura tutelar de Maria Teresa.

Logo pela tarde, depois de um almoço rápido, visito o Chanceler Joseph Klaus. Homem sólido, sereno, e típico austríaco ao que se me afigura. Digo ao Chanceler que tenho o maior interesse em escutá-lo sobre os problemas externos que o preocupam e no seu comentário da situação internacional; e fico ao seu dispor para falar do que lhe possa interessar de Portugal. Klaus entra a fundo na questão da Associação Europeia de Comércio Livre e suas relações com o Mercado Comum: é contra a integração europeia como a pretendem (ou dizem pretender) alguns grandes países; considera que estes querem somente dominar os pequenos países, que correm o risco de serem colonizados; em qualquer caso, a Áustria, por motivo do seu *Tratado de Estado*, não pode pertencer ao Mercado Comum, nem quer; e por cima de tudo e a complicar tudo, a *«duplicidade inglesa»*. E não saiu disto, à parte alguns aspectos turísticos por alguns minutos. Foi isto premeditado? Trata-se de uma recusa em abordar comigo um assunto de fundo? Pensou Klaus que eu não merecia um cuidado seu para gastar palavras comigo? Não: porque pisou e repisou tudo e me reteve quase duas horas. Fez uma pergunta sobre a nossa luta em África? O papel da ONU? A Aliança Atlântica? As relações com os Estados Unidos? Nada, não. Fica-me a ideia de que tais problemas simplesmente não existem para o Chanceler. E o Vice-Chanceler, que cumprimentei a seguir, foi igual. Estranho e curioso. À noite, grande banquete, dado por Tonsic no Palácio Pallavicini, nome de uma das mais antigas famílias austríacas, de origem italiana, de há séculos. No seu discurso, foi corajoso Tonsic: *«Salazar é dos maiores homens de Estado da Europa de todos os tempos»*. Também — não tanto assim. Estava a alta-roda de Viena: e os cristais, os lustres, os tocheiros, as tapeçarias, os quadros, os mármores dos tempos do Império. Faltavam Francisco José e o Arquiduque Rodolfo.

Viena, 21 de Fevereiro — Almoço na Chancelaria, dado por Klaus. Reunião mais limitada, só para homens, ai uma dúzia e picos. Sem interesse. Levaram-me depois a uma quadra sumptuosa, e que, sem eu saber porquê, me pareceu carregada de atmosfera, de história, de significado. Disseram-me, compreendi: ali, durante quarenta anos, trabalhou Metternich com o seu *sistema,* a dirigir os destinos da Europa, pelo menos de *uma certa Europa.* E continuei a tropeçar na História. Agora, é a sala rectangular, de mármore verde, onde se reuniu o Congresso de Viena, ou os seus cinco grandes, que constituíam um directório. Pareceu-me que, tendo duas portas em cada um dos extremos do rectângulo, na sala destoava uma quinta porta a um dos lados mais compridos. Ingenuamente fiz o reparo. Explicaram-me: era imperioso que os plenipotenciários dos cinco grandes pudessem entrar todos no mesmo instante, sem que algum chegasse um segundo atrás ou à frente de outro: era a expressão exterior e protocolar da paridade de estatuto político no Congresso. Depois, numa sala contígua, também de mármore quase cor de garrafa com espaços de parede clara, atento num canto, junto ao chão, onde vejo letras gravadas. Ali, contra a parede e sobre o mármore, ficou estirado o Chanceler Dolfuss, e ali o mataram os nazis quase já em vésperas do *Anschluss.* Letras douradas, talhadas no mármore, e encimadas por uma pequena cruz de braços iguais, recordam a tragédia. E sigo para o ministério dos Estrangeiros, para conversas com Tonsic. Reafirma-se amigo até ali, e não esconde ideias muito próximas das nossas. Vê a questão de África como nós a vemos: Portugal apenas tem de prosseguir e consolidar a sua política. Como não há contencioso entre nós e a Áustria, Tonsic faz o que classicamente se chama o *«tour d'horizon»,* uma forma de tratar de tudo e de nada do que vai pelo mundo. Mas aí a informação do ministro austríaco parece-me bem escassa e ingénua: sabe o que se passa em torno da Áustria e um pouco na Europa Central, e mais nada: e mesmo neste domínio não revelou saber (ou não o disse, o que não creio) mais nada além do que constitui a nossa rotina de informação em Lisboa. À noite, para rematar o dia, largo jantar oferecido por nosso lado no Hotel Imperial. Bebi pelo Presidente da República Austríaca. Vi que Tonsic ficou muito perturbado, e não respondeu. Estive quase para me erguer de novo e dizer: agora bebemos pelo Presidente da República Portuguesa. Não o fiz por estar seguro de que Tonsic não teve o menor propósito de ofender ou magoar Portugal. Mas não compreendi.

Viena, 22 de Fevereiro — Sessão no picadeiro onde funciona a tradicional Alta Escola Espanhola de Equitação. Para quem for conhecedor, deve ser um deslumbramento. Admirável, mesmo para um leigo como eu. Depois, os austríacos insistem em mostrar a Viena moderna. Blocos de apartamentos como em toda a parte, ou bairros sociais como vemos em alguns arredores de Lisboa: caixas ou torres de cimento e vidro. E vi finalmente o Danúbio. Um desapontamento em relação à lenda: estreito, banal, apertado entre margens sem interesse: e não *azul*, decerto. Mas a lenda é a lenda. Digo aos meus amigos austríacos que quero ver a antiga Viena. E então percorro devagar, de automóvel e a pé, a Viena que conta. É o grande centro da velha capital dos Habsburgos: da primitiva cidade gótica resta quase nada, salvo a *Casa dos Concertos*, e hoje temos perante nós a cidade barroca. E então sucedem-se palácio e mais palácio, e todos são estruturas de grandes volumes: antigas residências imperiais, ou sedes de grande administração, os museus e centros de arte e cultura. É o Belvedère, construído para o Príncipe Eugénio de Sabóia; é a Biblioteca Nacional, ao fundo de Joseph Platz; são as agulhas e as torres da Catedral de Santo Estêvão, onde julguei ver mistura de estilos, entre o gótico, o românico e até um bizantino que lembra a velha Santa Rússia; é o Teatro do Burgo, de reconstrução mais recente; e outros e outros. Ao fundo de largos terreiros lajeados ou de parques de acesso, todos são a um tempo fortes e leves, em materiais ricos: sugerem toda uma civilização, uma concepção da existência, um estilo de vida, segurança de valores, certezas íntimas, e a convicção inabalável de que se decidia e se construía para a eternidade. Visito a *Colecção Albertina*, composta de toda a sorte de peças de arte: está instalada no palácio que para servir de embaixada de Portugal o Conde de Tarouca mandou construir e que, pela sua beleza e porte, mais tarde Maria Teresa mandou comprar. Interrompo a deambulação para almoço com Tonsic no Kahlenberg. Já retirado da parte central, do restaurante observa-se Viena na distância: num vasto plaino, é um aglomerado a que uma neblina cinzento-azulada empresta um sortilégio romântico. Depois, visita minuciosa ao Castelo de Schönbrunn, já bem fora do centro, para as bandas da estrada de Linz. No termo de um largo terreiro, na moldura de um vasto parque-jardim, estende-se uma estrutura que pelo seu comprimento se diria monótona e pesada: e não é. De cada extremo, e perpendicularmente, em ângulo recto, partem outras estruturas mais baixas, mais modestas por comparação. Todo o conjunto como que forma um imenso quadrado a que falta um dos lados. Logo me senti fascinado — pelas proporções, pelas perspectivas, e por uma cor

amarelada, que é quente e que a tradição chama de *amarelo Maria Teresa.* Não se pode visitar tudo: entre salas, salões, galerias, salas de música, de banquetes, quartos — são mais de mil. Mas impressiona o quarto onde morreu o Imperador, e o que pertenceu a Maria Teresa, e as salas destinadas aos seus dezasseis filhos. E no mais é tudo carregado de história, de um passado recente que ainda parece palpitar, de uma vida que morta ainda se prolonga num objecto de toucador, na almofada de uma cama, num documento sobre uma secretária. Dir-se-ia especial o ambiente de uma vasta quadra: ali, trabalhava Napoleão, nas duas vezes em que fez de Schönbrunn o seu quartel-general administrativo e militar. E fiquei algum tempo a olhar concentrado para uma vasta secretária, sem gavetas, com um tampo acinzentado: ali despachava Napoleão os negócios do seu império, compunha as suas proclamações à Europa, assinava as suas ordens de batalha. E depois, mais além, a quadra onde o último Imperador austríaco, Carlos, firmou na derrota a abdicação dos Habsburgos. Assim passa a glória do mundo. Mas talvez a mais majestosa de todas as partes de Schönbrunn é a Galeria imensa onde se divertia o Congresso de Viena. Por aí se ostentaram os grandes da época. Era a alta-roda da política europeia: Wellington, com a sua glória militar; o Czar, e a sua Santa Rússia; Tayllerand, e a sua astúcia; e Metternich, do alto do seu poderio e da sua ufania própria, distribuía amabilidade, fazia de anfitrião acabado, espiava, comprava, subornava. Negociou-se, faziam-se e desfaziam-se acordos, conspirava-se, intrigava-se, compunham-se ditos de espírito — enquanto Beethoven dirigia pessoalmente uma das suas sinfonias. Mas quando saímos ao terraço, de repente reentrei na realidade actual: um grupo de estudantes brasileiros, em excursão, informado de quem eu era, veio saudar-me em ruidosa alegria.

À noite, espectáculo na *Ópera Oficial* de Viena. *O Barbeiro de Sevilha.* Sala muito *nova,* muito *reconstruída,* e fria. Depois, Tonsic e eu, enquanto os demais seguiam em grupo, fomos sós, a pé, cear ao Sacher, do outro lado da rua. Ao atravessar Viena sob a noite álgida, quando já morria a vida da cidade, e enquanto ouvi Tonsic repetir que a demissão de Sukarno significava *«um doido a menos»,* tinha nos ouvidos este dito que escutei aos cicerones dos palácios, aos empregados dos restaurantes, a quantos em suma fiz uma pergunta sobre um monumento, um edifício, um simples móvel: *«ah! isto vem de antes de Maria Teresa»* ou *«isto é posterior a Maria Teresa».* É ainda a grande sombra tutelar.

Viena, 23 de Fevereiro — Antes do almoço, conferência de imprensa para jornalistas austríacos e estrangeiros. Muito correctos os representantes da imprensa de Leste. Pelo princípio da tarde, conferência na Sociedade Austríaca de Política Estrangeira. Presidiu o Príncipe de Stahremberg, chefe de uma das mais antigas e tradicionais famílias do velho império. Sala cheia. E depois, no *Club Português,* festa oferecida pelas *crianças austríacas.* São os homens e mulheres — foram então cerca de quatro ou cinco mil — que em crianças, na altura da guerra, o governo português acolheu em Portugal, e instalou e educou e alimentou durante toda a tragédia. Ficaram a falar português como os portugueses; fundaram um clube; reúnem-se periodicamente, e então só se exprimem em português. Foi o que fizeram hoje para, em algumas centenas, receber e saudar estes visitantes oficiais portugueses. Emocionante: julguei por momentos que me encontrava numa festa da Casa do Alentejo. Tonsic, estupefacto, não compreendia naturalmente uma palavra de nada. Ao cair da tarde, partida de comboio para Salzburgo. Espanto geral na gare antes do arranque: um largo grupo de estudantes angolanos negros, que de alguma forma soube do meu embarque, vem para mim, rodeia-me, e saúda-me entusiasticamente com *vivas* a Portugal. Em torno— semblantes estupefactos como se presenciassem um fenómeno sobrenatural. Que não tenhamos preconceitos raciais, espanta os outros.

Salzburgo, 24 de Fevereiro — Que cidade! Uma jóia. Chegámos ao Hotel já pela meia-noite, ou mais tarde, e na casa de jantar apresenta-se-nos James Mason, que acabava de cear sozinho: é exactamente como nos aparece no cinema. Olho através das grandes vidraças que quase alcançam o tecto: ao longe, no topo de uma colina, iluminadas, emanando luz acobreada, ressumando idades, estão as muralhas do Castelo de Salzburgo. E hoje, num deambular a pé, lento e descuidado, percorro com a Vera o centro da cidade. Ruas estreitas que se alargam, ruas largas que se estreitam, outras que furam por debaixo de prédios que ficam assentes em grandes arcadas, um portal gótico aqui, um paredão românico além, mais barroco acolá, casario lançado a esmo, uma catedral, um museu, outra catedral, depois não se sabe bem o quê — e fomos dar ao prédio onde viveu Mozart. Visitámos com reverência e emoção o andar em que morou. Tecto baixo, paredes caiadas de branco sujo, uma quadra mais do que modesta, janelas de guilhotina a tocar no tecto, trastes paupérrimos, e mil recordações do seu génio: manuscritos de música truncados, cartas, objectos pessoais. E uma escrivani-

nha, pequena, exígua, baixa, estreita, mais do que vulgar para a época: aqui, segundo uma tradição que os eruditos dizem documentada, compôs Mozart *A Flauta Encantada*. Voltámos à rua. E num largo, junto a uma arcada, dança um numeroso rancho folclórico, em cujos trajos e música me pareceu distinguiir traços da Baviera e do Tirol.

Bad Gastein, 26 de Fevereiro — Quase três dias entre montanha e neve, passados a uns tantos milhares de metros de altitude, nos Alpes austríacos. Estação de inverno, corresponde aos postais que encontramos por hotéis e gares de caminho-de-ferro. Casas de madeira, de telhado muito inclinado, encravadas nos contrafortes quase a pique; quando há um valezinho estreito ou um corgo, logo são aproveitados para veredas e atalhos, e circula-se em trenós tirados a cavalos; e algum espaço ocasional é aproveitado para se congregar uma dúzia de moradias de madeira, em torno de uma igrejazinha com a sua torre ao centro da fachada, e aí se encontram os lugares de reuniões sociais, ou uma ou outra loja. No mais, o frio, o ar parado e álgido, um céu baixo, uma neve que invade e domina tudo — e pelas encostas a pique, sem que eu perceba como se equilibram ou de que vivem, passam cabras selvagens.

Asfixia-se. Não há horizonte. De um lado e outro, só contrafortes que se perdem no céu. Que gente é esta, a que habita aqui? Que pensa? Que sente? Do mundo, que visão tem? Dos de Bad Gastein, eu diria que o seu mundo vai até aos Alpes, até Linz, quando muito até Viena, que a maioria jamais deve sequer ter visitado. E quanto aos austríacos? Do que ouvi e pude ler, do que consegui ver, dos comportamentos que me foi viável observar, tiro uma conclusão: aqui é uma Europa Central que pára nos Alpes, no Reno, no Danúbio, e que a leste tem como fronteira uma linha que os separa dos magiares, dos checos, dos germânicos do Norte. Para lá disto, não há nada; e nada tem significado, e tudo é visto, na medida em que haja percepção de qualquer coisa, a uma luz tão primária, tão simplista, que toca as raias do infantil, e que não permite qualquer discussão lúcida e informada. As Nações Unidas? Coisa magnífica, a mais acabada expressão da humanidade, todos lhe devem obedecer cegamente. Conflito russo-chinês? Incompreensível. Pacto do Atlântico? Inútil. Pacto de Varsóvia? Desnecessário. Armamento? Um crime, e que despesa mal empregada! Rivalidade russo-americana? Caprichos entre governantes mal avisados. Guerras de defesa? Jamais. E em tudo o mais é assim. Fica-se siderado. É importante *esta* Europa, e é evidente que a Europa germânica ao norte é outra coisa;

mas felizmente há outras Europas. E no entanto estes austríacos parecem inteiramente felizes, contentes de si, satisfeitos com o seu pequeno mundo. E vivem com funda saudade dos tempos do Império.

Lisboa, 2 de Março — Príncipe Bernardo da Holanda e George Ball convidam-me para uma reunião do grupo de Bilderberg, em Cambridge. Aceitei. E o chanceler alemão acaba de afirmar uma coisa da mais alta gravidade: a existência do Pacto do Atlântico é incompatível com a «*cumplicidade*» atómica e nuclear anglo-americana. Tem mil implicações esta atitude. No plano português interno, o país atravessa uma fase de apatia e indiferença, que são de causar calafrios. E de Angola as notícias que chegam quanto ao estado de espírito da população branca — não são exactamente uma maravilha.

Lisboa, 5 de Março — Domingo em casa. Céus nevoentos, e tudo sem sobressaltos nem telefones. Ao fim da tarde, as primeiras notícias das eleições francesas. Parece que estaremos perante uma expressiva vitória de De Gaulle e do seu partido. Se isto se confirmar, é um alívio para nós. Uma *frente popular* em França, com Mitterrand e Deferre, criar-nos-ia as maiores dificuldades. Quando há dias examinei com Salazar esta hipótese, comentou serenamente: «*Pode ser. Pode ser que tenhamos de atravessar ainda maiores dificuldades*». Mas dava no momento uma impressão de tranquilidade olímpica, como quem dispõe de uma vacina contra a emoção, a cólera, o nervosismo, a excitação. Tudo a poder de uma vontade que deve ser a maior ou pelo menos das maiores da história de Portugal.

Lisboa, 9 de Março — Protesto enérgico da Espanha pela morte de um pescador espanhol, atingido por fogo português quando o seu barco pescava em águas territoriais portuguesas. Em Espanha foi «*assoprada*» uma grande emoção e uma grande celeuma na imprensa. Chamei o embaixador de Espanha, disse-lhe quanto lamentava a morte do pescador espanhol, acentuei que este se encontrava em águas portuguesas e desobedecera à autoridade portuguesa, rejeitei o protesto, e perguntei quanto julgava o embaixador justo que fosse entregue à família da vítima como auxílio. Disse o embaixador uma soma. Preenchi logo o cheque que já tinha na minha frente. E despedi com muita cortesia o embaixador. E liquidou o caso.

Lisboa, 12 de Março — Resultados da segunda volta em França: afinal, nítido recuo do gaullismo. Não obteve a UNR maioria absoluta, nem mesmo a alcançará com os deputados do *Centro Democrático* de Lecanuet. Assim, avanço do *Partido Comunista* e, em menor escala, da *Federação das Esquerdas* de François Miterrand. Pessoalmente, não me surpreendem estes resultados, ainda que o aviso geral fosse o de que De Gaulle conquistaria de novo confortável vitória. Mas com tudo isto não se pode deixar de ficar apreensivo. Talvez seja mais profunda e numa direcção que eu não previa a viragem da política europeia. Afastado De Gaulle, haveremos de ter: frente popular ou, pelo menos a prazo, triunfo das esquerdas em França; auxílio aos «*nacionalismos*» africanos; entrada da Inglaterra no Mercado Comum, mas isto poderá levar ao esfacelamento deste por manobra britânica conduzida por «*dentro*»; gradual neutralização da Alemanha, mas também sua eventual reunificação (ainda que a muito longo prazo); e progressivo enfraquecimento das energias criadoras das várias Europas.

Nomes de 47 oposicionistas subscrevem uma carta que acabam de enviar ao Presidente da República. Cunha Leal, e mais três ou quatro conhecidos, encabeçam o texto; são anónimos os demais, ao menos para mim. Pelas últimas folhas da carta, vê-se que andaram pela província colhendo assinaturas, mas pouquíssimas obtiveram.

Lisboa, 15 de Março — Chegaram ontem os ministros dos Transportes e das Finanças do Malawi. Vou esperá-los ao aeroporto. Rasgavam a face num sorriso de quase beatífico encantamento. Objectivo da visita: obter do Malawi um compromisso para utilização máxima do Caminho-de-Ferro de Nacala, construído por nós; compra pelo Estado português das 150 000 acções da Trans-Zambézia, que pertencem ao Malawi; compra por nós da ponte e via (situados em Moçambique) que são propriedade da Central Africa Railways, cuja titularidade por seu turno é do Malawi. Trata-se assim de uma operação combinada. Se a efectuarmos, despenderemos três milhões de libras, mas liberta-se a soberania portuguesa em Moçambique de servidões que vêm do passado. Estão fulos os ingleses, e sabemos que lutam por sabotar as negociações. Vamos a ver.

Lisboa, 16 de Março — Conferência de imprensa. Como os jornais suecos de há tempo nos têm atacado miseravelmente, resolvi dizer umas pala-

vras ásperas para Estocolmo, entre a refutação firme e a insolência desdenhosa: a Suécia estava equivocada se acaso julgava que é muito importante e que nos aflige o que a Suécia pensa. À noite, depois de jantar, telefona-me o Luís Teixeira Pinto para me dizer que eu fora demasiado violento para a Suécia, e que os nossos meios económicos e financeiros iam reagir. E telefonam-me também alguns outros portugueses — homens eminentes na sociedade, na política, na cultura — a perguntar-me, num terror pânico, se não estaríamos expostos a perigos de retaliação por parte da Suécia. Quais? Ninguém me soube responder. Mas todos me pareceram apavorados, e aliás assim se confessaram. Que povo somos!

Lisboa, 22 de Março — Ao cabo de uma semana, chegou-se a acordo com os homens do Malawi. Inteligentes, os dois ministros malawianos, e firmes, sem se deixarem *empurrar;* e Tembo, o das Finanças, é particularmente subtil e rápido. Completou-se assim a soberania portuguesa em Moçambique. E deveremos, ou deveríamos estar bem seguros e pensar que a solução do problema do nosso ultramar — salvas alterações de pormenor — consiste precisamente *em manter o nosso ultramar,* por óbvio ou redundante que isto pareça. É o que a nação faz há séculos. E notemos isto: concluímos um entendimento com o Malawi; vamos tê-lo com o Lesotho, a Suazilândia, a Bostswana; estamos bem com a Rodésia e a África do Sul: é o bloco da África Austral, a que a Zâmbia não pode deixar de se unir mais tarde ou mais cedo. É isto tudo que vamos perder? Negamo-nos à vitória no minuto anterior àquele em que a vitória será nossa? Perderemos a cabeça no último instante? Quanto aos ministros do Malawi, foram ver o Benfica jogar, saudaram o Eusébio, foram vitoriados; e Msonthi, o dos Transportes, foi a Fátima e à Batalha, e na volta disse-me sem rodeios que não gosta deste Papa, nem aprova o Concílio Vaticano II.

Celeuma por causa de eu haver fustigado a Suécia. Resultado prático: quase todos os homens de negócios suecos em Portugal foram apressadamente a Estocolmo, aflitos ao que suponho; e a imprensa sueca não nos tem atacado. Em suma, o caso não tem importância de maior.

Cambridge, 3 de Abril — Expressão cultural do mundo britânico, não pode ser maior o encanto de Cambridge: colégios compostos por muitos edifícios, passando-se de uns para outros por debaixo de arcadas em ogiva

normanda e através de largas clareiras que são espaços relvados; e capelas e igrejas, de estilo anglo-normando ou gótico flamejante, que fazem parte dos colégios e em torno das quais estes precisamente foram crescendo. E num dos colégios, aproveitando estas férias de Páscoa, se instalaram os participantes da reunião do Grupo de Bilderberg. Nos quartos dos estudantes, e vivendo o regime dos estudantes. Partilho de um modesto quarto com Norstad, o general americano que comanda a NATO. Às reuniões, preside o príncipe Bernardo da Holanda. Tem um ar decidido, desembaraçado, muito senhor de si, e não parece ter dúvidas nem hesitações: mexe-se com aquela certeza e falta de timidez que em geral caracterizam os medíocres investidos de uma autoridade que não tiveram de conquistar. Também participa o Príncipe Filipe. Mas deste modifico muito a minha impressão. Pareceu-me o Duque de Edimburgo muito sensato, muito natural, bem informado, com facilidade de expressão, e sem a menor preocupação de vincar a sua pessoa. Espantam-me as suas opiniões: muito próprias, conservadoras, até reaccionárias: e em qualquer caso muito diferentes das do seu actual governo. Referiu-se a este sem particular admiração, nem respeito; e disse que actualmente na Inglaterra não havia liberdades. Realmente! Falei sobretudo com Joseph Luns, Eugene Rostov, Baumgartner, Manlio Brosio e Cleveland. No grande salão do refeitório, junto ao aconchego de uma lareira de chama alta e viva, diz-me Harlan Cleveland, do Departamento de Estado de Washington, esta confissão importante: *«até há pouco, não acreditávamos na viabilidade da política portuguesa em África, e hoje já não é assim, mas o contrário»*. Todos estes três dias foram de céus baixos, friorentos, de humidade anuviada: típico tempo inglês. Para quem o sabe apreciar, e num ambiente britânico, é uma delícia.

Lisboa, 6 de Abril — Exéquias em honra de D. Miguel I e de D. Adelaide. Cerimónia digna, mesmo com um traço de grandeza antiga. Impressiona-me a Imperatriz Zita: magrinha, chupada, seca, como um osso em pé; toda de negro, e com uma gola pelo pescoço acima quase até ao queixo; muito digna e escorreita, com um passado de sofrimento; e é já um medalhão a dependurar numa sala de recordações. Ulisses Cortez, que teve de assistir, dizia com bom humor à saída de S. Vicente: *«fazerem-me isto a mim, que sou um republicano da Rotunda!»*.

Lisboa, 11 de Abril — Ao Instituto Superior Naval de Guerra falar sobre a nossa política externa e a situação internacional. Muitas dezenas de oficiais presentes. África, Rodésia, Brasil e ONU foram os tópicos que suscitaram interesse e debate.

Lisboa, 17 de Abril — Referindo-se ao Papa e à confusão no seio da Igreja, Salazar comentou: «*Eu não estou muito aflito porque a morte breve evitará que tenha de me adaptar. Ainda há dias o Bissaia e eu chegávamos à conclusão de que a morte era uma bela coisa porque nos poupava o horror de assistir ao drama que o mundo vai viver. Mas os senhores são muito novos, e muito vão sofrer*».

Lisboa, 22 de Abril — Instituído o *Dia da Comunidade Luso-Brasileira*. Bandeiras brasileiras pela cidade (se eu não lho lembro, o França Borges esquecia-se!) e cerimónia em Belém, simples e digna. Sessão à noite na Sociedade de Geografia. Mais um passo num sonho. Mas não se poderá ir muito mais longe: os brasileiros nunca fizeram uma opção fundamental e sem isso não se irá ao fim. No fundo, querem uma comunidade sentimental com o rectângulo europeu e um ultramar independente que possam mais ou menos influenciar — na ilusão doce de que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Rússia deixariam o Brasil exercer em Angola e Moçambique uma influência hegemónica. Que fazer para destruir este equívoco no Rio? Podem estar a cometer um erro histórico os lideres do Brasil actual.

Lisboa, 1 de Maio — Telefona-me pelas dez e meia da manhã o Presidente do Conselho. Que há? Diz-me: de Roma acaba de telefonar António de Faria para informar que fora chamado à Secretaria de Estado onde Monsenhor Dell'Acqua lhe comunicara que o Santo Padre decidira vir a Fátima. «*Tomou assim a decisão há tanto esperada e por nós desejada*», comentou Dell'Acqua. Salazar, em tom muito calmo e tranquilo, acrescentou que havia encarregado Faria de perguntar na Secretaria de Estado o que é que o «*Papa desejava fazer em Portugal*». Fui para o Ministério, e faço uma chamada para Roma. Falo com Faria. Este tivera entretanto outro contacto com a Secretaria de Estado, e apurou que, ao invés da primeira intenção, a decisão do Papa não seria anunciada hoje mas no dia 3, no decurso da

audiência geral que, pelo meio-dia, o Pontífice concederá naquela ocasião. Faria estará presente, com todo o pessoal da embaixada. Ao fim da manhã, Monsenhor Rotoli, da Nunciatura, vem oficialmente ao Ministério e transmitiu a notícia que, em telegrama, acabava de receber do Vaticano. Vem assim o Papa a Fátima. Depois de quanto se tem passado, e no clima internacional, é boa notícia sem dúvida, e acaso vitória para nós, e homenagem à actuação local do Faria. E sem embargo de todas as reticências e reservas de Salazar, no fundo talvez aprecie a vinda do Pontífice, pelo menos na medida em que é boa para Portugal.

Lisboa, 2 de Maio — Conversa com o ministro da Economia. Este relata o que lhe teria dito Wilson em Londres: que se está a preparar um bloqueio geral a Moçambique, com cinco fragatas (sendo 1 britânica, 2 canadianas, 1 sueca e 1 neozelandesa), e a expulsão de Portugal de todos os organismos internacionais, desde a ONU ao GATT. Como se o bloqueio a Moçambique pudesse derrubar Smith na Rodésia, ou a nossa expulsão de organismos internacionais contribuísse para o mesmo resultado.

Pede-me para se avistar comigo urgentemente o embaixador de Inglaterra e traz-me uma mensagem de George Brown: que Wilson anunciará nos Comuns, talvez ainda hoje, a decisão de solicitar de novo a entrada da Inglaterra no Mercado Comum. Agradeci, e não o disse ao embaixador mas fiquei perplexo: ainda há pouco o nosso homem da Economia *garantia* que Londres não abandonaria a EFTA!

Lisboa, 3 de Maio — Exposição e debate no Instituto de Altos Estudos Militares. Interesse vincado pelas questões de África e pelas relações com os Estados Unidos. Talvez melhor ambiente do que na última vez: mais confiança, mais *calor nacional*. Dei aos oficiais a notícia da vinda de Paulo VI a Fátima: sussurro de emoção na sala. E ao fim da manhã começam a circular telegramas das agências confirmando que o Papa fizera em S. Pedro a declaração prevista: virá a Fátima no dia 13. Telefono a Salazar, e depois de muita dialéctica anuiu a que a nota oficiosa, a publicar por nós, emanasse da Presidência do Conselho e não do Ministério. À tarde, Conselho de Ministros. Curioso: fiz uma exposição sobre os antecedentes da visita papal mas não me pareceu que suscitasse interesse o assunto.

Lisboa, 4 de Maio — Toda a manhã reunido com o Núncio e dois padres italianos vindos de Roma para combinar os pormenores da visita. Um dos padres parece um polícia rude. Falámos de tudo: e conclui-se que o Papa, ao almoço, quer sopa, frango, um pouco de vinho tinto, e um cálice de porto. Mais do que sóbrio. Internacionalmente, teve a maior repercussão o anúncio da visita. A nossa *República*, numa expressiva manifestação de civismo, noticiou o facto em dez linhas escusas e apagadas. Nas alfurjas do boato e da intriga, diz-se: afinal, não tem interesse a vinda do Papa porque não se desloca como Chefe de Estado; afinal o Papa é um incorrecto porque não quer vir a Lisboa. E não nos libertamos disto, neste país.

Lisboa, 7 de Maio — Dou um salto a Monte Real e a Fátima, e examino os preparativos locais para receber Paulo VI. Preocupa-me o serviço de ordem e de segurança, e não estou certo de que os nossos meios estejam à altura do que se requer. Veremos. Quanto aos padres italianos, vieram dizer-me, preocupadíssimos, que é preciso defender a *imagem* do Papa: esta tem de ser de «*calma, de bondade, de caridade*» e há que tirar boas fotografias do Pontífice. De Madrid, recebo uma informação da nossa embaixada: preparam-se atentados contra *vultos* portugueses — e contra o Papa. De Nova Iorque, e de origem americana, chega a notícia de que um grupo de oficiais organiza um golpe de estado contra o Presidente do Conselho. Transmito estas novas ao chefe da Polícia. Põe de lado o segundo rumor; mas atribui verosimilhança ao primeiro, que segundo confessa o deixa preocupado. Quanto aos oficiais, não acredita; mas diz saber que em muitos meios militares há insatisfação com a condução da *guerra*, e criticam muito os comandos, o conceito estratégico e táctico, a quase apatia em que caímos, e até a «*própria Defesa não escapa*». Por «*própria Defesa*» tem de entender-se, obviamente, o Ministro da Defesa.

Monte Real, 13 de Maio — Com os ministros da Justiça e do Interior, acompanhei ontem o Cardeal D. José da Costa Nunes, a pé, até ao Santuário, debaixo de chuva em torrentes. D. José muito firme e ligeiro nos seus 87 anos. Cansou-se menos do que eu. Sigo depois para Monte Real. No hotel, quase todo o governo, a jantar, num ar festivo, eufórico, como em véspera de excursão ou partida de caça. Escolares no recreio, em suma, e sem mestres a vigiar. Procurei Salazar, e encontro-o numa salinha escura, ainda à

mesa com Mário de Figueiredo e Luís Supico. Salazar fez perguntas, informou-se de pormenores, e ficou de repente muito irritado ao saber que o Papa ministraria comunhão, mas a limitaria a cinco pessoas, quanto a ministros. Salazar declara que não comungaria, e assim devia proceder o governo todo, se tivesse brio: é que ou não há comunhão ou não tem limites, não se pode escolher quem tem mais ou menos fé, nem tirar à sorte a quem cabe comungar. Mas quando soube que iria ser trazida a Fátima a vidente Lúcia e *exibi-la* ao público, então ficou Salazar furioso: considerou o facto como um acto demagógico de Paulo VI. E comentou: «*Se o Papa não tivesse mandado dizer que queria falar comigo, ia-me embora para Lisboa logo depois da missa e não tinha com o Pontífice qualquer entrevista*». Mas todos concordámos em que se não podia evitar uma coisa, nem outra; e todos dissemos a Salazar que não podia retirar-se para Lisboa, nem eximir-se à entrevista com o Papa. Aliás, tratava-se de um problema da Igreja e não do governo. Concordou, a resmungar interiormente. Pela meia-noite, Salazar foi-se deitar. Com o António de Faria, Santos Júnior e Paulo Rodrigues ainda fomos ao aeroporto de Monte Real dar uma última vista de olhos ao dispositivo de segurança e da recepção. Torno ao hotel, fico num quarto por cima do de Salazar, e a humidade e o frio não me deixaram dormir a noite inteira.

Vejo pela janela o amanhecer deste dia 13, e o céu está baço, chuvoso, triste. Estou em Monte Real pouco além das nove horas, e em minutos chega todo o governo, e no fim Salazar. Depois, o Presidente da República. Está atrasado o avião do Papa, dizem da torre; mas quase não se dá por isso. Aterra o aparelho, e logo o Pontífice assoma à porta, de braços erguidos, e todo de branco, sem mácula, sem uma ruga, sem uma dobra, como se passado a ferro há instantes. Desceu, adianta-se o Faria, depois o Presidente, depois todos, fez-se a confusão sob uma chuva miudinha, e passa-se à tribuna de luxo, onde se pronunciam os discursos. Retira-se o governo para Fátima, e o Papa fica na sala disposta para seu descanso. Aí fico com Paulo VI uma meia hora. Seguiu-se para Fátima por Leiria; a chuva cessou; e o cortejo adianta-se, lento, por entre povo que em todo o trajecto saúda o Papa, de pé no automóvel descoberto. Eu, uns tantos carros atrás, sempre num pavor de um atentado contra Paulo VI. Com o Faria, ultrapasso o cortejo em Leiria, para chegar antes do Papa a Fátima. E observo a entrada do Pontífice no Santuário. Está previsto que Paulo VI faça percurso a pé, do fundo do terreiro, através de um milhão de pessoas, até à Basílica. Mas vem ter comigo o chefe da Polícia, e ansioso diz-me: a polí-

cia, se o Papa for a pé, não se responsabiliza pela sua segurança, salvo se lhe for consentido o uso da violência. Pode fazê-lo? Não posso consultar ninguém, mas é evidente que não, e respondo de pronto: o Papa não pode entrar em Fátima precedido pela força: seguirá no automóvel. E assim rompe por entre a multidão: do seu carro, Paulo VI saúda, dá a bênção, ergue os braços abertos para o céu, e irradia comunicabilidade, e foi perfeito. Em redor, é um vasto mar de lenços brancos que adejam, esvoaçam, vitoriam: daquela humanidade sobe uma força de fé que ajoelha todos aos pés da Virgem e do Papa. Chegado aos degraus da tribuna erguida em frente da Basílica, foi difícil retirar do carro o Papa: uma multidão emocionada e fora de si quer tocá-lo, agarrá-lo, rasgar-lhe as vestes para guardar farrapos como relíquias. Apenas com muito esforço consegue a polícia garantir ao Pontífice a possibilidade de subir os degraus, não sem que Paulo VI sofresse um encontrão ou dois.

Paramentado na Basílica, diz o Papa a Missa em português, e proferiu uma homília consagrada à paz na Igreja e no Mundo. Depois, há uma cena: no trono, o Papa acolhe a Irmã Lúcia, que benze e abençoa, como afaga outros familiares. Tudo foi feito com algum espectáculo, e há que ter compreensão: o Pontífice, conversando com Lúcia, recebe aos olhos do Mundo o património espiritual e a mensagem mística de que até aqui a Irmã Lúcia era a única depositária. Finda a Missa, verifica-se que não pode o Papa descer ao terreiro: está ainda mais compacta a multidão: e Paulo VI não pode incorporar-se, como desejaria, na procissão que se forma para a Capelinha das Aparições. E o Papa é conduzido pelas colunatas e arcadas e surge na varanda da Casa do Retiro. Novo delírio, e novo mar de lenços brancos a esvoaçarem-se pelo terreiro e imediações. Recolheu depois o Papa aos aposentos preparados na Casa de Nossa Senhora do Carmo, mais do que modestos, mais do que pobres. Na parte restante do edifício, é a confusão, o caos construtivo: pelos corredores há bispos dispersos, entra-se numa sala e acotovela-se um cardeal ou vários cardeais, e de todos os lados surgem membros do governo, embaixadores, personalidades que parecem de consequência mas cuja identidade ninguém conhece, e que apenas andam por ali. Pela tarde, refeito de fadigas, Paulo VI dá as audiências previstas: ao Presidente da República, ao chefe do governo (à qual Cigognani e eu fomos admitidos). E depois foi a loucura perfeita e integral. Audiência do Papa, numa primeira sala, a membros de famílias reais, enquanto se congregam noutra sala as altas autoridades e elementos civis; finda aquela audiência, o Papa passa à segunda sala; logo se esvazia a primeira sala para se encher

com outro grupo; o Papa retrocede para lhe conceder audiência; e assim Paulo VI anda para trás e para diante, de sala em sala, a conceder audiências em massa e em velocidade. Assim como um clínico que atende sucessivamente vários doentes, cada um em sua sala. Uma trapalhada. Por este sistema recebeu o Papa o corpo diplomático, os Cardeais e Bispos, a Acção Católica, os escuteiros, os de São Vicente de Paula, outros grandes da terra. Duas sólidas horas mais tarde, e após violenta chuvada, sai Paulo VI em carro aberto para Monte Real. Novo delírio. De um lado e outro de caminhos e estradas, é povo e mais povo. Vou no cortejo, seguimos pela Batalha: quis Paulo VI lançar ao mosteiro uma rápida vista de olhos. Acompanho o Pontífice, levo-O à Capela do Fundador, explico-lhe em dois traços a história do monumento. Quando aponto o túmulo do Infante D. Henrique, vi, nitidamente vi uma emoção funda no rosto do Papa. Perguntei se queria admirar as Capelas Imperfeitas. Respondeu que era sempre bom deixar qualquer coisa para desejar. Comentei que então ficaria essa visita para a nova vinda do Santo Padre a Portugal. Sorriu com benévola compreensão, e como quem aquiesce afectuosamente. Mais aclamações em Leiria, e também de gente apinhada em torno da Base Aérea. E discursa à partida para agradecer aos Bispos de «*Portugal continental, insular e ultramarino*» e aos missionários portugueses que a exemplo dos seus antecessores «*levam a Boa Nova do Evangelho às mais remotas regiões desta grande nação*». Sobe para o avião, e torna a Roma Paulo VI. Foi um dia de grande emoção popular, de grande espectáculo, de grande política para a ala conservadora da Igreja. Por entre os peregrinos que dispersam por todos os caminhos e que entravam estradas e povoações, regresso de automóvel a Lisboa com António de Faria. Não sei qual de nós está mais exausto.

Lisboa, 14 de Maio — Jantar e recepção na Ajuda em honra do Cardeal Costa Nunes. Falo muito com Salazar depois do banquete e durante a recepção. Está bem-disposto a olhos vistos, e em noite de sarcasmo sangrento: «*O que mais aprecio na visita do Papa é a fúria dos nossos inimigos*». Eufórica, do fundo do salão, vem Cecília Supico Pinto, e diz: «*Sabe, Sr. Presidente, o Papa abençoou o Movimento Nacional Feminino*»! Salazar, num riso que não podia ser mais aberto, deixa cair: «*Não faz bem nem mal*». No mais, o Corpo Diplomático assediou-me para me dizer que a visita e sua organização haviam sido para Portugal um êxito sem par.

Lisboa, 15 de Maio — Por que veio Paulo VI a Fátima? Orar pela paz na Igreja e pela paz no Mundo. Crentes e não crentes estarão de acordo, e ninguém em seu juízo fará reparo. Mas o Papa não pode desconhecer a posição portuguesa em matéria ultramarina e o nosso conflito com a ONU, nem ignorar as críticas que nos são dirigidas por virtude das instituições políticas que nos regem, e que são apodadas de fascistas pela extrema-esquerda. Sem embargo, veio. Deve ter pensado, meditado, pesado com tempo os prós e os contras. Resolveu vir. Quer dizer que na medição dos prós e dos contras, achou um saldo positivo para a Igreja, e daqui poderá concluir-se por um saldo negativo para Portugal, uma vez que no momento a política do Vaticano se afirma contrária ao que consideramos os nossos interesses vitais em África, Mas apesar de tudo — veio. No seu ânimo, o Papa deve ter considerado o regime interno português, capitulado de ditatorial; o carácter *«retrógrado»* da vida política portuguesa; a política ultramarina portuguesa, *oficialmente* odiada por grande parte da África; o nosso conflito com a ONU, a que há dois anos o Papa se dirigiu para a acreditar e a prestigiar; as nossas dificuldades com os Estados Unidos, cujos católicos financeiramente contribuem com largueza para o Vaticano; e o ressentimento que uma visita causaria à Espanha (com os seus eternos ciúmes) e a França (com a sua eterna rivalidade por causa de Lurdes). Todos estes eram factores que se opunham à visita. E veio. No lado favorável, terá anotado o Papa: trata-se de um país católico, a visita papal terá projecção na América Latina, e a própria fé mariana do Papa, já proclamada nos tempos em que era Monsenhor Montini. Todos estes aspectos, contudo, não parecem fortes o que baste para contrabalançar os inconvenientes. Por isso será de presumir que, mais do que os factos e as circunstâncias actuais, terão pesado os propósitos ou intenções reais de Paulo VI. Ora o Papa não poderá ter vindo para *«apoiar»* o governo e as instituições, mas para contrariar uma coisa e outra. Neste sentido, o Papa terá querido reforçar a posição dos católicos em Portugal, especialmente dos progressistas, que talvez estivessem a perder terreno como força política. Isto explicará o seu desejo de encontro com o laicado da Acção Católica, o que fez por breves minutos, e aliás sem consequências. Mas de tudo fica o contacto do Papa com o Povo, e este não se apercebe de subtilezas. Mas se os objectivos de Paulo VI são de hostilidade, então não se entendem as palavras da sua homilia em Fátima: afirmando que o Concilio Vaticano II não pode ser interpretado como destruindo as *«tradicionais e constitucionais»* estruturas da Igreja, nem como contrário aos verdadeiros mestres antigos, Paulo VI deu à sua doutrinação

uma guinada que o aproxima de Pio XII e o distancia de João XXIII. E então haveremos de concluir que o Papa, desiludido do progressismo, frustrado no seu apostolado fora do Ocidente, vendo as cristandades perseguidas e a diminuir, terá resolvido apoiar-se no catolicismo tradicional, e regressar à matriz mais autêntica. Como quer que seja, será muito difícil para os afro-asiáticos citar doravante o Papa contra Portugal nos debates da ONU, e acaso passará Paulo VI a ser atacado e não apontado como um exemplo. De todo o modo, e mais por instinto do que por fria lógica, sinto que esta visita papal foi útil a Portugal: esta nação, em si própria e no mundo, não sente hoje o mesmo que sentiu no dia 12. Fomos grandes missionários, fizemos cristandade, fomos padroeiros, desempenhámos um papel no mundo católico: mas este esbatera-se e quase se perdera: e não temos sabido reconstituí-lo em termos modernos. Com a visita do Pontífice, regressa Portugal ao Reino da Cristandade. Salazar não parece partilhar deste aviso, e não se afigura impressionado. Disse-lhe: foi no seu governo que um Papa, pela primeira vez, veio a Portugal. Julgo que este pensamento não lhe foi indiferente; mas calou-se. Ou estarei eu a avolumar tudo isto? E em tudo teve o António de Faria um papel de consequência: Paulo VI reconheceu-o na conversa de despedida em Monte Real.

Lisboa, 16 de Maio — Ao aeroporto, a despedir-me do Cardeal Costa Nunes, que regressa a Roma. Recebo à tarde o embaixador de França, que me veio falar da Rodésia e da siderurgia nacional. A boa da rotina outra vez!

Lisboa, 17 de Maio — Trabalho com o Presidente do Conselho. Pouco se adiantou. Falou-se ainda muito da visita do Papa. Salazar começa a admitir que foi um sucesso. À noite, fui jantar a casa de um inglês, Cyril Crocker, para me encontrar discretamente com Lord Cromer, actual presidente do *Baring Brothers*. Desloca-se aqui com *missão informativa*, aprovada pelo governo britânico. Conversámos muito. Mas nada de interesse. Cromer declara que não possuía mandato do governo inglês, nem estava no segredo da sua política. Apenas queria dizer que havia falado com George Brown: este afirmou que não tencionava suscitar quaisquer dificuldades a Portugal a propósito da Rodésia, nem levantar objecção à cooperação inglesa em Cabora-Bassa. Depois, Lord Cromer quer saber se as dificuldades políticas entre os dois países prejudicariam a colaboração comercial, económica e

financeira. Por outras palavras: negócios são negócios, e inimizades à parte. Isto é saber trabalhar.

Lisboa, 23 de Maio — Conselho de Ministros. Das seis às nove e meia. Salazar faz uma lúcida exposição sobre a visita de Paulo VI. Acentua dois pontos: o Papa deve ter sentido a necessidade de reafirmar a validade do culto mariano, e para isso escolheu o maior santuário mariano da cristandade; a viagem do Pontífice romano deve ter contribuído para agravar as diferenças entre católicos e protestantes, visto que para estes o papado e o culto mariano são os dois mais formidáveis obstáculos à unidade cristã; e o Papa, sublinhando e exaltando esse culto, cavou mais fundo o abismo que separa catolicismo e protestantismo. Isto deve ser válido. É muito confusa e complexa a razão decisiva que determinou Paulo VI a vir a Fátima e a expor-se à crítica. E foi tudo. Depois, Gomes de Araújo descreveu a recente reunião dos ministros da Defesa da NATO; e eu ocupei-me do Vietname, do Médio Oriente (Egipto e Israel, e risco na retirada das forças da ONU entre os dois países), e dos nossos acordos com o Malawi. Ulisses Cortez apresentou as contas públicas de 1966; e Correia de Oliveira critica tudo, e todos, para concluir que a economia está um desastre por culpa das Finanças. Trocaram uns mimos.

Lisboa, 28 de Maio — Domingo. Dia calmo. Agrava-se a situação no Médio Oriente. Guerra, guerra a sério, e longa, duvido que haja. Mas por fraqueza do Ocidente, é possível que se prepare mais uma estrondosa vitória de Nasser. Este «*acabou*» com a força internacional de paz, e de novo bloqueou o golfo da Aqaba. Quem o quiser abrir pela violência — será o agressor. E o chefe egípcio fala com sobranceria a Israel. Aonde levará tudo isto?

Conversa até de madrugada com Luís Teixeira Pinto, regressado de uma estadia de quinze dias em Barcelona. Diz Teixeira Pinto: a saúde de Franco declina progressivamente, sendo cada vez mais curtos e espaçados os seus momentos de lucidez e de interesse por aquilo que o rodeia; há ansiedade e desorientação nos meios políticos; sendo Franco a cabeça de todos os grandes corpos — chefatura do Estado, chefatura do governo, comando das Forças Armadas, chefatura do partido — como funcionará tudo se o generalíssimo ficar de todo incapacitado quase de súbito? Há quem proponha Juan

Carlos como Vice-Presidente, para começar. Agravam-se os problemas económicos, e já não se disfarça a inflação. Para mais, está perdida na Espanha a lembrança viva dos horrores da guerra civil: para as novas gerações, esta é acontecimento remoto e vago, de que há uma simples percepção intelectual, a título histórico, como se fosse uma batalha dos Reis Católicos ou um episódio de lutas catalãs ou vascas: e perante a guerra de 1936-1939, os novos não sentem arrepios. Teixeira Pinto fala depois da nossa situação interna, e diz: entre Julho e Agosto, Salazar fará uma profunda remodelação ministerial.

Lisboa, 30 de Maio — De manhã, pela ponte, a luminosidade cegava: era a glória pagã do sol a inundar e a aquecer tudo, e a espelhar-se no Tejo. Fui à Escola Naval falar aos jovens alunos. Fizeram-me mil perguntas: todas responsáveis e só possíveis após larga reflexão sobre os problemas que os preocupam. À Nunciatura cumprimentar o Núncio: fora elevado à púrpura Monsenhor Furstenberg. Também ascenderam ao cardinalato Monsenhores Dell'Acqua e Samoré, que creio haverem contribuído para a vinda do Papa a Fátima.

Lisboa, 31 de Maio — Almoço em Belém, oferecido pelo Almirante Thomaz, ao Marechal Castelo Branco, antigo Presidente do Brasil. Salazar, muito bem-disposto e com ar repousado.

Lisboa, 1 de Junho — Sessão na Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Homenagem a Gilberto Freire, a quem entreguei a Grã-Cruz de Cristo em nome do Presidente português. Gilberto Freire mal consegue esconder a sua avidez de homenagens, honrarias, elogios, condecorações. Apenas se sentirá feliz, ao que parece, se homenageado de quarto em quarto de hora. Como a idade pode anuviar pessoas!

Lisboa, 3 de Junho — Agitada manhã de sábado. Diligência inglesa sobre o Médio Oriente: Londres pretende que subscrevamos a declaração sobre a liberdade de navegação no golfo de Aqaba. Diligência de apoio praticada discretamente pelos Estados Unidos e pela Itália também. Paquistão

e Marrocos pedem-nos que não assinemos a declaração. Tenho o sentimento de que dos dois lados se considera importante a nossa atitude.

Conversa sem fim com o Luís Teixeira Pinto, até de madrugada. T. P. afirma que tudo está péssimo: a posição da economia e das finanças portuguesas é desastrosa: tudo é uma catástrofe: e os Presidentes da República e do Conselho estão a deixar deteriorar a situação a ponto de não se poder mais asar.

Lisboa, 5 de Junho — Guerra entre Israel e os árabes. Toda a manhã leio telegramas dando conta do início das hostilidades. Não é claro se estas foram desencadeadas por Israel ou pelo Egipto. Mas a presença de Dayan, que conquistou o Sinai em 1956, parece indicar uma iniciativa de Tel-Aviv. Conselho de Segurança reunido com urgência em Nova Iorque; mas apenas produzirá os resultados que os grandes queiram ou consintam que produza. Levo a Salazar um projecto de memorandum, para entregar aos americanos, definindo uma posição de neutralidade e de recusa em assinar a declaração pretendida pelas potências marítimas. Salazar aprova o documento.

Lisboa, 7 de Junho — Mais notícias sobre o Médio Oriente: os israelitas têm feito uma campanha brilhantíssima. De permeio, vou ao aeroporto esperar o ministro das Finanças do Malawi, que vem para se ocupar de Cabora-Bassa, em cuja energia o seu país está interessado. Em Nova Iorque, o Conselho de Segurança vota o cessar fogo com a anuência da Rússia, e isso significa um recuo de Moscovo. Teria havido no Cairo como que um golpe de Estado: está em causa Nasser e uma política militar que falhou: e Israel ocupa praticamente todo o Sinai, toma Ismailia e atravessa o canal de Suez para Ocidente. Entretanto, o Líbano, o Egipto, a Argélia cortam relações com os Estados Unidos; e a Rússia, ainda que recue no Conselho de Segurança, conseguiu afirmar a sua presença no Mediterrâneo. Este é um seu grande objectivo. Vejo Salazar ao fim da tarde: satisfeitíssimo com a bordoada que Israel está dando em Nasser.

Lisboa, 8 de Junho — Mais uma conferência de imprensa. Médio Oriente foi assunto capital. Chuva de perguntas: declaração anglo-americana, ONU, Rodésia, Macau, Sudoeste Africano — e visita do Papa. Não me ocupei

deste último assunto, na minha declaração inicial, para justamente evitar atribuir um carácter político à visita. Por isso me cingi a dizer que a minha omissão não tinha qualquer significado, salvo aquele mesmo. Pois já ao fim da tarde houve quem dissesse ser condenável a minha atitude, e que eu devia ter feito o elogio da vinda de Paulo VI. *«Já que disse mal quando o Papa foi a Bombaim, agora deveria ter dito bem»*, afirmou-me sem rebuço o Arantes e Oliveira no jantar do Aviz em honra do ministro das Finanças do Malawi. Fica-se sem atinar com uma resposta.

Luxemburgo, 14 de Junho — De Bruxelas, sigo de automóvel com o Eduardo Brazão, através das Ardenas: montanha e mais montanha, bosque e mais bosque, uma paisagem agreste e com grandeza, tão exuberante como autêntica, e não manchada em excesso por civilização e turismo. E mais uma reunião da NATO. Na cidade do Luxemburgo não tenho a sensação de uma capital mas de uma cidade média de província: talvez pior que Braga, como diria Eça de Queiroz. Não é alemã, nem francesa, nem belga, nem holandesa, e não é tão-pouco luxemburguesa, porque não chega a ser típica e a ter carácter. Tão depressa lembra um bocadinho de Berna, como um recanto de Londres, ou um traço de Viena, ou ângulos de Hamburgo, ou perspectivas de um arrabalde de Paris — não chega a ser nada de próprio. São uma maravilha as florestas circundantes, e têm sortilégio os bosques densos, e todos os tufos de verdura que enchem este paisinho. Mais que agradáveis, os Grão-Duques. O Grão-Duque João é o Senhor Dom Duarte Nuno em mais novo: é nitidamente um Bragança. A Grã-Duquesa é uma irmã de Balduíno, e portanto uma Brabante, Nassau e Saxe-Coburgo, salvo erro. Mas a Grã-Duquesa mãe, Carlota, é uma segunda Infanta Dona Filipa, talvez com menos personalidade do que esta. Uma nota de interesse: no palácio ducal, à entrada e na sala nobre, grandes medalhões com as armas portuguesas. O Grão-Duque João falou-me minuciosamente de Portugal como se também fosse o seu país. No Conselho da NATO, a reunião teve aspectos de desfazer de feira ou varrer de casa. Houve que confessar o esbarrondamento de grandes mitos da Aliança: a coexistência, a *détente*, a força da paz da ONU, a amizade árabe, a confiança e fé nas Nações Unidas, tudo está em ruínas. Salientei-o em dez minutos de zarguncha das sarcásticas: então os senhores ministros estavam ali sem confiançazinha nenhuma na ONU? então agora sentiam pavor das maiorias da ONU? então a ONU já não reflecte a consciência da humanidade nem é sagrada a sua autoridade?

Na sessão da tarde, George Brown, da Inglaterra, num momento de lucidez veio para mim, e disse-me sem ambages: «*Ao ouvir hoje você, senti que a única atitude possível para mim era a de cobrir a cara com as mãos para esconder a minha vergonha*». E Paul Martin, do Canadá, disse a André de Staerck, embaixador da Bélgica, que mo repetiu: «*O tipo (eu) viu uma porta aberta e passou logo*». Todo o Conselho foi dominado pela crise do Médio Oriente, e mais uma vez revelou a impotência da NATO em assumir uma linha comum. Pelo seu ressentimento antibritânico e antiamericano, para aquela situação muito têm contribuído os franceses. Repousada e minuciosa conversa com Dean Rusk. Destaco uma parte: «*O problema para nós consiste em saber se vocês se aguentam e duram, porque nesse caso saberemos adaptar-nos doutrinariamente à vossa posição em África*». E mais outra frase: «*A raça branca está em minoria no mundo, e cercada, e temos de arranjar maneira de sobreviver sem ser pela força*». Esta última frase revela um estado de espírito que só o pânico explica. É mais do que grave. E torno a Bruxelas, também de automóvel. Tem crescido em grande espectáculo a capital belga: monumental, a sede do Mercado Comum; por toda a parte novos arranha-céus; e toda a Bélgica parece uma ilha de americanismo na Europa. Está a Bélgica, de verdade, sendo equipada, amaneirada, mentalizada e colonizada à americana. Confinar-se-á o fenómeno à Bélgica — ou estender-se-á a toda a Europa Ocidental?

Lisboa, 21 de Junho — Conselho de Ministros. Três quartos de hora de exposição sobre Médio Oriente e reunião da NATO no Luxemburgo. A propósito já não sei de quê, Salazar deixou cair esta frase: «*Somos um país grande, não somos um país pequeno. Comandamos interesses muito vastos e importantes, e isto no Mundo. Mas continuamos aferrados à ideia de que somos pequenos, planeamos em pequeno. Há que fazer tudo em grande. Mas somos para aí uns pobres e parecemos não ter envergadura para isso*».

Lisboa, 22 de Junho — Conversa com Salazar das sete às nove e meia da noite. Falando-se de política interna, diz-me o chefe do governo: «*Às vezes sinto que estou completamente só*». Depois, mais uma vez, Salazar vergasta os progressistas, e disse-me parecer-lhe que o Cardeal Cerejeira vai finalmente «*limpar*» o seminário dos Olivais e disciplinar o clero da diocese.

Lisboa, 26 de Junho — Fim-de-semana passado no Minho. Uma volta por Viana, Barcelos, Monção, Arcos e Braga. Paisagem minhota é feita de vinhedos, parreiras, latadas, ramadas; é uma verdura de primeiro andar, onde emergem os altos das casas sem se lhes ver o rés-do-chão; e é isto que dá tipicidade à paisagem do Minho. Igrejas, muitas; e recordações históricas em catadupa. Imensas conversas com o Arcebispo-Primaz D. Francisco Maria da Silva. Não o diz, mas pressente-se que é candidato ao Patriarcado de Lisboa. Falámos do Bispo-Auxiliar, D. Manuel Ferreira Cabral, como candidato à diocese da Beira. Deu-me excelentes informações. Também formei boa opinião da conversa que com este último tive ao jantar. Falámos de liberdade religiosa, coexistência, convivência com os irmãos separados, e assim. D. Francisco Maria da Silva é anticonciliar em todas estas matérias. Foi claramente antiprogressista. Referiu-se a D. Sebastião Resende: «*Virtuoso e trabalhador, mas inteligente não era*». Contou uma sua conversa com o cônsul dos Estados Unidos: «*Calcule, queria saber a minha opinião sobre a política do Ultramar. Começou com umas coisas, e eu disse-lhe: meu caro senhor, sou padre e português. E acabou a questão*». Figura pitoresca do Minho, e em particular de Braga: o deputado Santos da Cunha: gordo para além da obesidade, é alegre, eficiente, realizador, politicão bem informado, e sempre a procurar tirar nabos políticos da púcara de cada um. E o Minho, todo o Minho, é um fascínio.

Lisboa, 28 de Junho — Jantar no Ritz. Todos os grandes nomes da banca, da finança, da indústria e da economia portuguesa. Durante e depois do jantar, debate generalizado. Pontos que suscitaram interesse: Mercado Comum, Médio Oriente, política russa. Poucas perguntas sobre a política ultramarina. Falei da Rodésia, da nossa suposta falta de maleabilidade, de flexibilidade, e no falsamente alegado isolamento externo. Para alguns, segundo me confessaram, os horizontes passaram a ser outros.

Anunciada a minha visita oficial à África Austral. Vai ser uma peregrinação exaustiva.

Lisboa, 30 de Junho — Almoço no Ritz com David Rockefeller e depois jantar na embaixada de França. Nota a reter: por detrás de um dos maiores banqueiros do mundo, não se sente nem se vislumbra o peso do dinheiro. A Sr.ª Rockefeller, ao jantar, disse-me que o seu país está pobre de homens;

que não havia candidatos republicanos ou democráticos com nível para a Casa Branca; e que se Nixon fosse eleito, ela sairia dos Estados Unidos no dia seguinte. Textual.

Lisboa, 2 de Julho — Domingo claro de sol, céu azul e luminoso, ar frio. Venho de Sintra pela manhã e vou à residência do Presidente do Conselho, a buscá-lo para irmos à Ajuda examinar os locais da cerimónia de amanhã e ensaiar alguns movimentos de sala para sala. De caminho, no carro, Salazar fala-me do rapto de Tschombé. Fiquei surpreso: não havia lido os jornais. Se a notícia é verdadeira, Tschombé deve ser um homem liquidado.

Lisboa, 3 de Julho — Com sumptuosidade e esplendor, e com o encanto do século XVIII, o Presidente Thomaz entregou hoje, na Ajuda, o chapéu cardinalício ao novo Cardeal Furstenberg, até agora núncio em Lisboa. Era esta a paisagem: casacas, fardas, peitos cobertos de faixas e grã-cruzes, capas vermelhas de bispos e arcebispos, capas purpúreas de cardeais, vestidos graves e de preço nas senhoras, e tudo envolto em coros e hossanas, tapeçarias e retábulos pelas paredes, castiçais pelas mesas de mármore, tocheiros pelos cantos, alcatifas e almofadas carmesins bordadas a ouro — tudo em suma que constituía o luxo, a ostentação, a pompa, a vida boa da alta-roda de há dois séculos. Todo o corpo diplomático foi unânime em dizer-me: em nenhuma parte do mundo se fazem hoje estas coisas como em Portugal. E é verdade. Estamos perante uma tradição que deveria manter-se, um valor que todas as gerações deveriam recolher, um hábito que a sociedade deveria respeitar. Mas isto é também parte de uma época, de uma visão de Portugal, de uma ideia de vida, de um sistema de princípios: desaparecerão com Salazar? Foi bom o discurso do Ablegado Rotoli: invocou as conquistas, a nação missionária, o povo de Quinhentos, o Portugal civilizador. Estava manifestamente comovido o novo Cardeal. E a tudo os jornais da tarde dedicaram uma linha, ou nem isso.

Ao princípio da noite, telefono a Salazar: havia que tratar de coisas relacionadas com o conflito israelo-árabe, debates na ONU, e assim. Regresso ao século XX.

Lisboa, 6 de Julho — O inferno em África! Mais uma revolta no Catanga. Mobutu decreta mobilização geral; acusa-nos de armarmos e treinarmos mercenários em Angola; pede a convocação urgente do Conselho de Segurança. Segundo a nossa polícia, por detrás da *operação* estão a África do Sul e a Rodésia. Entretanto, Tschombé continua preso em Argel, e seu irmão Daniel chega a Lisboa para nos solicitar armas e munições. Deve ser grave a situação: Dean Rusk, que estava para vir a Lisboa no dia 13, adiou a visita. Por que razão não nos teriam prevenido a África do Sul e a Rodésia desta vez? Quando nós estávamos dispostos a ir para a frente no Congo, recuaram e deixaram-nos sós; agora, ao que parece, metem-se na aventura e põem-nos de parte. Há aqui qualquer coisa que ainda não descobri. E jantar no Tavares com Ulisses Cortez e Soares da Fonseca. Cada um procura apurar o que os outros dois sabem e ocultar-lhes o que sabe.

Lisboa, 11 de Julho — Ao aeroporto para esperar o Vice-Presidente das Filipinas. Corro à tarde à Nunciatura para a recepção de despedida, dada pelo novo Cardeal Furstenberg. Conversa muito cordial e agradável com Dom António Ribeiro, novo Bispo auxiliar de Braga.

Lisboa, 12 de Julho — Visita-me para se despedir o Cardeal Furstenberg. Como abandona a Nunciatura, falou sem reservas, despreocupadamente. Prometeu velar na Secretaria de Estado, em Roma, pelas coisas portuguesas; confessa-se alarmado com a situação internacional; e acha que o *progressismo* tem ido longe de mais, e muito para além das decisões do Concílio. Furstenberg, pelo seu aspecto e estatura, e pelo seu comportamento, tem o ar de um *grande senhor* da Renascença.

A bordo do Príncipe Perfeito, *ao largo de Moçambique, 16 de Julho* — Para participar no II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa, e para extensa visita à África Austral, chego de avião à Beira, e logo me instalo a bordo do *Príncipe Perfeito.* Decorre o Congresso no navio, enquanto este navega para o norte em paralelo à costa de Moçambique, e fico com estas impressões: harmonia entre brasileiros e portugueses a bordo; hostilidade surda aos americanos, havidos como pertencendo a «*outro mundo*»; emoção dos brasileiros perante a poderosa realidade portuguesa

na África; impertinência dos ingleses que, por quatro vezes, perseguiram o *Príncipe Perfeito* com as suas fragatas que patrulham e bloqueiam o canal de Moçambique. De novo admirei a cidade da Beira: que arrojo e pujança revela a iniciativa dos portugueses! Nacala, por seu turno, dá-nos uma visão esmagadora: uma baía que é um círculo perfeito, e colossal, onde caberiam todas as esquadras do mundo, e com uma entrada que por comparação se diria exígua, e cuja defesa não é assim empresa de monta. Arrumada na encosta contra a baía, a cidadezinha é ainda rústica, incipiente, mesmo primária, com o sabor e os traços de povoação de fronteira que ainda corre riscos, mas com o vigor, o arrojo, a fé, o espírito de aventura que caracterizam todos cuja vida está exposta a perigos e que se deram por missão rasgar novos horizontes. É uma cidade bandeirante sobre o Índico. Está a pouco mais de cem quilómetros da Tanzânia, base de terroristas contra Moçambique; mas todos os congressistas se passeiam descuidosos por Nacala, deambulando a esmo, e não surgiu nenhum guerrilheiro, nem a possibilidade ocorreu a algum de nós. Juntaram-se-nos a bordo os bispos de Vila Cabral, Inhambane e Porto Amélia.

Ilha de Moçambique, 21 de Julho — Pela madrugada de 19 voltámos ao rumo sul, e ontem à primeira luz o *Príncipe Perfeito* tinha pelo través a ilha de Moçambique, e fundeava. Passei grande parte da manhã debruçado na amurada a olhar, simplesmente a olhar para terra. Pegou-se-me a vista à capelinha de Nossa Senhora do Baluarte, mesmo junto à rebentação das vagas nas rochas, e à Fortaleza de São Sebastião, de muralhas enegrecidas por séculos, e ao casario antigo que sobe das praias e galga a terra — e todo o tempo esperei que de uma volta do mar, por detrás de uma arriba da costa, surgisse uma caravela ou uma nau, acaso com o Gama a bordo, num retorno da Índia.

Desembarquei com os demais pelas duas da tarde. Que garridas as mulheres! Grupos vestidos de azul-ferrete, ou de vermelho, ou de amarelo-torrado. Pergunto a Gilberto Freire o significado histórico-sociológico de tais cores. Atribui-as a tradições religiosas; mas não está seguro. Seguimos para a praça. Guarda de honra, comandada por um capitão negro; e agitação, aclamações, multidão entusiasta, desordem e caos à portuguesa. Desfilada a guarda de honra, uma jornalista americana, do *New York Times*, vem para mim e pergunta-me se o capitão que a comandava era mesmo capitão do Exército português, ou se se tratava de um negro que nós havía-

mos *mascarado* para o efeito. Respondi-lhe, com indignação que não ocultei, que o Exército português não se prestaria a um insulto desses, e que a pergunta dela decerto era motivada pelo pensamento do que naturalmente fariam os americanos em circunstâncias semelhantes. Cabisbaixa, pediu-me desculpa da pergunta. Depois, a pé, seguimos para o estádio, a presenciar um festival folclórico. Cinco mil pessoas, ou mais. Polícias, não vi. Rapazes e raparigas pretos asseguram a ordem e a arrumação das pessoas. Tocam marimbeiros no centro do campo, e outros entregam-se a batuques, ou a danças guerreiras, enquanto dominam o ambiente com velhas canções do folclore ilhéu; e ao longe, para lá dos pinheiros que marcam a linha de água, navegam em fila lenta as velas brancas dos barcos da ilha, que bordejam em torno para gozo dos congressistas. No termo da festa, visito a ilha, apenas na companhia do administrador. Vou à fortaleza de S. Sebastião, de uma guarita talhada no granito olho o Índico, dou passos vagarosos no terreiro interior cercado de muralhas — e o ambiente é tão intenso de história e realidade evocadora que pasmo de não ver Camões e Diogo do Couto, desembarcados há pouco da nau que os trouxe juntos de Goa, e praticando das coisas da Índia e do mar oceano enquanto aguardam passagem para o reino. Desço à capelinha de Nossa Senhora do Baluarte, a dois passos da espuma das ondas que rebentam nas rochas negras: ali, ali *disse* missa S. Francisco Xavier. Depois, vou por ruas estreitas, visito casario antigo e comércios instalados há gerações; subo ao minarete da velha mesquita onde em tempos idos se acendiam almenaras e postavam atalaias para perscrutar os horizontes; visito uma velha igreja católica; percorro o palácio dos governadores, do período em que a ilha era capital de Moçambique; e por vielas apertadas entre casario, por pracetas que surgem de repente, na praça grande em torno do coreto ou da estátua de Vasco da Gama — vejo meninos loiros pela mão de negros e meninos negros pela mão de brancos. Entro ainda numa pequena ermida pobre, e puída do tempo, no fim de uma língua de terra: ali costumava S. Francisco Xavier rezar as suas orações. Mas nestas paragens já penetrou também o Concílio Vaticano II: o administrador dá-me uma brochura intitulada *Diálogo do Islão e da Igreja na Ilha de Moçambique:* e é seu autor um padre. E vamos ao jantar. Reúno-me com os congressistas numa refeição volante, de pé, na pousada. Falo com o ulema — chefe da ilha. Temos uma conversa a dois; o ulema é homem sereno, de personalidade densa e forte. Na língua, no gesto, no comportamento, é tão português como eu. Diz que está «*muito contente*» com o governo de Lisboa; em tom grave e compenetrado, declara que «*aprova*»

o que eu digo nas Nações Unidas. Informa-me de que os congressistas americanos lhe foram perguntar se na ilha havia liberdade religiosa. Esclareceu-os: na ilha há sete mesquitas, sete igrejas, duas sinagogas, e isto há muitas gerações. E exclama para mim o ulema: *«o que é que o senhor acha que os americanos queriam dizer com a pergunta? que queriam eles saber? as igrejas, as mesquitas, as sinagogas não estão aí abertas a todos, à vista de todos?»* Na sua boa-fé, é ingénuo o ulema, e não compreendeu a pergunta. Estes americanos são intoleráveis.

Pelas oito e meia, abatida a noite do Índico sobre a ilha, e em pequenos grupos a pé, fomos para a Fortaleza. Jorge Jardim, de rádio em punho, transmite ordens, e comanda a organização. Entramos pela porta de armas. Enfiados em argolas cravadas nas muralhas, archotes gigantes formam corredor iluminado até ao terreiro central, que havia visitado pela tarde. Agora, apoiada num dos paredões, ergue-se uma cruz, alta de seis ou oito metros, com um Cristo na proporção. No sopé, um altar comprido o que basta para comportar 12 ou 14 concelebrantes. Pelo terreiro, estão agora dispostas pilhas de velhas bombardas, pequenas e grandes. E mais de duas mil pessoas comprimem-se dentro do quadrado das muralhas. Está esplendorosa a noite: clara, serena, com uma luminosidade calma que se perde nas alturas, e tépida, emoliente, húmida do Índico e com a mornidão trazida pelas brisas do Oriente. Paira em tudo um mistério que abafa, uma interrogação sobre o destino: e dir-se-ia que de recantos invisíveis e das sombras volúveis ao sabor das chamas dos archotes podem surgir espíritos e duendes perturbadores. Por todos os bispos de Moçambique e dois prelados da metrópole, foi celebrada a missa de Nossa Senhora da Conceição, e pronuncia a homilia o Arcebispo-Primaz, D. Francisco. Outros discursos foram proferidos, e não deixei também, consoante o programa, de dizer a minha fala — apenas para sublinhar a realidade moçambicana a contrastar com o caos e as chamas do resto da África. E foi emocionante a cerimónia. Foram tocados e entoados os hinos brasileiro e português; e depois, ao som de clarins vibrantes, foi lentamente arriada a bandeira portuguesa. Na minha frente, a dois passos, vi Pedro Calmon, Gilberto Freire, Hélio Simões, Thiers Martins Moreira, outros brasileiros mais, com os lábios a tremer e as lágrimas a rolar em fio pelo rosto. E de novo abandonámos o Forte, em grupos, a pé, em direcção ao cais, onde nos esperavam lanchas para o *Príncipe Perfeito*. Todos para bordo. Encontrei a Natércia Freire, muito emocionada com tudo que presenciara. Subo à ponte de comando. E fico a pasmar para o fogo-de-artifício lançado na praia. Foi ideia de Jorge

Jardim, que encomendou tudo em Viana do Castelo. Não é nada de extraordinário o fogo; mas as peças mais vistosas iluminam na noite morna as muralhas da fortaleza, a capela do Baluarte, os velhos casarios dos séculos XVII e XVIII. Projectam-se os clarões nas águas da ilha e o recorte dos edifícios e da cumeeira da terra parece embutido contra a luminosidade do céu. Acabado o fogo, desço ao meu camarote. Cruzo-me numa escada com um congressista americano, sociólogo de nome ao que penso. Diz-me o homem: «*Meu caro amigo, um povo e uma nação que, no momento actual, com os problemas que enfrentam, fustigados como estão pelo mundo, no contexto internacional que defrontam, vem ao oceano Índico dizer missa e deitar fogo-de-artifício — tem de ser por força um grande povo e uma grande nação. Acredite: estou impressionado, sinto-me desorganizado, e tenho de repensar toda a minha visão da história e da cultura portuguesa*». Textual. Deitei-me com este pensamento e estas perguntas: terá razão o americano? Não viremos a desmenti-lo? Salvo se o homem quis insinuar que nós somos inconscientes, não nos dando conta dos perigos que nos cercam. Mas não creio: trata-se de um amigo que acredita em nós: de outro modo, como se encontraria aqui?

Lourenço Marques, 24 de Julho — Abandonou a ilha de Moçambique com rumo ao sul o *Príncipe Perfeito*, e eu desembarco na Beira. Aí encontro minha mulher que chega de Lisboa. Impressionou-me a escala do aeroporto da Beira. Parece um grande campo da Europa: além do tráfego interno de Moçambique, chegam e partem aviões para Joanesburgo, Capetown, Salisbury, Lisboa, Luanda, Madagáscar, ainda outras origens e destinos. Há uma sensação de grandeza, de relevo, de importância na África e mesmo no Mundo. Tomámos um avião para Lourenço Marques. Somos acolhidos no Governo-Geral, no palácio da Porta Vermelha, e não podem ser mais fidalgos o general Costa e Almeida e sua mulher. Mais uma vez percorro Lourenço Marques. Dou um salto a Namaacha, na fronteira com a Suazilândia e no caminho da África do Sul. De novo visito, no parque da Porta Vermelha, a árvore robusta e ramalhuda a cuja sombra fresca, se nos fiarmos na tradição, António Enes se sentava, e despachava fazendo escrivaninha de um simples caixote.

Pretória, 26 de Julho — É um salto de avião, de Lourenço Marques a Pretória. Mas aqui é outra África: na paisagem humana, no teor geral da

vida, nos pormenores mínimos do comportamento de cada um. É uma África ocidental, decerto, mas de um ocidente que, à parte os aspectos técnicos, se diria haver parado no século XIX ou mesmo XVIII: é a África boer, com qualquer coisa de saxónico, de holandês, de luterano, e para além disso há a multidão negra. Mas sente-se logo que quem administra, governa e *possui* o país, são os brancos; e ao lado destes é consentida uma população preta e indiana, que vegeta na periferia, e à margem do cerne da nação. E é evidente a serena decisão do boer: nada o demoverá deste país: estão prontos a serem assassinados mas não a cometer suicídio. Impressionante a sensação, que logo se nos transmite, do poderio e riqueza do país. Visitei um grande centro de investigação científica: ao que percebi, trata-se do que há de mais moderno nas novas técnicas: e compreendi que a ciência é cultivada aqui em termos de defesa nacional. Não podem subsistir dúvidas: o boer jogará a vida, e fá-la-á pagar por alto preço.

Depois da solenidade e cerimonial com que fui acolhido no aeroporto, tive minuciosa conversa com o ministro dos Estrangeiros, Hildgard Muller. De origem germânica, é reservado sem o parecer; mas de apurada cortesia, e bem construída afabilidade. Nada me disse de fundamental, ou de novo. De parte a parte, foi um repisar do mesmo disco, em que as duas faces são muito concordantes. Mais tarde, duas horas compactas com o Primeiro-Ministro Voster. Este é personalidade muito densa e vincada: calmo, lúcido, decidido, corajoso, bem informado: um boer típico, em termos actualizados, e que pode além disso presenciar o ruir do mundo sem se perturbar. Conversa de alta importância: afirmou-me que considerava a nossa luta em Angola e Moçambique como luta pela defesa da África do Sul e que, por isso mesmo, Pretória estava pronta a intervir militarmente para nos apoiar, se a situação o requeresse. Disse-lhe esperar que não chegássemos a esse apuro, e que não era de natureza militar a colaboração que pretendíamos do seu país.

Krueger Park, 28 de Julho — Três dias na densidade do Krueger Park, com Hildgard Muller, e nossas respectivas mulheres, em acampamento que tem o defeito de estar preparado com conforto e segurança. São de pedra e cal as «*cubatas*», e o solo em torno está desmatado ao ponto de nenhum bicho graúdo se aventurar na cercania. Além do mais, atiradores especiais estão sempre alerta, enquanto de dia se ciranda, no terreiro. Fora disto, é a selva, dura e autêntica. Floresta tão espessa quase não consente que penetre a luz, clara e franca; e de um lado e outro das picadas, é tão fechado

o mato que se não pode cruzar sem batalha com arbustos, ramos baixos, redes entrelaçadas de vegetação pujante. Sempre presente, mesmo dentro do acampamento, está uma sensação de perigo constante: o bicho miúdo que rasteja entre folhagem, e pica e mata; a cobra de dentada venenosa, e fulminante no ataque; o insecto que transmite epidemias, a carraça que se pega e infiltra sem que se dê por isso. Ao fundo, depois de um declive, corre um rio sem caudal por aí além. Às tardes, com regularidade burocrática, um grande elefante vem banhar-se com grande espalhafato; e um crocodilo, que parece gigante, está pousado sobre uma rocha na margem de lá, durante horas, e tão imóvel que cheguei a julgá-lo falso, de pedra ou outro material rijo. Mas a realidade poderosa é a vegetação: troncos, ramos, folhas, raízes, invadem tudo, dominam tudo, destroem tudo se não lhes for embargado o passo por um combate que tem de ser de todas as horas. De contrário, em pouco desaparecem picadas, esbarrondam-se cubatas, ainda que de pedra e cal, são apagados todos os sinais do homem. E depois é o reino animal, feroz e sem mercê entre si. Um traço da natureza é impressionante: ao entrar da noite, a uma hora que se diria combinada entre toda a bicharia — desde o leão à hiena e às aves — cessa subitamente todo o ruído da selva, que cai num silêncio sufocante, apenas quebrado por alguma brisa que agite a ramária; e ao dealbar de um novo dia, também de súbito rompe uma *gritaria* da floresta, feita de mil *vozes* que são gritos estridentes, rugidos surdos, mugidos abafados, grunhidos agudos, roncos cavernosos, e pios indistintos de aves e rastejares de répteis, tudo misturado, entrecortado, sobreposto, numa algazarra contínua, numa sorte de assuada colossal que tudo domina em toda a imensidade em derredor. Num *jeep*, seguimos por uma picada, sob um sol que arde, e de repente há uma paisagem típica: um grande plaino, embondeiro e mais embondeiro, zebras e gazelas que correm à desfilada, uma grande cabeça de pedra negra, um pego de água parada. E no dia todo há calor que basta para sufocar. De noite, rompe frio, frio mesmo. E jantámos ao ar livre, bem abafados de sobretudo, em torno de fogueira com chamas altas de metros, e comendo as tradicionais vitualhas dos boers, como ao tempo dos «*voortrekers*» — os Trichard, os Potgieter, os Botha, e outros — que construíram a nação sul-africana branca. Tudo isto é a África, a África Austral, no seu cerne mais íntimo. E de nós portugueses? Não creio que sejamos muito estimados; mas respeitam-nos como a uma grande potência; e sabem que é decisiva a nossa política. Se esta falhar, a África do Sul haverá de enfrentar perturbações sérias. E é a volta a Pretória, para de avião regressar a Lourenço Marques.

Blantyre, 1 de Agosto — Da Beira ao aeroporto de Lilongwe, em pleno Malawi, não é demorada a viagem. É país de pequeno porte, quase minúsculo para a África, o Malawi. Quase se fica com uma ideia ao sobrevoá-lo e depois no trajecto de Lilongwe para Blantyre, a capital. E a maior surpresa é esta: *o Malawi não é África.* África é terra vermelha, poeira castanha, pegos de água estagnada, calor húmido ou frio álgido nos planaltos, e floresta alta e selva densa onde o sol penetra a custo e rastejam bichos incessantemente; ou são renques de palmares bordejando rios onde nadam velozes crocodilos quase imperceptíveis; ou vastos espaços ondulados de capim gigante com uma árvore solitária na fímbria do horizonte, ou é uma queimada que parece pôr em fogo um continente e nos atordoa com nuvens negras e um rechinar que é a angústia do inferno; ou é só mato baixo ou extenso tracto de terra nua onde cresceram embondeiros, feios e diabólicos, que parecem estar ali desde a criação do Mundo. Mas não é assim o Malawi. É um país de montanhas, com matas densas de eucaliptos e pinheiros, muito belos, gigantes, muito regulares; e por toda a parte há casas com telheiros sobre colunas ou pilares, dir-se-ia como no Minho. Também me surpreendeu a organização meticulosa da visita, e o cumprimento rigoroso do programa traçado pelo governo local. Conversa extensa com o Presidente Banda. Falou-me do seu passado político, dos seus princípios multirraciais, dos seus tempos de Londres. Abordou formalmente três problemas: novo caminho-de-ferro de Tete para o Malawi; refugiados de Moçambique; e defesa naval do lago Niassa contra reivindicações da Tanzânia, para se opor às quais Banda pretende que lhe forneçamos meios navais apropriados. Expus-lhe a ideia de uma «*organização técnica*» de cooperação na África Austral. Com entusiasmo, abraçou-a; e prontificou-se a lançá-la. Não cabe dúvida de que Banda tem personalidade de chefe, e fala e age como tal. Mas num passo da conversa disse: «*O chefe da minha tribo vive na Zâmbia*». É o peso da ancestralidade, é a força esmagadora de uma tradição de séculos que o mundo novo, ou supostamente novo, há-de gastar anos e anos para derrubar. Junto do Presidente, funciona Miss Casimira ou Casimila, sua secretária, e um poder no Malawi: é uma bela figura de mulher negra. Desloquei-me de avião a Forte Johnson, onde os terroristas antiportugueses assentam o seu quartel-general para estas partes de África. A meu lado, em tom muito sereno e com rosto prazenteiro, diz-me Jorge Jardim: «*tomei as precauções possíveis com a polícia do Malawi, mas a partir de agora em qualquer momento podemos apanhar uma bala ou uma bomba*». Creio que fiquei

tranquilo; e sorri. Estávamos cercados por centenas de negros, que nos apertavam, nos comprimiam; mas não veio tiro nem bomba. Sobrevoámos depois, num pequeno avião, o traçado do futuro caminho-de-ferro de Nacala, e todo o Sul do lago Niassa. Por todo o lado, é Moçambique em torno do Malawi. Somos grandes em África. E pequeninos são alguns espíritos na metrópole, que pensam e agem sempre em forma pequenina. São os intelectuais, muito sofisticados, muito escrupulosos, muito sabedores, muito evoluídos, muito superiores, que têm teses profundas e doutrinas sábias e elevadas, e que para resolverem problemas se metem em complexas construções e manobras que sacrificariam os portugueses brancos e pretos — mas quem cuida destas minúcias? — e que levariam à perda do Ultramar. No fundo, têm outra escala de valores, quando não são simplesmente cabotinos, pedantes intelectualmente, sob a influência dos estrangeiros. No fundo, não sentem a grandeza do Ultramar, têm horizontes bem limitados, e são incapazes de ver em largo e rasgado, e impotentes para terem convicções ou lutarem por uma causa. Para esses, tudo é Europa, e deslumbram-se com as galas da Europa, as reuniões da Europa, com punhos de renda e entreténs de salão. No fundo, repugna-lhes a África: tem muitos negros, e selva, e bicharia, e poeira encarnada, e rios de água barrenta e salobra, e ar quente e húmido. Decerto: a África não é só isto: mas, para esses, é *isso*. Aqueles tais são uns quadrilheiros da pequena política: e fazem passar os seus problemas e ambições pessoais, ou do seu grupo, adiante dos problemas nacionais. Voltando ao Malawi. Já há 900 portugueses no país, e toda a construção civil está praticamente nas suas mãos. Se soubermos actuar, e pensarmos *em grande,* o Malawi deverá passar a estar dentro da nossa esfera de influência em África. Gostei de tornar a ver os meus amigos Msonthi e Tembo, que estiveram em Lisboa no início do ano.

Luanda, 6 de Agosto — Nos dois dias passados em Angola surpreende-me o espantoso surto de actividade e dinamismo que observo em Luanda. Não visitava a cidade desde 1964. Novas avenidas, construções em curso por toda a parte, e um formigar de gente nas ruas — brancos e negros — com um ar vivo de negócio, empreendimento e aventura. Dentro de anos, as dimensões do Ultramar vão em tudo além das da metrópole. Só nos conservaremos unidos com muito tino, bom governo, esforço constante, de forma que o Ultramar sinta que a experiência, as ideias, o saber, a competência, a inspiração — vêm da metrópole. Caso contrário, outros nos vão substituir em África.

Lisboa, 7 de Agosto — Chego às seis da madrugada e no aeroporto encontro um jornalista do *Diário Popular:* a única coisa que lhe ocorreu dizer-me foi que eu não fazia declarações à imprensa porque não queria. Perguntar-me como estava a África portuguesa, que impressões eu trazia, isso não veio ao seu espírito. Felizmente, já me esqueci do nome do jornalista.

Lisboa, 15 de Agosto — Saqueada a Embaixada belga em Kinshasa, e queimados os móveis e os arquivos. Clima de violência em todo o Congo. Estados Unidos começam, ao que se me afigura, a dar sinais de que abandonam Mobutu à sorte. Quando foi invadida e destruída a Embaixada portuguesa, muitos no mundo se divertiram, e atribuíram o facto à política portuguesa. E agora, a da Bélgica? Já não tem graça, e afinal de contas tanto faz a política belga — como a nossa.

Lisboa, 16 de Agosto — Está aflito o governo belga: tem agora receio de um massacre generalizado dos brancos que vivem no Congo, se houver intervenção de mais mercenários. É óbvio: quando Bruxelas fala de «*brancos*» quer dizer belgas — pois não lhe ocorre que no Congo vivem dez mil portugueses brancos e nunca até hoje pensou em consultar Lisboa sobre a política seguida. E também é óbvio: trucidar belgas é gravíssimo, o mundo deve emocionar-se, e há que chorar lágrimas de sangue: mas trucidar portugueses é matéria adjectiva e de importância somenos. Mas a vida e as realidades vão-nos vingando. Falando de África. Estive ontem a reler, durante parte da noite, algumas páginas do meu amigo Castro Soromenho sobre a África. Alguns dos volumes que percorri de novo foram-me oferecidos pelo C. S. há mais de vinte e cinco anos. Tive agora uma sensação de mergulhar noutro mundo. É que a África que descreve não tem semelhança com a actual; e a humanidade negra e branca de hoje é inteiramente outra. Será mais feliz?

Lisboa, 17 de Agosto — Conversa com o Henrique Martins de Carvalho sobre o Congresso de Moçambique. Depois, falou-me do Presidente do Conselho. Diz-me que Salazar governa com três princípios fundamentais. Primeiro: ter as Forças Armadas tranquilas mas não completamente satisfeitas, porque isto equivaleria a dar-lhes o poder. Segundo: uma polícia

política eficiente, mas não muito eficiente: eficaz contra os comunistas e revolucionários, mas que pare em certo nível porque de contrário dificultaria *por alto*. Terceiro: jogar as qualidades negativas das pessoas umas contra as outras. Por mim, não interpreto assim a figura de Salazar. Há neste uma consciência histórica e um sentido nacional que se não compadecem com aqueles princípios.

Lisboa, 22 de Agosto — Ao Estoril, trabalhar com o Presidente do Conselho. Não sei a que propósito, discutiu-se o caso Teilhard de Chardin. Diz Salazar: «*Tenho estado aí a ler um livro sobre o assunto, e já antes li algumas obras do Padre Chardin. Houve coisas que entendi, mas essas pareceram-me simples banalidades. E as que não entendi talvez sejam genialidades daqui a duzentos ou quinhentos anos. Por agora, parecem-me puras mistificações. Não, o homem era um mistificador*».

Lisboa, 27 de Agosto — Tranquilidade de domingo. Telegramas do Brasil: aventa-se a possibilidade de uma visita de Costa e Silva a Portugal por ocasião do IV Centenário de Pedro Álvares Cabral. Também assente a minha ida ao Rio de Janeiro nos primeiros dias de Outubro. Estou projectando, por outro lado, uma viagem pela América do Sul: Argentina, Chile, Venezuela. Falei na hipótese a Salazar, que me deu logo o seu acordo. Vai ser de uma fadiga de matar.

Lisboa, 28 de Agosto — Conselho de Ministros. Minuciosa exposição sobre a minha viagem à África Austral. E isso foi o ponto mais interessante do Conselho. Mas não me ficaram dúvidas de que foram heróicos os esforços de alguns ministros para não bocejarem.

Lisboa, 29 de Agosto — E mais uma conferência de Imprensa. Sala cheia como poucas vezes. Tópicos: Goa e Israel; relações luso-brasileiras; Cabora-Bassa, outros tais. Mais tarde. Comunica-me a polícia um telegrama de Schraeme, chefe dos mercenários no Congo, que foi recebido em Angola. Schraeme lança um último apelo e diz que se lhe não enviam ajuda acaba com a *sua* revolta: não quer mais promessas. Falo ao chefe da polícia. Diz-

-me que entretanto chegou mais auxílio da Rodésia e da África do Sul, e que se está aprontando o DC-3 para levar aquele *auxílio* a Bukavu. Acontece que o general Soares Pereira, ainda comandante-chefe em Angola, está apavorado, e é tanto o pânico que recusa mesmo pedir instruções a Lisboa sobre o envio de tal auxílio. Não me surpreende esta atitude. Na passagem de há pouco em Luanda, foi penosa a impressão que me causou aquele oficial. Quando lhe perguntei que me queria dizer da situação em Angola, respondeu-me que «*o clima era húmido e só faltavam vinte dias para completar a sua comissão de dois anos e ir-se embora*». Foi tudo o que o comandante-chefe em Angola teve para me comunicar. Talvez para frisar com o seu chefe, os oficiais do gabinete militar falaram-me da guerra em Angola como de exercício de Estado-Maior, a seguir nos mapas da prancheta ou dos quadros e gráficos de parede, e como se se desenrolasse na Lua ou em Marte. Senti-me confundido, e triste sobretudo.

Lisboa, 30 de Agosto — Não está de primeira água a situação política interna. Torna-se indispensável a remodelação ministerial; mas não basta uma mudança de nomes. Há que modificar o sistema, introduzir uma novidade ou outra. Há o problema do general Gomes de Araújo. É sujeito a muitas críticas, e parece unânime a ideia de que está ultrapassado em muitos aspectos. Mas a sua lealdade e dedicação ao Presidente do Conselho são totais, e este talvez não se queira arriscar a outro *caso Botelho Moniz*.

Lisboa, 6 de Setembro — Notícias de mais de uma origem não deixam dúvidas de que o Reino Unido se prepara para provocar uma nova reunião do Conselho de Segurança. Harold Wilson deve querer apaziguar a irrequieta ala esquerda trabalhista, evitar que o assunto Rodésia seja debatido por toda a irresponsável Assembleia Geral da ONU, e aproveitar o facto de a presidência ser exercida, durante este mês, pela delegação indiana, que se prestará às manobras britânicas. Por último, Wilson deve pretender, para embaraçar os conservadores, demonstrar a falência da missão de Lord Alport. Chegam-nos informações de que a Inglaterra está a reunir novos meios navais no canal de Moçambique, para um bloqueio completo. Falo no assunto a Salazar. Sinto-o imperturbável, e acima dos acontecimentos: «*Não nos precipitemos, não nos alarmemos, e havemos de vencer tudo isso*». Está soberanamente olímpico, e observo que consegue inspirar em

seu torno uma grande calma. Salazar comenta: «*É minha convicção que a Inglaterra acabará por reduzir a zero as suas relações com Portugal*». E conclui: «*Como pode Wilson bloquear Lourenço Marques e ao mesmo tempo pretender tomar para as firmas inglesas a construção de Cabora-Bassa?*».

Lisboa, 9 de Setembro — Foi anteontem entregue a U Thant um novo convite nosso para que visite a África Portuguesa. Sei hoje, de Nova Iorque, que o convite causou ao Secretário-Geral o mais alto embaraço. Mais tarde: chegou o Grão-Mestre da Ordem de Malta que tem o título de Sua Alteza Eminentíssima. Títulos, cerimonial, trajos, tudo tem o sabor de um enredo folclórico com matizes do século XVIII.

Lisboa, 25 de Setembro — Digo a Salazar que, numa reunião em que participei, se exprimira grande fé na nossa política ultramarina. Responde-me o chefe do governo: «*Eu não actuo propriamente com fé e por fé. Reflectidamente, friamente, vejo que não tenho outra coisa a fazer. É um imperativo da história, é o imperativo do nosso interesse. Não há alternativa. E o que há a fazer, faço-o. Se tudo se me partir nas mãos, paciência, que hei-de fazer?*». Salazar concorda que assim é, e que deve ser.

Lisboa, 27 de Setembro — De novo recuamos no Brasil. Segundo o *Jornal do Brasil*, são desfavoráveis a Portugal as instruções dadas à delegação brasileira na ONU, salvo se tentarem aplicar sanções militares a Portugal. Neste caso, não as votaria o Brasil. Costa e Silva teria declarado que «*os portugueses estavam sobrando em terra brasileira*». Foi adiada a vinda da Comissão Económica; e o Itamaraty, em cumprimento de «*decisão superior*», resolveu suprimir a troca dos instrumentos de ratificação dos acordos, que assim se não fará durante a minha próxima visita. Por último, Magalhães Pinto, no seu discurso na ONU, fez clara alusão à África Portuguesa para afirmar que a mesma tem de ser «*descolonizada*». Tudo isto é um pouco ridículo. Negociar os acordos, assiná-los, aprová-los no Congresso, promulgá-los pelo Chefe de Estado — não causou medo de reacções. Trocar o papel de ratificação, é que apavorou Magalhães Pinto. Este deve ter-se deixado impressionar com a atmosfera da ONU — onde nunca pusera

pé — e amedrontou-se. Julgou que haveria uma tremenda reacção anti-brasileira, o que não é verdade, e que tal reacção será perigosa, o que ainda é mais mítico. Enfim, com o Brasil é sempre andar para trás e para diante.

Lisboa, 30 de Setembro — Paulo VI escreveu a U Thant oferecendo-se por medianeiro na guerra do Vietname. Gesto extraordinário do Papa, sem dúvida, e sem precedentes, ao menos nos tempos modernos. De meu aviso, não pode deixar de causar a maior perplexidade. Por um lado, coloca U Thant num mesmo pedestal, como se o Secretário-Geral da ONU fosse um papa político, civil, laico e paisano; e por outro, o Santo Padre enfrenta riscos tremendos. E se a sua mediação, sendo aceite, não der resultado? E se for recusada? Em que situação fica o Papa? Comento tudo isto hoje com o Presidente do Conselho. Este disse-me logo: «*Eu só vi o título da notícia, nem quis ler. Acho que o Papa fala de mais, intervém de mais, profere demasiados discursos. Isto não pode dar bons resultados*».

Chega-nos uma nota da Zâmbia pedindo que autorizemos uma sua delegação a deslocar-se ao Lobito, para coordenar questões de transportes, no interesse comum. Muito bem: a pouco e pouco todos na África Austral se vão adaptando às boas maneiras e à boa colaboração.

Lisboa, 3 de Outubro — Mais um rumor de alto gabarito: o generalíssimo Franco haveria sofrido um grave ataque cardíaco ou vascular, e estaria inutilizado. Não se confirmou o boato. Parece que está rijo e fero, tão idêntico como dantes.

Recebo o governador civil de Coimbra. Convida-me, mais uma vez, para ir ali presidir ou participar num colóquio sobre política externa. Aceitei. Falámos depois um tanto das coisas internas. Disse-me que em Coimbra está tudo desanimado; o C.A.D.C. está nas mãos da extrema-esquerda; e a Educação Nacional não parece sentir por tudo isto a menor preocupação. Uma lástima.

Lisboa, 5 de Outubro — De madrugada, partida para o Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de Outubro — Uma semana sólida entre o Rio e Brasília. É sempre penoso visitar o Brasil, e sempre fascinante. Mesmo quando

sou conduzido em andor oficial, tão depressa me irrito com as demoras, o caos, o dizer e o desdizer, o prometer e não cumprir, as habilidades, os equívocos, a lentidão de coisas e pessoas, como me fascino com a grandeza do Brasil, a sua potencialidade, a sua exuberância, a sensação de que se está moldando plasticamente uma imensa nação, e com a graça, o espírito, o repentismo, a desenvoltura mental, o jeito romântico dos brasileiros, a formosura das suas cidades, o sortilégio da sua paisagem, um teor geral de vida tão emoliente e morno como o clima do Rio, quente e pegajoso.

Magalhães Pinto, o novo chanceler, é mineiro de todos os costados: astuto, calculista, sinuoso, querendo tudo em troca de nada. Demoraram as nossas conversas no Itamaraty de Brasília mais do que o previsto, e ficámos atrasados para o banquete. Retirámos então os dois para uma sala, e ao pé um do outro nos mudámos para a casaca. Magalhães Pinto fez muita troça: verificou que eu usava camisa e colarinho separados enquanto ele os tinha juntos na mesma peça, e portanto mais fáceis e rápidos de vestir. Depois do banquete voltei de avião ao Rio. E ao outro dia apresentava-se na nossa embaixada o camiseiro do chanceler com o encargo, dado por este, de me tirar medidas para camisas idênticas às dele. Vinte e quatro horas depois os cronistas sociais do Rio — Pomona Politis e Ibrahim Sued — davam nos seus artigos conta da diferença entre as camisas do ministro e as do chanceler. Em crónica afectuosa e bem-humorada aliás. Típico do Brasil. José Manuel Fragoso e a Joana dizem que isto é hoje no Brasil o habitual: tudo é posto nos papéis. Mas no conjunto correu mal a visita: Magalhães Pinto é pouco tratável: e os brasileiros não entendem bem o que querem, ou não o sabem explicar, ou nós não os compreendemos.

Lisboa, 12 de Outubro — Regresso do Brasil às oito da manhã. No aeroporto, o embaixador Ouro Preto. Também o Jorge Jardim, que logo combina um almoço em honra de Aleke Banda, conselheiro do Presidente do Malawi. A meio da tarde, recebo Pierre Harmel, ministro dos Estrangeiros belga. Vem de Nova Iorque, segue para Bruxelas. Falámos do Congo, das Nações Unidas, e do pensamento americano quanto à África. Harmel é inteligente, muito mais político do que homem de Estado. Sofre sobretudo de uma limitação irremediável: haver sucedido a Spaak. É inevitável a comparação entre ambos, e essa não favorece o novo ministro.

Lisboa, 14 de Outubro — No Rio de Janeiro, o jornal *Correio da Manhã* publica um artigo de fundo miserável a mais não poder, em que ataca a política portuguesa e afirma a pés juntos e mãos postas que nos acordos de 1966 o Brasil assumiu o compromisso de enviar tropas suas para Angola, se lhas pedíssemos. Isto é uma mentira, pura e crua. Preparo uma nota oficiosa, que leio a Ouro Preto após o almoço que me ofereceu na embaixada. Escutou, e depois confessa-se «*varado*» e «*sem apetite*». Insta comigo para a modificar no que o texto tem de cominatório para o Brasil: *que o Itamaraty confirme ou desminta*. Concordei em alterar neste particular o texto, para a fórmula: exprimir a esperança de que o governo brasileiro esclareça também a sua opinião pública acerca da acusação. Quanto ao uso de tropas estrangeiras em Angola, eu escrevi: «*o governo português não deseja, não consente, não necessita de tropas ou forças estrangeiras em Angola, ainda que fossem brasileiras*». Salazar aprova o texto, mas depois reavisa-se, e diz-me: «*Sabe? Estou a reflectir, e pensando na hipótese de um dia termos de permitir tropas sul-africanas em Angola, parece-me que deveremos ser menos rígidos, e não fechar possibilidades futuras na matéria*». Não me havia ocorrido este ponto, e dou razão a Salazar e altero o texto em conformidade. Mas tudo vai provocar reacção no Brasil, e ser origem de uma pequena crise. São assim os brasileiros: tudo é motivo de melindre ou ressentimento. Praticar uma política com o Brasil choca-se com estas dificuldades: o mistério que sempre paira sobre quais são as forças políticas efectivas; complexo colonial antiportuguês; instabilidade de instituições e governos; incerteza do Brasil quanto aos próprios objectivos que deseja prosseguir; influências exteriores antiportuguesas, em particular norte-americanas; e politização das relações luso-brasileiras, em termos de política partidária interna do Brasil. Assim, não se pode dar um passo. E já não falo de um incipiente imperialismo brasileiro visando Angola, de que teremos de nos defender.

Lisboa, 16 de Outubro — No Brasil, que barafunda! *Correio da Manhã* insulta-nos, e reafirma que há acordos secretos. *Jornal do Brasil*, da Condessa Pereira Carneiro e que reflecte o ponto de vista do Itamaraty, escreve que temos de suportar sozinhos a «*cruz do colonialismo*». *O Globo*, dos Marinhos, esse está irado e espuma de indignação: desmente que haja acordos secretos. Aborrecido, parece estar o ministro do Exército; e irritado se confessa o ministro da Justiça, Gama e Silva, que se propõe levan-

tar o problema das relações com Portugal junto do Presidente da República. Ao que sabemos, dentro do Itamaraty dividem-se as opiniões: intrigam uns contra nós, outros em nosso favor, e uns e outros entre si. Uma rica confusão. Mas acordos secretos entre nós e o Brasil — não há. Dizia-me no Rio um meu amigo brasileiro, ilustre e esclarecido: «*Sabe? Não se admire, nós não temos carácter. Você julga que somos como os portugueses. Não somos. Não temos carácter. Isto explica tudo*». Também — não é tanto assim. E em matéria de falta de carácter — também por cá haveria alguma coisa a dizer.

Lisboa, 18 de Outubro — Conselho de Ministros de manhã. Exposição sobre a visita ao Brasil. Correia de Oliveira ataca com vigor a política com o Brasil. É uma forma de me atacar a mim; e para o ministro da Economia só há política com a Europa, e mais nada. Sentimento geral do Conselho, todavia, foi de manutenção do caminho actual. Depois, almoço no Tivoli com americanos. Longa conversa ao fim da tarde com Ouro Preto: este absorveu muito bem o que eu lhe disse de desagradável sobre a minha recente visita ao Rio e Brasília.

Lisboa, 20 de Outubro — Nova e extensa prática com Arthur Levin, o inglês que é agente secreto do Presidente Kaunda. Trata-se de um emissário duplo, como é óbvio, e mesmo triplo, pois vai comunicar ao governo britânico quanto eu lhe disser. Aliás, não mo ocultou. Depreendi da conversa de hoje que se prepara a Zâmbia para um entendimento connosco: Kaunda quer uma nova ligação ferroviária com Angola que ultrapasse Catanga, pretende uma ligação aérea pela TAP. Quanto à Rodésia, diz Levin: é a Índia, mais do que os africanos, que está a fazer pressão junto da Inglaterra para que esta busque novas sanções contra Salisbury, e mais drásticas, e para que se aperte o bloqueio a Lourenço Marques, até ao uso da força. Não cabe dúvida, se alguma subsistisse: tem matizes sinistras a conjuntura internacional que nos rodeia: e quantos tão levianamente discorrem na matéria não se dão conta de como estão afastados da realidade, e são simplistas.

Lisboa, 21 de Outubro — Assaltada a casa de Portugal em Paris. Roubado o dinheiro do cofre, e um ou outro valor à vista. Não tardará que

se classifique de político o roubo, e praticado por democratas corajosos em nome da democracia. Como se democracia fosse isto.

Lisboa, 22 de Outubro — Domingo. Nenhum solavanco. Eleições para as Juntas de Freguesia — e as primeiras chuvas de Outono.

Lisboa, 23 de Outubro — Jantar com Ulisses Cortez e José Soares da Fonseca. Dão-me conta de mil intrigas, mas uma é de tomo: seria profunda a desavença entre os ministros da Defesa e do Exército. Razão: a escolha de um novo comandante-chefe para Angola. Defesa entende que deve nomear-se o melhor general, Exército mantém que o melhor general deve ficar em Lisboa, centro e nervo de tudo. Ulisses, por seu turno, confessa-se perplexo e desorientado: Defesa e Exército apresentam-lhe para 1968 cálculos financeiros que continuamente divergem. Soares da Fonseca é de aviso que a crise só pode ser resolvida com *«a saída de um ou dois, mas se sair apenas um, esse não poderá ser o da Defesa»*. E também não vê que possam sair ambos ao mesmo tempo: num momento como o actual não se assentam dois caloiros à frente de departamentos de tanta consequência como Defesa e Exército. Como acrescento ao embaraço, é havido por indubitável que o general Gomes de Araújo é ainda o de mais prestígio no Exército e pessoalmente de absoluta integridade e por completo devotado a Salazar. Não se destacou outra figura militar que seja pacificamente aceite pelas forças armadas. *«Não podemos repetir a experiência e correr o risco de um outro Botelho Moniz»*, observa Soares da Fonseca. E de chofre pergunta-me: *«Que nome indica para ministro do Exército?»*. Reflicto uns segundos, e respondo: *«O Coronel Bettencourt Rodrigues»*. Não mostra Soares da Fonseca qualquer entusiasmo, mas puxa da sua agenda e toma uma nota. Depois, perguntámo-nos os três quando resolveria o Presidente do Conselho a crise, e como; e a Soares da Fonseca parece que não será breve a solução, nem acaso este ano.

Lisboa, 26 de Outubro — Dizem-me do Interior que está para sábado uma nova aventura dos mercenários contra o Congo, a partir da ilha do Zaire, onde estão concentrados. Em Lisboa, apareceu um Pierre Jalez, que se apresentava como agente dos mercenários; mas descobrimos que afinal é espião de Mobutu, e o seu objectivo era o de apanhar provas ou colher

declarações de que estaríamos a apoiar aqueles. Foi sorte termos filado este quidam. Mais tarde: Marrocos — que tanto nos hostiliza — pede o nosso auxilio para fornecimento de material de guerra e para transporte do que comprar na Alemanha. Estado de necessidade a quanto obrigas!

Lisboa, 30 de Outubro — Convite do Gaimusho para que eu visite oficialmente o Japão. Este é o tipo de coisas que irrita o Presidente do Conselho. Detesta que os ministros viajem, ainda que em serviço. Mesmo assim, as minhas viagens ainda são das que melhor compreende, tão evidente é o seu motivo. Mais tarde: em conversa até de madrugada em casa do Luís Teixeira Pinto. Este e o Fernando Cruz dizem-me: «*Não tenha dúvidas, os progressistas não lhe perdoam, odeiam-no*». Digo que não tenho dúvidas, mesmo nenhumas. E a mulher do Fernando Cruz acrescenta em reforço: «*Outro dia, atacaram-no na minha frente com tanta violência que eu até o defendi*». Beatriz é oposicionista confessa.

Lisboa, 1 de Novembro — Remeto ontem ao Presidente do Conselho o projecto de um artigo que *ele* foi solicitado a escrever para uma revista sul-africana. Quando lhe anuncio pelo telefone o envio do texto, diz que não poderia assinar o que não fosse escrito por ele, e que não tinha tempo, e que passava a vida a trabalhar, mas já não sabia para onde se havia de voltar. Hoje devolve-me o artigo com um cartão: «*É preciso pôr um nome ao artigo. Achei tudo bem, mas fiz umas pequenas alterações só para poder dizer que colaborei nele*».

Lisboa, 3 de Novembro — À uma da manhã, e para minha casa, telefona-me o embaixador dos Estados Unidos. Que quer? Ver-me com extrema urgência. Que venha imediatamente. Conversámos até às três horas. É firme a conversa, mas cordial. Dizem-se os Estados Unidos preocupados com os mercenários que de Angola podem ir atacar o Congo. Contesto em todos os pontos o direito de os Estados Unidos praticarem diligências, em Portugal, sobre a situação no Congo: este é país independente: e os Estados Unidos, que saibamos, não foram encarregados de proteger em território português os interesses congoleses. Embaixador sai claramente contrafeito: reconhece quanto é falsa a posição que o mandam assumir. Faço

um sono rápido, e de manhã recebo mais notícias: vai pelo mundo uma celeuma contra nós. Sigo para o Ministério. Preparo uma nota oficiosa: leio-a pelo telefone a Salazar: este aprova-a. Recebo o embaixador da Alemanha. Uma hora de conversa sobre o Ultramar, e Cabora-Bassa. Diz-me o alemão que os ingleses são uns *«desonestos»*. Depois de um almoço à pressa, enfio a casaca e penduro condecorações para as credenciais do novo Núncio. Na tarde, mil coisas: Joaquim Paço de Arcos discorre sobre o caminho-de-ferro da Trans-Zambézia; Azeredo Perdigão é minucioso sobre uma exposição na Bélgica e a inauguração da casa universitária portuguesa em Paris, e exprime-se nestas matérias como um homem de estado. Mais embaixador dos Estados Unidos: repete a diligência feita de madrugada, repito a resposta que lhe dei de madrugada. É um impasse cordial. Redijo telegramas para Nova Iorque e Washington, com instruções rijas para os nossos representantes. Cada um enche mais de vinte páginas de bloco. Quando pelo telefone os leio ao Presidente do Conselho, este comenta: *«muito lhe rende o escrever»*. Volto a casa muito além das dez horas. Mais telefonema de Salazar, não me recordo a propósito de quê. E diz-me com tom afectuoso e admirado: *«A quantidade de coisas que o senhor hoje fez!»*. Respondi: *«o que mais me custou foi vestir a casaca e pôr a condecoração»*. Salazar deu uma sonora, genuína e saudável gargalhada. E nunca se excitou ou irritou ou impacientou durante todo o dia — e completou uma carta para o André de Staerck sobre o Congo e os mercenários, sarcástica e subtil a mais não poder ser.

Lisboa, 4 de Novembro — Fulo com os americanos por causa do Congo, Salazar diz-me: *«Tem de ser brutal com os americanos. Há que dizer-lhes que se continuam a seguir uma política hostil a Portugal, começaremos a seguir uma política hostil aos Estados Unidos»*. Está também fulo o ministro da Defesa: atribui tudo à polícia, que teria auxiliado alguns mercenários, e ao facto de aquela pretender constituir um poder autónomo dentro do Estado. Sinto-me tranquilo: quando todos em torno estão nervosos, maior é a necessidade de estar calmo. Foi operado Paulo VI, ao que parece com êxito, e dizem os clínicos que não era maligna a enfermidade. Parto amanhã para os Estados Unidos, para mais um bocado de Congo e conversas.

Nova Iorque, 8 de Novembro — Nas Nações Unidas, tudo que é afro-asiático e comunista está em pé de guerra contra Portugal. Acusações, as

de uso: somos uns criminosos que lançam o mundo inteiro no terror e no sobressalto. Quanto a África, nem é de falar: aí somos a incarnação viva do demónio. No Conselho de Segurança, ruge a tempestade, ainda que em surdina, na esperança de que eu compareça; mas quando se percebe que o não farei, e que assim significo a pouca importância que damos ao barulho, então somos fustigados sem mercê. Por ligação directa, oiço os debates na sede da nossa missão: cada delegado afro-asiático, ao findar a sua catilinária, parece convicto de que com as suas últimas palavras decretou para Portugal o último sopro de vida. São entre ridículos e inúteis. Depois, vou à sede da ONU para me avistar com U Thant. Digo-lhe da nossa posição na matéria, e repudio de uma penada as acusações afro-asiáticas. Thant escuta, sereno e oriental. É personalidade correcta e afável, mas sobretudo oca e desnecessária. E é este homem o papa laico do mundo. Claro que o não é, nem coisa nenhuma, salvo o instrumento dos interesses das potências, neste particular os dos Estados Unidos, segundo voz unânime.

Washington, 15 de Novembro — Mais uma vez o State Department. Dean Rusk sempre compreensivo, e mesmo afectuoso. Quer apaziguar tudo, desdramatizar; e falámos mais do futuro. Neste particular, Rusk não oculta o seu pensamento: se Portugal se mantiver em África, e disso convencer os Estados Unidos, então os Estados Unidos vão rever a sua posição, e adaptar-se doutrinalmente para, sem ofensa dos seus princípios, nos apoiarem. Vasco Garin, que me acompanha, também assim o entende. Ao outro dia, avisto-me com Katzenbach, novo subsecretário para a África, que encontro pela primeira vez. Fico siderado. Dos problemas do mundo, não tem a menor noção. Dos de África, ainda menos. Do que é África, do que é a sociedade negra, do que é o anticolonialismo, dos interesses em luta, das implicações de uma política ou outra, mesmo do significado das palavras no contexto africano, de tudo isto e muito mais, o novo subsecretário não possui a mais remota das ideias. Durante uma farta hora, foi um diálogo estúpido: nada do que dizia Katzenbach fazia sentido, tudo o que eu dizia esbarrava numa parede de incompreensão e sem ressonância. Se eu estivesse a falar para uma bilha de barro ou uma porta, não seria outra a sensação. Uma hora perdida. Mas o grave é que este homem é o conselheiro do governo dos Estados Unidos para os assuntos africanos. Não pode haver maior irresponsabilidade — e maior perigo. Depois, por Washington, entrevistas a homens de jornais, conferências de imprensa, e o ritual que é já rotina.

Lisboa, 26 de Novembro — Conversa ao telefone com Luís Forjaz Trigueiros. Conta-me em pormenor as peripécias que levaram à demissão de Norberto Lopes e Mário Neves, dois profissionais reputados, do *Diário de Lisboa*. Também se diz que há divisões no *Diário Popular*, e grossas ao que parece. De igual modo, o *Século* estaria escapando a Guilherme Pereira Rosa, que deixa o jornal escorregar para os progressistas. Esperar-se-iam ainda modificações nas *Novidades:* Avelino Gonçalves e Moreira das Neves abandoná-las-iam e seriam substituídos por um grupo audacioso chefiado por um novo de nome Sidónio Pais. Este declarou a António de Faria, há pouco, em Roma, que o não reconhecia na qualidade de representante do governo português, nem de Portugal. Mais tarde. Hoje à noite, no jantar comemorativo do X Aniversário do Colégio Universitário Pio XII, fiquei ao lado do Arcebispo de Braga. Contei-lhe a história de Sidónio Pais. Não se admirou D. Francisco. Disse depois que a delegação da Acção Católica se comportara pessimamente em Roma. Acrescentou o Arcebispo-Primaz que a Hierarquia está trabalhando em surdina para, sem escândalo, eliminar os progressistas. E com um suspiro de desalento: «*Ah! se fosse no tempo de Pio XII! Este dava um sacão, excomungava uns tantos mais exaltados, e tudo entrava na ordem*». Prelado à antiga, este arcebispo.

Lisboa, 28 de Novembro — Que tragédia! Apuradas já 312 mortes, em Lisboa e cercanias, como resultado das chuvas e inundações de sábado e domingo últimos. Prejuízos sem nome: acima de um milhão de contos. Comentando o drama com Salazar, e através não sei de que outros assuntos, falámos do progressismo e do Ocidente. Disse o chefe do governo: «*Considero a causa perdida. Tudo está tocado. Haverá muito mais cismas do que no tempo da Reforma e da Contra-Reforma. Eu já não assisto a isso, mas o senhor ainda verá a tragédia*».

Lisboa, 3 de Dezembro — Ascende a 457 o número de corpos encontrados como vítimas das inundações de há uma semana. Um dos maiores desastres na área de Lisboa. Desgraça e sofrimento têm sido explorados contra o governo, tanto pela oposição interna como no plano internacional: o governo foi responsável pela chuva, a inundação, o esbarrondamento de terras. Pronto: foi responsável.

Lisboa, 4 de Dezembro — Recebo um telegrama de Marcello Mathias prevenindo-me de que, segundo apurou em Paris, se prepararia um atentado contra mim. Por várias razões: porque seria um sustentáculo da política de África e porque eu seria uma das três personalidades portuguesas com audiência e fama internacionais. (Não se esclarece quais são as outras duas.) Felizmente, o Marcello Mathias adora o drama e o alarme.

Lisboa, 5 de Dezembro — Salazar repete-me que se quer ir embora. Diz com ênfase: «*Não quero, repito que não quero morrer neste lugar. E também não quero viver muito tempo depois de sair, porque não quero ver as desgraças e a confusão em que o mundo vai mergulhar, e o país*». Como eu disse que era melhor deixar o destino resolver um problema que não está posto, Salazar ripostou: «*Ah! mas vai estar! Porque eu vou levantá-lo com o Chefe do Estado. Mas os senhores, em lugar de estarem para aí com essas coisas, deviam era ajudar, e colaborar para todos juntos vermos a melhor maneira de se proceder à transição sem solavancos, e de modo a que não houvesse alteração nas coisas fundamentais*». Depois, o chefe do governo retoma a sua preocupação com o progressismo: «*Já não será no meu tempo, mas eu adivinho um choque brutal entre a Igreja e o poder civil. No dia em que o progressismo for anti-nacional — e caminha para isso! — o governo que aqui estiver não pode deixar de reagir. Note: já hoje o progressismo invade muita coisa. Nos ministérios já há muito progressismo. Daqui a pouco, temo-lo no governo, se é que já não o temos*». Aludiu de seguida ao Cardeal Cerejeira: «*Publicou para aí um livrinho,* Na Hora do Diálogo. *Pois bem: é tudo defensivo, é só para se defender, não teve a coragem de contra-atacar. É um fraco, sempre foi um fraco, nunca teve a coragem de castigar ninguém*».

Algures em Espanha, 9 de Dezembro — Clandestinamente, passo três dias em Espanha, na campina entre a Estremadura e Castela-a-Velha. Vim *acompanhar* o Presidente da República a uma caçada para que foi convidado por Franco. Caçada, como caçada, foi uma beleza e decorreu em maravilha. Mortas 968 perdizes, três lebres, uma raposa. Por mim, nunca havia dado um tiro. Mas havia-me sido preparada uma «*porta*», duas espingardas, dois «*secretários*». Afirmou-me o almirante Thomaz, com gravidade, que o protocolo e o dever da função me obrigavam a *caçar,* ou pelo

menos a dar tiros, ou no mínimo a empunhar a espingarda e puxar o gatilho. Curvei-me submisso ao cumprimento do dever. Pois bem: dei cem tiros, atingi dez perdizes distraídas e matei lebre e meia. (Uma das duas ficou apenas ferida e foi preciso que um dos secretários lhe despedisse um tiro certeiro para o animal não sofrer mais.) E ao cair da tarde todo o meu ombro direito era uma nódoa negra medonha. Dos caçadores encartados, o melhor foi o genro do Caudilho, com cento e muitas perdizes; logo a seguir graduou-se o almirante Thomaz, com cento e duas; e depois o próprio Franco, com noventa e tantas. Foi de capricho a organização da caçada, com batedores, homens tocando buzinas misteriosas, almoços em campo aberto — e tudo com a fidalguia e a galhardia espanholas. Não aparto os meus olhos de Franco todo o tempo. Está homem diferente: gasto, exausto, findo. Mas lúcido: ausente e alheio a uma conversa, pronuncia de súbito um comentário que revela estar apreendendo tudo com nitidez. Não toma iniciativa de qualquer diálogo; não pega em assunto que se lhe lance, salvo se muito apertado, e então reage por um monossílabo ou curta exclamação; recusa-se a qualquer tema que fatigue ou o obrigue a definir-se com responsabilidade; e além da caça, da pesca, de uma breve anedota, nada mais o ocupa. Fiquei às refeições sempre à sua direita: e vezes e vezes tentei abrir uma conversa: foi sempre barro à parede. Depois de jantar, na sala grande do pavilhão de caça, onde passámos as noites, sentava-se numa poltrona, e todos em torno: assistia o caudilho à tagarelice ruidosa e viva: mas não participava. No campo, durante a caçada, e uma vez terminada a batida, vinha para o grupo, muito hirto, apoiando-se à sua bengala de ponteira de ferro, e ficava em silêncio, a encarar o grupo, de olhar vago num horizonte perdido, imóvel, sem um passo, sem um gesto, como se tudo lhe fosse olimpicamente indiferente. Reuniam-se as peças das várias *portas* e dos vários caçadores, contavam-se, trocavam-se chistes e histórias de peripécias, vangloriando-se cada um da sua arte, andavam os *«secretários»* em torno a formar com as perdizes mortas conjuntos simétricos de duas por filas de dez — e Franco observava, sempre distante, muito perfilado, de lábios entreabertos, de vez em quando tremendo-lhe a mão direita sobre a bengala. Aproximei-me duas ou três vezes do caudilho, e perguntei-lhe: *«Excelência, quantas perdizes abateu?»* De uma ocasião, respondeu-me: *«Pouquito»*. De outra: *«Trinta»*. E foi tudo. Até hoje, foi este o meu quarto ou quinto encontro com Franco. É outro homem, para além de toda a dúvida; mas ainda permanece lúcido. Por quanto tempo? Muñoz-Grandes, o velho capitão-general, que se abre muito comigo, murmurava-me em confidência:

«O grave é que Franco não tenha menos vinte anos. O mesmo aliás se passa com vocês quanto a Salazar». E Muñoz-Grandes, falando de Espanha, disse-me que as suas três grandes preocupações eram: a universidade, tanto professores como alunos; a Igreja, cujo progressismo era factor dissolvente e subversivo; e a ideia de Franco de querer restaurar a monarquia. *«A maioria, a grande maioria do povo espanhol não é monárquica, não quer a monarquia»,* afirma-me Muñoz-Grandes, *«e se se procura impor-lha, sucederá uma catástrofe».* E apontando para Franco, que no momento entrava no outro extremo da sala, acrescentou: *«Franco quer a monarquia, mas como percebeu os sentimentos do país, ainda não ousou proclamá-la, e não sabe o que há-de fazer. Não sei o que vai suceder, e isto atormenta-me e sinto-me desgostoso».* Depois, faço escorregar a conversa para o iberismo, para a obsessão constante da Espanha, através de séculos e séculos, em anexar Portugal, e que pressinto hoje tão viva como sempre. Muñoz-Grandes, pessoalmente um amigo e homem íntegro, reconhece que é assim. Comenta com óbvia franqueza: *«Eu lhe digo. Há, em relação a Portugal, duas classes de espanhóis. Há os que querem a integração, a anexação, o desaparecimento político de Portugal, e isso quase imediatamente, e por quaisquer meios que forem neçessários. E há os que desejam o mesmo objectivo, mas a conseguir gradualmente, em cinquenta ou setenta anos. Os primeiros são cerca de 90%, os segundos formam os restantes 10%. Isto faz parte da alma espanhola, não vejo como modificá-lo».* E o capitão-general acrescenta muito seriamente, e com óbvia sinceridade, carregando no peito com a mão direita espalmada: *«Acredite, eu faço parte dos dez por cento, não quero violências, tudo em amizade».* Digo ao velho oficial que não duvido da sua franqueza sincera; mas peço-lhe que acredite também que o povo português não quer a *união ibérica* nem em cinquenta anos, nem em setenta, nem jamais. *«É uma pena»,* remata o capitão-general com semblante sucumbido. Muñoz-Grandes tem o ar abatido, cansado, esgotado, moralmente vencido: um homem que chega ao termo de uma vida de luta e que se vê esmagado de frustrações e desgostos, traído por outros homens, decepcionado pelas instituições que ajudara a criar, abandonado pelas ideias por que combatera até com risco de vida. No grupo da caçada, e além de Franco e Muñoz-Grandes, estão do lado espanhol Camilo Alonso, ministro do Interior, alegre e pitoresco; Soliz, ministro do trabalho, pedante e cheio de si; o marquês de Villaverde, médico e *genríssimo* do generalíssimo; outros personagens e alguns oficiais das Forças Armadas espanholas. Com a segurança de Franco e dos convidados, a obsessão era por de mais patente.

Nota expressiva: na longa fila de *jeeps* ao serviço dos caçadores, havia um *jeep* especial para as vestes do generalíssimo, outro para as espingardas do generalíssimo, outro para os cães do generalíssimo. Que se diria se isto se passasse em Portugal?

Bruxelas, 13 de Dezembro — Mais uma reuião da NATO. Devo estar muito ameaçado, a avaliar pela soma de polícias à paisana que os belgas destacam para minha segurança. Seguem-me nas lojas, não tiram os olhos de mim e da assistência no restaurante, sentam-se vários durante toda a noite, no corredor, fora da porta do meu quarto de hotel. Um inferno. Durante a estadia em Bruxelas, e entrecortando as sessões do Pacto, falei sobretudo com Dean Rusk, Couve de Murville, Willy Brandt, Joseph Luns. Convidei os três últimos a visitar oficialmente Portugal, e Brandt aceitou de imediato. Couve, Brandt e Rusk foram ostensivamente afectuosos no plano pessoal. Rusk, sobretudo, prodigalizava em público os seus abraços — não sei se por cálculo, se por pensar que eu ficaria impressionado com o facto, ou embevecido. Realmente, se eu tivesse a santa ingenuidade de um João Chagas ou de um Teixeira Gomes, pensaria logo que enorme era o meu prestígio e que eu estava prestando um assinalado serviço à República! Dois homens patriotas, devotados e de alto valor pessoal, e que não poderiam ter sido mais inocentes no terreno das feras a que foram lançados. Falei muito com Amintore Fanfani: e achei muito sintomático que Fanfani, social-democrata e demagogo simpático, não hesitasse em dizer-me, a mim, que devo aparecer-lhe como um reaccionário encartado, que se sentia muito preocupado com o poder naval russo no Mediterrâneo, com a expansão do comunismo na Europa, e acima de tudo com a brecha e a crise abertas no seio da Igreja Católica. Fanfani deve saber bem mais do que me disse, e deve ser grave, pois de outro modo não me falaria como o fez. Conversa miúda com Tabor, novo ministro dos Estrangeiros da Dinamarca: ficou literalmente *arrasado* com as revelações que lhe fiz sobre o neocolonialismo em África e o verdadeiro significado da autodeterminação: e eu fiquei *arrasado* com a ignorância do ministro e a distância a que está das questões e das realidades mais banais do continente africano, e mesmo do mundo. E o Conselho da NATO? Parece-me cada vez mais na mesma: disfarça os problemas, não os debate: mas desta vez não conseguiram os ministros mascarar o receio perante o avanço do poderio militar russo por toda a parte, e esse temor é mesmo reflectido no comunicado. Cometi uma *gaffe*. Con-

tando a Rusk, num almoço, uma história divertida, fiz figurar como comparsa na anedota um quidam de nome Brown, vulgar em inglês como Silva entre nós. George Brown, secretário de Estado britânico, está sentado em lugar onde ouve a história. Mas é desportivo e bem-humorado: pede-me que, numa próxima vez, eu *emende* o nome de Brown e passe a usar Smith. Digo-lhe logo: «*I accept your amendment with the greatest pleasure*». Rimo-nos todos.

Lisboa, 19 de Dezembro — Conferência de Imprensa. Fraca. Apenas os jornalistas estrangeiros fazem perguntas. Os nossos homens dos jornais dão a impressão de desinteresse, e de nenhum estudo dos problemas.

Lisboa, 20 de Dezembro — Inicidente espectacular no canal de Moçambique. Fora das nossas águas territoriais, um petroleiro francês foi mandado parar por uma fragata britânica que bloqueia o porto da Beira; e como aquele não lhe obedecesse, os ingleses dispararam quatro tiros de canhão. Continuou o petroleiro na sua rota, e o capitão francês diz pela rádio ao comandante britânico: «*o general De Gaulle ficaria decerto muito satisfeito se soubesse que um navio francês fora metido no fundo pela esquadra de Sua Majestade*». Replica o inglês que está a cumprir resoluções da ONU, ao que o outro responde que está sob a protecção da marinha de guerra francesa. E entra na Beira sem mais conversação, e logo começa a descarregar o seu combustível. Assistiu a tudo, sem intervir e no limite das nossas águas territoriais, uma fragata portuguesa. Parece que o caso está provocando excitada celeuma em Londres e Paris. Magnífico. É de esfregar as mãos.

Lisboa, 25 de Dezembro — Dia de Natal. Nada. Tempo morto. Dir-se-ia suspensa a actividade internacional. Dois acontecimentos de algum vulto, no entanto: a explosão da sétima bomba nuclear chinesa e a viagem do Presidente Johnson ao redor do Mundo. Pelo cair da tarde, cumprimentos ao almirante Thomaz, em sua casa.

Lisboa, 28 de Dezembro — Há quatro ou cinco anos que se encontra preso na República da Guiné o sargento-aviador português Lobato. Raptado

pelos terroristas, estes têm-no conservado preso com a conivência de Sekou Touré. Preso conjuntamente com criminosos de delito comum, subalimentado, em condições de suprema degradação, e tudo isto num clima que derrota os mais animosos. Tudo tenho tentado para libertar aquele nosso sargento: a Cruz Vermelha, a Comissão Internacional de Juristas, o governo francês, as Nações Unidas. Tudo em vão. Há dias, as autoridades guineanas disseram que estavam prontas a libertar Lobato se este assinasse um compromisso: se solto, não voltaria a combater em África. Pois Lobato respondeu que não só não assinaria como declarou que, se liberto, logo pediria à autoridade militar portuguesa para tornar ao combate. Parece que perante tanto patriotismo e tanta coragem moral, as autoridades da Guiné ficaram estupefactas, e impressionadas. Falei no assunto ao general Gomes de Araújo. Este tomou o caso muito a sério, e reuniu os chefes de Estado-Maior das três armas: por unanimidade, resolveram que não se podia autorizar aquele militar a tomar tal compromisso, nem mesmo o governo tem poderes para o permitir. Assim o transmiti para Paris. Mas que notável português, e que exemplo para os meninos de cá que vão a cursilhos, são pacifistas, têm teses, são muito superiores, são muito evoluídos, e consomem-se em discutir com um embevecimento provinciano se a Pátria deve ou não existir. Lobato, serenamente, anonimamente (pois ele não sabe que nós sabemos da sua atitude), não tem teses, não está propriamente a par da consciência universal — e está pronto a morrer.

Pela segunda vez, opôs a França o seu *veto* à admissão da Inglaterra no Mercado Comum. Há quem tenha o facto por capricho pessoal de De Gaulle. Mas a luta entre Londres e Paris é a eterna luta entre a Ilha e o Continente — que já vem de Carlos Magno, de Carlos V, de Napoleão, de Hitler. Por seu turno, os Estados Unidos são hostis à Europa e apoiam a Inglaterra — e isso acresce tremendamente o poder dos britânicos. E a Europa perdeu a fé e a vontade do poder. Sem vontade do poder, foge-nos o poder da mão.

Lisboa, 29 de Dezembro — Conta-me Salazar a sua entrevista recente com o Cardeal-Patriarca. Este sente-se muito preocupado com o progressismo em Portugal: segundo D. Manuel, este está prosperando assustadoramente. Está o perigo no dia em que, teria dito o Presidente do Conselho, o progressismo for antinacional. «*Já é*», respondeu o Cardeal de Lisboa. «*Então, meu caro*», replicou Salazar, «*é inevitável o conflito entre o governo*

e o progressismo, ou entre o governo e a Igreja, se esta apoiar o progressismo». Teria D. Manuel concordado em que assim aconteceria. Depois, o Presidente do Conselho retoma o fio da conversa comigo. Diz: «*Talvez já não seja no meu tempo. Mas não sei. As coisas hoje andam tão depressa que talvez me pertença ainda a mim pôr as coisas a claro. E terei de ser claríssimo para com a Igreja. De resto, eu tenho alguma autoridade. Sozinho, sem ninguém saber, tratei durante três anos da Concordata com a Santa Sé, e saiu um documento tão perfeito que Pio XII a considerava a concordata-modelo, que desejava assinar com todos os países católicos. De modo que poderei dizer coisas duras à Igreja: que se não meta com o Estado, que não procure substituir-se ao Estado*». Salazar fala depois de mil coisas internas. Está apreensivo com o *Ciclo de Estudos Estratégicos*, que tem por equivalente das *Conferências do Casino*. Mas diz: «*eu conheço bem aquela gente e sei muito bem até onde cada um deles pode ir e posso assegurar-lhe que tenho motivos para preocupações*».

Lisboa, 31 de Dezembro — Publicam os jornais uma comunicação da Acção Católica sobre a paz. Com pretexto na mensagem do Papa, defende-se uma paz universal (o que em princípio está evidentemente certo), mas a todo o custo, seja qual for a paz, seja qual for o preço, sejam quais forem as consequências a que possa arrastar. Pergunto-me apenas se a Acção Católica fez chegar a mensagem pontifícia e a sua nota aos terroristas, e se estes as entendem, as aceitam e as cumprem.

X

1968

Lisboa, 1 de Janeiro — Para a meia-noite, e para depois, vieram alguns amigos: o Luís Forjaz Trigueiros, o Luís Teixeira Pinto, o Serra Formigal, e suas mulheres. Mais tarde veio a Maria Natália Thomaz. E tomando-me à parte diz-me em confidência que todas as forças militares na metrópole estavam de prevenção: eram receados assaltos a quartéis. Não começa bem este ano de 1968.

Lisboa, 4 de Janeiro — Agravam-se as relações entre o Governador e o Bispo de Macau. Remeti ao Faria, para Roma, um telegrama em que praticamente lhe digo para solicitar da Santa Sé a retirada do Bispo, ou ao menos prevenir aquela de que deve estar preparada para que o Governador, num acto de precipitação, ponha o Prelado num avião e, sem água-vai, o expeça «*para o reino*», como diria o falecido Visconde de Seabra. E depois não se pode voltar atrás. Nova crise com a Santa Sé? Também em Espanha há crise, mas essa de alto bordo: não há acordo entre o Estado e a Igreja sobre a nomeação de dezoito novos bispos. E escrevo um cartão de felicitações a Norberto Lopes por este haver recebido o *crachat* de oiro do Sindicato dos Jornalistas.

Lisboa, 5 de Janeiro — A seu insistente pedido, recebo Lord Walston — o mesmo quidam com quem em 1966 tive entrevistas tempestuosas por causa da Rodésia, e a que se seguiram o bloqueio da Beira e a reunião do

Conselho de Segurança. Walston está agora fora do governo. Vem da Libéria: ai foi representar a Inglaterra na posse do novo presidente. Conversámos ao acaso. Walston foi muito simpático, e cínico. Em suma, disse: há todas as probabilidades de uma guerra civil no Quénia e sobretudo na Etiópia, quando desaparecerem Kenyata e o Imperador Hailé Selassié; a dificuldade da política inglesa em África provém de os investimentos britânicos serem muito vultosos, e quase equivalentes, na África Negra e na África do Sul; e daqui o embaraço da decisão. Muito interessante. Mas nada disto obstou a que Wilson, nos Comuns, justificasse a decisão de não vender armas à África do Sul pelo dever de respeitar as resoluções da ONU e de obedecer a princípios morais, elevadíssimos e sagrados.

Lisboa, 6 de Janeiro — Telefona-me Luís Teixeira Pinto, de manhã pelo cedo. Cabora-Bassa é o tema. Segundo o Luís, os ingleses, directamente e por intermédio da *Anglo-American*, espalham o rumor de que o governo português já resolveu adjudicar-lhes a construção da barragem. Nada disto é exacto. Mas os rumores são forma de pressão sobre alguns, e podem ter influência no ministério do Ultramar. Infelizmente, vejo os franco-alemães muito passivos e parados, e eu queria-os mais dinâmicos e agressivos.

Lisboa, 11 de Janeiro — De grande excitação o ambiente de política interna. Escândalos de alguns políticos com raparigas menores, supostos, exagerados, ou verdadeiros, são pretexto. Mas o caso é mais complexo, e profundo: trata-se de ataque frontal ao governo de Lisboa, e não só por elementos da oposição portuguesa. E todo o mundo oficial quer que o ministério dos Estrangeiros actue, faça, aconteça — para lá das fronteiras. Cá dentro, nada. Simplesmente, eu tenho muitas limitações, mas não a da ingenuidade nestas matérias. E li hoje uma representação dirigida pelos oposicionistas ao Presidente da República. Sou violentamente atacado por causa da viagem ao Brasil em Outubro de 1967. Fustigam em especial a minha declaração de que os oposicionistas não têm força política, nem programa, nem plano de acção que atraia a opinião pública. De facto eu fiz no Rio, ao *Globo* entre outros, uma declaração um tanto ou quanto naquele sentido. Admito que fui infeliz. Eu deveria ter dito somente que a atitude da oposição não era um problema de política externa, mas interna, e esta apenas a discutia dentro das fronteiras do meu país, e com portugueses. Era isso

que deveria ter dito, e só isso. Néste particular, têm sobeja razão os oposicionistas. No mais, o documento parece-me um acervo de demagogia.

Lisboa, 15 de Janeiro — Em Belém, entrego ao Presidente da República um exemplar do vol. I do *Livro Branco* sobre Goa. Depois, conversa a esmo, sobre coisas e loisas. Assuntos militares em especial. Diz-me: «*Segundo a Constituição, sou em princípio comandante-chefe das Forças Armadas. Mas o ministro da Defesa nunca me aparece, nunca troca comigo uma impressão, nunca tenho oportunidade de me informar ou expor ideias. E estou preocupado. É tudo decidido no Estado-Maior, e isso causa irritação nas várias armas. Não podem com o chefe do Estado-Maior do Exército. E os terroristas já conhecem os nossos métodos, há que modificá-los; e a mania de rendição de unidades completas ainda nos enfraquece mais pois o inimigo sabe que nos primeiros três ou quatro meses têm na sua frente apenas novatos sem experiência, e pode portanto agir à vontade. E continuam a morrer soldados, e não se modifica nada. É tudo Estado-Maior. O ministro da Defesa deve ser um civil: já o disse e repito*». Depois, atravessando as salas, o almirante Thomaz remata: «*Tudo isto é que me traz preocupado e descontente. Já o disse ao Dr. Salazar*».

Lisboa, 22 de Janeiro — Já tarde, regresso de Coimbra. Colóquio sobre política externa portuguesa, promovido e organizado pelo Governador Civil, no Teatro Gil Vicente. Cheio a não poder mais: estudantes universitários na sua maioria esmagadora. Impressões: interesse apaixonado pelos problemas; ódio e sarcasmo para com Estados Unidos e Inglaterra; mesmo nos que se percebia não aderirem ao governo, sentia-se patriotismo vibrante. Fiquei admirado com estes aspectos, e igualmente surpreendidos se confessaram o Governador e o Reitor.

Lisboa, 23 de Janeiro — Conto ao Presidente do Conselho a minha ida a Coimbra. Salazar está em maré de conversar sem linha definida. Considera a publicação do *Livro Branco* sobre Goa como muito importante: para os vindouros saberem por que se tomaram umas decisões e não outras. Depois Salazar desabafa: «*Tenho sido sempre muito infeliz no governo. Nunca pude governar em paz e livre de ameaças ou ataques exteriores, ou de crises*

graves, a guerra da Etiópia, a de Espanha, a Grande Guerra de 39-45, agora o anticolonialismo, etc. Nunca consegui aproveitar os nossos recursos somente em construir estradas, barragens, escolas. Paciência. Apesar disso, hão-de dizer muito mal de mim. É por isso que eu dou muita importância à publicação dos livros brancos: explicarão como se defenderam os direitos portugueses, e o cuidado e o pormenor com que isso se fez». Saio pelas oito horas, é já noite, cruzo-me com o Luís Supico Pinto: este tem todo o ar de ir tratar de uma próxima remodelação ministerial. Haverá? Quando?

Lisboa, 26 de Janeiro — Incidente nos mares da Coreia: um navio de guerra norte-americano foi apresado pelos norte-coreanos e levado para o porto de Wosan, na Coreia do Norte. Estava o navio dentro das águas territoriais? Estava fora? Começaram os americanos por ranger os dentes, mobilizar os fuzileiros, expedir um porta-aviões para a zona, solicitar uma reunião do Conselho de Segurança — mas acabarão por ceder, com a face mal salva e mal escanhoada.

Lisboa, 31 de Janeiro — Ataque maciço dos Vietcongs a nove cidades do Vietname. Ocupação quase completa de Saigon. Invasão e domínio durante horas do edifício da própria embaixada dos Estados Unidos. Perante tudo isto, e continuando os norte-coreanos a não entregar o navio apresado, Washington espera que o Conselho de Segurança resolva a situação e lhe liberte o barco. É curioso que ninguém no mundo se lembra de apresar um navio russo.

Lisboa, 3 de Fevereiro — Por causa do casamento de uma filha de Van Acker, presidente do Senado belga, Salazar foi obrigado a mandar oferecer à noiva umas flores em Bruxelas. Pedi à nossa embaixada que o fizesse, em nome do chefe do governo, e não pensei mais no assunto. Verdadeiramente, uma ninharia, e além disso de natureza oficial. Pois há duas ou três semanas que Salazar me pergunta quase diariamente quanto custaram as flores — para as pagar. Disse-lhe que se havia perdido a factura, que eu lhe oferecia as flores, que o Eduardo Brasão (nosso embaixador em Bruxelas) também lhe oferecia as flores: um pesadelo. Insistiu, teimou: *«É que eu pago sempre essas despesas. Por exemplo, eu pago o aquecimento desta*

casa, ainda que é residência oficial. Não, não quero que, um dia qualquer, um sujeito ali na Assembleia Nacional diga que eu me aqueço enquanto há muita casa fria por esse país fora. Assim, sou eu quem paga, e portanto não me podem criticar». Um silêncio. Depois: *«É que eu não preciso de nada. A minha vida acaba em mim, enquanto a sua, por exemplo, continua na sua mulher e na sua filha».* Falou-se de autoridade: *«Às vezes, já nem sei quem manda neste país».* E torna às flores. Acabei por dizer que os quinhentos ou seiscentos escudos de flores já eu os mandara pagar por gastos confidenciais — consoante o rigor da lei mo permitia. Corou, e calou-se. Na verdade, foram incluídos e documentados, mais burocraticamente, nas contas de material e expediente da embaixada!

Lisboa, 6 de Fevereiro — Reunião com os directores dos jornais diários. Muito interessados quanto à Zâmbia e ao Biafra. À noite, Conselho de Ministros. Discussão do *plano director* de Lisboa. Travaram-se de razões os ministros das Obras Públicas e da Economia. Debate desenrolou-se num tédio invencível.

Lisboa, 9 de Fevereiro — Recebo o Padre Santos, que esteve em Goa como director do Instituto Pio XII, já depois da invasão e ocupação indianas. Saiu de Pangim por imposição da Santa Sé. Foi o Padre Santos agora *«desviado»* para Moçambique por *«sugestão»* da Nunciatura (ainda ao tempo de Monsenhor Rotoli), do Patriarcado de Lisboa e do Provincial dos Dominicanos. Motivo: o facto de o Padre Santos falar muito de Goa e condenar a Índia. Disse-lhe Monsenhor Rotoli: *«Goa acabou, não se fala mais nisso, já não é portuguesa, e se Portugal reivindicasse Goa, então Roma poderia reivindicar Portugal. Os impérios acabaram».* No Patriarcado de Lisboa, disseram ao Padre Santos: *«Não fale mais de Goa, já não é portuguesa, é uma grande confusão, não se meta nisso, o que lá vai lá vai».* Disse isto um arcebispo, ao que afirma o Padre Santos. A mim, só me parece que, perdido que for o Ultramar, a Igreja há-de ver-se a braços com perseguições, com prelados expulsos, com limitações à sua liberdade — e que as cristandades da África portuguesa, em vez de progredir, se verão reduzidas. Mas Igreja é sábia — e eu poderei estar enganado.

Lisboa, 13 de Fevereiro — Mais um jantar com Ulisses Cortez e Soares da Fonseca. Ulisses está furioso com Daniel Barbosa. Este teria escrito um papel em que, a propósito de compra aos estrangeiros da Companhia dos Telefones, se põe em dúvida a honorabilidade do ministro das Finanças. Agora, Ulisses quer demiti-lo e, num despacho que nos leu, acusa-o de ser antinacional e pouco probo. Soares da Fonseca deita água na fervura; mas o homem das Finanças não parece disposto a ceder. Depois, o capítulo ritual da política interna. Crise do governo, todos a temos por evidente, e talvez para fins de Março. Ulisses está convicto de que sai; e diz-se contente e repete-o sob mil formas; no fundo, lamenta-o. Do que Soares da Fonseca refere, depreende-se ser assente a demissão do ministro do Exército, e talvez do da Marinha; mas presume-se que será mantido Gomes de Araújo. Não se falou em mais nada. Pressinto, todavia, que devem ser muito mais vastas as modificações. Quanto a mim, Soares da Fonseca tirou da carteira uma folha dactilografada, que me mostrou, e onde se alinha um novo elenco governativo. Atribui-se-me a função de ministro da Defesa. No mesmo papel, Kaúlza de Arriaga seria chefe do Estado-Maior-General. Quem será o autor do papel? É curioso que Soares da Fonseca não diga uma palavra sobre Economia. E no entanto, hoje de manhã, pelo telefone, o chefe do governo disse-me: *«o Correia de Oliveira parece às vezes que não vê os perigos do capital inglês e americano, e o ministro das Finanças esse não vê mesmo nada. São ingénuos de todo».*

Lisboa, 16 de Fevereiro — Leite Pinto vem expor-me com minúcia umas coisas científicas no plano da NATO. Falou com clareza; mas eu fiquei seguro de que nada percebi. E também veio com a história de eu ser ministro da Defesa. Ri-me. Mas mais persuadido fico de que uma remodelação ministerial está sendo activamente preparada. À noite, jantar e colóquio sobre política externa no Colégio Universitário Pio XII. Casa a abarrotar. Vivo interesse dos estudantes. Surpreendente o fascínio que a política internacional exerce na juventude — e nos adultos mais provincianos ou mais ambiciosos.

Lisboa, 17 de Fevereiro — Sábado sem problemas. E chuva, chuva toda a manhã e de tarde, e nem por um instante se levantou a cerração. Telefonemas de amigos insistem em que haverá crise governamental em

breve. Tão depressa me parece que sim — como não. Aliás, já me sinto inteiramente farto — e o assunto já é para mim inteiramente indiferente.

Lisboa, 18 de Fevereiro — Cessou a chuva, algum sol, paira no ar um prenúncio de primavera, e nenhum telegrama veio trazer qualquer sobressalto. Sensação de rotina. E afinal — a política interna? Antes de mais, parece seguro haver crise entre os militares. Dir-se-ia generalizada a falta de confiança no ministro da Defesa, e também se afigura exacto existir larga hostilidade ao ministro do Exército. Contra Gomes de Araújo, alega-se que não compreende a guerra de subversão; para enfrentar os problemas militares, já não tem moral que baste; e o derrotismo entibia o seu ânimo. Contra o ministro do Exército, invoca-se a sua dificuldade em utilizar com eficiência a máquina militar, e descoordenação logística. Não são postas em causa a inteligência, o aprumo pessoal, a honorabilidade dos dois homens. Neste particular, não se escuta a menor beliscadura. Por outro lado, não seriam excelentes, segundo os testemunhos mais fidedignos, as relações entre um e outro. No que toca à Marinha, pouco se fala; e no plano político não tem relevância o caso de Quintanilha Dias, no contexto do momento. Poderemos concluir assim que abandonariam o governo estes três ministros militares. Por seu turno, o Presidente da República tolera Araújo cada vez menos, e defende com ar assanhado um civil para a Defesa; mas acontece que Araújo é devotadíssimo a Salazar, e num homem de lealdade a toda a prova não é este um factor de somenos. Não sei se poderia dizer o mesmo dos candidatos à Defesa cujos nomes circulam por aí. Esses têm as suas ambições, e nem o demónio saberá a que tentações poderiam sucumbir, com o poder às ordens. Há-de Salazar querer dormir tranquilo, e não se obrigará a substituir Araújo. Conclusão: sairão os homens do Exército e da Marinha. E os civis? Os da Justiça e das Obras Públicas, entrados há pouco, não serão mexidos; quanto a Ulisses Cortez, parece assente a sua saída; alguns outros, se tomar à letra as referências cada vez mais críticas e mordazes que lhes faz o chefe do governo, também sairiam, e parecem ser os casos de Carlos Ribeiro, Neto de Carvalho, Correia de Oliveira; e Motta Veiga continuará, salvo se o Presidente do Conselho tiver necessidade, à última hora, de dispor de um lugar para satisfazer uma qualquer força política. Correia de Oliveira sente que se afunda na Economia; e quer à viva força os Estrangeiros. Eu já lhe disse: «*homem, não me queira mal, não posso nomeá-lo, não sou eu o chefe do governo*». Custa-me a crer, no

entanto, que Salazar entregue os Estrangeiros a um homem cuja obsessão é estar bem com todos. Por mim, o meu problema é outro: que opção tomar? Continuar no quadro do Ministério, ser embaixador da ONU ou noutro posto? Ou ingressar na vida privada? Neste caso, ficar em Lisboa, no vespeiro da política, na lama da política interna? Por muito que me queira alhear, há sempre quem me meta em coisas e salpicos inevitáveis. E todos os jogos se tornarão mais intensos à medida que os anos de Salazar forem avançando, e já não são poucos. De qualquer forma, não cabe dúvida de que é de confusão e perplexidade o momento — e tudo e todos vão passar por vicissitudes imprevisíveis. Há por aí uns tantos cujos rostos respiram aflição.

Lisboa, 20 de Fevereiro — Que se passa coisa de tomo na Defesa, parece seguro: há cinco ou seis dias que, sem intervalo, o Presidente do Conselho recebe Gomes de Araújo para trabalhar a tarde toda. Que será? Há dias, Salazar abriu-se, e disse-me: «*Há coisas na Defesa que eu tenho de repensar*». Que coisas? Falámos também de outros departamentos. Diz-me o chefe do governo: «*O ministro do Interior anda a fazer coisas sem me dizer, e até escondendo-as de mim. Por sua vez, o Presidente dá as suas ordens, e mais confusão se estabelece. Bem, o senhor sabe: quando vim para o governo, estávamos em plena desordem e caos. Não tenho dúvida de que pus ordem em tudo, e acabou a confusão. Mas agora, que quer? Todos pensam: o tipo chegou ao fim, já não manda nada, e cada um faz o que quer na mira de se valorizar*». E ainda: «*E ninguém pergunta nada: até parece que não há um chefe do governo neste país*». Depois, por isto e por aquilo, caiu a conversa sobre arte. Salazar aprecia o Henrique Medina e o Eduardo Malta. Acha que o segundo tem mais «*fulgor de arte*» e que o primeiro é mais «*exacto*». Discordei, e disse-lhe que Malta me parecia somente um fotógrafo ou pintor de caixas de chocolate. Pareceu surpreendido. Mais: considera João Reis um «*monstro*»; Maria Helena Vieira da Silva é um «*deslumbramento*». Há qualquer coisa de fascinante em ouvir Salazar discorrer sobre arte, retratos, pintores — com a mesma precisão de linguagem com que fala sobre a Rodésia, o Vietname ou a União Nacional.

Lisboa, 25 de Fevereiro — Antes da meia-noite, telefona-me de Madrid o Luís Pinto Coelho, e diz: pessoa de alta situação na capital espanhola e

de confiança absoluta acaba de lhe afirmar que em Lisboa e um pouco por todo o continente deflagrara uma revolução, ou estava iminente. Que havia? Ri-me, e referi-lhe que precisamente havia minutos falara com o Presidente do Conselho; encontrara este preocupado em saber como enviar para Nova Iorque um vestido de minhota, solicitado por uma senhora portuguesa que vive em Delaware, e que vai participar num festival de trajos nacionais; e sentira-o tão calmo e sereno como sempre. Luís Pinto Coelho e eu desligámos o telefone. Já é tarde de mais para acordar o ministro do Interior, que é homem sobre o pacato. Em todo o caso, comunico o rumor de Madrid ao chefe da polícia. Foi este mesmo que atendeu o telefone. Está em casa, tranquilo e despreocupado, a ver o filme da televisão. Ficou muito admirado com a minha notícia. Santo e adorável país! Em Espanha, fala-se de revolução em Portugal — e em Lisboa o Presidente do Conselho ocupa-se de enviar para os Estados Unidos um trajo de minhota, enquanto o chefe da polícia está em casa, absorvido na televisão, confortavelmente de cadeira e de cigarrilha, no conchego da sua sala, da sua mulher, das suas pantufas. Conto isto ao Teixeira Pinto, que veio jantar. Depois, pela meia-noite, vêm outros amigos. Tomámos uma chávena de chá — e todos, com as nossas mulheres, estivemos até às três da manhã a dizer mal do governo, a fundo.

Lisboa, 27 de Fevereiro — De vários lados, dizem-me isto: o Papa Paulo VI aceitará finalmente o pedido de exoneração do Cardeal Cerejeira. Para não o ferir, todavia, e enquanto vivesse o Sr. Dom Manuel, a Sé Patriarcal de Lisboa teria à sua frente um Administrador Apostólico. Este seria o Arcebispo-Primaz, Dom Francisco. Para bom entendedor, isto poderá significar: a Santa Sé não quer designar um cardeal, que seria considerado como favorável ao governo (visto que este teria de dar a anuência à sua nomeação como Bispo de Lisboa), porque o facto equivaleria a sacrificar uma figura da Igreja a um regime que o Vaticano considera a extinguir-se em curto prazo, e ao qual sucederá um outro que poderia não gostar do mesmo cardeal. Criar-se-ia deste modo um período de transição até que se apure a feição dos tempos vindouros. Será isto assim?

Lisboa, 1 de Março — Caímos de momento numa sorte de marasmo: não somos atacados, não estamos no centro da ribalta, não parecem cuidar

da nossa existência os afro-asiáticos e seus mestres. Não cabem, todavia, ilusões por aí além. Hoje de manhã, Silva Cunha manifestou-me as maiores preocupações com a situação militar, e isso nas três províncias que estão sendo fustigadas. E os esforços que os terroristas se propõem fazer, segundo as nossas informações, devem situar-se num plano de repercussão internacional: debates na ONU, mais reuniões do Conselho de Segurança, etc. Tudo isto junto a uma situação interna pouco clara, e que pressinto cada vez mais tensa.

Lisboa, 3 de Março — Domingo. Telefonam-me da Censura: explodiu uma bomba junto da embaixada de Portugal na Haia: publica-se a notícia? Claro que se publica a notícia, respondi. E por que não se havia de fazer assim?

Lisboa, 5 de Março — Diligência dramática do Núncio acerca do Bispo da Beira. Para *«salvar»* este, segundo o Núncio, era preciso que se suspendesse já a pena aplicada ao jornal e não se aguardasse o decurso dos trinta dias; caso contrário, isso seria a liquidação do Bispo perante a diocese. Respondi ao Núncio que a decisão do governo não era susceptível de alteração, e que para mais só faltavam dez dias. Pareceu-me conformado Monsenhor. Mas pediu que reconsiderássemos.

Pela tarde, Conselho de Ministros. Decidida a nomeação de uma comissão nacional para organizar a celebração do V Centenário de Pedro Álvares Cabral, e a nossa participação nas celebrações brasileiras. Opôs-se vigorosamente o ministro da Economia, e disse que o Brasil não servia para nada, não prestava para nada, não merecia nada; e depois, quando passou a coisas económicas, fez uma exposição tremenda sobre azeite e óleos comestíveis; e não podia ser mais tedioso. Mas o Conselho aprovou a comissão.

Lisboa, 6 de Março — Mais Núncio. Comunico-lhe o carácter irrevogável da decisão quanto ao jornal da diocese da Beira. Parece agora muito desapontado: *«Nunca isto me aconteceu. É a primeira vez que me dizem que não numa coisa destas»*. Consolei-o: *«Em tudo há uma primeira vez, Monsenhor»*. Perguntou-me se eu estava disposto a receber o Bispo da

Beira. «*Com o maior prazer, Senhor Núncio*», remato eu. Depois, Monsenhor torna-se conversador. Faz confidências. Havia sido procurado por um largo grupo de padres que lhe foram «*exigir*» que fossem ouvidos e se tivesse em conta o seu aviso na escolha do próximo Cardeal-Patriarca de Lisboa. «*Fiquei indignado*», disse o Núncio. Comentei: «*Pois é, Monsenhor, há umas coisas muito avançadas e de bom tom moderno, que parecem excelentes, e que necessariamente levam depois a outras, que já parecem péssimas*». Compreendeu o Núncio o que eu queria insinuar. Pergunta-me de seguida se eu sabia se na manifestação contra a embaixada dos Estados Unidos, por causa do Vietname, haviam participado católicos. Disse-lhe que não sabia. Depois do Núncio, vem Ouro Preto, do Brasil. Apresenta-se eufórico: recebera de Magalhães Pinto um telegrama anunciando que iam ser ratificados todos os acordos assinados, por mim e por Juracy de Magalhães, em Setembro de 1966. Bem: sempre é um correctivo, a meu favor, da campanha que alguma oposição desencadeou há tempo contra mim. Nem tudo é mau.

Lisboa, 8 de Março — Vem o Bispo da Beira, D. Manuel Cabral, que eu conheço de Braga, onde foi bispo auxiliar. Diz agora o Prelado: está amargurado porque não obteve do governo a redução da pena aplicada ao jornal diocesano. Textual: «*Qualquer coisa ruiu dentro de mim. Isto marca-me para a vida inteira. Não volto o mesmo homem*». Procuro ser humano e mostrar-lhe que as injustiças e as incompreensões dos homens não nos devem fazer mudar os nossos princípios, nem a nossa atitude geral perante a vida. Citei-lhe a frase de Sócrates: «*Nós fazemos o que devemos, a Pátria faz-nos o que costuma*». E expliquei ao Bispo da Beira todo o condicionalismo político de Moçambique, e como os interesses imperiais querem destruir-nos naquela província. Nisso concordou Dom Manuel inteiramente, e observou que por si próprio já havia chegado à mesma conclusão. Conversa terminou no maior entendimento recíproco e afectuosa cordialidade.

Lisboa, 12 de Março — Mais conferência de Imprensa. Formularam-me mil perguntas. Mas as que se referem à defesa do lago Niassa, feita conjuntamente pelo Malawi e por Portugal, e à colaboração de helicópteros sul-africanos em Angola, revelam uma *perfuração* dos nossos serviços que não pode deixar de causar preocupações muito sérias. Há *fugas*, sem

dúvida, e só quero saber se se verificam nos Estrangeiros, ou na Defesa, ou em ambos. A não ser que se trate de uma *fuga* dos serviços do Malawi ou da África do Sul.

Lisboa, 28 de Março — Crise do ouro: perturbação dos mercados mundiais, em particular Londres, Nova Iorque, Paris; e suspensão internacional de transacções. Também estivemos *suspensos* durante meia-dúzia de dias. Tudo prova a ansiedade, a angústia, o desespero em que vive o Mundo. Ninguém acredita no dia de amanhã, nem em coisa alguma; espera-se uma catástrofe; e como ao ouro ainda está ligada a ideia simbólica de riqueza, de estabilidade, de valor através de todas as vicissitudes, todo o mundo corre sofregamente a comprar ouro. Mas o ouro não chega para tudo, e há que recorrer ao papel que possa servir de cobertura, a libra, o dólar. Pois bem: crise do dólar. Levanta todas as dúvidas a política dos Estados Unidos, há uma suspeita quanto ao dólar, muitos o vendem pelo ouro. Estão de parabéns a África do Sul e o general De Gaulle (que tem acumulado ouro, como nós). Depois das eleições presidenciais, segundo peritos na matéria, os americanos haverão de desvalorizar o dólar, o que terá repercussões internacionais, e graves. Crise da Rodésia: estamos em pleno Conselho de Segurança. Debates violentos em Nova Iorque. Tudo se tem dito e reclamado: o uso da força e sanções drásticas contra a África do Sul e Portugal. Harold Wilson, no entanto, perante os Comuns, foi moderado; referiu-se-nos com prudência cautelosa; e não se eximiu a afirmar que não possuía provas de que Portugal esteja violando as sanções e a declarar que se oporia a que estas fossem alargadas a nós e à África do Sul. Muito bem: Wilson está com medo de que as firmas britânicas não ganhem o concurso de Cabora-Bassa. Crise nos Estados Unidos. Rockefeller desiste da sua candidatura à presidência; Robert Kennedy resolve candidatar-se contra Johnson, e está já em campanha activíssima. Tem-se revelado aliás completamente irresponsável e inteiramente demagogo; e se for eleito será desastre para a América e tragédia para o mundo. Porque Kennedy é o tipo de demagogo que transige até que, contra a parede e impelido pela opinião pública revoltada, toma uma atitude violenta. Quer isto dizer que Kennedy se apresenta como o candidato da paz a todo o preço e a todo o custo — e pode ser o homem que conduz o seu país à guerra, e com ele o mundo. Crise no Vietname: foi demitido o comandante-chefe, general Westmoreland, e todos consideram que foi tremendo erro psicológico: quer dizer que sucessivos cabos de guerra

americanos têm sido batidos pelos norte-vietnamitas. E até crise no mundo socialista: grandes mudanças na Roménia, na Polónia e autêntica revolução na Checoslováquia, onde o Presidente Novoty foi compelido a demitir-se: mas eu duvido de que de tudo isto resulte alguma modificação substancial quanto aos princípios.

Lisboa, 30 de Março — Confirmada a visita de Joseph Luns a Lisboa. E também a do Chanceler alemão Kissinger. Recebo o embaixador de Inglaterra: vem dizer-me que o Reino Unido não deseja uma *«confrontação com a África do Sul e Portugal a propósito da Rodésia»*. Entretanto, crise política na Grã-Bretanha: na sequência de derrotas trabalhistas em quatro eleições parciais, há quem peça a cabeça de Harold Wilson.

Lisboa, 31 de Março — Em verdade, não se sabe de sítio que escape a uma crise. Agitação estudantil no mundo inteiro: três universidades encerradas em Espanha; embates com a polícia no Rio de Janeiro, de que resultaram mortos e feridos entre os estudantes; violência no Peru; desassossego e choques com a polícia na Itália; luta sem quartel em Lovaina. Em suma, o mundo ocidental e capitalista exibe um espectáculo interessante de caos, decadência, desintegração. No Kremlin, os sujeitos devem sorrir, esfregando as mãos. Piora também a situação nos Estados Unidos: conflitos raciais, que no Verão devem atingir o auge; em Detroit, uma convenção negra pede a independência para uma nova república, a formar com quatro ou cinco Estados do Sul, e promulga desde já um projecto de constituição; a convenção, para mais, recomenda aos negros americanos que *«desçam à rua»*, abandonem a nacionalidade americana, e iniciem a luta por uma independência obtida pela *«negociação»* ou pela *«secessão»*, ou por uma combinação de ambas. Não creio que os negros consigam constituir a república que visionam. A isso se oporão os brancos. Mas se negros insistirem, e escolherem a violência, então correrá sangue, e muito, e muitos negros perecerão, e então «haverá paz para trinta ou cinquenta anos». Disse há pouco o general De Gaulle: os americanos são um povo que comete todos os erros imagináveis, e mais os que se não podem imaginar. Tem razão De Gaulle.

Lisboa, 4 de Abril — Assassinado por um branco o pastor e político negro americano Luther King, supostamente partidário da não-violência. Que consequências vai este crime desencadear?

Lisboa, 6 de Abril — Expedi instruções ao nosso homem em Pretória para sondar o governo sul-africano quanto à sua atitude: se forem decretadas novas sanções contra a Rodésia? se for ampliado a Lourenço Marques o bloqueio? se forem votadas sanções totais contra Portugal e a África do Sul? ou só parciais? Reacção do Primeiro-Ministro Vorster: não acatarão nada, não cumprirão nada, não aplicarão nada, e ajudar-nos-ão em tudo que necessitarmos. Em particular, afirmam haver já dito aos ingleses que considerariam o bloqueio a Lourenço Marques como acto hostil à África do Sul.

Lisboa, 7 de Abril — Onda de assaltos, tumultos, assassínios nos Estados Unidos, na sequência do atentado contra Luther King. É espantosa a violência: Washington está em pé de guerra, e a Casa Branca guardada com ninhos de metralhadoras. E um autêntico vento de loucura parece ter-se apossado do mundo. Que a morte de King foi crime, e mais do que condenável, ninguém o contesta; mas que o mundo inteiro vista luto, e passe noites de insónia e de lágrimas, já parece carpir em excesso. Robert Kennedy fretou um avião para transportar a Sr.ª King; e o homem do hotel onde o dirigente negro foi assassinado vai transformar em santuário de peregrinação nacional o quarto que aquele ocupava. E o Papa? Expediu telegrama de pêsames à viúva, e isso está bem, pois foi acto cristão e de cortesia; mas ontem, em S. Pedro, pronunciou uma homília em que, segundo as agências, compara a morte de King à Paixão de Cristo — disse-o expressamente — e considera o sangue daquele chefe negro como *«espiritualmente precioso»* e toda a humanidade culpada e amaldiçoada. Eu sinto-me desorientado, desorganizado. Não haverá nestas manifestações algum excesso? Quando é assassinada alguma figura da chamada direita é o silêncio. E não será igualmente um crime a repudiar?

Lisboa, 9 de Abril — Conselho de Ministros. Assaz comprida exposição sobre política internacional. Carreguei as cores. Estou certo de que fui confuso. Salazar diz-me depois que eu fui tétrico.

Lisboa, 10 de Abril — Robert Kennedy, Senador e candidato à presidência dos Estados Unidos, pôs-se em mangas de camisa para acompanhar

o funeral de King. Acho bem que um quidam qualquer, mesmo candidato à presidência da República americana, se ponha em mangas de camisa, se estiver calor, ou abancar com amigos para uma rodada de cerveja, ou por outra razão semelhante. Mas fazê-lo para angariar votos — eis o que me parece bem extraordinário.

Lisboa, 13 de Abril — Levo ao chefe do governo o II volume do *Livro Branco* sobre Goa. Ficou satisfeito sem ambages. Goa permanece, de todas as questões que tem tratado, nos seus quarenta anos de governo, a que mais o tocou e afectou, e que mais o feriu, e a chaga mantém-se, como mortificação constante. Salazar folheou o volume, com interesse e pormenor, e releu imediatamente muitos documentos de há anos. Incuráveis permanecem o desespero e a angústia que sente por não se haverem batido as nossas tropas. «*Quanto à campanha diplomática*», e Salazar lançou-se numa evocação que ainda o agita, «*fomos brilhantes, fomos primorosos, e não se podia ter trabalhado mais nem trabalhado melhor. Mas o governo aqui tem uma culpa gravíssima, uma responsabilidade histórica: a de não ter substituído a tempo o general Vassalo e Silva, reconhecendo que não estava à altura dos seus antepassados, um Albuquerque, um D. João de Castro*». Salazar repassa de mal contida emoção as suas palavras, e revive os momentos dramáticos de há seis e sete anos: está sendo obviamente sincero e leal perante si mesmo. Continua: «*O ministério do Ultramar devia ter visto isso, e o ministério do Exército devia ter avisado o Ultramar. Com meses de antecedência soubemos que ia Goa ser invadida. Tivemos imenso tempo para substituir aquele homem, e mandar para Goa alguém que soubesse bater-se e morrer se necessário. Assim foi uma desgraça, e o Vassalo e Silva cometeu um crime histórico. Quando mandei o telegrama impondo o sacrifício supremo, pensei que me dirigia a um homem da estirpe dos antigos. Mas não: era um simples, um tipo que gostava de passar a vida a indicar como se faziam telhados. Não estava à altura do meu telegrama*». Depois, Salazar torna-se sardónico: «*Mas que quer o senhor? A Defesa escolhe os nossos guerreiros pela escala de antiguidade, como se fazer a guerra fosse uma simples actividade burocrática ou académica! Assim nada feito*». E remata com saudade, desespero, amargura: «*E eu estou convencido de que se as nossas tropas tivessem resistido oito ou dez dias, ainda hoje tínhamos Goa*». Ao dizer tudo isto — e sou rigoroso nos termos — Salazar tinha o rosto transtornado, os olhos embaciados e vidrados, a voz quase

roufenha. Será possível que consiga isto por simples acto de vontade, e estivesse a representar? Para quê? Para quem?

Lisboa, 14 de Abril — Domingo de Páscoa. Golpe de teatro: a Tanzânia reconhece o Biafra, província dissidente da Nigéria, como Estado independente e soberano. Acto isolado, ou outros haverá? Deve sentir grande perplexidade a Organização da Unidade Africana.

Lisboa, 18 de Abril — A seu pedido, visitei hoje, ao começo da tarde, o Cardeal Cerejeira, mais acabado, mais genuinamente envelhecido, mas ainda vivaz, ágil, falando com fluência, movendo-se com facilidade. Quase magnífico, para os seus quase oitenta anos. Caiu a conversa sobre o Brasil, para onde o Patriarca vai partir no Domingo. E este é o ponto que levou o Prelado a solicitar-me que o fosse ver. Disse-me que havia aceite ir a S. Paulo por pensar que, na sua qualidade de português, não podia recusar a sua participação na festa da Comunidade Luso-Brasileira. Tracei então para o Senhor Dom Manuel um largo fresco da actualidade brasileira, e tentei definir as coordenadas das nossas relações com o Brasil; e quando disse ao Cardeal que no Brasil de hoje se notavam sinais de imperialismo quanto a Angola (e menos quanto a Moçambique), Dom Manuel mostrou genuína surpresa, e declarou que para si era novo esse aspecto. Depois, o Patriarca aludiu à situação aflitiva do mundo, e invocou a mensagem de Fátima: *«Nossa Senhora disse às criancinhas: o meu coração triunfará! E eu tenho muita fé na mensagem de Fátima»*. Observei ao Senhor Dom Manuel que a fé estava lindamente, e eu próprio era homem de fé; mas Deus dissera: faz por ti que eu te ajudarei. Se os homens continuavam a fazer loucuras, era difícil ver o caminho da felicidade para os povos, ao menos nas gerações mais próximas. Concordou inteiramente o Prelado, e comentou que a paz era fundamental; eu anuí, mas disse que a paz por qualquer preço era perigosa, e que se impunha antes de mais a condenação da violência. Replicou o Prelado que efectivamente assim era, e que a paz, se ofendesse o direito, a verdade e a justiça não era uma verdadeira paz — mas uma opressão. Despedimo-nos muito afectuosamente. E enquanto conversava com o Cardeal, para o fim lembrei-me da carta que ontem recebi do Silva Tavares, remetida de Lourenço Marques. Este refere a deportação a que o Episcopado de Moçambique condenou o Padre Santos, e transmite

a opinião do Governador-Geral: para este, estaria próxima e seria inevitável, uma confrontação entre o poder civil e a hierarquia de Moçambique. Tudo isto, enquanto ouvia o Cardeal, me suscita a maior preocupação e perplexidade. Dei a conhecer a Salazar o teor da carta. Este reagiu assim: «*O poder e a autoridade do Estado não podem consentir em ser desafiados. Nisto não há a menor dúvida*». E mais: «*Pois bem, se necessário, temos de repetir o que se fez ao Bispo do Porto*». Um drama pode vir a agitar este país. Não falei nisto a Dom Manuel.

Lisboa, 23 de Abril — Ocorreu-me que os escritores havidos por homens de direita lançassem um movimento de apoio às candidaturas de Ferreira de Castro e Jorge Amado ao Prémio Nobel; e se este fosse concedido, o triunfo não pertenceria somente às esquerdas. Falo na ideia a Salazar; e espero que este a rejeite, por heterodoxa. Nada disso: aplaudiu, pediu-me que fosse por diante. Esbocei um plano: solicitar a Natércia Freire uma das notas para abrir a campanha. Depois, convencer Augusto de Castro, Reinaldo dos Santos, Luís Forjaz Trigueiros, Domingos Monteiro, outros ainda, e homens como Hernâni Cidade, ou Armando Cortezão. Mas em Portugal estas coisas nunca se conseguem.

Lisboa, 24 de Abril — Partida para o Canadá, para mais uma reunião do Grupo de Bilderberg.

Mont-Tremblant, Canadá, 28 de Abril — Três dias numa montanha canadiana, estância para Inverno e para Verão, a 150 quilómetros ao norte de Montreal. Teve algum interesse esta reunião do Grupo de Bilderberg? Foi sobretudo curiosa a discussão do tema: «*Defesa do Ocidente e Detente*». Síntese do debate: não há detente, que tem de ser havida por uma farsa; continua como dantes e acaso mais agudo o perigo de agressão russa; e deu-se uma recente alteração no equilíbrio de poderes, e isso em desfavor do Ocidente. Nunca esperei que os membros do Grupo de Bilderberg — pela maioria, todos muito bem instalados, muito bem-pensantes, muito flexíveis nos seus princípios, muito sinuosos nas suas convicções, muito prudentes nos seus juízos — tivessem a audácia de tais conclusões. Presidiu, como sempre, o príncipe Bernardo da Holanda: estas reuniões são as suas meninas

dos olhos. De novo ajuízo a personalidade deste homem, tão conhecido no mundo, e tão influente em certos meios. Para além dos seus ares de à-vontade, de segurança, de decisão, de grandes palavras, de confiança em si, de homem do vasto mundo, de pessoa que se sente íntima dos grandes da terra (de que se julga elemento de tomo) — ao Príncipe Bernardo falta classe, e é sem nobreza nem galhardia, pesadão, de mau gosto nos seus ditos sem espírito e sem humor, e tudo isto é mal oculto por um verniz convencional. Com o seu aspecto desportivo e ágil, magro, sóbrio no vestir, sempre de cravo ao peito, convencionalmente informal e desataviado, Bernardo é somente o marido da Rainha dos Países Baixos. Quase o mesmo eu diria do Príncipe Claus, embora este me pareça com mais dimensão. E a Princesa Beatriz, que encontro pela segunda vez, vai engordando e, ainda que tenha por si a mocidade e a sua beleza, começa a adquirir abundâncias de futura matrona neerlandesa. Mas nesta reunião não faltaram personalidades de consequência. À cabeça, no meu parecer, Pierre Mendes-France. Discreto, tranquilo, natural, sem o menor esforço para que reparem nele, ou o menor desejo de que isso aconteça, modesto, atento, polido, comportando-se como um homem que não é nada, nunca foi nada, nunca será nada — mas que pode ter sido ou vir a ser tudo. Conversa simples, de homem lúcido, que em nenhum momento procura exibir-se, ou alardear o que quer que seja. Falo-lhe da sua ascendência portuguesa. Não a rejeita, e até mostra uma ponta de orgulho — *«orgulhoso como meu Avô, mais do que como meu Pai»* — e relata as suas investigações em arquivos portugueses; e diz que, quando tivesse tempo, desejaria prossegui-las. Prontifiquei-me a ajudá-lo, assegurei-lhe que tudo seria feito para facilitar as suas pesquisas nos arquivos oficiais, e nos privados cujos possuidores consentissem, como decerto consentiriam com prazer. Recordei a sua estadia em Lisboa há três ou quatro anos. Mendes-France perguntou-me se a ponte já estava pronta, e se não desfeava a paisagem. Depois, encaminhou a conversa para a política. Quis saber se também tínhamos um problema de *«pós-salazarismo»* como em França havia um problema de *«pós-gaullismo»*. Respondi que sim, e que esperávamos resolvê-lo a seu tempo, ainda que eu não ocultasse algumas apreensões. Mendes-France trouxe depois a terreiro a situação da África. Mostrou-se inteiramente lúcido, informado e responsável. *«Compreendo a vossa posição. É certo que se não pode conservar a estrutura integral do século XIX, mas a verdade é que vocês já vêm dos séculos anteriores e são por isso diferentes dos demais. São um caso especial, que o mundo deveria aceitar como tal. Depois, há os problemas da segurança, a rota do Cabo,*

o vazio do oceano Índico. Tudo isto é muito complexo. A vossa posição é muito importante», comenta Mendes-France, em tom de quem está a pensar alto. Mostrou-se consciente dos interesses em jogo, conhecedor das forças em conflito, e perfeitamente informado da intervenção hostil dos americanos, de quem aliás não me pareceu amigo devotado. Prometeu que me procuraria na sua próxima visita a Portugal. Além de Mendes-France, há nomes que o mundo conhece. David Rockefeller, que nos dá impressão de a todo o momento nos pedir um dólar para o autocarro; Henry Ford, com uma esquadrilha de automóveis; Joseph Luns, sempre a contar histórias picarescas de políticos, e em especial do general De Gaulle; e o novo primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, que surge de surpresa para jantar, e que me pareceu tão simpático como ambicioso. Nos debates, eu levantei questões que desagradaram. Quando perguntei se a NATO era uma aliança política ou militar, e se pretendia defender princípios ou territórios, e se, sendo as duas coisas e tendo os dois objectivos, coincidiam as respectivas áreas de aplicação — o embaraço foi geral. Igual constrangimento foi óbvio quando perguntei por que motivo se não falava de desarmamento e de Nações Unidas quando se discutia a *«detente»* e as relações leste-oeste. Foi meu vizinho o armador grego Niarchos, que passou o tempo a ler telegramas que uma secretária lhe trazia e, nos intervalos, a dizer-me que a atitude do Ocidente para com o actual governo de Atenas era uma estupidez rematada. E tem razão.

Lisboa, 30 de Abril — Regressado a Portugal. Reflectindo na reunião do grupo de Bilderberg, penso valer a pena registar mais um ou dois pontos. Lester Pearson, antigo primeiro-ministro do Canadá, disse-me: *«Robert Kennedy é um farsante. Se for eleito, será uma tragédia para os Estados Unidos e para todos. Espero que isso não aconteça»*. Sir Frederic Bennett, deputado conservador britânico, prometeu enviar-me as minutas do comité de sanções contra a Rodésia, e ainda uns outros elementos úteis à compreensão do que se passa na África Austral.

Mais tarde. Telefona-me Salazar, e diz: *«Posso ir passar dois dias fora? Vê inconveniente para algum assunto do Estado que eu dê um salto a Santa Comba?»*. Respondo que não, e que pode afastar-se por quarenta e oito horas. Mais curioso para mim é isto: estou seguro de que, se eu dissesse que o interesse tal ou tal do país poderia ser gravemente prejudicado com a sua ausência, Salazar não daria o salto a Santa Comba.

Lisboa, 4 de Maio — Sete anos como ministro dos Estrangeiros. Que súmula faria eu, se os quisesse sintetizar? Diria: luta, luta constante, sem mercê, sem quartel. E que mais? Servir, sem limite, sem condições. Consciência e certeza íntima de que estou ao serviço de interesses só nacionais — não partidários ou de facção — tal como os vejo à luz do meu entendimento. De outra forma, como poderia eu acompanhar e colaborar numa política que implica necessariamente sacrifícios para muitos portugueses, às vezes da própria vida? Muitas vezes sofrem os homens para se salvarem as pátrias. E nestes longos anos, longos e ásperos por de mais, que resultados foram conseguidos? Caberá a outros dizer a palavra que for apropriada: mas por mim não tenho dúvida de que a nossa frente diplomática está estabilizada, a nossa política tem credibilidade, a nossa atitude é tão criticada como respeitada, a nossa voz quanto a alguns problemas do mundo é escutada e muitas vezes seguida, muitas ideias de outros mudaram, muitas políticas de outros foram alteradas para se adaptarem à nossa, e mil outros pontos. Talvez eu esteja a exagerar, mas vejo e sinto assim. D. Quixote também via gigantes onde os não havia; mas para ele os gigantes estavam lá. Tudo aquilo, porém, pode ser inutilizado de um só golpe: a política externa é transposição para o exterior de uma política interna e de uma determinada visão do país: se esta for destruída e substituída por outra, ainda que errada, e se o povo português o aprovar ou consentir porque está iludido e não se apercebe do que lhe estão a fazer, então tudo se perderá. Outros verão ou dirão que vêem outros gigantes, tão legítimos como os meus. Mas o mais certo é que não vejam coisa nenhuma, nem queiram ver seja o que for, porque são outros os seus interesses e valores, e estes, quando não são pessoais, situam-se fora e além de Portugal. Entretanto, nestes sete anos, tudo em redor envelhece, ou surge tão de novo que mais faz envelhecer por contraste: e o tempo psicológico é muito mais longo e denso do que a soma dos anos rezados pela folhinha.

Lisboa, 7 de Maio — Conselho de ministros. Ulisses Cortez apresentou as contas públicas de 1967. Disse que fecharam com um saldo de 100 000 contos. Acrescentou que via o futuro, no entanto, muito ensombrado de dificuldades, provenientes de nós próprios e da crise mundial, monetária e financeira. Salazar escutou tudo, ficou muito tranquilo, muito igual — e felicitou o ministro das Finanças.

Lisboa, 9 de Maio — Vem ver-me Mojekuvu, o biafrense que para todos os efeitos é o embaixador do Biafra em Lisboa. Desdobrou um rol de pedidos: que autorizassem em S. Tomé a montagem de uns aviões de treino, a transportar para a nossa ilha e que, uma vez montados, seguirão para o Biafra; que interviéssemos junto de Banda para que reconhecesse aquele país; que solicitássemos à Espanha para adiar a venda de 50 milhões de cartuchos à Nigéria; que perguntássemos no Rio se os brasileiros receberiam um delegado biafrense; que e que, sem fim. Está muito contente porque o Gabão reconheceu hoje o Biafra, e espera que a Costa do Marfim e a Zâmbia lhe sigam os passos. Mojekuvu comentou, em final de conversa, que era espantoso o que Portugal conseguia internacionalmente, no plano político e diplomático, e até militar. «*Mais do que algumas grandes potências, mas Portugal em África é uma grande potência*», concluiu Mojekuvu.

Lisboa, 11 de Maio — Solavancos no bloco comunista. Rumoreja-se pela Europa que ao longo da fronteira checoslovaca se movimentam tropas soviéticas. Não se tratará de invadir, mas de exercer sobre Praga a pressão que baste para os checos inflectirem na sua política e acabarem com a Primavera de Praga. Quando ontem trabalhei com Salazar, este disse como quem suspira: «*Pois é, há alguns cá dentro que julgam os russos já moderados e tolerantes, e até liberais. Aí está a prova do contrário. Vai ser o diabo: os checos tentam ir depressa de mais. Deviam ir mais devagar, muito gradualmente, e então talvez se conseguissem libertar internamente. O mesmo para romenos e polacos. Note: nunca para seguirem uma política hostil à Rússia. Temos de entender e de aceitar que esta não o consinta. Mas, enfim, para os satélites deixarem de o ser, e poderem adoptar uma política autónoma nos negócios internos*». Observo Salazar, e de repente realizo que está muito fatigado, e me parece pálido, excessivamente pálido, inusitadamente pálido.

Lisboa, 17 de Maio — Tumultos estudantis em França. Greve geral do operariado. Clima de insurreição nacional. Pretexto: ser antiquada a estrutura da Universidade como corporação. Mas daqui se partiu para uma rebelião que age contra as instituições e põe em causa os valores fundamentais do país. Mortos de guerra foram troçados, símbolos nacionais foram espezinhados e denegridos, como sucedeu com a chama votiva no Arco de

Triunfo junto à Étoile. E um pouco por toda a Europa a atmosfera é análoga.

Há que preencher a embaixada em Madrid, vaga com a exoneração pedida por Luís Pinto Coelho. Candidatos pululam, e não há vulto político, ou semi-vulto, que não se pressinta com jus ao lugar. Sou contra a nomeação de embaixadores fora de carreira; mas lealmente não oculto a Salazar os mil nomes coligidos por Luís Supico Pinto. Salazar rejeita-os a todos. Quanto a alguns, explica o motivo: «*Daniel Barbosa é impossível, seria um perigo tremendo*»; «*Kaúlza de Arriaga pensaria que o queremos afastar para evitar que seja Presidente da República ou do Conselho*»; «*Carlos Ribeiro seria um possível, mas vai para os Correios e Telefones*»; «*Faria Blanc vai efectivamente sair, mas já está destinado a outras coisas financeiras*»; e assim por diante. Concordei em voltar a insistir com Luís Pina, o que levou ao exame da situação deste. Salazar atribuiu ao caso a sua gravidade; e está consciente dos atritos e solavancos dentro e em torno do Estado-Maior do Exército. E afirma: «*Não sei o que se poderá passar, mas pressinto uma forte agitação contra o Estado-Maior. Somos capazes de ter para aí uma sensaboria. Diz que não o ministro da Defesa, mas eu temo-a, e pode-nos causar graves preocupações e dificuldades*». Eu não quis fazer perguntas, nem pedi para que Salazar fosse mais explícito. Mas por que não actua o chefe do governo? Que forças o manietam, e o levam a esperar, e a adiar uma crise cuja solução, no seu próprio pensamento, se impõe com urgência crescente? Talvez a chave do mistério se encontre numas frases que me disse há dias: «*Se o terrorismo acabasse, ou se pelo menos acabasse numa das três províncias afectadas, ia-me então embora. Assim, é uma maçada. Se me retirasse, internacionalmente pensava-se numa mudança da política, ou dizia-se que eu, tendo-me metido numa política sem saída, fugia ao desastre. Quanto ao plano interno é que isso não tinha mal: estou cansado, e há muitos que fariam mais e melhor do que eu*».

Lisboa, 23 de Maio — Situação gravíssima em França. De uma pequena perturbação na Universidade de Nanterre, o movimento ganhou toda a universidade francesa, e daqui passou ao operariado e aos camponeses. Dez milhões de franceses estão em greve, com ocupação de fábricas e terras; bandeiras vermelhas e outras negras foram içadas por todo o lado; e a reclamação que todos apresentam exige uma reforma das «*estruturas*» — como quem diz uma revolução da sociedade civil. Paralisados estão os trans-

portes, os abastecimentos, os bancos, os correios, os mercados, os serviços públicos; biliões de francos de prejuízo; corrida ao ouro; desprestigio internacional da França. Ontem o parlamento francês rejeitou por onze votos uma moção de censura ao governo, e esta maioria é escassa para as circunstâncias. Carência de autoridade deixa a todos perplexos, e a frouxidão do Presidente De Gaulle constitui um enigma, e parece inclinar-se para a transigência. De tudo hão-de surgir consequências: crise no Mercado Comum, pois o solavanco na economia francesa não permitirá a esta manter a posição até agora sustentada; enfraquecimento da Europa Ocidental; fortalecimento da posição inglesa, que ganhará novo alento contra a França; alivio nos Estados Unidos, que saúdam a diminuição de De Gaulle; regozijo na Rússia, que prova poder convulsionar a França a seu capricho, salvo se os acontecimentos já escaparam ao próprio controle de Moscovo; contracção da influência francesa em África, em proveito dos Estados Unidos, Inglaterra e Rússia. Depois da crise do Suez, em 1956, este é acaso o momento mais sério da Europa Ocidental. Para nós podem ser de tomo as repercussões: de França recebemos apoio político e militar, em termos de armamento e munições: e se isto nos falhar onde encontrar substituto a curto prazo?

Lisboa, 24 de Maio — Conversa extensa, de manhã, com Michel de Saint-Pierre. Muito bem, mas sem aquele brilho e aquela originalidade que um escritor francês normalmente nos dispensa com pródiga exuberância. Mais tarde. Escuto pela televisão algumas passagens do discurso do general De Gaulle. Vai negociar, reformar, propor, e conduzir uma revolução na paz; e vai submeter tudo a referendo ou consulta popular. Se for aprovada a fórmula que vai sugerir ao povo, continuará em funções; de contrário, rua por sua iniciativa. Belíssimo francês, ao que se me afigurou, excelente dicção, variedade de tons e de emoções, comunicabilidade — tudo exibiu De Gaulle em alto grau. Que actor de grande nivel! E que resultado alcançará? Decerto haverá alteração no governo; mas virá depois o importante. França e Europa, a prazo, não serão as mesmas. Até no Kremlin, ao que consta, começam a sentir receios. De tudo isto o pior é o embaraço, que é geral, em se interpretar com rigor, ou ao menos com alguma plausibilidade, o significado do que se está a passar.

Lisboa, 29 de Maio — Regresso do Tavares, do habitual jantar com Ulisses Cortez e Soares da Fonseca. Na conversa, a crise de França foi a obses-

são. Notícias continuam alarmantes. Dois telegramas de Marcello Mathias não permitem dúvidas sobre a gravidade dos acontecimentos. De Gaulle parece batido, parece apático o governo. Autoridade e Estado desfazem-se, pulverizam-se, dissolvem-se em coisa nenhuma; e os que vieram a tomar o poder nem saberão como e de quem o tomam. François Miterrand já declarou que se candidata à Presidência da República, e que confiará o governo a Mendes-France; e este constituirá um gabinete provisório até novas eleições que reformem a estrutura do Estado. De Gaulle retirou-se, sem tir-te nem guar-te, para a sua propriedade privada de Colombey-les-deux-Églises; adiado o conselho de Ministros; ampliadas as greves, e os grevistas não obedecem já aos chefes sindicais. Que se vai passar? Que forças misteriosas impelem tudo isto? Tudo de momento é uma baralhada gigantesca.

Lisboa, 30 de Maio — Ainda o inferno que lavra em França. De Gaulle falou. Teve uma atitude: dissolveu a Assembleia Nacional francesa, marcou novas eleições, declarou que, se estas não restabelecessem a ordem, então actuaria por outros meios independentes, sem excepção. Mitterrand logo gritou *«ditadura»;* e evocou o 18 de Brumário. De Gaulle assume assim uma posição de força: donde lhe vem? Tomou o helicóptero no Eliseu para Colombey; mas em lugar das duas horas habituais, despendeu sete. Onde teria estado nas cinco horas que faltam? Teria ido à Alemanha, segundo uns, a consultar chefes militares das divisões francesas estacionadas naquele país; segundo aviso de outros, haveria ido à fronteira com a Suíça para se encontrar com militares de guarnições no interior da França. Deve ter obtido a adesão e o apoio de uns e outros: assim se explicaria que tomasse uma atitude firme, e mesmo ameaçadora. Além de tudo, os sinais despontam de uma reacção das direitas francesas; mas da apatia destas, De Gaulle é culpado-mestre, tendo liquidado os seus chefes políticos e intelectuais. Está longe de findar a crise, e é cedo para se apurar como terminará. Nota curiosa: no seu discurso, pela primeira vez, De Gaulle ataca os comunistas de obediência moscovita, e também os de inspiração chinesa, que aliás trata de rivais dos primeiros. Será o termo da detente franco-russa? Ao fim da tarde, vindo de Rabat, chega o ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, o meu velho amigo Joseph Luns. Também muito impressionado pela convulsão francesa, está ávido de notícias, e eu dou-lhe as que tenho, além do texto da fala de De Gaulle, que Luns não conhecia. Leu-o vorazmente, de um trago. Deixou cair: *«Antes mil vezes De Gaulle que Mitterrand».*

Lisboa, 31 de Maio — Remodelação ministerial em França. Couve deixa os Estrangeiros e toma as Finanças e Economia; Debré passa aos Estrangeiros; Messmer mantém-se na Defesa; sai Joxe mas fica Michelet. No conjunto, e do nosso ponto de vista, não se dirá haver motivo para inquietação. No mais, persiste uma excelsa confusão: parece que efectivamente De Gaulle esteve na Alemanha e que há movimentos de tropas em direcção e em torno de Paris. Mathias, no seu telegrama de hoje, faz esta observação curiosa e original: historicamente, politicamente, moralmente, De Gaulle encontra-se na mesma situação de Napoleão depois do regresso da ilha de Elba. Isto deveria querer dizer que são decisivos os próximos cem dias. Como? Em que sentido? Entre nós: num assalto ao Liceu Pedro Nunes foram arrombadas janelas e portas e as paredes cobertas de escritos com os pensamentos de Mao-Tse-Tung. Há ligação entre uma coisa e outra?

Lisboa, 5 de Junho — Regresso do Porto. Convite indeclinável do Circulo Almeida Garrett e da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto levou-me a proferir ontem à noite uma conferência na Casa do Infante, na baixa portuense. Salas a transbordar, circuito interno de televisão para que todos pudessem seguir a palestra. Título: «*Os mitos internacionais e a nação portuguesa*». Comentou depois Ângelo César: «*estremeceu a grei esta noite*». Deste Ângelo César dizia Manuel Múrias sardonicamente: «*este homem já foi nosso, deixou de ser nosso, e agora, se não tivermos vergonha, voltará a ser nosso*». Voltou, ao que se presume. Quando hoje de manhã arrumava a mala no carro, à porta do hotel, um homem passa, suspende-se, e disse-me: Robert Kennedy foi alvo de um atentado, foi atingido a tiro, um projéctil alojou-se no cérebro, e um médico que o operou afirma que o Senador dificilmente sobreviverá. E o quidam despediu sem mais, e nem ao menos declinou o nome.

Lisboa, 6 de Junho — Morreu Robert Kennedy. Sensação no mundo inteiro. Desde o Papa e De Gaulle até à modesta folha de provincia, todos se rojam amarfanhados. Chovem na Casa Branca e no Departamento de Estado os telegramas de pesar. Também expedi o meu, consoante o teor geral. No fundo, tudo isto é hipocrisia. Decerto: trata-se de um crime, que nada pode justificar, e que deve ser unanimemente condenado. Mas os Kennedys têm desencadeado tempestades; a sua carreira tem sido feita através

de pressões e de vinganças que apenas têm semeado ódios e ressentimentos. Recorda a imprensa o telegrama da Sr.ª Nhu para Jacqueline Kennedy, aquando da morte em Saigon do Presidente Diem, atribuída à instigação norte-americana. Disse Madame Nhu: «*por instigação do governo americano morreram meu marido e o meu cunhado, o Presidente Diem, assassinado com o consentimento e apoio dos Estados Unidos. Um dia a senhora compreenderá o que se sofre quando nos assassinam o marido e o cunhado*». Isto foi escrito em 1963. Não se pode ser mais profético. Que terrível maldição parece pairar sobre os Kennedys! Nada, absolutamente nada justifica um crime desta natureza; mas que os Kennedys têm suscitado ânsias de vingança, parece ponto assente. Aliás tudo isto é produto do clima de violência que se instalou no mundo — e neste particular são dos Estados Unidos gravíssimas responsabilidades. Não se deve pensar que se fazem picardias aos outros — e que ficamos sempre imunes.

Lisboa, 9 de Junho — Múltiplos ecos da conferência no Porto: cartas, telegramas, cartões. Há um traço de sinceridade, sobretudo de uma arraia-miúda anónima que me felicita, para me felicitar sem mais. Também tem interesse registar que aplausos me chegam de novos e de velhos, de homens da direita e de homens da esquerda. Dizem uns e outros que exprimi os sentimentos do português médio. Mas logo tudo isto foi sabotado: a televisão recebeu ordem para ignorar a palestra e os jornais instruídos para a escamotearem. Apurei que não foi Salazar quem deu a ordem — mas Correia de Oliveira. Este continua a querer à viva força ser ministro dos Estrangeiros: mas não há modo de compreender que não sou quem o pode nomear.

Trabalho com o Presidente do Conselho — mas não se fez nada. Três horas de conversa, em que Salazar tomou duas horas e meia. Assuntos variados: mas o encerramento do Coliseu e a expulsão do bailarino Béjard foram temas obrigatórios. Dei conta ao chefe do governo do protesto de Azeredo Perdigão, e da excitação de Leite Pinto, do embaixador da Bélgica, de alguns outros. Justifica-se Salazar: «*A autoridade tem de intervir logo; não pode hesitar, nem esperar por um segundo desafio*». Depois, veio a pêlo a crise da Igreja, a insubordinação do padre de Belém, e também De Gaulle. Quanto a este diz: «*Vai por um caminho perigoso, o das concessões. Já não será mais De Gaulle. Temos de reconhecer que entrou no seu declínio*».

Lisboa, 10 de Junho — Cerimónia militar no Terreiro do Paço. Sempre emocionante. Mas este ano foi conduzida com menos precisão, menos brilho do que nos anos anteriores. À noite, o jantar de rito com Ulisses Cortez e Soares da Fonseca. Estão ambos coléricos com a próxima nomeação de Baltazar Rebelo de Sousa para governador de Moçambique. Por mim, disse-lhes que não via motivo para essa fúria. Também criticaram muito Arantes e Oliveira pela forma como tem orientado a questão de Cabora-Bassa. Em Portugal, nada está jamais bem para todos — nem mesmo para muitos.

Lisboa, 11 de Junho — Conselho de ministros. Temas: caso do bailado Béjard trazido ao Coliseu pela Fundação Gulbenkian; assassinato de Kennedy; situação em França; eventualidade de conflitos sociais e de alteração de ordem pública em Portugal. Não esconde o chefe do governo a sua preocupação profunda. Mas diz: «*Entre nós tem de ser diferente: não podemos ter crise de autoridade: e logo ao primeiro sintoma temos de resolver o caso radicalmente, haja o que houver, seja com estudantes ou com operários*».

Lisboa, 12 de Junho — Não se esgotou ontem o caso Béjard, e continua em novo Conselho. Mas surge atmosfera de drama, atravessada em silêncio. Salazar está muito pálido, esmorecido, e repete ao Conselho as mesmas coisas que disse anteriormente como se fossem inteiramente novas. Mesmas minúcias, mesmos comentários, mesma narrativa do desenrolar dos acontecimentos, como se tudo fosse novidade para o Conselho. Tenho uma estranha sensação de mal-estar e de angústia: o sentimento de que, sem que se trocasse uma palavra entre os ministros, alguma coisa de muito importante se passava. Há uma clara perturbação mental no chefe do governo. É passageira, porque depois Salazar lê ao Conselho de Ministros uma carta de Azeredo Perdigão, em que este protesta, com a maior energia e com a maior dignidade, contra o que tem por afronta ao seu patriotismo; e lê também a sua resposta, e nesta, muito lúcida, muito clara, presta justiça a Azeredo Perdigão e justifica com firmeza a necessidade que o Estado tem de se defender do progressismo e do pacifismo que minam os fundamentos da ordem social e política do Ocidente e de Portugal. Elogiam alguns membros do Conselho a resposta de Salazar. Sobre a sua inequívoca perturbação não murmuram os ministros, entre si, uma palavra. Que gravidade terá tudo isto?

Lisboa, 14 de Junho — Conselho de Ministros. Tema principal: a nomeação de Rebelo de Sousa para Moçambique.

Lisboa, 15 de Junho — Vou trabalhar com o Presidente do Conselho. Parece normal, inteiramente recuperado da perturbação de há dias. Quer conversar, abordar assuntos ao acaso, sem sistema, e trocar impressões sobre quanto for ocorrendo. De política interna, a maioria dos tópicos. Censura o general Pina: «*Será responsável por qualquer dissabor que haja entre o Exército e o Estado-Maior*». Critica o general Gomes de Araújo: «*É a Defesa uma pasta em que normalmente deveria haver muitos assuntos a discutir comigo e muita coisa a informar-me. Pois, meu caro senhor, passam-se semanas sem que o Araújo me diga uma palavra. Não sei o que se passa com ele, não o compreendo. Estará enervado? estará doente? Não sei. Mas acho-o estranho e inexplicável. E é dele que vem toda a força do Pina*». Salazar fala depois da nomeação de Rebelo de Sousa para governador-geral de Moçambique: «*Mas que deplorável discussão a de ontem no Conselho. É claro que Rebelo de Sousa não é o ideal, mas o que enfureceu os ministros militares foi a nomeação recair desta vez num civil*». E comenta depois: «*Aqui mesmo nesta sala me disse o Rebelo de Sousa uma vez que eu deveria reformar o governo e criar três vice-presidentes do conselho: um para coordenar as pastas económicas, outro para as pastas militares, outro para as políticas. Eu perguntei: o que faria então o Presidente do Conselho? Além disso, não está na tradição política portuguesa a existência de vice-presidentes*». Mais adiante: «*Eu até tinha pensado no Rebelo de Sousa para a Educação Nacional. Galvão Teles quer sair, pediu já para sair. E tenciono substituí-lo na próxima recomposição. Mas agora terei de buscar outra solução*». Falámos depois de Teixeira Pinto, de quem eu levava uma carta para o chefe do governo: «*Há que aproveitar o Teixeira Pinto e mantê-lo ao serviço do Estado, a fim de evitar que se perca nos negócios particulares e fique enfeudado a interesses não portugueses. Eu já disse ao ministro do Ultramar: ou a Mineira do Lobito ou Cabora-Bassa. Em qualquer das duas coisas pode o Teixeira Pinto efectuar obra de vulto. Mas o Silva Cunha parece não dar importância ao que eu digo*».

Lisboa, 16 de Junho — Colóquio no Instituto de Altos Estudos Militares. Presentes o Luz Cunha e o João Pinheiro. Assuntos tratados: integra-

ção europeia; Vietname; NATO e sua revisão; Rodésia e a problemática da África Austral; investimentos americanos em Cabinda; transportes para a Zâmbia e em toda a África Meridional; situação na Guiné. Ambiente escorreito, atmosfera responsável. Queixaram-se os generais de que os responsáveis por outros sectores da vida do Estado não se deslocam ao Instituto para sessões semelhantes. Particularmente a Economia.

Lisboa, 19 de Junho — Notícia nos jornais: morreu no Brasil o escritor Castro Soromenho. Que memórias me avivou! Fomos companheiros de tertúlia literária pelos cafés de Lisboa; durante anos jantámos juntos nas *Novas Velhas,* uma tasca na Calçada da Glória, e depois na *Pensão Alentejo,* ali na Rua Braamcamp, onde eu fiquei para sempre a dever cerca de cem escudos. (Quando no meu regresso do Oriente procurei pagá-los, havia falido a pensão.) Com Castro Soromenho e Manuel Ribeiro de Pavia, passei umas divertidas férias na Parede, numa casa modesta que Soromenho alugara. Discutimos política e literatura, e caímos a fundo sobre o governo e o país. Nada perdoávamos, nem escapava pedra sobre pedra; e possuíamos soluções decisivas para todos os problemas do mundo. Escrevi críticas a alguns dos livros de Castro Soromenho, publicadas no *Diário Popular,* no decurso dos quatro ou cinco anos da minha crítica literária semanal. Depois, fui para o Extremo Oriente, onde me atardei por cinco anos. No meu regresso, encontrei Castro Soromenho no *Nicola.* Abanquei para a companhia de um café, falámos — mas já não tínhamos nada que dizer um ao outro. Distribuíra-nos a vida por compartimentos distantes e sem ressonância. Pergunto-me hoje se Castro Soromenho haverá chegado a deixar uma *obra.*

Reykiavik, 24 de Junho — Uma ilha de lava, negra, cortada de cordilheiras dentadas, com paisagem árida, lunar, sem árvore nem arbusto: é a Islândia. Descobrem-se uns bocadinhos verdes, de erva pobre, rasteira e rala, que uns carneiros magros sugam até à raiz; e os ilhéus são duzentos mil no todo. Neste ponto do ano, é dia sempre, e os locais chamam noite a sessenta minutos de lusco-fusco, por entre as duas ou três horas da madrugada. Na ilha, por detrás de um rochedo ou à ilharga de uma estrada, observamos de súbito um fumo que surde do solo: é uma fonte de água que ferve, aquecida, ao que suponho, por lava profunda. Ao que parece, apenas se pratica a pesca, e nisso tudo assenta; e no mais tudo vem de fora,

importado a bom preço. Que mundo, o desta ilha! É a sensação do ermo, do remoto, do desligado da vida: aqui, nada, mas nada parece haver de comum com o resto do mundo, nem deste chega eco ou notícia. É uma pequena comunidade, desterrada e isolada, enrijada pelo frio e pela dureza de quanto a cerca, e que para sobreviver tem criado alguma coisa do nada. São os islandeses uma relíquia de vikings, uma espécie de náufragos nórdicos, perdidos nos oceanos quase polares.

Reykiavik, 25 de Junho — Reunião da NATO: enfadonha como é hábito. Agora, os americanos estão preocupados com o Mediterrâneo, o golfo Pérsico, o Índico; a Argélia é um perigo, na Líbia não se sabe o que se vai passar, o Irão é um risco, e assim; e por isto e por aquilo tudo vai mal. Há anos que por nosso lado chamamos a atenção para a gravidade de todos estes casos. Dean Rusk foi mais do que cordial: diz-me que vai abandonar em Fevereiro o cargo: mas quer, antes disso, passar por Lisboa, talvez para Dezembro. Willy Brandt também muito afectuoso: por igual planeia visitar Portugal em Dezembro.

Lisboa, 28 de Junho — Chegada da missão brasileira. Magalhães Pinto muito sorridente. Tem um ar pelado e sabido, de raposa velha, com um sorriso antigo. Mineiro, banqueiro, matreiro.

Porto, 3 de Julho — Com a missão brasileira, venho ao Porto num salto de avião. Programa carregado. Almoço na Sala do Capítulo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Apaixonado e vibrante discurso de Josué Montelo: agradece a Portugal haver *«feito e civilizado»* o Brasil. Gostei de percorrer o Palácio da Bolsa ao cabo de mais de trinta anos sobre a primeira visita. Uma fantasia, um tanto convencional e com algo de postiço, a sala árabe; mas no demais o edifício tem cunho próprio, força, solidez, convicção, e traduz uma época, espelha uma classe social que é laboriosa e se sente firme, e reflecte um sistema económico capitalista e burguês, com todas as suas virtudes e todos os seus preconceitos. É bem um palácio de grandes mercadores, no mais alto sentido do termo, para quem a moral e os objectivos não consistiam tanto no jogo que conduziam e no lucro que arrecadavam, mas no escrupuloso cumprimento das regras em que se houvesse assente. Através de todo o programa, Pedro Calmon, muito excitado, com-

pondo frases como lantejoulas, exprimindo-se em vidrilhos, explicava para todos os lados pormenores que ninguém solicitara. Magalhães Pinto, muito chanceler e muito frio; e não se lhe arranca uma palavra de compromisso ou de promessa. Não tem a nossa televisão feito referência à visita dos brasileiros: ao que me dizem, trata-se de ordem do Paulo Rodrigues. Não o compreendem os homens do Brasil, e julgam que os estamos sabotando.

Lisboa, 5 de Julho — Tornou ao Rio a missão brasileira. Tudo correu bem no plano festivo e de organização. No mais, *parece* que tudo correu bem, e só isso. E como tudo é difícil com os brasileiros. Fogem, dispersam-se, hesitam, tergiversam, vão à frente, escondem-se ao lado, voltam atrás — e nunca se apura bem onde se encontram. Mas ontem, a festa que os brasileiros deram em Queluz fez-nos regressar pelo menos ao século XVIII. Toda a alta-roda de Lisboa saiu a terreiro com os seus melhores atavios. Vestidos de preço, acabados ou comprados à última hora; jóias falsas que pareciam verdadeiras, e algumas verdadeiras que haviam sido emprestadas por uma tia antiga; casacas a estalar nos ombros e coletes brancos a estalar nas ilhargas; e militares de dragonas e cordões dourados. Estava toda a tralha oficial. Politicotes pontificavam em rodas de amigos, ou corriam de grupo em grupo para exibir o seu encanto, dispor o seu talento como numa montra, afirmar a sua popularidade; e fora, nos jardins iluminados, os lustres tremiam de vento frio. Ceia na sala do trono, atulhada de flores; e eu fiz troça do Luís Forjaz Trigueiros acusando-o de *«se ter perdido nos bosques ao luar com uma beldade do século XVIII»*. Até de madrugada, uma orquestra tocou valsas, e tangos, e modinhas brasileiras, tristes e magoadas, que nos traziam o calor do Pará ou de Belém ou o transe de um candomblé, da Baia, à noite, sob a clareira de uma floresta. Tudo isto em pura homenagem a Pedro Álvares Cabral. Pelas três horas da manhã, todavia, Ceres Ouro Preto, embaixatriz do Brasil e mulher de raro encanto, estava exausta — e no fundo do seu coração, disse-mo em surdina, já não aguentava mais o Cabral, o Cruzeiro do Sul, as Quinas, e sobretudo o Magalhães Pinto.

Lisboa, 9 de Julho — Longo e exaustivo Conselho de Ministros. Cabora-Bassa é o tema. Silva Cunha fez uma exposição baça, e eu fiz uma exposição fastidiosa. Depois, Correia de Oliveira escavacou Cabora-Bassa defen-

dendo a tese de que, na fase actual, só interessam empreendimentos de execução rápida, e rapidamente rentáveis, e que a curto prazo aumentem a produtividade nacional; e Cabora-Bassa seria um desastre, e uma desgraça, porque não corresponde a nada disto, e vai ainda aumentar o encargo da nossa divida externa e representar uma hipoteca à África do Sul. Ulisses Cortez, menos incisivo, lançou dúvidas sobre a estrutura financeira do projecto e sobre as previsões feitas, e exprimiu receios de que Portugal não possa suportar os encargos da divida externa (que com o plano de fomento subirão a 43 milhões de contos) e ao mesmo tempo realizar o fomento indispensável. Suscitaram ambos o problema da defesa da futura barragem. Correia de Oliveira insinuou que a economia metropolitana não se desenvolve por causa do ultramar. Em suma: para Correia de Oliveira, Cabora-Bassa é uma infantilidade, uma como que rapaziada sem interesse. Quase dez horas, e não se tirou uma conclusão. Novo Conselho para amanhã.

Lisboa, 10 de Julho — Onze horas, mais Conselho, mais Cabora-Bassa. Falou o ministro das Comunicações: saltou de uma posição a outra: sim, decerto, talvez, e dever-se-ia fazer a barragem: mas mais adiante. Depois, durante vinte e cinco minutos, fiz uma exposição sobre os aspectos políticos, e também de réplica ao Correia de Oliveira e ao Ulisses Cortez. Afirmei a necessidade política do empreendimento, além da sua importância para o progresso de Moçambique; e contestei com vigor os perigos económico-financeiros. Acentuei sobretudo que os créditos que nos sejam concedidos para Cabora-Bassa não são transferíveis para outros empreendimentos, nem no Ultramar, nem na Metrópole; pela divida a contrair ficava de penhor a própria barragem; e não éramos nós que ficávamos hipotecados à África do Sul, mas esta que ficava dependente do fornecimento da nossa energia, que cortaríamos quando quiséssemos. Gomes de Araújo foi claro, conciso, sóbrio, firme: Cabora-Bassa deve ser construída: e a sua defesa não é problema de tomo. Segue-se mais debate: os homens da Educação, da Saúde e das Corporações, sem se oporem a Cabora-Bassa, tomam atitudes sectoriais, preocupados naturalmente com os problemas dos seus ministérios. Concluiu o Presidente do Conselho. Poucas vezes o tenho visto ser tão estadista como hoje. E estarreceu o Conselho com um argumento singelo e inesperado: «*Meus senhores, o que há de único e espantoso acerca de Cabora-Bassa é isto: ou se faz agora, neste preciso momento, ou nunca mais se faz*». Mais: «*Agora, temos um cliente, a África do Sul; se lhe fornece-*

mos energia, fazemos Cabora-Bassa; caso contrário, a África do Sul vai procurar energia noutras fontes; e se esperamos que o desenvolvimento de Moçambique justifique só por si Cabora-Bassa, então aguardaremos trezentos anos, seguramente pelo menos um século». Sem mais, o Conselho aprovou a construção de Cabora-Bassa.

Lisboa, 12 de Julho — Jantar em casa da Condessa de Alpedrinha. Depois, Luís Supico Pinto e eu ficámos um tanto à parte dos demais. Conversa prolongada. Em substância, Luis Supico diz: este governo está esgotado; não colaboram os ministros, não fazem nada; tudo está parado, não se resolvem os problemas básicos. E Luís continua. Não compreende por que não faz Salazar a tão necessária remodelação ministerial. Há que mudar os ministros que não querem colaborar. Isto de Cabora-Bassa, por exemplo. Então não houve uns belos rapazes que se insubordinaram contra o Presidente do Conselho? Dir-se-ia que o José Gonçalo Correia de Oliveira fora dos piores. Como é isso possível? O José Gonçalo é muito inteligente, tem mundo, mas é muito habilidoso, muito manobrador. Isto não pode ser. E que se produziria se não se fizesse Cabora-Bassa? Deveremos fazer o que querem os afro-asiáticos? Uma revolução em Moçambique? O colapso da nossa política ultramarina? Espantoso. Não: há que mudar tudo antes que se estrague a pintura. Quem não quiser colaborar — rua. Assim falou Supico. Fiquei estupefacto pelo vigor que pôs nas suas palavras. Estará finalmente próxima a remodelação?

Lisboa, 15 de Julho — Sensação de um ponto morto na vida política do país. Tudo parece inerte, paralisado, perante os mitos que cada um se criou ou imaginou para si próprio. Todos esperam a remodelação, e desta esperam tudo; ninguém se mexe; e o tempo vai-se em intrigas para demolir uns e outros, e preparar junto do Presidente do Conselho um lugar no próximo gabinete.

Lisboa, 18 de Julho — Reunião com os directores de jornais. Exposição global da situação política no mundo como contexto da nossa própria política. Faltou Augusto de Castro, por adoentado ao que me foi dito.

Lisboa, 20 de Julho — Sábado de Verão. Planeava um salto a Sesimbra, para um bocado de mar e de vela. Mas o chefe do governo está na disposição de trabalhar. Falou-se de Cabora-Bassa e do debate em Conselho de ministros. Salazar está nitidamente desgostoso. Aludi à posição assumida pelo Correia de Oliveira. Comenta o Presidente do Conselho: «*Imagine que me telefonou a dizer-se arrependido porque, sendo-me muito dedicado, pensou que não deveria ter tomado uma posição contrária à que eu entendia que o Conselho deveria assumir. Lá estive a consolá-lo, e a dizer-lhe que, pelo contrário, devia ter dito claramente tudo quanto disse*». Mais uma vez se falou do Ultramar e do futuro. Salazar exprimiu-se com angústia: «*Quando penso na minha retirada, pergunto-me o que vai ser o futuro. Lá recebi mais uma exposição do Cunha Leal, dizendo que tudo quanto se tem feito está errado, e que o que verdadeiramente corresponde aos interesses nacionais é fazer o que os estrangeiros recomendam. Estou «pessimista»*. Eu disse que me sentia relativamente optimista. «*É porque o senhor*», repetiu Salazar, «*tem à sua frente vinte ou trinta anos de vida, e eu vejo muito perto o fim da minha*». Depois, comenta os políticos: «*Falo muito com o Mário de Figueiredo, o Soares da Fonseca, o Supico Pinto sobre coisas e pessoas. Quando tenho necessidade de algumas nomeações ou modificações no governo, é com eles sobretudo que converso longamente. Mas devo dizer que de todos o único que exprime uma opinião válida é o Supico. O Mário já está muito desligado das coisas, e o Soares da Fonseca só pensa em termos de negócio. É muitíssimo esperto, mas só vê como aumenta o seu negócio. Não é assim o Supico: é o único que dá opiniões de um ponto de vista nacional e objectivo somente. Ainda há dias cá esteve o Supico, e conversámos longamente*». Outro capítulo: o progressismo, o Cardeal de Lisboa. Refere-se a Dom Manuel Gonçalves Cerejeira: «*Coitado, vai morrer de desgosto, e isso por causa do Padre Felicidade*». Sobre o Bispo de Telepete: «*Esse jovem bispo é o menino bonito do Cardeal. Duma coisa, porém, pode estar certo: enquanto eu for Presidente do Conselho não será Cardeal, nem sequer Bispo de uma qualquer diocese*».

Lisboa, 24 de Julho — Conferência de Imprensa: mais uma. Pacto do Atlântico, penetração russa nos mares mundiais, relações luso-brasileiras: eis os temas. Animadíssimo o período de perguntas e respostas.

Lisboa, 28 de Julho — Não caminham um passo as negociações de Paris para a paz no Vietname; está longe de se resolver a crise entre a Rússia e a Checoslováquia, não se podendo excluir uma intervenção militar soviética, semelhante à que fez na Hungria em 1956; continua a crise no Médio Oriente, e não decorre um dia sem que árabes e israelitas troquem tiros e insultos; e por todo o lado há desassossego, luta e guerra. Sem embargo, há a sensação de que o mundo está em férias, com os funcionários nas praias, os estadistas nas suas quintas, os políticos nas termas, a banhos e a dieta. Tudo se prepara para os próximos meses de Setembro e Outubro. Então se retomará a agitação, e penso que mesmo entre nós as coisas académicas vão dar que falar. E o governo está gasto, sem autoridade, sem prestígio, sem crédito, sem vigor, sem alma para actuar — com um ar de quem tem as malas feitas, a conta do hotel paga, e aguarda na gare a partida do comboio, e até que o chefe da estação dê o sinal nada se pode fazer.

Lisboa, 1 de Agosto — Passa das onze da noite, e telefona-me o chefe do governo. Pergunta-me se eu já escolhera embaixador para o Vaticano. Não, respondi, e nada faria para aquele posto sem previamente lho comunicar. Então Salazar diz-me que está pensando no ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro. «*Mas não faça nada ainda. Eu vou efectuar uma sondagem indirecta, e conforme o resultado depois lhe fará ou não o convite formal. Eu estou procedendo a uns arranjos, a umas combinações, dentro de alguns dias chegarei a um resultado, e o ministro das Comunicações será um dos libertos*». Fiquei sabendo da fonte mais autêntica que teremos remodelação dentro de dias.

Lisboa, 5 de Agosto — Por todo o lado, rumores quanto à próxima remodelação. Versão mais generalizada: saem os homens da Educação, Finanças, Comunicações, Corporações, Exército. Para as Finanças, aponta-se João Rosas.

Lisboa, 7 de Agosto — Encontro de rotina no Tavares, a jantar, com Ulisses Cortez e Soares da Fonseca. Assunto: próxima, iminente remodelação ministerial. É a obsessão de ambos. Ulisses já recebeu mesmo a ritual comunicação do Presidente do Conselho. Parecem confirmar-se os rumores que circulam quanto aos que saem.

Lisboa, 13 de Agosto — Continua o trabalho da remodelação. Mas parece que houve uma *suspensão* ou um *adiamento*, e isso por motivos que ainda não alcanço. Tenho por evidente para mim que o Presidente do Conselho deve sentir sérias dificuldades de recrutamento: quem é o homem novo, que se quer ligar a um chefe político à beira dos oitenta anos?

Lisboa, 15 de Agosto — Pergunto como na *Ceia dos Cardeais:* será já amanhã? Quero dizer: a recomposição do governo. Falei com o Luís Supico. Disse-me: «*estamos a chegar ao fim, só faltam algumas formalidades, como escrever algumas cartas, etc.*».

Lisboa, 17 de Agosto — Finalmente, os jornais de hoje de manhã anunciam a tão falada remodelação do governo. São substituídos os ministros do Interior, Finanças, Educação, Exército, Comunicações, Marinha e Saúde. Entre os que entram para o governo vejo o meu contemporâneo do Liceu Pedro Nunes, o hoje general José Bettencourt Rodrigues. Mas este elenco ministerial parece muito sobre o fraco. Verdadeiramente, tem um sabor de último turno. E por razões simplesmente naturais tudo indica que o será.

Lisboa, 19 de Agosto — Posse dos novos ministros. Assisti à de João Rosas e à de Bettencourt Rodrigues. Janto à noite no Tavares com Ulisses Cortez e Soares da Fonseca. Segundo o Ulisses, a remodelação ministerial fora uma clara «*bofetada*» no Soares da Fonseca, e com isso ter-se-ia pretendido significar que o sucessor do Presidente do Conselho seria o Luís Supico Pinto. Soares da Fonseca riu-se muito, mas no fundo não gostou; e admitiu que está particularmente magoado pela saída de Santos Júnior.

Lisboa, 21 de Agosto — Deitei-me tarde, muito além das três da manhã, e às cinco e meia acordam-me do *Diário de Notícias* para me dizerem: tropas russas e de outros países comunistas haviam invadido a Checoslováquia: que declaração ou comentário quero fazer? Agradeço a notícia, mas escuso-me a comentário até mais completa informação. Durante o dia recebem-se mais notícias: reunião do Conselho da NATO, notas de governos ocidentais a verberar atitude soviética, convocação do Conselho de Se-

gurança pelos ocidentais. De positivo, de real, de concreto, de efectivo, o Ocidente fará — nada. Foram presos os dirigentes checos, e o país regressou ao estado de satélite de Moscovo. É cheia de implicações a atitude russa: a ameaça ao socialismo na Checoslováquia constitui ameaça à paz e à segurança da Europa. Por outras palavras: haverá guerra se o Ocidente interferir naquele país. Que sucederia se o Ocidente declarasse: a ameaça ao capitalismo na Dinamarca, por exemplo, constitui ameaça à paz e à segurança da Europa? Isto de reunir o Conselho de Segurança não leva a nada; mas tomar Cuba nas primeiras seis horas seria um ganho e uma resposta, e por isso não haveria guerra. Mas o Ocidente não tem homens. Entretanto, o Papa vai a Bogotá — e na noite de hoje deve passar sobre Fátima.

Lisboa, 23 de Agosto — Almoço no Ritz com o Luís Supico. Muito conversador e bem-disposto. Contou em todo o pormenor a operação do render da guarda ministerial. Santos Júnior saiu porque o Presidente se irritou com tanto apoio do Soares da Fonseca e do Castro Fernandes. Rapazote esteve para ir para a Saúde, acabou no Interior; José Hermano Saraiva não se destinava inicialmente à Educação, mas à última hora o Presidente resolveu jogar, pela primeira vez, a cartada de não nomear um universitário para aquela pasta; e João Rosas foi o que mais dificuldade e resistência ofereceu. Salazar *«impôs»* ao general Araújo a nomeação de um chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas; mas a escolha de Deslandes foi da exclusiva responsabilidade e iniciativa do ministro da Defesa. Quanto a este, queriam muitos que fosse mudado, e mesmo em Belém era esse o sentimento; mas onde se buscaria um nome militar que, além do sufrágio dos seus pares, ofereça confiança incondicional ao Presidente do Conselho, como é o caso do general Araújo? Para mais, conseguiu-se que Araújo devotasse mais atenção ao Presidente da República, e o visitasse amiúde para lhe expor os problemas militares do Ultramar. Pelo menos Araújo assim o prometeu. Supico está esperançado que as coisas melhorem com este governo.

Lisboa, 27 de Agosto — A Belém, pela meia tarde. Está amuado o Presidente da República porque lhe não dei parte dos novos embaixadores em Londres e Madrid. Paciência. Não houve propósito de fazer mossa. Está também desagradado com o novo governo. Deve ser, é de certeza, cada vez

mais cavado o abismo entre Thomaz e Salazar. Dei ao fim da tarde um salto ao Estoril para tratar com o chefe do governo de um ponto concreto, e encontro-o bem-disposto, tranquilo, mas pareceu-me pálido, encolhido fisicamente, como que resumido.

Lisboa, 3 de Setembro — Primeiro Conselho de Ministros do novo governo. Fiz longa exposição sobre política internacional, em particular no que toca aos acontecimentos da Europa Oriental. Fui rigorosamente confuso, e prolixo, e o Conselho não recebeu da minha parte quaisquer luzes que dissipassem o obscurantismo que o caracteriza nesta matéria. Falo depois com o Marcelo Mathias, a férias no Estoril. Diz: «*O Presidente Thomaz está de cabeça perdida com o Dr. Salazar*».

Lisboa, 6 de Setembro — Que há? Que se passa? Salazar está doente, ontem e hoje. Não ocultava um estado mórbido no Conselho de 3: de uma palidez doentia, alheio a tudo, e à saída, segurando uns documentos debaixo do braço, afastou-se da sala do Conselho, e vi-o caminhar pelo corredor de São Bento quase trôpego, arrastando os pés, sem certeza e sem segurança. Fico siderado a observá-lo. E ontem e hoje tenho telefonado para o Estoril, e das criadas a resposta é: *o Sr. Dr. está doente.* Com quê? Ao fim da tarde de hoje, telefona-me Salazar. Pergunto-lhe que tem. «*Não sei, estiveram aí uns médicos a observar-me os olhos, não sei*», responde o chefe do governo. Informou-se do que havia; digo-lhe que não havia nada; e foi tudo. Mas tudo isto me parece estranho. Que há? Que se passa? Telefonei pela noite, após o jantar, a alguns amigos: ninguém sabe ou nota nada de anormal. Pelo menos nenhum mo disse. Mas pressinto não sei o quê.

Lisboa, 7 de Setembro — Sou acordado pelo tinir do telefone oficial. Mal são sete horas da manhã. Do outro lado do fio está Motta Veiga, e diz: o Presidente do Conselho foi operado durante a noite a um hematoma no cérebro e encontra-se neste momento na Casa de Saúde de Benfica. Tenho uma sensação de peso, mas não de completa surpresa. Motta Veiga, em voz tranquila, dá pormenores sobre operadores, horas, etc. Depois, três quartos de hora mais tarde, telefona-me Paulo Rodrigues: lê-me o texto do boletim médico: Aprovo? Aprovo. Vou com minha mulher uma hora mais

tarde ao hospital de Benfica. Do governo, não se encontra viv'alma. Aparece a governanta: comovida a mais não poder, e num estado de pessoa em quem se suspenderam as faculdades mentais. Chegam os homens das Finanças, das Corporações e da Educação. Sentimento geral de estupefacção. Ao fim da manhã, vou à Embaixada do Brasil: é o dia da sua festa nacional. Cumprimento os embaixadores, e cinco minutos depois dirijo-me ao ministério. Atendo a algum expediente, e despeço para almoço em casa do Marcello Mathias, no Estoril. Estão Augusto de Castro, Manuel Bulhosa, Luís Teixeira Pinto. Temas inevitáveis: operação de Salazar e sua sucessão política.

Lisboa, 12 de Setembro — Dias seguidos entre o hospital de Benfica e o Ministério. Muitos acalentavam ilusões, e acaso confiam num milagre; por mim, penso que o chefe do governo, ainda que se salve, chegou ao fim da sua vida política. Sinto-me inteiramente afeito à ideia. Em qualquer caso, parece-me óbvio que está desencadeada a luta pelo poder. E muitas misérias tem revelado este momento, e não são poucas as manobras infantis, e grotescas. Há quem elabore listas de nomes para um futuro governo; segundo um rumor, Marcello Caetano teria reunido no Linhó um grupo para fazer o ponto da situação; e velhos políticos estariam desavindos. Por todo o lado, são as tricas e nicas, as insídias, as acusações perversas, os aleives, a destruição deste, a eliminação daquele, num escadeirar geral que deixa tudo esbarrondado. Salazar pode recuperar-se, ou não; mas nada será mais o que era. Viragem no país, certamente. Para mim, uma preocupação, e uma só: o Ultramar. Sinto-me mais do que pessimista.

Lisboa, 16 de Setembro — Dia dramático. Fui almoçar ao Colégio Pio XII com o Padre Aguiar. Volto a casa ao princípio da tarde. Espera-me recado para me dirigir com urgência ao Hospital de Benfica. Encontro aí o Presidente e alguns membros do governo: logo me é dito que o chefe do governo está praticamente em coma: atingido por trombose cerebral, paralisia dos membros, inconsciência. É o fim.

Lisboa, 18 de Setembro — Audiência com o Chefe de Estado. Depois de me ouvir sobre alguns problemas relativos ao ministério dos Estrangei-

ros, o Presidente Thomaz abordou o assunto do dia: a sucessão do Presidente do Conselho. Súmula rigorosa do que disse o almirante Thomaz. É partidário de uma solução civil, e não militar, e nesta base estava procurando uma personalidade política civil que pudesse colher um largo apoio. Consultara o Conselho de Estado e várias individualidades. Apurara os seguintes nomes: Marcello Caetano, Luís Supico Pinto, Antunes Varela, Gomes de Araújo, Adriano Moreira, Correia de Oliveira, o meu próprio. Marcello Caetano levantava objecções do Exército e das Forças Armadas de forma geral. Luís Supico era beliscado pelos interesses privados. Antunes Varela perdera o apoio da União Nacional. Gomes de Araújo representava a solução militar, e portanto de afastar. Correia de Oliveira só tinha apoio em *«círculos muito restritos»* e além disso saíra muito *«chamuscado»* de alguns escândalos. Quanto a mim, achava *«que não era sensato trocar um ministro certo por um Presidente do Conselho incerto»*. (Reflecti, e não disse ao almirante Thomaz que nenhum dos nomes apontados fora jamais, do meu conhecimento, Presidente do Conselho, pelo que nenhum dera provas e todos seriam tão incertos como eu.) De modo que, sendo esta a situação, e não havendo uma corrente definida, ele, Presidente, sentia-se em difícil posição para decidir. Que me parecia a mim? Respondi: como conhecedor dos problemas internos do país e das grandes linhas da administração pública, sobressaía sem dúvida o nome do Prof. Marcello Caetano; simplesmente, havia que encarar os mais graves e prioritários problemas do país, e estes eram Defesa, Ultramar, e política externa; ora, quanto a estes domínios, o pensamento daquele professor fora e continuava a ser contrário a tudo o que tem sido feito; e a sua nomeação poderia bem ser o prelúdio à perda do Ultramar. Atalha-me o chefe do Estado: ninguém seria Presidente do Conselho deste país sem assumir o compromisso solene de não alterar a política seguida até agora naqueles domínios; ou então haveria que mudar de Chefe de Estado. Ponderei ao Presidente que, sem embargo de qualquer compromisso, há mil maneiras, tão subtis como eficazes, de alterar e destruir uma política; mas eu nada queria insinuar. Por fim, eu recordei ao Presidente qual era efectivamente o seu mandato, acrescentei que nada mais tinha a dizer, agradeci a honra da consulta, e retirei-me.

Lisboa, 21 de Setembro — Reunião de amigos em minha casa: Teixeira Pinto, Luís Forjaz Trigueiros, Jorge Jardim. Política e mais política. Um ponto de acordo: não se pode nem deve esperar mais; a situação agrava-

-se com a passagem dos dias; há que substituir Salazar. Todos temos a sensação de que vai à deriva o país, e se não se toma o leme com urgência poderemos encalhar onde não queremos. Mas em alguns dias estamos já a destruir o que levou anos a edificar.

Lisboa, 23 de Setembro — Pedi hoje ao Silva Cunha o lugar de Administrador por parte do Estado no Caminho-de-Ferro de Benguela. Respondeu afirmativamente, mas sujeitou a decisão ao evoluir do momento político.

Lisboa, 25 de Setembro — Pela meia-tarde, telefonam-me da parte de Marcello Caetano: posso ir a sua casa pelas sete horas? Posso. Vou. Encontro-o só. Conversa muito cordial. Disse-me em suma que queria a minha continuação nos Estrangeiros, não desejava mesmo ter outro ministro, era para ele uma grande honra que eu permanecesse, e mais palavras assim. Agradeci, mas aleguei razões de saúde, de fadiga ao cabo de quase oito anos, de ruína financeira em que me encontrava, de impossibilidade de servir sem saber que política se ia seguir — e recusei. Marcello Caetano ficou desagradado, e surpreendido ao que me pareceu, e pediu-me para reflectir. Respondi muito sinceramente que não julgava qualquer reflexão minha capaz de alterar a minha decisão.

Lisboa, 26 de Setembro — Ontem ao princípio da noite telefona-me Soares da Fonseca: precisa de me falar com urgência e para assunto grave: espera-me no Tavares. Vou. Em tom lúgubre, quase tétrico, diz-me: «*O Presidente da República encarregou-me de lhe comunicar que, segundo as suas informações, as Forças Armadas no Ultramar, sobretudo em Angola, exigem a sua continuação nos Estrangeiros, não se responsabilizando o Presidente pelo que possa acontecer, se você mantiver a sua recusa, e pergunta se você quer assumir essa responsabilidade*». Além de que provocaria uma cisão em certa opinião pública na metrópole, acrescenta. Respondo a Soares da Fonseca: não assumo qualquer responsabilidade daquela natureza, porque não me pertence assumi-la; mas não acredito nas informações dramáticas que chegaram ao Chefe do Estado; e em qualquer caso não compreendo por que não me diz tudo isso pessoalmente o Presidente.

Convocado hoje a Belém, avisto-me com o Presidente, que me repete

as palavras de Soares da Fonseca e ajunta: *«Não concebo que possa não aceitar. Compreendo o seu desejo de sair, mas esteja mais um tempo»*. Saio de Belém, e escrevo e envio por um próprio a Marcello Caetano uma carta aceitando o convite: mas limito a minha aceitação por um período curto de tempo: até aos princípios do próximo ano: e se antes disso acaso houver uma remodelação ministerial, então desejaria nessa oportunidade abandonar o governo. Marcello Caetano telefona-me pouco depois: *«agradeço do coração a sua carta»*.

Lisboa, 27 de Setembro — Anunciada a composição do novo governo. Nos Estrangeiros, lavro um despacho determinando que cesse o envio dos telegramas oficiais ao Doutor Oliveira Salazar e que os mesmos passem a ser remetidos ao Presidente do Conselho Doutor Marcello Caetano. Findou uma época com lampejos de grandeza, um estilo de governo onde havia sentido de medida e elegância de forma, uma concepção de vida assente em certezas, uma visão de Portugal haurida na história, também erros e sombras sem dúvida; mas foi toda uma política onde a firmeza e a coragem desempenhavam papel de monta. Uma viragem, em suma. Vamos ter novos tempos, novas vontades.